

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.Africa-union.org

**CONSELHO EXECUTIVO
DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
28 - 30 DE JUNHO DE 2009
SIRTE, LÍBIA**

EX. CL/520 (XV)

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE
SOBRE AS ACTIVIDADES DA COMISSÃO
PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2009**

PREFÁCIO

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

II. PAZ E SEGURANÇA

III. INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

III.1 Integração e Desenvolvimento de Capital Humano

1. Educação
2. Ciência & Tecnologia
3. Sociedade de Informação
4. Saúde e Saneamento
5. Bem-Estar Humano e Social
6. Infância, Juventude e Desportos

III.2 Integração e Desenvolvimento de Interconectividade

1. Transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo)
2. Energia (crise energética);
3. Telecomunicações, Correios e TIC

III.3 Integração e Alterações Climáticas e Gestão Sustentável de Recursos Naturais

1. Impacto das Alterações Climáticas e Questões Gerais (Gestão dos Recursos Florestais, Gestão dos Recursos Hídricos, Gestão do Solo, Gado)

III.4 Integração de Desenvolvimento de Mercados e Bens Financeiros (Instituições Financeiras...)

III.5 Integração e Desenvolvimento de capacidades de produção

1. Agricultura (CAADP, Crise alimentar)
2. Desenvolvimento Industrial e Exploração de Minas

III.6 Integração e Capacitação Comercial

1. Capacitação Visando o Acesso ao Mercado
2. Regras e Negociações do Comércio Multilateral (APE, OMC)

III.7 Parceria e Relações com o Mundo

1. Parcerias em curso
2. Cooperação Afro-Árabe
3. Representações
4. Parte de África no Comércio Mundial

IV. VALORES COMUNS

- IV. 1 Democracia, Eleições e Governação
- IV. 2 Direitos Humanos
- IV. 3 Assuntos Humanitários, Refugiados e Pessoas Deslocadas
- IV. 4 Género e Desenvolvimento
- IV. 5 Cultura
- IV. 6 Questões Legais (Arquitectura jurídica da União)

V. REFORÇO DE INSTITUIÇÕES

V.1 A Comissão

- I. Seguimento das Recomendações do Painel de Alto Nível sobre a Auditoria à União Africana
- II. Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos
- III. Gestão Financeira
- IV. Planeamento, Monitorização e Avaliação
- V. Serviços de Conferência
- VI. Actividades de Auditoria
- VII. Integração da NEPAD

VI. CONCLUSÃO

PREFÁCIO

Este relatório, que é submetido à devida consideração do Conselho Executivo e da Conferência da União, é o terceiro que apresento a estes importantes órgãos desde que assumi as funções de Presidente da Comissão da União Africana. Reflecte as principais actividades realizadas pela Comissão durante os últimos seis meses, a partir de Janeiro de 2009.

Desde a última Sessão da Conferência em Janeiro de 2009, a Comissão, com base em contribuições ricas e muito positivas dos Estados Membros, analisou o Plano Estratégico 2009-2012, estruturado à volta de 4 pilares, nomeadamente: Paz e Segurança; Integração, Desenvolvimento e Cooperação; Valores Comuns; e Reforço Institucional e das Capacidades. A Comissão organizou igualmente com o CRP, um retiro, muito bem sucedido, em Nazareth, Etiópia, em Março de 2009, com o objectivo de enriquecer ainda mais o projecto de Plano Estratégico. Este documento é agora apresentado a esta Sessão do Conselho após a sua aprovação pelo CRP, para adopção pela Conferência da União. Uma vez adoptado, inspirará todos os programas e planos de acção e orientará a sua implementação. Com este instrumento precioso, os Estados Membros poderão avaliar as actividades da Comissão graças à ajuda de indicadores precisos de desempenho, de uma forma clara, científica e transparente.

O Relatório abrange todos os aspectos das actividades desenvolvidas nos últimos 6 meses. Nesta conjuntura, gostaria de chamar a atenção do Conselho e da Conferência para os assuntos mais importantes e mais urgentes relacionados com as actuais prioridades de África. Citarei nomeadamente os esforços envidados para a resolução da crise económica e financeira mundial e o seu impacto no continente; a degradação da situação em certas zonas de conflito no Continente, como a Somália e a Guiné Bissau; o fenómeno de mudanças anticonstitucionais de Governo que, num curto período de tempo, afectou três Estados Membros, que, de acordo com as normas, foram suspensos das actividades da União; a participação e a preparação de grandes reuniões continentais e internacionais sobre temas de importância crucial para o continente como a última Cimeira do G20, realizada em Londres, a próxima Cimeira do G8 a ser realizada na Itália, a Cimeira África-América do Sul prevista para Setembro de 2009; a Cimeira de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas, prevista para Dezembro de 2009, a Cimeira Especial sobre os Refugiados, a ser realizada em Kampala, Uganda, em Outubro de 2009, a Cimeira da Diáspora, que deve ser realizada antes do fim do ano e a Cimeira Afro-Árabe também prevista para antes do fim do ano. Todas estas reuniões de alto nível revestem-se, sem dúvida, de uma importância crucial para o continente; mas será necessário avaliar a possibilidade dos nossos líderes participarem em todas estas reuniões.

Aproveito esta oportunidade para reafirmar o compromisso de toda a Comissão de trabalhar com muita perseverança para que os objectivos traçados no Plano Estratégico possam concretizar-se em conformidade com o cronograma estabelecido. Neste perspectiva, contamos com o apoio habitual e a colaboração de todos os nossos Estados Membros em sinergia com todos os intervenientes - as CERs, a Sociedade Civil e outros agentes não-estatais como o Sector Privado e os nossos Parceiros de Desenvolvimento.

Mais uma vez, gostaria de exprimir os votos de que a União Africana possa concretizar as suas aspirações legítimas nos próximos anos.

Jean Ping
Presidente da Comissão da UA

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório informa sobre as actividades realizadas durante o período entre Janeiro e Junho de 2009. Como já tinha indicado no meu último Relatório de Janeiro de 2009, a Comissão pretende promover programas e actividades orientados para acções concretas a fim de fazer da integração física do continente uma realidade. Em conformidade com as directrizes da Cimeira de Janeiro/Fevereiro último, a Comissão trabalhou estreitamente com o CRP para finalizar o projecto de Plano Estratégico 2009 -2012, que é agora submetido ao Conselho para análise e aprovação antes da sua adopção pela Conferência. Reforçada com este documento estratégico, a Comissão poderá doravante seguir escrupulosamente as acções necessárias visando realizar os objectivos fixados, através da elaboração de programas e orçamentos anuais consequentes e coerentes durante o período que cobre o Plano. Neste Plano, os quatro pilares estratégicos, nomeadamente: paz e segurança; integração, desenvolvimento e cooperação; valores comuns; e reforço das instituições, são realçados com marcos bem definidos com base nos quais os Órgãos competentes poderão avaliar o caminho percorrido de maneira regular e contínua. Importa, portanto, que este Plano possa beneficiar do apoio consequente de todos os Estados-membros tanto na disponibilização dos recursos apropriados para a sua realização, o pagamento atempado das suas contribuições, como a mobilização de recursos extra-orçamentais e a busca de fontes alternativas de financiamento. Com efeito, é crucial que a União possa dotar-se de recursos previsíveis com fontes de financiamento credíveis e regulares a fim de evitar os acasos do fenómeno recorrente de contribuições em atraso, que mina fortemente a realização efectiva dos programas acordados.

2. Nas linhas a seguir, este Relatório dá uma panorâmica das actividades levadas a cabo em torno dos quatro pilares do Plano, tais como acima mencionados, a saber:

- A paz e a segurança;
- A integração, o desenvolvimento e a cooperação;
- Os valores comuns; e
- O reforço das instituições da União

PAZ E SEGURANÇA

3. Durante os últimos meses, os esforços da Comissão centraram-se particularmente na finalização do estabelecimento da Arquitectura continental da paz e de segurança, o apoio aos esforços de prevenção, de gestão e de resolução de conflitos, o acompanhamento do Relatório Prodi sobre o financiamento das operações de apoio à paz conduzidas pela União. Apraz-me realçar a título deste capítulo que o Grupo dos Sábios está doravante operacional, como indicado no relatório sobre as suas actividades, tal como submetido em conjunto com o do Conselho de Paz e Segurança sobre a situação geral da paz e da segurança em África. Em particular, este Grupo fez uma reflexão aprofundada sobre o reforço do papel da União

Africana na prevenção, gestão e resolução das crises ocorridas na sequência das eleições e que, as vezes, culminam com conflitos violentos. De igual modo, o sistema continental de alerta prévio registou progressos com a aquisição dos instrumentos, equipamentos e software apropriados que permitirão à Comissão, dentro em breve, de se conectar aos mecanismos regionais de alerta prévio através do sistema VSAT. Os Ministros da Defesa reuniram-se aos 14 e 15 de Maio de 2009 para debater o estado de avanço do estabelecimento da Força Africana em Estado de Alerta e acordar nas medidas a tomar para realizar este objectivo o mais tardar até 2010.

4. A Comissão dedicou-se igualmente à implementação do Programa Fronteira da União com a organização de duas oficinas regionais para a África Ocidental e Central, em Abril e Maio de 2009 respectivamente. Estas actividades combinadas com outras iniciativas permitem acompanhar a par e passo os esforços dos Estados-membros visando levar a bom termo os processos de delimitação e de demarcação das suas fronteiras. A este propósito, a mobilização de recursos continuou a fim de prestar uma assistência apropriada a este programa importante da União. De igual modo, um instrumento jurídico sobre a cooperação transfronteiriça está em via de elaboração que poderá ser analisado pela 2ª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas Questões das Fronteiras, prevista para Cairo, Egipto, em Novembro de 2009.

5. A Comissão continuou as suas actividades de acompanhamento das situações de crise no terreno, com realce particular na questão altamente preocupante das mudanças inconstitucionais de Governo ocorridas nos últimos meses na Mauritânia, Guiné e Madagáscar, com a situação não menos preocupante na Guiné-Bissau, com o assassinato do Chefe de Estado e as violências que o antecederam e seguiram. A Comissão presta uma atenção a outras zonas de conflito como a Somália, as relações entre Djibuti e a Eritreia, a situação no Darfur, Sudão, as relações entre o Chade e o Sudão, a situação no Burundi, na República Democrática do Congo, na República Centro Africana, Libéria, Côte d'Ivoire e a evolução no Saara Ocidental. O presente Relatório analisa também os outros aspectos ligados à paz e a segurança em África, tal como a segurança marítima ameaçada, sobretudo o que se passa nas costas marítimas somalis, o processo visando a formulação de uma política da União sobre a Reforma do Sector da Segurança (SSR), e o controlo das armas. Finalmente, este Relatório faz o ponto da situação do Mecanismo para a Paz em África (APF), as acções levadas a cabo com vista à implementação das Decisões da Conferência relativas ao financiamento das Operações de Apoio da União às Iniciativas de Paz em África.

INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

6. Relativamente ao pilar com três dimensões: integração, desenvolvimento e cooperação, e tal como indicado no presente Relatório, várias e importantes iniciativas foram tomadas pela Comissão a fim de, por um lado, conceber e propor uma abordagem gradual de uma Arquitectura continental para o desenvolvimento integral do nosso continente, igual à Arquitectura adoptada para o sector paz e segurança, e, por outro lado, propor vias apropriadas para a África fazer face aos efeitos da crise económica e financeira actual no mundo. Neste âmbito, a Comissão continuou os seus esforços visando reforçar o capital

humano no processo de desenvolvimento, por intermédio da educação, o equilíbrio do género e a cultura, em particular, o prosseguimento das acções inerentes ao Plano de Acção da Segunda Década da Educação em África (2006 -2015). Estes mesmos esforços centraram-se nos sectores-chave da Ciência, Tecnologia e da Sociedade da Informação ao serviço do desenvolvimento. Os sectores da Saúde e Higiene mereceram também uma atenção contínua como indicado no presente Relatório, com os resultados da 4ª Conferência dos Ministros Africanos da Saúde, realizada em Maio de 2009, em Adis Abeba, no decurso da qual os principais desafios da Saúde pública foram objecto de uma análise aprofundada, tais como as acções necessárias para fazer face a nova pandemia A H1N1, o acesso universal aos serviços de saúde de qualidade com realce particular na saúde materna e infantil. O presente Relatório analisa igualmente as acções realizadas na promoção do bem-estar dos grupos mais vulneráveis, entre as quais as pessoas idosas, as pessoas portadoras de deficiência a favor das quais a Década 1999 – 2009 decretada pelos Chefes de Estado e de Governo da OUA, não teve os resultados esperados. É a razão pela qual os Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social recomendaram, em Dezembro 2008, que a Década fosse renovada para o período 2010 -2019, a fim de realizar os objectivos fixados. As questões ligadas ao desenvolvimento social mundial mereceram também toda a atenção da Comissão durante o período em análise, visando sobretudo a promoção do Quadro de Política Social para a África e a Posição comum africana sobre a Integração Social adoptados pelos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Social. As outras questões como a população, o trabalho decente, o emprego, as migrações, o controlo das drogas e a prevenção do crime em África, a protecção da criança, o apoio à juventude e o desenvolvimento do desporto, foram objecto de um acompanhamento activo e contínuo por parte da Comissão durante os últimos meses. Face ao aumento do tráfico de droga que tem apoio em algumas das nossas regiões, importa que a União adopte medidas apropriadas para combater este flagelo extremamente perigoso para as nossas sociedades.

7. A Comissão prosseguiu os seus esforços visando promover a inter-conectividade continental, à luz dos resultados quão apreciados do debate da Conferência, em Fevereiro de 2009, sobre o Tema “Desenvolvimento das Infra-estruturas” e da Declaração adoptada sobre este tema. Esta orientação confirma, com efeito, uma maior tomada de consciência dos Líderes Africanos que não há integração que não comece pela integração física dos meios de transporte multimodal (estradas, caminhos-de-ferro, transportes aéreo e marítimo, infra-estruturas portuárias e aéreo portuárias), energéticos das comunicações e telecomunicações. O presente Relatório aborda as actividades realizadas no decurso dos meses passados, incluindo os contactos realizados com todas as partes envolvidas e os nossos parceiros ao desenvolvimento, a fim de avançar para acções concretas visando a integração física e infra-estrutural do nosso continente.

8. A Comissão, consciente do papel insubstituível da salvaguarda do nosso meio ambiente e a gestão racional dos inúmeros recursos naturais de que o continente é dotado, dedicou-se à implementação das Decisões da última Cimeira de Fevereiro de 2009, relativas ao desenvolvimento duradouro e, sobretudo, a Decisão referente às mudanças climáticas que sublinham a necessidade de melhorar a Posição comum africana a defender durante a Cimeira Mundial de Copenhaga de Dezembro de 2009, assim como as propostas sobre o sistema de representação da África neste importante fórum, para que esta última fale por uma

só voz. Um Relatório separado é submetido às presentes sessões para análise e directivas apropriadas.

9. No que diz respeito à crise económica e financeira, a Comissão, em colaboração com os Estados-membros, o BAD e a CEA, prosseguiu os seus esforços visando defender os interesses do continente nas consultas internacionais no seio da Cimeira do G 20, em Londres, em Abril de 2009, e preparou activamente a participação e contribuição dos representantes da África na próxima Cimeira do G 8, prevista para princípios de Julho na Itália, e que vai debater a crise financeira como um dos temas principais, ao lado das mudanças climáticas, da paz e segurança e da e-governança. Noto com grande apreço as importantes contribuições das Conferências dos Ministros das Finanças e do Comércio, realizadas em Janeiro e Março de 2009 respectivamente, as quais permitiram enriquecer cada vez mais a Posição comum africana sobre esta crise financeira e económica mundial. Regozijo-me igualmente com a contribuição dos Ministros Africanos do Meio Ambiente, reunidos no seio da AMCEN que debateram a Posição comum africana, em perspectiva da Cimeira de Copenhaga de Dezembro de 2009 sobre as mudanças climáticas.

10. A questão do lançamento das três instituições financeiras, previstas no Acto Constitutivo da União (o Banco Africano de Investimento, o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano) foi objecto de um acompanhamento consequente. Avanços significativos foram registados no que diz respeito ao Banco Africano de Investimento, cujo Protocolo foi adoptado pela última Cimeira e que tem sede em Tripoli, Líbia, enquanto se aguardam progressos nos próximos meses relativamente às duas outras instituições graças à cooperação da Nigéria e dos Camarões respectivamente.

11. A fim de facilitar a integração regional, a Comissão, em estreita consulta com as CERs, prosseguiu o processo do Programa Mínimo de Integração (PMI), com vista a estabelecer um mecanismo de convergência entre as CERs, com base nas vantagens comparativas e as diferentes experiências acumuladas por cada uma delas.

12. No domínio agrícola, torna-se necessário sublinhar a importância para a África aumentar as suas capacidades produtivas, começando pelo aumento da produção de subsistência, a fim de depender cada vez menos das importações e das ajudas alimentares. O instrumento comum do PIDAA (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África) permite hoje à nossa Organização reflectir e aproveitar os imensos recursos agrícolas para afastar mais do que nunca o espectro das crises alimentares cíclicas. O Tema da presente Cimeira que é: “Investir na Agricultura para o Crescimento e o Desenvolvimento”, foi preparado pela Comissão com cuidado, a fim de reunir todos os dados úteis e permitir aos nossos líderes debater as melhores vias para relançar a agricultura, a auto-suficiência e a segurança alimentar partindo das conquistas do PIDAA. Aproveito a ocasião para felicitar alguns Estados-membros avançados na implementação do Programa PIDAA que, para alguns de entre eles, já deu bons resultados. Apesar dos esforços envidados aqui e acolá, devemos infelizmente constatar que o continente continua frágil e não consegue ainda alimentar de maneira decente as nossas populações. Importa centrar de novo as nossas actividades na

promoção da agricultura através dos factores de produção agrícola e do reforço de capacidades em recursos humanos, a fim de garantir a auto-suficiência alimentar. Apelo mais uma vez a todos os Estados-membros que ainda não elaboraram Planos de Acção, tais como acordados no Programa PIDAA, a tomarem as medidas necessárias para mobilizar todos os meios de desenvolvimento e de reabilitação da nossa agricultura ameaçada tanto pelos efeitos perversos das mudanças climáticas, como pelas importações e as ajudas alimentares que escapam ao controlo das nossas políticas de desenvolvimento agrícola contínuo.

13. As negociações multilaterais sobre o comércio mereceram igualmente a atenção da Comissão que iniciou actividades importantes para reforçar a posição da África a nível, quer dos APE, quer da OMC. A este título, a última Conferência dos Ministros do Comércio, realizada em Março de 2009, adoptou uma importante Declaração, designada a Declaração de Adis Abeba sobre os APE. Adoptou de igual modo sobre esta questão directrizes sobre um modelo APE que poderá inspirar todas as regiões em negociação com a UE.

14. A Comissão prosseguiu os seus esforços visando reforçar as parcerias existentes com o resto do mundo, com base nas decisões pertinentes da Conferências, nomeadamente o acompanhamento da Cimeira África - Índia de Abril de 2008; a preparação da 2ª Cimeira África - América do Sul cujas datas estão fixadas hoje para 18 e 19 de Setembro de 2009, em Caracas, Venezuela; a consolidação da cooperação Afro-Árabe; as relações África - UE; o reforço das relações de cooperação com a Organização da Conferência Islâmica; o apoio da implementação do Plano de Acção de Yokohama da TICAD IV e, finalmente, a revisão geral das parcerias estratégicas com a África cujo estudo será submetido aos órgãos competentes nos próximos meses. A Comissão encetou igualmente uma reflexão sobre os Escritórios de Representação da União no exterior. Um estudo está em curso para avaliar todas as Representações diplomáticas actuais e estudar as possibilidades de criar novos, segundo as necessidades constatadas, em conformidade com as recomendações pertinentes do Painel de Auditoria da União de 2007. Este estudo será submetido dentro em breve aos Órgãos competentes.

VALORES COMUNS

15. Durante os últimos meses, a Comissão intensificou os seus esforços para a promoção da Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação, a fim de sensibilizar o maior número de Estados-membros a assinar e ratificar este importante instrumento que, até aqui, foi ratificado somente por dois Estados-membros e assinado por 27 Estados-membros. Aproveito a oportunidade para exortar os Estados-membros a prestarem a atenção necessária a esta Carta que se inscreve perfeitamente no quadro dos Valores partilhados no seio dos nossos povos. Concomitantemente, a Comissão gostaria de, com o envolvimento de todos os Estados-membros, as CERs e outros actores e parceiros continentais, entre os quais a sociedade civil, promover uma arquitectura das intervenções no domínio da governação democrática. Neste mesmo quadro, gostaríamos igualmente de conduzir uma reflexão aprofundada no domínio da governação local, como demonstra a reunião que se realizou recentemente em Yaoundé, Camarões, que, entre outros recomendou prever a elaboração de

uma Carta sobre a Governação Local, para que os Valores Comuns tenham raiz e se consolidem na base.

16. Outras importantes actividades relativas ao pilar “Valores Comuns” incluem o lançamento, em Maio de 2009, do Comité Consultivo da União Africana sobre a Luta contra a Corrupção, que foi constituído pela Conferência, em Fevereiro de 2009; a preparação do Dia Africano da Função Pública, celebrado; a reflexão sobre os desafios ligados às eleições incluindo a importante contribuição do Grupo dos Sábios que foi mencionada a 23 de Junho.

17. A Comissão acompanhou de perto os processos eleitorais em muitos Estados-membros durante o período em análise. Tratam-se das eleições presidenciais e/ou parlamentares na Argélia, África do Sul e Malawi, realizadas em Abril e Maio de 2009 respectivamente. A Comissão prepara-se para observar as eleições na Guiné-Bissau que se vão realizar em circunstâncias muito preocupantes, tendo em conta o clima de violência e de assassinatos de pessoas visadas durante as últimas semanas. Até Dezembro de 2009, cerca de 13 Estados-membros organizarão eleições presidenciais e/ou parlamentares que vão igualmente mobilizar a atenção contínua da Comissão para prestar, como sempre, a assistência necessária por intermédio da observação e o acompanhamento destas eleições.

18. A situação do respeito pelos direitos humanos no continente continua a ser objecto de uma atenção particular por parte da Comissão, como indica o Relatório. A Comissão acompanha, igualmente, muito de perto a situação das crises humanitárias que assolam o continente e que também constituem motivos de grande preocupação, como nas zonas de conflitos, incluindo a Somália, onde se observam os sofrimentos atroz de uma população a mercê das violências insensatas por grupos fanáticos, sem fé, nem lei.

19. A Comissão dedicou-se igualmente a traduzir nos factos a Política do Género, tal como adoptada pela última Cimeira da União, ao intensificar os esforços visando promover a igualdade da mulher e do homem em todos os órgãos da União. A promoção da cultura da identidade e da história da África constitui igualmente um eixo principal da acção da Comissão que se dedica ao mesmo tempo a reforçar as capacidades do CELTHO em Niamei e da ACALAN, em Bamaco.

REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO

20. É escusado dizer que todas estas iniciativas e programas desenvolvidos no presente Relatório só se podem concretizar se forem fortemente contínuos e supervisionados por instituições reforçadas e mecanismos probatórios de implementação. Para a Comissão, continuamos a pôr em relevo a boa governação interna, através do estabelecimento de mecanismos e instrumentos de gestão que garantem a transparência e a obrigação de prestar contas, especialmente nos domínios da gestão dos recursos humanos e financeiros, colocados à disposição da Comissão e da implementação das decisões tomadas pelos Órgãos supremos da União. Durante as suas reuniões semanais, às Terças-feiras, a Comissão avalia regularmente o nível de implementação dos programas adoptados e de

outras actividades levadas a cabo pela União, bem como das directrizes consequentes sobre a marcha a seguir por todas as suas estruturas internas.

21. Apraz-me apresentar no presente Relatório a situação actual das acções empreendidas no quadro da implementação das recomendações do Painel de Alto Nível sobre a Auditoria da União, que foram endossadas pela Conferência, na sequência da 11ª Sessão Extraordinária do Conselho Executivo, em Maio de 2008. Como indica o presente Relatório, convém notar que as tarefas confiadas à Comissão foram, na sua maioria, executadas. Outras não puderam ser implementadas por falta de meios. Tenho a esperança de que estes meios serão mobilizados num futuro próximo para que todas as recomendações pertinentes possam ser implementadas.

22. O Relatório informa do estado de avanço do Projecto de Construção do Novo Complexo de Conferências e escritórios, cuja conclusão está prevista para 2011. Informa também da situação da entrada das contribuições. A este propósito, apelo a todos os Estados-membros relativamente à acumulação das contribuições em atraso, assim como as melhorias operadas nos instrumentos de gestão, entre os quais o Manual dos Aprovisionamentos já implementado, e o Projecto da Carta da Auditoria que vai, logo que for adoptado pelos órgãos competentes, reger todas as actividades de verificação de maneira mais eficiente e conhecida por todos os autores no terreno.

23. O processo da integração do Programa NEPAD nas estruturas e os processos da União continuou a merecer toda a nossa atenção, como o indica o relatório a meio percurso, elaborado pela Comissão para este efeito. Nós esperamos que este processo, que acusa um grande atraso relativamente aos prazos inicialmente definidos, poderá começar dentro em breve pela integração das estruturas e do orçamento do Programa NEPAD no seio da União Africana e, finalmente, conhecer uma integração definitiva antes de finais de 2009, à luz das decisões tomadas pela Conferência durante as diferentes Sessões nos últimos anos. Consideramos que a Comissão constitui o lugar privilegiado no seio do qual este programa poderá desenvolver-se e cumprir eficazmente as suas missões.

24. A questão da racionalização das CERs e o papel crescente que estas últimas devem assumir na aceleração do processo de integração regional e continental continuam a merecer toda a atenção da Comissão, decidida a trabalhar muito estreitamente com as CERs, participando nomeadamente muito activamente nas suas Cimeiras, para avançarem juntas para o Programa Mínimo de Integração (PMI), tal como já mencionado, o que nos vai permitir avaliar regularmente os progressos realizados nesta marcha para a integração.

II. PAZ E SEGURANÇA

25. Durante o período em análise, a Comissão prosseguiu os seus esforços para promover a paz, a segurança e a estabilidade no Continente. Mais especificamente, os esforços da Comissão concentraram-se particularmente na conclusão da criação da Arquitectura

Continental de Paz e Segurança, apoio às iniciativas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos, seguimento do Relatório Prodi sobre o apoio às Operações de Manutenção da Paz da UA e outras questões conexas.

a) Criação da Arquitectura Continental de Paz e Segurança

26. De acordo com o estipulado no Protocolo relativo a criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana, a Arquitectura continental de Paz e Segurança articula-se à volta das seguintes componentes: o CPS, que é a principal instância de decisão, o Grupo dos Sábios, o Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS), a Força Africana em Estado de Alerta (ASF) e o Protocolo sobre as relações entre a UA e os Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Continuaram a ser registados progressos consideráveis na operacionalização destas diferentes componentes.

i) Painel dos Sábios

27. O Painel dos Sábios, criado nos termos do Artigo 11.º do Protocolo relativo a criação do CPS com mandato de apoio aos esforços do Presidente da Comissão e do CPS particularmente com respeito a prevenção de conflitos, está agora operacional. Um Relatório abrangente sobre as actividades do Painel é submetido à Conferência.

ii) Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS)

28. A Comissão prosseguiu os seus esforços na implementação do Quadro de Operacionalização do CEWS, tal como ratificado pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2007. Neste contexto e de forma a melhorar a recolha de dados e a capacidade analítica do CEWS, a Comissão continuou a aperfeiçoar os mecanismos existentes, incluindo os módulos dos indicadores e o Portal do CEWS, bem como a desenvolver o desenvolvimento dos softwares personalizados do CEWS. A Comissão está também no processo de aquisição dos equipamentos necessários para apoiar o CEWS, a sua infra-estrutura bem como a conectividade com os já existentes sistemas de alerta dos Mecanismos Regionais com a Sala de Piquete da UA via VSAT. Finalmente, e no quadro dos esforços para melhorar a coordenação e colaboração com os Mecanismos Regionais, a Comissão conjuntamente com a Comunidade dos Estados da África Oriental (CEAO) convocou a Terceira Reunião Técnica trimestral com estas instituições em Arusha, de 27 a 30 de Abril de 2009.

iii) Força Africana em Estado de Alerta (FAA)

29. O período em análise foi marcado pela realização da 6ª Reunião dos Chefes de Estado-maior e dos Chefes dos Serviços de Segurança, e pela 3ª Reunião dos Ministros Africanos de Defesa e Segurança, realizada em 14 e 15 de Maio de 2009, respectivamente. As reuniões permitiram fazer o ponto de situação sobre a evolução da implementação da operacionalização da FAA e decidir sobre as medidas a tomar para a realização deste objectivo em 2010 o mais tardar. Um Relatório separado é submetido ao Conselho Executivo sobre a questão.

iv) Memorando de Entendimento entre a UA e os Mecanismos Regionais

30. Durante o período em análise, continuaram a ser registados progressos na implementação do Memorando de Entendimento (MdE) sobre a cooperação no domínio da Paz e Segurança entre a UA e os Mecanismos Regionais de prevenção, gestão e resolução de conflitos, assinado em Adis Abeba em 28 de Janeiro de 2008. O principal objectivo do MdE é melhorar a parceria entre a UA e os Mecanismos Regionais na promoção e manutenção da paz, segurança e estabilidade em África e facilitar a operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança.

31. A Comissão continuou a trabalhar em estreita colaboração com as CERs e os Mecanismos Regionais, cinco dos quais, nomeadamente COMESA, EAC, CEEAC, CEDEAO e IGAD, designaram Oficiais de Ligação que assumiram as suas funções em Adis Abeba. A primeira reunião dos Altos Funcionários sobre a implementação do MdE, está prevista para 8 e 9 de Julho de 2009, em Adis Abeba.

b) Estado de Implementação do Programa Fronteiriço da União Africana (PFUA)

32. Em Janeiro último, o Conselho Executivo foi informado das primeiras medidas tomadas pela Comissão para a implementação da Declaração sobre o Programa Fronteiriço da UA (PFUA) e das respectivas modalidades, tal como adoptado pela Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas questões fronteiriças, realizada em Adis Abeba, Etiópia a 7 de Junho de 2007. A Declaração incidiu sobre três áreas essenciais: delimitação e demarcação das fronteiras africanas; desenvolvimento da cooperação transfronteiriça, nomeadamente as iniciativas levadas a cabo a nível local; reforço de capacidades e mobilização de recursos. Por sua vez, o Conselho, na sua decisão sobre a questão, exprimiu a sua satisfação pelos progressos registados na implementação do PFUA e encorajou a Comissão a preservar os seus esforços. O Conselho convidou os Estados Membros a tomarem todas as medidas necessárias para desempenhar o seu papel na implementação do PFUA.

33. Na sequência dessa decisão, a Comissão prosseguiu as suas iniciativas através da organização de uma série de seminários regionais, lançadas no ano anterior para divulgar o PFUA e facilitar a formulação dos planos regionais de acção. É assim que foram organizados dois seminários em Ouagadougou, para a África Ocidental, de 23 a 24 de Abril de 2009 e em Libreville, para a África Central, de 21 a 23 de Maio de 2009, respectivamente. Os dois seminários permitiram a análise dos progressos alcançados na implementação do PFUA. No decorrer dos seminários, os Estados Membros das duas regiões, que ainda não o tinham feito, foram exortados a acelerar o envio à Comissão dos seus questionários devidamente preenchidos sobre a situação das suas fronteiras antes do fim do ano 2009. As informações fornecidas neste quadro permitirão a Comissão ter uma visão exaustiva da situação das fronteiras africanas na perspectiva da sua delimitação e demarcação. Nesta base, a Comissão pretende mobilizar os recursos financeiros e técnicos necessários.

34. A Comissão continuou a seguir de perto os esforços envidados pelos Estados Membros para a conclusão dos processos de delimitação e de demarcação das suas fronteiras, propondo, cada vez que entender necessário, a sua assistência, incluindo através de troca de experiências com os Países que tiveram situações similares. Nos próximos meses, a Comissão preconiza intensificar as suas actividades neste domínio. Entretanto, Exorto os Estados Membros a empreender e a prosseguir as negociações sobre todos os problemas ligados a delimitação e a demarcação das suas fronteiras para encontrar soluções apropriadas.

35. Os esforços de mobilização de recursos e de estabelecimento de parcerias com vista a implementação da PFUA prosseguiram. A este propósito, convém relevar que o Governo alemão, através da GTZ, permanece o principal doador do Programa. Este Governo renovou o seu apoio financeiro à implementação do PFUA. De igual modo, a Alemanha presta apoio financeiro e técnico directo a certos Estados Membros tanto para o que concerne a delimitação e a demarcação das suas fronteiras quanto para a cooperação transfronteiriça. Tendo em conta a amplitude das actividades a desenvolver, a Comissão se empenha na mobilização de outros parceiros.

36. Nos próximos meses, a Comissão organizará o último atelier regional sobre a implementação do PFUA para a África Austral. Por outro, várias actividades estão previstas nomeadamente a organização de troca de experiências entre as CERs, elaboração de um instrumento jurídico para a cooperação transfronteiriça com a realização em Tunis de uma reunião de Peritos em Outubro de 2009 e a realização da 2.^a Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelas questões de fronteiras no Cairo, em Novembro de 2009.

c) Evolução da Situação no Terreno

37. O período em análise continuou estando dominado pela questão das mudanças anticonstitucionais de governo. Após o golpe de estado ocorrido na Mauritânia em 6 de Agosto e na Guiné em 23 de Dezembro de 2008, fora a vez de Madagascar conhecer uma mudança anticonstitucional em 17 de Março de 2009 enquanto o Chefe de Estado da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira era assassinado no início desse mês. Estas ocorrências vieram reforçar a inquietação exprimida pela 12.^a Sessão Ordinária da Conferência da União sobre o ressurgimento do flagelo dos golpes de estado e o grave recuo político que representam no processo de democratização iniciado no continente desde o início dos anos 90. É neste contexto e na sequência da Decisão adoptada pela Cimeira que a Comissão preparou um relatório provisório sobre a questão das mudanças anticonstitucionais. Na base da troca de posições entre os Chefes de Estado e de Governo, a Comissão enriquecerá o seu documento a fim de poder submeter recomendações mais exaustivas em Janeiro de 2010.

38. Desde a última Sessão do Conselho, registaram-se ocorrências encorajadoras na promoção da paz, segurança e da estabilidade no continente. Ao mesmo tempo, numerosas outras situações continuam sendo preocupantes. Claramente que mais esforços são necessários para ultrapassar estas dificuldades e consolidar os avanços para a paz lá onde eles existem.

I. Comores

39. O período em análise foi marcado pelo prosseguimento dos esforços que visaram consolidar os progressos registados na promoção da estabilidade e da reconciliação nos Comores. Convém lembrar que o CPS, nas suas diferentes decisões sobre a situação nos Comores, havia decidido sobre a necessidade de, uma vez restaurada a autoridade de Estado, na Ilha Autónoma de Anjouan o que faz fé graças a operação «Democracia nos Comores», de 25 a 28 de Março de 2008, encontrar soluções efectivas para os problemas ligados ao disfuncionamento das instituições actuais a partilha de competências entre os Executivos da União e as Ilhas autónomas e a boa governação.

40. Neste quadro, o meu Enviado Especial para as Comores, Francisco Madeira, deslocou-se por quatro vezes ao arquipélago entre Janeiro e Abril de 2009. Durante estas visitas, ele encontrou-se com representantes das diferentes entidades comoreanas bem como da União e das Ilhas autónomas bem como com representantes dos partidos políticos, da sociedade civil e os notáveis a fim a se chegar a um consenso o mais largado possível sobre o projecto de reformas institucionais submetidas pelo Presidente da República, Ahmed Abdallah Mohamed Sambi, através a realização das discussões inter-comoreanas, implicando o envolvimento de todas as partes envolvidas.

41. Em termos gerais, o projecto de revisão constitucional proposto pela Presidência da União reforça a autoridade de Estado, preservando os dois princípios fundamentais da Constituição de 2001 relativos a autonomia das Ilhas e a presidência rotativa. O novo texto constitucional introduz várias emendas importantes, nomeadamente sobre o estatuto dos Chefes dos Executivos das Ilhas autónomas que terão o título de Governadores eleitos por sufrágio universal em vez do de Presidentes, e serão assistidos por um Gabinete restrito de 5 a 6 Comissários em vez de Ministros. O texto prevê uma extensão dos mandatos do Presidente da União e dos Governadores das Ilhas autónomas de 4 para 5 anos. Ele confere, a título provisório, às futuras Assembleias da União e das Ilhas autónomas, reunidas em Congresso, a competência constitucional de fixar o calendário das eleições dos chefes dos Executivos da União e das Ilhas a fim de resolver a espinhosa questão da harmonização dos mandatos. O texto clarifica os domínios de intervenção de cada uma das respectivas entidades comoreanas. Enfim, ele modifica como se segue a distribuição dos 33 lugares da Assembleia Nacional : 24 eleitos da União e 9 representantes insulares a razão de 3 por Ilha em vez de 18 deputados representativos da União e 15 representativos das Ilhas autónomas.

42. Foi neste contexto que se realizaram de 3 a 7 de Março de 2009 em Moroni, com a assistência de um Perito da Comissão, as discussões inter-comoreanas nas quais participaram o conjunto das entidades comoreanas. É importante sublinhar aqui que o relançamento do diálogo inter-comoreano foi possível na sequência da anulação do decreto presidencial que fixa unilateralmente a organização do referendo em 22 de Março de 2009. Este assunto constituía a principal reivindicação da oposição comoreana que acusava o Presidente Sambi de implementar um programa de reformas institucionais sem consulta real com as autoridades executivas das Ilhas.

43. Os trabalhos prosseguiram através de vários encontros entre o Presidente Sambi e os Chefes dos Executivos das Ilhas autónomas, em Março e Abril de 2009, encontros durante os quais as Partes comoreanas chegará a um acordo de princípio sobre as questões relativas ao funcionamento das instituições e a boa governação administrativa e económica. Entretanto, as discussões desembocaram na racionalização das instituições saídas da Constituição de 2001 e, de maneira particular sobre a questão da harmonização dos mandatos e das decisões do Presidente da União e dos Presidentes das Ilhas autónomas. Após ter preconizado uma harmonização dos mandatos presidenciais a partir de 2011, prorrogando assim o seu próprio mandato quadrienal por mais um ano, o Presidente Sambi propôs que o reajustamento das eleições possam efectuar-se em 2010 mas, na condição de que os chefes dos Executivos insulares consintam eles mesmos reduzir os seus próprios mandatos que deverão conhecer seu termo em 2012 para Ngazidja e Mohéli e em 2013 para Anjouan, respectivamente. Sempre admitindo a necessidade de introduzir alterações a Constituição de 2001 e de harmonizar as eleições bem como os mandatos presidenciais, a oposição considera que qualquer revisão constitucional não pode ser preconizada antes do termo dos mandatos em curso e no respeito da presidência rotativa da União que caberá a Ilha Mohéli em 2010. Por outro lado, surgiram divergências entre os chefes dos Executivos insulares : enquanto os Presidentes das Ilhas autónomas de Ngazidja e de Mohéli aceitar encurtar os seus mandatos o de Anjouan manteve a sua vontade de levar o seu mandato até o fim que expirará em 2013.

44. Perante estas dificuldades, o Presidente da União defendeu a via do referendo, não obstante o apelo de boicote e alguns actos de intimidação. É neste contexto que se realizou em 17 de Maio de 2009 o referendo relativo a alteração da Constituição de 23 de Dezembro de 2001 e isto sem incidentes significativos. Os resultados definitivos, homologados em 19 de Maio de 2009 pelo Tribunal constitucional, consagraram uma larga vitória dos apoiantes do «Sim» com 93,90% de votos expressos contra 6,09% para os apoiantes do «Não» e uma taxa de participação eleitoral de 51,76%.

45. Para as autoridades comoreanas trata-se agora de fazer face ao desafio maior das próximas eleições da Assembleia Nacional e dos três órgãos legislativos das Ilhas cujos mandatos já terminaram. Estas eleições, para as quais o Governo comoreano solicita apoio técnico e uma assistência financeira estão previstas para Agosto de 2009. Em conclusão, encorajo todas as Partes comoreanas a se envolverem numa diligência consensual com vista a implementar as reformas institucionais que foram aprovadas.

II) Madagáscar

46. Aquando da sua última Sessão Ordinária, chamei a atenção do Conselho sobre a situação em Madagascar, então marcada por uma sucessão de incidentes que opunham o Perfeito da capital, Landry Rajoelina, e o Presidente Marc Ravalomanana. A crise conheceu o seu ponto culminante em 17 de Março de 2009, quando o Presidente da República malgache, sob a pressão da oposição civil e armada, demitiu-se do seu cargo e entregou o poder a uma Directoria militar que, por sua vez, o transferiu para Andry Rajoelina. Eu tornei público vários

comunicados de imprensa a través dos quais, entre outros sublinhei a minha viva preocupação face a situação e aos riscos que pode criar na estabilidade do país bem com o imperativo do regresso rápido à ordem constitucional através de um processo consensual que envolve o conjunto dos autores políticos malgaches e fundado no respeito das disposições pertinentes da Constituição malgache.

47. A partir do mês de Fevereiro de 2009, enviei igualmente Emissários para a Grande Ilha para estabelecer discussões com os autores concernentes sobre as modalidades de um regresso rápido e consensual à ordem constitucional. A este propósito, enviei sucessivamente a Madagascar o Sr. Amara Essy, o qual foi, entre outros, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Côte d'Ivoire e Presidente interino da Comissão da UA de 2001 a 2003, o Comissário para Paz e Segurança, Embaixador Ramtane Lamamra e o Sr. Ablassé Ouedraogo, o qual foi, entre outros, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burkina Faso e é presentemente o meu Enviado Especial para Madagascar.

48. Por sua vez, o CPS realizou várias reuniões consagradas a situação em Madagascar. No comunicado da sua 181.ª reunião, realizada em Adis Abeba em 20 de Março de 2009, o CPS constatou que na sequência da demissão do Presidente Marc Ravalomanana, ocorrida como acima indicado sob pressão da oposição civil e do exército, a transferência do poder foi feita em violação flagrante das disposições pertinentes da Constituição malgache e que as decisões subsequentes de conferir as funções de Presidente da República a Andry Rajoelina constituem uma mudança anticonstitucional de Governo. O Conselho condenou vigorosamente esta mudança anticonstitucional.

49. O CPS decidiu, conforme a Declaração de Lomé e o Acto constitutivo da UA suspender a participação de Madagascar nas actividades da UA até a restauração da ordem constitucional no País e exprimiu, por outro, a sua determinação para impor todas as medidas previstas para o efeito, incluindo as sanções contra os autores da mudança anticonstitucional e todos os que contribuem para a manutenção da ilegalidade. O CPS solicitou igualmente a todos os Estados Membros da UA e a Comunidade internacional no seu conjunto para rejeitarem totalmente esta mudança e de se absterem de qualquer acção que poderá confortar o regime ilegal no poder em Madagascar. Finalmente, o CPS solicitou-me para trabalhar estreitamente com a SADC e o conjunto dos parceiros da UA para restaurar rapidamente a ordem constitucional e tomar todas as iniciativas que julgar necessárias para o efeito.

50. No quadro de seguimento desta decisão e a fim de melhor coordenar a acção da Comunidade internacional, eu constitui, sob a égide da UA, um Grupo internacional de contacto sobre Madagascar. A reunião inaugural do referido Grupo realizou-se em Adis Abeba em 30 de Abril de 2009. Além da UA, esta reunião reagrupou os Países e organizações seguintes : os membros permanentes e os membros africanos do Conselho de Segurança, a Comissão do Oceano Índico (COI), a SADC, COMESA, as Nações Unidas, OIF, e UE. A Líbia, na sua qualidade de País que assegura a presidência em exercício da UA e o Burundi, em nome do CPS estiveram igualmente representados.

51. Os Participantes condenaram vigorosamente a mudança anticonstitucional ocorrida em Madagascar e solicitaram os Membros da Comunidade internacional para se abster de qualquer acção que poderá prejudicar os esforços que visam restaurar a ordem constitucional em Madagascar. Eles reafirmaram a disposição das suas organizações e dos respectivos Países para acompanhar, sob a égide da UA, o processo de regresso a ordem constitucional na base dos seguintes objectivos e princípios : um calendário preciso com vista a realização das eleições livres, regulares e transparentes, envolvendo o conjunto das Partes interessadas, sob a supervisão de um órgão eleitoral neutro ; a contribuição de todos os autores políticos e sociais do País, incluindo o Presidente Marc Ravalomanana, bem como outras personalidades nacionais na busca de uma solução ; a promoção do consenso entre as Partes malgaches envolvidas ; respeito da Constituição malgache bem como dos instrumentos pertinentes da UA e dos engajamentos internacionais do Madagascar. Neste quadro, ficou decidido que o meu Enviado Especial, em estreita colaboração com os Representantes da Comunidade internacional em Antananarivo, estabeleçam contactos com todas as Partes malgaches para acordar com elas as vias e meios de regresso rápido a ordem constitucional.

52. Em conformidade com esta decisão, o meu Enviado Especial retomou, a partir de 13 de Maio de 2009 e em estreita colaboração com os Enviados Especiais da SADC, ONU e da OIF, os seus esforços de mediação na crise. As negociações entre as quatro forças políticas, constituídas em volta dos antigos Presidentes Zafy e Didier Ratsiraka, do Presidente Marc Ravalomanana e do Sr. Andry Rajoelina, incidem sobre os princípios de um Acordo político inclusivo com vista a uma transição neutra, pacífica e consensual. Nesta base, a equipa internacional de mediação elaborou um projecto da Carta de transição a qual já remeteu as quatro forças políticas para análise. Numerosas dificuldades precisam de ser ultrapassadas donde a necessidade de uma mobilização ainda mais forte para ajudar Madagascar a reencontrar o caminho da legalidade.

53. Além disso, no quadro de seguimento da supra-referenciada Decisão do Grupo internacional de contacto sobre Madagascar, uma antena desse Grupo está actualmente operacional em Antananarivo. Ela já realizou três reuniões sob a presidência do meu Enviado Especial ao país.

III) Somália

54. Durante o período em análise, e apesar dos esforços do Presidente Sheikh Sharif Sheikh e do seu Governo de levar em consideração alguns líderes tribais, idosos e clérigos Islâmicos influentes com vista a reforçar o apoio interno no sentido de estabilizar o país, tem havido tentativas implacáveis por parte de alguns elementos anti-paz de minar o processo político na Somália. Desde o início de Maio de 2009, os crescentes ataques por parte de insurgentes sobre a capital têm ameaçado inverter as importantes conquistas alcançadas pelo Presidente e seu Governo desde o seu estabelecimento em Mogadíscio, em Janeiro de 2009.

55. Contudo, graças ao contínuo apoio e boa vontade demonstrada pela comunidade internacional para com o Governo e o povo da Somália, o processo de paz de Djibouti continua, em geral, em curso. Neste sentido, o acontecimento mais significativo foi a conferência sobre a Somália realizada em Bruxelas, Bélgica, nos dias 22 e 23 de Abril de 2009, que gerou 213 milhões de \$EU em promessas, para além de promessas em espécie e outros serviços feitos em apoio à AMISON e às Instituições do Sector de Segurança da Somália. A conferência foi acolhida pela UE e co-presidida pelas Nações Unidas e UA. Participei igualmente na conferência, que contou também com a presença de representantes de 60 países e organizações regionais, incluindo o Presidente Sheikh Sharif Sheikh e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

56. No dia 18 de Maio de 2009, o Conselho de Segurança da ONU adoptou uma declaração presidencial na qual reafirmou o seu apoio ao TFG como a autoridade legítima na Somália, no âmbito da Carta Federal de Transição (TFC), e condenou o recente reinício de combates liderados pelo grupo armado al-Shabaab e outros extremistas. O Conselho de Segurança manifestou preocupação em relação aos relatórios que indicam que a Eritreia forneceu armas aos opositores do TFG, em violação ao embargo sobre armas, e apelou o Grupo de Monitoria da ONU para a Somália a investigar o assunto. Na sua resolução 1872 (2009), adoptada a 26 de Maio de 2009, o Conselho de Segurança apelou todas as partes Somalis a apoiar o Acordo de Djibouti.

57. A 20 de Maio de 2009, o Conselho de Ministros do IGAD realizou a sua 33ª Sessão Extraordinária em Adis Abeba, para deliberar sobre a situação na Somália. A reunião notou com muita preocupação a agressão perpetrada contra a Somália e, reconhecendo que os atacantes têm explorado as frágeis fronteiras do país, apelou o Conselho de Segurança a impor uma zona de exclusão aérea sobre o espaço aéreo da Somália, bem como um bloqueio marítimo dos portos de Merka e Kismayo, excepto para fins humanitários. A reunião condenou também todas as pessoas e países, em particular o Governo da Eritreia e seus financiadores, que continuam a instigar, treinar, fornecer e financiar criminosos na Somália, e apelou o Conselho de Segurança a impor sanções contra o Governo da Eritreia.

58. Na sua 190ª reunião realizada a 22 de Maio de 2009, o CPS analisou a situação na Somália à luz do resultado do Conselho de Ministros do IGAD. O Conselho endossou o comunicado do IGAD e solicitou o Conselho de Segurança a impor uma zona de exclusão aérea e um bloqueio dos portos marítimos. Além disso, o CPS solicitou a imposição de sanções contra todas as pessoas e estrangeiros que estão a prestar apoio aos grupos armados envolvidos em actividades de desestabilização na Somália, ataques contra o TFG, a população civil e a AMISOM. O CPS apelou também a todos os Estados Membros da UA a prestar urgentemente todo o apoio necessário, incluindo militar, ao TFG, com vista a permitir que o Governo neutralize os elementos armados que estão a levar a cabo ataques contra o mesmo.

59. O Grupo de Contacto Internacional para a Somália, reunido em Roma, nos dias 9 e 10 de Junho, emitiu uma declaração que apoia as decisões do IGAD e do CPS. O Grupo de Contacto também manifestou apoio ao Governo do Presidente Sharif Ahmed e reconheceu o

importante papel da AMISOM e dos TCCs. O ICG solicitou ainda os membros da comunidade internacional que fizeram promessas em Bruxelas a acelerar o desembolso dos fundos prometidos.

60. Durante o período em análise, o TFG continuou a envidar esforços no sentido de aumentar a sua capacidade. O TFG e o Parlamento Federal de Transição (TFP) registaram progressos significativos na reabilitação e funcionamento das instituições do Estado em Mogadíscio e outras regiões sob o seu controlo. O Governo tem mantido reuniões ministeriais regulares, reformou os mecanismos de colecta de receitas, assinou acordos comerciais e de cooperação com países vizinhos/amigos, criou uma comissão anti-corrupção e iniciou a reorganização das suas forças de segurança. Em Abril de 2009, o Governo aprovou um orçamento trimestral para as áreas prioritárias. No mesmo mês, 343 membros do TFP, numa sessão em Mogadíscio, endossou a implementação da Sharia em toda a Somália, uma decisão que recebeu o apoio interno uma vez que se tratava de umas principais exigências dos grupos da oposição. No dia 13 de Maio de 2009, o Sheikh Sharif Sheikh Ahmed assinou o instrumento que legaliza a Sharia na Somália e prometeu nomear uma comissão de peritos para conciliar o TFG com a implementação da Sharia.

61. A situação de segurança na Somália e em Mogadíscio, em particular, continua volátil. O início do mês de Maio testemunhou ataques sem precedentes por parte dos grupos armados Al Shabaab e Hizbul Islam que tinham como alvo principal o TFG, com bombardeamentos esporádicos sobre as posições da AMISOM em Mogadishu. Apesar da determinação dos insurgentes de derrubar o TFG, há evidências que indicam que tanto a Al Shabaab como a Hizbul Islam estão envolvidos em conflitos internos, resultando em significativas deserções para o TFG e fragmentação dos grupos armados. Um grande número de combatentes estrangeiros, que se apelidam de Mujaheedeen, estão envolvidos na actual ofensiva e, na maioria dos casos, perpetuam ataques em Mogadíscio e em outras regiões.

62. O recente aumento das actividades dos insurgentes e os confrontos resultantes entre estes e as forças governamentais levou à pesadas baixas civis e deslocamento massivo de pessoas. Até 25 de Maio de 2009, um número estimado em 60 000 pessoas tinha sido desalojada de Mogadíscio para vários locais. As agências humanitárias tem continuado a prestar a assistência necessária sob condições cada vez mais arriscadas. A situação humanitária tem sido exacerbada pela seca.

63. A actual força militar da AMISOM em Mogadíscio situa-se em 4274 soldados, composta por 3 batalhões da UPDF do Uganda e 2 do Burundi. A AMISOM continua com um défice de 4 batalhões, uma vez que a sua força devia ser composta por 9 batalhões de infantaria, além dos componentes marítima e aérea. A actual força policial da AMISOM inclui uma equipa de comando composta por seis oficiais e 89 agentes da polícia-formadores, assessores e conselheiros que, conforme o previsto, deslocar-se-ão a Mogadíscio dentro das próximas semanas para iniciar a importante tarefa de treinar os 10 000 Agentes da Polícia Somalis, em conformidade com o Acordo de Djibouti.

64. Nos seus esforços de envio de tropas, a Comissão está actualmente a trabalhar em coordenação com os Estados Membros da UA e parceiros para assegurar o rápido envio de um batalhão da Sierra Leone. Entretanto, estão em curso medidas para o envio do terceiro batalhão Burundês, bem como para o início da transferência do comando da missão civil da AMISOM de Nairobi para Mogadíscio.

65. Na sua Resolução 1863 (2009), o Conselho de Segurança da ONU solicitou o Secretário-Geral a apresentar o seu parecer antes da decisão do Conselho relativamente ao estabelecimento de uma operação de manutenção de paz da ONU na Somália como uma força de reforço da AMISOM. No seu relatório para o Conselho de Segurança, datado de 16 de Abril de 2009, o Secretário-Geral indicou que, embora o envio de uma força de manutenção de paz multi-dimensional da ONU deva continuar a ser o objectivo da ONU, a realização deste objectivo exigiria a satisfação de certas condições. Recomendou, portanto, uma abordagem gradual. Entretanto, o Conselho de Segurança solicitou a UA a manter e aumentar o desdobramento da AMISOM. Saudou os esforços da Missão de proteger as principais zonas estratégicas em Mogadishu e encorajou-a a continuar a assistir o TFG na criação de instituições de segurança da Somália.

66. Em conformidade com a Resolução 1863 (2009), o Secretário-Geral da ONU, numa carta datada de 30 de Janeiro de 2009 ao Conselho de Segurança, apresentou os detalhes do apoio a ser prestado à AMISON e a ser financiado a partir das contribuições estatutárias, constituído por logística, equipamento e serviços de apoio à missão normalmente prestados para uma operação de manutenção de paz da ONU desta dimensão, e apoio financeiro dos Estados Membros da ONU, através de um Fundo Fiduciário. Gostaria de informar que ao Conselho que, no dia 7 de Abril de 2009, a Assembleia Geral aprovou a primeira fase do pacote de apoio logístico da ONU para a AMISOM, no valor 71.6 milhões de \$EU. Gostaria também de informar ao Conselho que a Comissão e o Secretariado da ONU estão no processo de finalização do Memorando de Entendimento que definirá as modalidades para a implementação do pacote de apoio.

67. Foram registados progressos significativos no processo político ao longo dos últimos meses. O Governo inclusivo do Presidente Sheikh Sharif Ahmed está a fazer esforços sustentados com vista a fortalecer o processo político e consolidar os ganhos alcançados para a reconciliação. Neste sentido, apelo a todos os intervenientes Somalis a demonstrar o espírito de compromisso e espaço necessário para promover a paz, segurança e a reconciliação no seu país. Ao mesmo tempo, o TFG continua a enfrentar grandes desafios, que vão desde ataques implacáveis levados a cabo por grupos armados a fraca capacidade institucional e graves constrangimentos financeiros. Neste contexto, a importância da continuação da prestação de apoio por parte da comunidade internacional precisa ser mais reiterada.

IV) Relações entre Djibouti e Eritreia

68. O Conselho irá recordar que a 14 de Janeiro de 2009, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1862 (2009), na qual exortava a Eritreia e o Djibouti a resolverem a sua disputa fronteiriça de forma pacífica. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança, após observar que o Djibouti havia retirado as suas forças para o *status quo ante*, exigiu, entre outras coisas, que a Eritreia, o mais tardar cinco semanas após a adopção da resolução, retirasse as suas forças e todo o seu equipamento para o *status quo ante*, reconhecesse a sua disputa fronteiriça com o Djibouti e se envolvesse activamente num dialogo e esforços diplomáticos para chegar a uma solução.

69. Numa carta ao Conselho de Segurança datada de 30 de Março de 2009, o Secretário-Geral salientou que não tinha nenhuma informação de que a Eritreia havia cumprido com as exigências contidas na resolução 1862. Reiterou também que a Eritreia continua a insistir que não ocupou qualquer terra que pertence ao Djibouti e não pode aderir a uma resolução que exige a retirada das suas forças do seu próprio território.

V) Sudão

- **Implementação do AGP**

70. Durante o período em análise, a Comissão continuou a acompanhar de perto e a apoiar a implementação do Acordo Geral de Paz (AGP). Apesar dos desafios que o processo enfrenta, as partes Sudanesas têm continuado firmes nos seus compromissos com vista a assegurar a implementação bem sucedida do AGP. Em Janeiro, o povo Sudanês celebrou o quarto aniversário do AGP em Malakal, Sul do Sudão. As celebrações contaram com a presença tanto do Presidente, Omar Hassan Al Bashir como do Primeiro Vice-Presidente, Salva Kiir Mayardit, que mostraram um espírito de camaradagem, o que é essencial para a implementação bem sucedida do AGP.

71. Apesar de algumas escaramuças que tiveram lugar no Alto Nilo e nos Estados de Jongeli, o Protocolo de Cessar-Fogo entre o Norte e o Sul continua vigente. Além disso, o AGP permitiu que tanto o Governo de Unidade Nacional (GUN) como o Governo do Sul do Sudão (GoSS) continuassem em funcionamento. Entretanto, a Assembleia Nacional Provisória (INA) continuou a aprovar leis nacionais. Do mesmo modo, a Assembleia Legislativa Provisória do Sul do Sudão (ILA) tem aprovado leis que regem a região do Sul do Sudão.

72. Dado que um dos principais objectivos do AGP é a transformação do Sudão num Estado democrático através de eleições, a promulgação da Lei Eleitoral e a subsequente criação da Comissão Nacional de Eleições (CNE) afiguram-se importantes marcos na implementação do Acordo. Neste sentido, o processo eleitoral, conforme indicado no “Calendário para Eleições, iniciou em Abril de 2009, com a delimitação dos círculos eleitorais, e irá terminar com a organização de eleições e anúncio dos resultados finais em Fevereiro de

2010. O GUN, através da CNE, convidou todas as partes em questão e instituições internacionais interessadas a assistir e observar o processo eleitoral. Neste sentido, a Comissão tomará todas as medidas necessárias para garantir a plena participação da UA na observação das eleições em estreita colaboração com a CNE.

73. Como o Conselho irá recordar, as fronteiras de Abyei têm ainda de ser acordadas. Dentro do contexto do “Roteiro de Abyei” assinado em Junho de 2008, as partes concordaram em resolver a sua disputa remetendo o assunto ao Tribunal Permanente de Arbitragem (PCA), em Haia. Comprometeram-se a respeitar o resultado do PCA e a implementá-lo fielmente. Prevê-se que o Tribunal tome a sua decisão no dia 22 de Julho de 2009. Num comunicado de imprensa emitido a 20 de Maio de 2009, exortei as partes a respeitar a decisão do PCA como definitiva e vinculativa.

74. Registou-se também alguma dificuldade na delimitação da fronteira Norte-Sul e, como resultado, ainda não foi concluída. O Comité de Fronteiras só conseguiu, portanto, um terço da fronteira Norte-Sul. Contudo, em Maio de 2009, a Presidência Sudanesa instruiu o Comité a concluir a delimitação fronteiriça até Setembro de 2009 e a demarcação até Dezembro de 2009.

75. A conclusão do 5º Censo da População do Sudão em 2008 marcou um passo encorajador na implementação do AGP. O Acordo estabelece que a representação do Norte e do Sul a nível nacional deve basear-se no rácio da população. Quando os resultados do Censo foram publicados em Maio de 2009, o GUN contestou-os. Entretanto, o Conselho Sudanes do 5º Censo da População informou que o Censo foi realizado de forma profissional em todo o Sudão. Consequentemente, entregou os resultados à CNE para iniciar a delimitação dos círculos eleitorais em preparação para as eleições. As partes estão a trabalhar no sentido de chegar a um consenso sobre como prosseguir o assunto.

76. O outro desafio para o AGP está relacionado com a Lei de Referendo que devia ser aprovada pelo INA no início do terceiro ano do processo de implementação. Até à data, esta lei ainda não foi aprovada. Contudo, as partes Sudanesas informaram à Comissão de Avaliação (CA) que o Projecto de Lei do Referendo está agora perante a Comissão Nacional de Revisão Constitucional (CNRC), indicação de que estão a ser registados progressos no que diz respeito à lei.

77. O aumento de insegurança no Sul do Sudão é uma outra ameaça ao processo de implementação do Acordo Geral de Paz. Esta situação é alegadamente causada pela proliferação de armas de pequeno porte no seio da população civil. É ainda mais agravada pela falta de uma força de segurança bem treinada e disciplinada capaz de fazer face à situação de insegurança em algumas zonas no Sul. Há informações de que o processo em curso de DDR deixou alguns antigos combatentes com as suas armas no Sul do Sudão. Embora tenham sido feitas promessas de fundos tanto pelo GoUN como pela comunidade internacional, o processo ainda não alcançou os resultados desejados.

78. O Conselho recorda que as Unidades Integradas Conjunta (JIUs) visam formar um núcleo das futuras Forças Armadas Nacionais do Sudão, se o resultado do referendo confirmar a unidade do país. O Acordo Geral de Paz (CPA) providencia para que a constituição, formação, missão e colocação das JIUs no terreno seja concluída num período máximo de 21, meses depois da assinatura do CPA. Embora as JIUs tenham sido constituídas, a sua formação e colocação no terreno tem sido adiada. Diz-se que as hostilidades que se desencadearam em Abyei em 2008, bem como em Malakal, em Fevereiro de 2009, tiveram origem no seio das JIUs.

79. O Conselho nota ainda que, em 2003, em Maputo, a UA instituiu um Comité Ministerial para a Reconstrução Pós Conflito do Sudão, de 24 a 31 de Maio de 2009. O objectivo da missão era avaliar as actividades realizadas desde a sua formação e recomendar os Estados Membros sobre como melhor apoiar os esforços do Sudão de reconstrução pós-conflito e desenvolvimento, no contexto da implementação do CPA.

80. O processo de implementação do CPA atingiu um dos seus momentos decisivos. As eleições gerais Sudanesas estão marcadas para Fevereiro de 2010. No entretanto, várias questões precisam ser resolvidas para facilitar eleições livres e justas. Além disso, faltam apenas 19 meses para a realização do Referendo de 2011 que vai decidir o futuro do país. Embora as partes tenham a responsabilidade primária de atingir os objectivos do CPA, é crucial que a comunidade internacional garanta o apoio necessário ao processo de implementação em curso, conforme foi o caso durante a fase de negociação no Quénia.~

- **Darfur**

81. Um dos maiores destaques do período em análise foi a decisão da Câmara I de Pré - Julgamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), a 4 de Março de 2009, de emitir um mandado de captura contra o Presidente Omar Hassan Al Bashir por crimes de guerra contra a humanidade. Num comunicado emitido no mesmo dia, manifestei-me profundamente preocupado com as consequências transcendentais daquela decisão, que acontece numa conjuntura crítica do processo de promoção da reconciliação e governação democrática no Sudão. Sublinhei que o respeito pela justiça deve ser observado de forma a não impedir ou perigar a promoção da paz. Recordei-lhes que foi por causa destas preocupações que o CPS solicitou que o Conselho de Segurança, de acordo com as disposições do Artigo 16 do Estatuto e Roma, adie o processo instaurado pelo TPI. No dia 8 de Março de 2009, encabecei uma delegação da UA a Cartum para reunir com o Presidente Sudanês e outros altos funcionários para discutir os desenvolvimentos inerentes ao processo do TPI.

82. Entretanto, o CPS reuniu-se a 5 de Março de 2009 para avaliar a situação. Naquela ocasião, o CPS exprimiu profunda preocupação pela decisão da Câmara Pré-Julgamento e exortou todos os intervenientes Sudaneses, incluindo o Governo Sudanês, a ser o mais comedido possível, a cumprir as suas obrigações internacionais e a continuar comprometidos na busca da paz e da estabilidade em Darfur. O CPS lamenta profundamente que, apesar dos riscos colocados pelo actual processo do TPI à busca da paz e a estabilidade no Sudão, o Conselho de Segurança não analisou com a devida atenção o pedido feito pela UA para que

invocasse o artigo 16 do Estatuto do TPI. O CPS apelou, uma vez mais, o Conselho de Segurança a exercer os seus poderes de adiamento e solicitou a Comissão a continuar a engajada com o Conselho de Segurança e a mobilizar apoios para a posição da UA. Finalmente, o CPS reiterou o apelo da UA ao Governo do Sudão para dar passos imediatos e concretos para investigar as violações de direitos humanos em Darfur e levar os perpetradores a justiça.

83. Poucos dias depois da decisão do TPI o Governo do Sudão expulsou 13 ONGs humanitárias internacionais e três ONGs locais de Darfur sob pretexto de estes terem passado informação ao TPI. Foi constituída uma missão de avaliação conjunta composta de representantes do Governo Sudanês e várias agências da ONU para avaliar a situação. A missão concluiu que quatro áreas de assistência foram especificamente afectadas: (i) alimentação, (ii) saúde e nutrição, (iii) produtos não alimentar e abrigo de emergência, e (iv) água, saneamento e higiene. Foram sugeridas medidas de imergência e implementadas posteriormente, e foram acordadas várias medidas sustentáveis, incluindo o registo de novas ONGs Internacionais, pelas várias agências humanitárias e o Governo.

84. Recorde-se que, na sua 12ª Sessão Ordinária, a Conferência da União deu o seu apoio total à decisão tomada pelo CPS, na sua 142ª reunião realizada em Adis Abeba, a 21 de Julho de 2008, para solicitar a Comissão a estabelecer um Painel independente de Alto Nível integrado por distintas personalidades Africanas, com o mandato de examinar com profundidade a situação em Darfur e submeter as recomendações sobre como melhor abordar as questões de responsabilização e combate a impunidade, por um lado, a questão da paz, reconciliação e recuperação, por outro lado, de uma maneira geral e efectiva. O Painel foi inaugurado no dia 19 de Março sob a liderança do seu Presidente, o ex-Presidente Sul-africano, Thabo Mbeki. Subsequentemente, o Painel viajou para o Sudão de 1 a 4 de Abril de 2009, realizando uma série de reuniões com vários intervenientes, incluindo o Presidente do Sudão. O Painel fez uma segunda visita ao Sudão de 15 a 23 de Maio de 2009, para um envolvimento intensivo com as partes Sudanesas. O Painel visitou ainda a Líbia, Egipto, Chade e Qatar, de 23 de Abril a 4 de Maio de 2009, para consultas sobre questões pertinentes ao seu mandato. Como parte do seu programa de trabalho, o Painel vai realizar auscultações públicas em Cartum e Darfur, de 16 a 25 de Junho de 2009, para ouvir as opiniões dos intervenientes Sudaneses, e vai consultar os intervenientes internacionais no princípio de Julho de 2009, em Adis Abeba. Espera-se que o Painel apresente o seu relatório no fim de Julho de 2009.

85. Na seqüência da Decisão 221(XII) adoptada pela Conferência, na sua 12ª Sessão Ordinária, a Comissão convocou os países Africanos Estados Partes do Estatuto de Roma, de 8 a 9 de Junho de 2009, em Adis Abeba, com vista a trocar idéias sobre o trabalho do TPI em relação a África, particularmente à luz dos processos instaurados contra personalidades Africanas, e submeter as recomendações oriundas da reunião. O relatório geral sobre o resultado da reunião será submetido ao Conselho Executivo.

86. O período em análise foi também marcado por esforços contínuos para revigorar o processo de paz. A 17 de Fevereiro de 2009, o GUN do Sudão e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM) assinaram um Acordo de Boa Vontade e Instauração da Confiança para Solução do Problema de Darfur, como resultado das conversações de paz realizadas em Doha sob a mediação do Mediador Chefe Conjunto da UA-ONU, Djibrill Bassole e o Governo do Qatar. Contudo, depois da emissão do mandado de captura contra o Presidente do Sudão e a subsequente expulsão de um número de ONGs internacionais, o JEM decidiu suspender a sua participação nas conversações, acusando o Governo de violar o Acordo de Boa Vontade e afirmando que apenas retomará as conversações se as ONGs expulsas forem reinstaladas e a troca de prisioneiros for efectivada. Durante este período, as confrontações militares entre o JEM e as Forças de Minni Minawi, bem como as do Governo do Sudão, tiveram lugar no Norte de Darfur, particularmente em Umm Baru e Kornoï. Tenho o prazer de informar que, graças aos esforços dos parceiros regionais e internacionais, em particular do Enviado Especial dos EUA em Darfur, o JEM retomou a sua participação nas conversações desde princípios de Maio. Além disso, de 3 a 15 de Março em Trípoli, Líbia, um número de movimentos assinaram o Pacto de Trípoli para participar nas conversações de Doha como uma delegação com uma posição única. Uma delegação do Pacto de Trípoli viajou para Doha, onde vai realizar as discussões preliminares com a mediação.

87. A situação de segurança foi relativamente calma durante o período em análise mas experimentou pontos de alta tensão, especialmente em Janeiro e Fevereiro de 2009, com fortes combates entre as forças do Governo do Sudão (GoS) e do JEM para o controlo da cidade de Muhajeria e, em Março, os combates em redor de Muhajeria provocaram um forçado movimento massivo das populações. O período em revista foi ainda caracterizado por aumentos significativos em actos criminosos. No dia 17 de Março de 2009, um Nigeriano membro da força de manutenção da paz foi morto quando a sua patrulha foi atacada por atiradores desconhecidos. De acordo com as decisões tomadas na reunião do Mecanismo Tripartido sobre o Destacamento da UNAMID a 19 de Janeiro de 2009, o Governo do Sudão destacou 183 polícias em El Fasher para reforçar a capacidade da polícia do GoS na região e garantir um perímetro de segurança ao redor das instalações da Missão.

88. Desde 8 de Junho de 2009, foram destacadas em Darfur 13,455 tropas (69%) do contingente militar de 19,555 tropas autorizadas pela resolução 1769 do Conselho de Segurança da ONU. Dos 18 batalhões necessários, 12 foram completamente destacados em termos de pessoal. A UA-ONU realizou visitas conjuntas de pré-destacamento para avaliar a prontidão dos países que prometeram tropas. Continuam a existir graves lacunas nas áreas da aviação e facilitação de forças. Neste contexto, saudei a decisão do Governo Etíope de fornecer 5 helicópteros. Relativamente à polícia, foram destacados, 2479 (39%) efectivos da força autorizada, incluindo 5 Unidades Formadas da Polícia (FPU) Vale notar que o Mecanismo de Coordenação Tripartido responsável pela facilitação o destacamento da UNAMID reuniu-se três vezes durante ao período em análise. Este chegou a conclusão que quase todas as suas decisões foram totalmente implementadas pelos vários parceiros.

89. Em conclusão, continuam a ser necessários esforços sustentáveis para um fim definitivo do conflito em Darfur. Exorto as partes a mostrar a vontade política e coragem. Saúdo o progresso feito em relação ao destacamento da UNAMID. Finalmente, gostaria de exprimir os meus sinceros agradecimentos ao Painel de Alto Nível da UA sobre Darfur pelo trabalho que vem realizando. Estou confiante que as suas recomendações irão ajudar a apoiar as partes a alcançar a tão ansiada paz duradoira e reconciliação do povo de Darfur e, na realidade, do Sudão com um todo.

VI) *Burundi*

90. O processo de implementação dos acordos de 2006 fez progressos significativos, nomeadamente desde a Cimeira da Iniciativa Regional realizada em Bujumbura a 4 de Dezembro de 2008. Nessa ocasião, as duas partes intervenientes no processo de paz, a saber o Governo e o PALIPEHUTU-FNL, tinham assumido compromissos determinantes para a continuação do processo. Assim, a partir de 17 de Janeiro de 2009, o presidente do FNL fez uma declaração através da qual se comprometeu em nome do seu movimento a renunciar à luta armada. A 13 de Março, o facilitador criou um Comité ad hoc compreendendo representantes da Facilitação, do Governo e do FNL para acelerar o processo, A 16 de Março, 3.500 ex-combatentes do Palipehutu/FNL foram reunidos na zona de Rubira.

91. A 8 de Abril de 2009, o Facilitador reuniu a Direcção Política e o Comité ad hoc em Pretoria a fim de avaliar os progressos realizados e decidir o caminho a seguir. A reunião deliberou, entre outras coisas a integração de 33 quadros civis do FNL na Administração, na diplomacia e em órgãos públicos do Estado; a libertação dos últimos presos políticos e de guerra do FNL; a integração de 3.500 antigos combatentes do FNL no exército (40%) e nos serviços de segurança (60%); a desmobilização de 5.000 antigos combatentes. Além disso, a reunião decidiu que se devia assumir a responsabilidade pelas crianças associadas ao Movimento e desmobilizar 1.000 mulheres. De regresso a Bujumbura, o Comité ad hoc traduziu estas decisões num Plano de Acção relativo, entre outras coisas, à desmobilização do chefe do Movimento, a 18 de Abril de 2009, o que abriu a via ao desarmamento de todos os combatentes e, por conseguinte, à aprovação do FNL como partido político a 21 de Abril de 2009.

92. É neste contexto que os Enviados Especiais para o Burundi se reuniram em Bujumbura, a 27 de Maio de 2009. Constataram os progressos assim realizados e tomaram decisões importantes, entre as quais a criação duma nova estrutura designada “Parceria para a Paz no Burundi”. Compreendendo a Direcção Política (UA, Nações Unidas, UE, Tanzânia e Uganda), o Secretariado Executivo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e o Secretariado Executivo do Escritório das Nações Unidas no Burundi (BINUB), a Parceria para a Paz no Burundi está encarregue de apoiar e acompanhar a continuação do processo de paz durante o período preparatório das eleições gerais de 2010. Concretamente, tem como mandato acompanhar e avaliar a situação política e securitária no país, trabalhar para o estabelecimento dum ambiente propício para a preparação e a organização das eleições e prestar contas à iniciativa regional.

93. No seio da Parceria para a Paz no Burundi, a UA está nomeadamente encarregada da preparação e do acompanhamento dos processos de desmobilização e de reintegração de antigos combatentes, incluindo as mulheres associadas ao FNL. Neste quadro, a UA deve assegurar o acompanhamento do fornecimento de víveres aos antigos combatentes acantonados.

94. A reunião dos Enviados Especiais também conseguiu pôr de acordo os intervenientes políticos burundeses sobre a composição duma Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), incumbida de organizar as eleições de 2010. O Presidente da CENI reuniu-se imediatamente com os representantes da comunidade internacional aos quais apresentou os pedidos do seu órgão. Após exame, os representantes da comunidade internacional criaram um “Comité Estratégico de Apoio ao Processo Eleitoral”, compreendendo os embaixadores dos países parceiros do processo, os representantes de BINUB, PNUD, UA e o Secretariado Executivo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. O Comité estratégico é apoiado por um comité técnico encarregue nomeadamente de servir de estrutura operacional e de apoiar tecnicamente a CENI. A reunião recomendou finalmente que seja terminado o mandato da Força Especial de Protecção da UA (FSPUA) e que seja mantida até ao fim do ano a Unidade de Protecção de Personalidades, data em que a Unidade Conjunta de Protecção FNL-Governo estará operacional.

95. Gostaria de felicitar as partes burundesas pela vontade política que continuam a demonstrar. Exorto-as a perseverar nesta via a fim de criarem condições favoráveis à preparação e ao bom desenrolar das eleições de 2010. Por seu lado, a UA continuará a apoiar os esforços envidados para uma saída duradoura da crise.

VII) República Democrática do Congo (RDC)

96. Em Janeiro último, informei o Conselho sobre os acontecimentos no leste do Congo, desde a ofensiva lançada a 28 de Agosto a 2008 por elementos do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP) do general dissidente Laurent Nkunda contra as Forças Armadas da RDC (FARDC). Sublinhei que a mobilização da comunidade internacional, incluindo a UA, tinha permitido instaurar um cessar-fogo unilateral e iniciar um diálogo directo entre o Governo e o CNDP, em Nairobi, com a facilitação de Enviados Especiais do Secretário Geral das Nações Unidas e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos. O processo de paz em Nord Kivu teve desde então progressos notáveis.

97. Iniciado a 8 de Dezembro de 2008, este diálogo directo desenrolou-se num contexto regional marcado pela intensificação de concertações entre os governos da RDC e do Ruanda no quadro da implementação do Comunicado de Nairobi de 9 de Novembro de 2007, visando a neutralização das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR) acantonadas no leste da RDC, bem como a cisão interna no seio do CNDP, a proclamação do fim da guerra pelo chefe de estado maior do CNDP seguida de imediato pela dos grupos armados congolezes a operar em Nord Kivu e a prisão do general NKunda no Ruanda. Esta sucessão de importantes acontecimentos permitiu acelerar o processo de paz nos dois Kivus.

98. Aplicando o Plano de Operações acordado em Goma, a 5 de Dezembro de 2008, elementos das Forças de Defesa do Ruanda (FDR) entraram em Nord Kivu a 20 de Janeiro de 2009, para apoiar as FARDC numa operação de neutralização das FDLR. A operação, que durou 35 dias antes do regresso ao Ruanda dos elementos das FDR, como inicialmente acordado entre os dois governos, teve um sucesso real e permitiu, sobretudo, restaurar de forma substancial a confiança entre a RDC e o Ruanda. Após a retirada das FDR, as FARDC, apoiadas pela MONUC, continuaram a perseguir as FDLR que, por seu lado, exercem represálias contra populações civis em várias localidades de Nord Kivu.

99. No quadro do reforço da cooperação entre os governos congolês e ruandês, a Ministra dos Negócios Estrangeiros ruandesa efectuou uma visita de trabalho a Kinshasa, de 27 a 28 de Março de 2009. As duas partes tiraram lições da operação e concordaram, entre outras coisas, em continuar a lutar contra as FDLR em toda a parte em que estas se encontrem. Os dois ministros também discutiram a questão da extradição do general NKunda na RDC e a este propósito combinaram referir o caso aos seus Ministros da Justiça para solicitar a sua opinião jurídica.

100. É neste contexto de redução de tensão regional que o diálogo directo iniciado a 8 de Dezembro em Nairobi teve como resultado a assinatura dum Acordo entre as partes, em Goma, a 23 de Março de 2009. Nos termos deste Acordo, as duas partes reafirmaram o “carácter intangível e inalienável dos princípios fundamentais da Constituição da República, particularmente os relativos à soberania nacional, à integridade territorial, à inviolabilidade das fronteiras nacionais, ao carácter republicano e apolítico das forças armadas e da polícia nacional”. Nos dispositivos do Acordo, as duas partes acordam, entre outras coisas:

- a transformação do CNDP em partido político ;
- a libertação dos presos políticos do CNDP e o seu transporte pelo governo para os seus locais de residência, conforme o termo de compromisso de Goma;
- a promulgação pelo governo duma lei de amnistia abrangendo o período de Junho de 2003 à data da promulgação da lei;
- promoção de reconciliação e boa vizinhança entre as comunidades;
- o regresso dos refugiados e pessoas deslocadas internamente;
- declarar “zonas sinistradas” as províncias de Nord Kivu e Sud Kivu; e
- proceder com diligência à reforma do exército e dos serviços de segurança.

101. O Acordo trata, além disso, de várias outras questões específicas, entre as quais a reinserção profissional de quadros do CNDP, o restabelecimento da autoridade do Estado nos territórios outrora sob o controlo do CNDP e os feridos de guerra. Finalmente, o Acordo cria um Comité Internacional de acompanhamento compreendendo as Nações Unidas, a UA e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, através dos dois co-facilitadores.

102. Os outros dois Acordos foram assinados, entre o governo e os grupos armados congolese de Nord Kivu, por um lado, e entre o governo e os grupos armados congolese de Sud Kivu, por outro lado. Estes acordos, são, no espírito e na letra, semelhantes ao assinado com o CNDP. Os grupos armados confirmam aí a sua declaração de fim da guerra e, para os

que o desejarem, a sua decisão de se converter em partido político. Por seu lado, o governo comprometeu-se a libertar os presos e a promulgar uma lei de amnistia.

103. A 30 de Abril de 2009, o Primeiro Ministro assinou o decreto que suporta a criação, a organização e o funcionamento do Comité Nacional de Acompanhamento da Implementação dos três Acordos. Esta estrutura nacional é constituída por três comités paritários de acompanhamento, à razão de um por acordo. Os Comités paritários estão incumbidos de zelar pela implementação eficaz dos acordos e pela consolidação do processo de paz. Por outro lado, pelo mesmo decreto, o Primeiro Ministro procedeu à nomeação de animadores de vários comités.

104. Gostaria de informar o Conselho que uma cerimónia organizada em Dungou, na província oriental, a 15 de Março de 2009, assinalou a partida da RDC das tropas ugandesas que participaram na operação realizada conjuntamente pelo Uganda, a RDC e o Sul do Sudão contra o Exército de Resistência do Senhor (LRA) de Joseph Kony, entrincheirado no nordeste do Congo. Desencadeada a 14 de Dezembro de 2008, esta operação tinha ocasionado represálias mortíferas contra as populações civis congolosas por elementos do LRA. Esta retirada aconteceu depois dum encontro entre os Presidentes Joseph Kabila e Yoweri Museveni, a 4 de Março, na localidade fronteiriça de Kasindi, em território congolês. Durante esta reunião destinada a avaliar as operações militares contra a LRA, os dois Chefes de Estado retomaram de imediato as suas relações políticas, interrompidas em 1998, através da troca imediata de Embaixadores.

viii) *Relações entre o Sudão e o Chade e outros acontecimentos*

105. O Conselho deve lembrar-se que a assinatura do Acordo de Dakar, a 13 de Março de 2008, e as reuniões regulares do Grupo de Contacto que instituiu tinham suscitado a esperança duma normalização duradoura das relações entre o Chade e o Sudão. A retomada das relações diplomáticas entre os dois países e a troca de embaixadores, a 9 de Novembro de 2008, tinham reforçado esta convicção da comunidade internacional. Apesar das dificuldades encontradas e das tensões esporádicas nas relações entre os dois países, continuam a verificar-se progressos. Assim, a 3 de Maio de 2009 em Doha, sob a égide do Qatar e da Grande Jamahiriya Árabe da Líbia, os dois países assinaram um Acordo através do qual se comprometeram a uma reconciliação e a um controlo da fronteira comum.

106. É neste contexto que a situação se deteriorou de novo gravemente. Com efeito, a 4 de Maio de 2009, a União das Forças da Resistência (UFR), uma coligação das forças rebeldes criadas em Janeiro de 2009, lançou um ataque a Este do Chade, na região de Gos-Beida. Num comunicado de 4 de Maio, o governo chadiano acusou o Sudão de ter desencadeado uma "agressão programada contra o Chade". O Sudão desmentiu a acusação, fazendo também acusações contra o Chade quanto ao seu apoio a certos movimentos rebeldes de Darfur.

107. Num comunicado de 5 de Maio, condenei de imediato o recurso à força como meio de resolução de situações de tensão e de crise e apelei as partes interessadas à moderação e ao

sentido de responsabilidade. Sublinhei que esta escalada era ainda mais desastrosa por acontecer depois do Acordo de 3 de Maio de 2009. A este respeito, solicitei o respeito escrupuloso pelos compromissos assumidos bem como pelos princípios pertinentes da UA para que a região consiga ultrapassar as dificuldades actuais e perseverar na busca da paz, estabilidade e segurança. Por seu lado, o CPS, aquando da sua reunião de 8 de Maio de 2009, condenou vigorosamente estes ataques e reafirmou a rejeição e condenação pela UA de qualquer tentativa de desestabilização e de mudança anticonstitucional de governo. O CPS exigiu aos Estados da região que tomem sem tardar as disposições necessárias para evitar que os seus territórios sejam utilizados para actividades criminosas e de desestabilização. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa declaração presidencial datada do mesmo dia, condenou o ressurgimento de incursões militares no leste do Chade por grupos armados chadianos vindos do exterior, sublinhou o carácter inaceitável de qualquer tentativa de desestabilização do Chade pela força e lançou um apelo ao Sudão e ao Chade para que respeitem e honrem os seus compromissos mútuos.

108. Ao mesmo tempo que incentivo os esforços iniciados pelo Qatar no quadro das negociações de Doha, gostaria de exortar os co-presidentes do Grupo de Contacto a dedicar-se de novo à tarefa a fim de concluírem o excelente trabalho que realizaram no quadro do Acordo de Dakar, que é o quadro privilegiado para unir esforços a fim de encontrar uma solução para a crise entre o Chade e o Sudão. Finalmente, após a sua 6ª reunião em N'Djamena, a 15 de Novembro de 2008, o Grupo de Contacto não conseguiu realizar a sua 7ª reunião, que devia ter lugar em Cartum em fins de Fevereiro de 2009. Consequentemente, a planificação técnica do destacamento militar para a vigilância da fronteira comum pelos países do Grupo de Contacto não pôde continuar.

109. Convém notar que a 11ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado da CEN-SAD, teve lugar na Líbia a 29 e 30 de Maio de 2009 e contou com a participação do Presidente do Chade e o do Sudão. A reunião exortou os dois países a resolver fraternalmente o seu conflito e a pôr termo à tensão nas suas relações. Depois da reunião, o Presidente Déby declarou que partia com a esperança de ver resolvida a crise entre os dois países graças à assistência do Líder Líbio, das Nações Unidas e de outros países amigos.

110. A situação humanitária no leste do Chade continua extremamente preocupante. As inúmeras organizações de ajuda humanitária continuam a prestar uma assistência preciosa a cerca de 250.000 refugiados sudaneses e 166.000 pessoas deslocadas bem como a 700.000 pessoas afectadas pela crise. Todavia, a insegurança continua a ser o principal obstáculo às operações humanitárias e ao regresso das pessoas deslocadas aos seus lares.

111. Desde meados de Janeiro de 2009, os confrontos entre as facções rebeldes e as forças armadas da RCA causaram um fluxo de refugiados na região chadiana de Salamet, provenientes do nordeste da RCA. O HCR calculou em cerca de 16.000 o número de novos refugiados no Chade.

112. No quadro das negociações entre os partidos da maioria presidencial e os partidos da oposição democrática, no âmbito do Acordo de 13 de Agosto de 2007, foram adoptadas duas leis importantes pela Assembleia Nacional Chadiana relativas à Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) e ao Código Eleitoral. No entanto, desde o mês de Dezembro de 2008, a Coligação de partidos da oposição denunciou constantemente estas duas leis porque não respeitam o Acordo. A Coligação considera, em particular, que a CENI não é independente. Apesar de inúmeras reuniões entre a maioria presidencial e a oposição e um encontro da CPDC, a 5 de Março de 2009, com o Presidente Idriss Déby Itno, garante do Acordo, a situação continua num impasse. Na sequência da mediação de dois juristas cedidos pela OIF, as duas partes aceitaram um compromisso que consiste na adopção dum projecto de decreto definindo certas modalidades de aplicação da lei sobre o Código Eleitoral e a criação duma CENI. Apraz-me notar que, além das duas leis já citadas, as relativas ao Estatuto da Oposição Política e à Carta dos Partidos Políticos, foram também adoptadas pelo governo, permitindo assim continuar o processo de diálogo com a oposição democrática. O recenseamento geral da população, que é igualmente um elemento importante do processo, foi realizado de 20 de Maio a 20 de Junho de 2009.

IX) República Centro-Africana (RCA)

113. Durante o período em análise, a Comissão continuou a acompanhar a evolução da situação na República Centro-Africana (RCA). O fim do diálogo político inclusivo (DPI), que se realizou em Bangui de 8 a 20 de Dezembro de 2009, deixou entrever um regresso a uma via política tranquila. Aplicando as recomendações do DPI, o Presidente François Bozizé procedeu à formação dum novo governo a 19 de Janeiro de 2009, integrando alguns membros da oposição democrática e do exército. Em seguida, o Comité acompanhou as recomendações do DPI e foi criado um comité ad hoc encarregado de proceder à nova leitura do Código Eleitoral.

114. É neste contexto que os Representantes/ Enviados especiais da UA, das Nações Unidas, da OIF e do Presidente El Hadj Omar Bongo tiveram a sua segunda reunião, a 26 e 27 de Janeiro de 2009, em Libreville. O meu enviado especial para a RCA participou nesta reunião.

115. Depois de intensivos debates, o Comité de Acompanhamento conseguiu adoptar a composição do Comité Director, bem como o calendário das actividades do programa DDR, que deve ser implementado em aplicação do Acordo de Paz Global. O Comité Director teve a sua primeira reunião em Bangui a 3, 4 e 5 de Fevereiro de 2009. Adoptou o seu regulamento interno, o estatuto do combatente centro-africano e um cronograma detalhado de todo o programa DDR. A UA participou nesta reunião.

116. Apesar de terem sido adoptadas disposições práticas a fim de permitir aos dirigentes dos grupos armados presentes (Exército Popular para a Restauração da Democracia – APRD, União das Forças para a Democracia e a União – UFDR, Movimento de Libertadores Centro-Africanos para a Justiça – MLCJ e União das Forças Republicanas – UFR) proceder ao recenseamento dos seus combatentes para iniciar a execução efectiva do programa, elementos da Frente Democrática do Povo Centro-Africano (FDPC) atacaram, a 21 de

Fevereiro de 2009, a aldeia de Batangafo. Em seguida, num comunicado conjunto, a FDPC e o MLCJ ameaçaram retomar a luta armada por o governo centro-africano não respeitar os acordos assinados nem as recomendações do DPI. Nos meses que se seguiram, irromperam confrontos na prefeitura de Vakaga, no nordeste do país. Destas divergências internas nasceu um novo grupo armado, a Convenção dos Patriotas para a Justiça e a Paz (CPJP). Devido a estes acontecimentos, a implementação do programa de DDR sofreu um atraso considerável.

117. Por outro lado, a missão de consolidação da paz (MICOPAX), que foi destacada para a RCA desde Julho de 2008, prosseguiu as suas actividades de apoio às Forças Defesas e Segurança Centro-Africanas, nomeadamente nas províncias do interior do país. Uma missão conjunta UA-UE de avaliação da MICOPAX deslocou-se à RCA e ao Gabão, de 23 a 30 de Abril de 2009, a fim de examinar as actividades da MICOPAX relativamente ao seu mandato e à Convenção de Financiamento num montante de 14,6 milhões de Euros, assinada em Dezembro de 2008 com a UE, com o aval da UA.

118. No quadro da implementação da decisão adoptada pela 130ª reunião do CPS, a Comissão enviou uma missão a Bangui, de 28 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2009, a fim de examinar as condições de abertura do Escritório de Ligação da UA. O Escritório deverá estar a funcionar nos próximos meses.

119. A realização efectiva do DPI assinalou uma etapa importante nos esforços de consolidação da paz, de segurança e de estabilidade na RCA. Apesar de confrontos armados esporádicos, é perceptível uma tendência geral para a paz no país. Mas um dos maiores desafios a vencer pela RCA refere-se à implementação do programa DDR. Com efeito, parece cada vez mais claro que o DDR condiciona o restante processo, que deve conduzir a eleições abertas a todos num ambiente tranquilo. Sem um apoio externo coerente, este programa não poderá ser implementado o que afectará o processo político. Por outro lado, a situação económica e financeira merece uma atenção particular. Os parceiros do desenvolvimento deveriam ser sensíveis aos esforços substanciais despendidos pelas autoridades centro-africanas e adaptar os procedimentos de apoio à realidade da situação na RCA

X) Actividades da MINURCAT

120. A 14 de Janeiro de 2009, o Conselho de Segurança adoptou por unanimidade a resolução 1861 (2009) através da qual autoriza o envio duma componente militar da Missão das Nações Unidas para a República Centro-Africana e para o Chade (MINURCAT) para suceder às forças da UE (EUFOR) no fim do seu mandato, a 15 de Março de 2009. Nos termos da resolução a MINURCAT compreende um máximo de 300 polícias, 25 oficiais de ligação, 5.200 militares bem como um número apropriado de pessoal civil. Ela realizará no leste e do Chade e no nordeste da República Centro-Africana, em ligação com a equipa do país das Nações Unidas e o Escritório de Apoio das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na República Centro-Africana (BONUCA), diversas tarefas relativas à segurança e à protecção de civis, aos direitos do homem e ao estado de direito.

121. No quadro do “apoio à paz a nível regional”, a MINURCAT foi autorizada pelo Conselho a tomar todas as medidas necessárias para, em ligação com o governo chadiano, contribuir para a protecção de civis em perigo, em particular de refugiados e pessoas internamente deslocadas, facilitar o encaminhamento da ajuda humanitária e a livre circulação de pessoal humanitário e proteger o seu pessoal, o local, as instalações e o material das Nações Unidas. De igual modo a MINUCART poderá, ao estabelecer uma presença militar permanente em Birao (RCA) e em ligação com o governo centro-africano, contribuir para criar um ambiente mais seguro, efectuar operações de carácter limitado a fim de salvar civis e trabalhadores humanitários em perigo e proteger o pessoal, o local, as instalações e o material das Nações Unidas.

122. A 15 de Março de 2009, a MINUCART assumiu totalmente a componente militar da EUFOR. O envio de forças militares continuam, mas continua confrontado com falta de contribuições de tropas relativamente aos efectivos previstos pela resolução 1861 (2009). A 2 de Maio, as tropas contavam apenas com 2.655 soldados. Por outro lado, as tropas têm ainda um défice de meios logísticos, nomeadamente de helicópteros. O destacamento de forças de protecção humanitária com a designação de Destacamento Integrado de Segurança (DIS) está praticamente concluído. A 4 de Maio, 728 polícias e *gendarmes* num total de 850 assumiram funções no leste do Chade.

XI) Libéria

123. A Comissão continuou a acompanhar os esforços de reconstrução pós conflito na Libéria. O Programa de Estratégia de Redução da Pobreza continua a fazer progressos seguros com base em quatro pilares principais de segurança nacional, revitalização económica, governação e estado de direito, infra-estrutura e serviços básicos. A 3 de Junho de 2009, a Presidente Johnson-Sirleaf promulgou uma lei emendando algumas disposições da Comissão Nacional Independente sobre a Lei de Direitos Humanos de 2005, abrindo o caminho para a Comissão cumprir os critérios e as melhores práticas internacionais. Como o processo TCR liberiano chega ao fim em Junho de 2009, a Comissão também concluiu um processo de consulta regional com a duração de uma semana, que tem por objectivo promover a transparência, a inclusão, a participação e a apropriação de iniciativas de edificação da paz e reconciliação a fim de ajudar a apoiar a coesão social, a democracia e o desenvolvimento nacional. Além disso, a questão da corrupção colocou um importante desafio ao governo entre alegações de corrupção realçadas pelas várias auditorias.

124. Na sequência do pedido do PSC à Comissão para enviar uma equipa pluridisciplinar de peritos à Libéria e Sierra Leone a fim de avaliar a situação e fazer recomendações concretas sobre a natureza da ajuda que podia ser prestada pela UA e os seus Estados Membros aos dois países, no quadro da Política de Reconstrução Pós Conflito e Desenvolvimento da UA (PCRD), uma missão visitou o país. Será apresentado um relatório sobre a visita ao PSC nas próximas semanas.

125. Relativamente ao programa de retirada da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), uma missão de avaliação técnica do Departamento de Operações de Manutenção

da Paz visitou a Libéria de 27 de Abril a 6 de Maio de 2009, para avaliar os progressos realizados no processo de paz, rever todos os aspectos do mandato da UNMIL referente ao seu apoio ao governo liberiano e reconstruir as suas instituições de segurança e estado de direito. As recomendações da equipa, incluindo a continuação da retirada de tropas da UNMIL (que actualmente são cerca de 10.000) para cerca de 8.500 até depois das eleições de 2011, farão parte das recomendações do Secretário Geral ao Conselho de Segurança das NU. Uma delegação do Conselho de Segurança também visitou a Libéria a 19 de Maio de 2009. A delegação constatou a frágil situação de segurança e exprimiu a sua determinação em apoiar o governo nas áreas de reforma do sector de segurança, justiça e estado de direito, que exigem uma atenção urgente. Importa notar que, apesar da situação de segurança em geral ter continuado estável, existe, contudo, um aumento em incidentes violentos. Outras áreas de potencial risco em termos de segurança e tensão abrangem a questão dos ex-combatentes insatisfeitos, disputas sobre terras e étnicas, proliferação ilícita de armas de pequeno porte e ligeiras e exploração ilegal de minas. A delegação do Conselho de Segurança também notou que a interdição de viajar para indivíduos no país que continuam a ser uma ameaça à Libéria e à paz e estabilidade regional através dos seus actos, ainda continua em vigor.

XII) Côte d'Ivoire

126. Durante a sua 12^a Sessão Ordinária, que decorreu em Fevereiro de 2009, a Conferência da União constatou que as eleições presidenciais, inicialmente agendadas para 30 de Novembro de 2008, não foram realizadas. A Conferência encorajou o Governo a tomar medidas apropriadas para marcar novas datas para o escrutínio, de uma forma consensual, sob proposta da Comissão Eleitoral Independente (CEI). A Conferência saudou a assinatura, a 22 de Dezembro de 2008, do 4^o Acordo Complementar ao Acordo Político de Ouagadougou, instrumento julgado capaz de resolver as questões militares pendentes assim como o problema da restauração efectiva da autoridade do Estado em todo o território nacional.

127. Sob proposta da CEI e após a análise do Conselho de Ministros, a 14 de Maio de 2009, a data para a 1^a volta das eleições presidenciais foi marcada para Domingo, dia 29 de Novembro de 2009. Foi o Primeiro-ministro que leu o decreto assinado pelo Presidente da República sobre a convocação do Colégio Eleitoral. Esta decisão, que ocorreu quatro dias antes da reunião do Quadro Permanente de Concertação (QPC), permitiu a redução da tensão que era cada vez mais notória entre as forças políticas do país.

128. A 5^a reunião do QPC, realizada a 18 de Maio de 2009, em Ouagadougou, sob a direcção do Presidente Blaise Compaoré, Facilitador do diálogo inter-ivoirense, contou com a participação de todas as partes interessadas do país. A reunião adoptou, entre outros, a decisão do Governo de marcar o dia 29 de Novembro de 2009 para realização da 1^a volta das eleições presidenciais, tendo fixado outras datas importantes, designadamente: 20 de Maio para início da transferência do poder entre os Comandantes das zonas sob o controlo das FAFN e os Municípios; 30 de Junho de 2009 para a conclusão do recenseamento; Setembro de 2009 para a publicação das listas eleitorais; e meados de Novembro para o início da campanha eleitoral.

129. A transferência de responsabilidades entre os Comandantes das zonas sob o controlo das FAFN e os órgãos municipais decorreu, finalmente, a 26 de Maio, em Bouaké, sob a direcção do Primeiro-ministro, Guillaume Soro, e na presença de alguns membros do Governo e da Comunidade Internacional, incluindo a UA. É conveniente notar que as outras etapas de transferência serão feitas à medida do desdobramento dos 8.000 efectivos da polícia do Centro do Comando Integrado (CCI). Este início do retorno à normalidade administrativa foi saudado por unanimidade, pois abre o caminho para o pleno exercício das funções dos Municípios. Apesar destes progressos alcançados, o restabelecimento da administração fiscal é ainda limitado. A livre circulação de pessoas e bens já é uma realidade. No que respeita a reconciliação nacional, o Presidente da República iniciou uma visita de Estado, com a duração de 10 dias, às zonas Norte e Oeste do país, outrora sob o controlo da ex-rebelião.

130. As operações de identificação das populações e do recenseamento eleitoral terminaram a 31 de Março de 2009, em todo o território nacional. As operações de repescagem terminaram a 10 de Maio, em Abidjan; no interior do país foram retomadas a 21 de Maio e prosseguiram, embora com algumas dificuldades. Os dados de 2 de Junho de 2009 indicavam o registo de 76.381 pessoas, das quais 41.000 em Abidjan. Os 227 centros de recenseamento que ainda não haviam sido visitados, de acordo com a CEI, actualmente foram cobertos em 100%, prevendo-se o registo dos cidadãos na diáspora a partir de 11 de Junho. A operação da reconstituição dos registos de nascimento perdidos ou destruídos terminou a 20 de Maio. Para permitir que todos os cidadãos sejam recenseados, o término desta operação foi prorrogado até 30 de Junho. Até 13 de Maio de 2009, 6.048.144 pessoas haviam sido registadas, num total estimado de 8,7 milhões.

131. No quadro do apoio aos esforços de saída da crise, o CPS enviou a Côte d'Ivoire, em finais de Abril, uma missão de informação e avaliação, liderada pelo Embaixador de Burkina Faso na Etiópia. Esta missão, que chegou numa altura crucial do processo de saída da crise, foi saudada pelas partes interessadas do país. Ela reuniu-se com altas autoridades do país, dirigentes do processo eleitoral, representantes da Comunidade Internacional, partidos políticos e a sociedade civil.

132. Em conformidade com o 4º Acordo Complementar do APO e por instruções do Presidente da República, foi decidida a divisão dos 8.000 efectivos da polícia, que devem integrar progressivamente o CCI, de uma forma paritária, com a constituição de Brigadas e Comissariados mistos. Estas forças chegaram igualmente a um acordo sobre as modalidades operacionais da segurança do processo eleitoral, sob a supervisão do CCI. A 2 de Junho de 2009, 500 efectivos das Forças de Defesa e Segurança terão sido enviados para Bouaké e 101 elementos das Forças Armadas das Novas Forças, para Abidjan.

133. Porém, o programa de desmantelamento de milícias e grupos de autodefesa no Sul do país continua a ser uma preocupação. No distrito de Abidjan, 9.625 efectivos foram recentemente desmantelados e o programa vai começar brevemente na região Ocidental do país. Vários efectivos das milícias reclamam a sua integração no novo Exército, mas a mobilização de recursos financeiros constitui uma grande dificuldade. O novo quadro de debate semanal, criado pelo Representante Especial do Facilitador, permitirá o levantamento

de todos os problemas e a busca de soluções apropriadas.

134. Por seu lado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou, a 27 de Janeiro de 2009, a Resolução 1865, através da qual tomou nota, entre outros, dos atrasos registados na implementação do 4º Acordo Complementar, tendo prorrogado o mandato da Operação das Nações Unidas em Côte d'Ivoire (ONUCI) bem como da Força Licorne, até 31 de Julho. Os seus efectivos passarão de 8.115 para 7.450, até finais de Julho, para a primeira, e de 1.800 para 1.100, até finais de 2009, para a segunda.

135. No plano económico, o FMI e o Banco Mundial decidiram admitir a Côte d'Ivoire no ponto de decisão da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (IPPAE), incluindo a concessão de apoios financeiros. A retomada da cooperação com as instituições monetárias internacionais foi provada pela visita de trabalho efectuada pelo Director-geral do FMI a Côte d'Ivoire. Este último encorajou o governo ivoirense a prosseguir, com rigor, as reformas iniciadas, a fim de atingir o ponto de conclusão no próximo ano.

136. Sob o ponto de vista humanitário, estima-se que cerca de 120.000 pessoas deslocadas internamente tenham regressado às respectivas zonas de origem em várias localidades do Oeste do país, das quais 80.000 recuperaram progressivamente as suas plantações. No entanto, os ritmos de regresso e de reintegração dessas pessoas são feitos com lentidão desde há algum tempo, por motivos de insegurança. Foram registados casos de violência em Bloléquin, devido a conflitos de terra entre os cidadãos locais e as comunidades alógenas e estrangeiras.

137. Foram registados progressos significativos na implementação do 4º Acordo Complementar. Encorajo as partes ivoirenses a apoiarem esta dinâmica, no respeito dos compromissos assumidos. A Comunidade Internacional deve mobilizar os recursos financeiros necessários para apoiar a fazer o acompanhamento dos esforços das partes interessadas, tendo em vista a realização das eleições presidenciais na data prevista bem como para uma solução positiva da crise.

XIII) República da Guiné

138. Durante a última sessão do Conselho Executivo, informei ao Conselho sobre o golpe de Estado ocorrido na República da Guiné, na sequência do falecimento do Presidente Lansana Conté. O Conselho lembrar-se-á que, nas suas 164ª e 165ª reuniões, realizadas respectivamente a 24 e 29 de Dezembro de 2008, o CPS condenou firmemente o golpe de Estado e decidiu suspender a participação da Guiné nas actividades da UA até ao retorno à ordem constitucional no país. No quadro da monitorização da situação, designei um Enviado Especial, o Senhor Ibrahima Fall, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal e antigo Sub-secretário Geral das Nações Unidas para os Assuntos Políticos.

139. Além disso, por iniciativa da Comissão, foi organizada uma reunião consultiva sobre a Guiné, em Adis Abeba, a 30 de Janeiro de 2009. Nessa ocasião, os participantes acordaram na criação de um Grupo Internacional de Contacto sobre a Guiné (GIC-G), co-presidido pela UA e pela CEDEAO, a fim de fazer o acompanhamento da situação, com toda a atenção

necessária, e continuar a coordenar e harmonizar os seus esforços que visam a reposição rápida da ordem constitucional, com base em elementos pertinentes do Comunicado adoptado pela Sessão Extraordinária da Cimeira da CEDEAO, realizada em Abuja, a 10 de Janeiro de 2009, em particular:

- Criação de um Conselho Nacional de Transição (CNT), um órgão deliberativo, juntando civis e militares;
- Estabelecimento de um Fórum Consultivo, juntando todas as componentes da sociedade civil guineense, que servirá de plataforma de diálogo, permitindo aos guineenses trabalhar para a consolidação da coesão nacional;
- Conclusão do processo de transição, através da organização de eleições livres, justas e transparentes em 2009;
- Interdição da participação dos membros do CNDD, do Primeiro-ministro de Transição e dos membros do seu governo nas eleições agendadas para 2009; e
- Compromisso das autoridades de transição de respeitar os direitos humanos e o Estado de direito, incluindo a luta contra a impunidade e o tráfico de droga.

140. Durante a sua reunião inaugural, realizada em Conakry, de 16 a 17 de Fevereiro de 2009, o GIC-G tomou nota da declaração do Presidente do CNDD, no sentido de organizar um período de transição, baseado num programa articulado em torno de quatro etapas (criação de uma plataforma e órgãos de transição; estabelecimento de uma comissão da verdade, justiça e reconciliação; adopção de reformas constitucionais; e publicação da legislação relativa ao processo eleitoral), bem como o compromisso segundo o qual nem ele, nem o Primeiro-ministro, incluindo os membros do CNDD, participarão nas próximas eleições. No decurso da sua segunda reunião, que teve lugar em Conakry, a 16 de Março de 2009, o GIC-G felicitou-se pelo prosseguimento do diálogo político entre todas as partes interessadas e o CNDD, tendo tomado nota da disponibilidade deste último de responder à plataforma proposta pelas «Forças Vivas». O Grupo tomou nota do compromisso do Presidente do CNDD de criar instituições de transição, em concertação com as «Forças Vivas». A 28 de Março de 2009, o Presidente do CNDD publicou um comunicado através do qual o CNDD exprimiu a sua adesão às propostas das «Forças Vivas» sobre a gestão da transição e o respectivo cronograma.

141. A 29 de Março, no âmbito de uma reunião organizada pelo Governador de Conakry, grupos de jovens solicitaram ao Presidente do CNDD para prolongar o período de transição, até 2010, facto que foi seguido por manifestações no interior do país e em Conakry. É neste contexto que, a 7 de Abril de 2009, o meu Enviado Especial e o Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para África Ocidental realizaram uma missão a Conakry, a fim de encorajar o Presidente do CNDD a persistir na sua determinação, que já foi publicada, de respeitar o cronograma proposto pelas «Forças Vivas», devendo criar

rapidamente o CNT.

142. Na sua 3ª reunião, realizada em Conakry, de 4 a 5 de Maio de 2009, o GIC-G congratulou-se pelo Comunicado do CNDD, datado de 28 de Março de 2009, através do qual exprimiu a sua adesão ao cronograma proposto pelas «Forças Vivas» para a organização de eleições legislativas e presidenciais, designadamente: 11 de Outubro de 2009 – eleições legislativas; 13 de Dezembro de 2009 – 1ª volta das eleições presidenciais e 27 de Dezembro de 2009 – 2ª volta. O Grupo exortou as autoridades guineenses a honrar os seus compromissos para o financiamento das eleições, tendo reiterado o seu pedido endereçado à CENI e ao MATAP para apresentarem um orçamento detalhado para a realização das eleições.

143. Depois de Dezembro, o CPS reuniu-se por três vezes para analisar a situação em Guiné (169ª reunião, realizada a 10 de Fevereiro de 2009; 183ª reunião, de 26 de Março de 2009; e 192ª reunião, que teve lugar a 10 de Junho de 2009). Durante a sua 192ª reunião, depois de evocar os seus comunicados precedentes sobre a situação na Guiné e o compromisso assumido pelas autoridades saídas do golpe de Estado no sentido de conduzir até ao seu término o processo de transição, antes de finais do ano 2009, o CPS solicitou às partes guineenses a tudo fazerem para respeitar este roteiro, tendo exortado a Comunidade Internacional, incluindo os Estados-membros da UA, para prestarem a assistência financeira e técnica necessária para a preparação e a organização das eleições legislativas e presidenciais, processo que marcará o encerramento da transição.

144. A terminar, noto com satisfação o prosseguimento do diálogo político entre todas as partes interessadas e o CNDD assim como a disponibilidade deste último de acelerar o estabelecimento das instituições de transição. No mesmo diapasão, exorto as autoridades guineenses para zelarem pelo respeito do cronograma proposto pelas «Forças Vivas», ao qual marcaram solenemente a sua total adesão.

XIV) Guiné-Bissau

145. Durante o período em análise, continuei a fazer a monitorização da situação na Guiné-Bissau. Um dos acontecimentos marcantes deste período foi o assassinato, em princípios de Março, do Presidente João Bernardo “Nino” Vieira, e do seu Chefe de Estado-Maior, o General Baptista Tagmé Na Wai. Condenei firmemente estes actos cobardes e odiosos, ocorridos numa altura em que Comunidade Internacional envidava esforços redobrados para a consolidação da paz na Guiné -Bissau bem como para reforçar os progressos realizados no processo político, na sequência das eleições legislativas de Novembro de 2008. Exortei a todos os dirigentes políticos do país assim como às partes interessadas a se juntarem às autoridades legítimas do país para enfrentar a situação, no quadro das instituições legítimas e da Constituição da Guiné- Bissau.

146. Reunido no mesmo dia, o CPS adoptou um comunicado, através do qual condenou com vigor estes actos odiosos. Depois de reafirmar os princípios contidos no Acto Constitutivo, em particular o respeito sagrado da vida humana, a condenação e a rejeição da impunidade e dos assassinatos político bem como a sua total negação às mudanças anti-constitucionais de governo, o CPS tomou nota da declaração das Forças Armadas da Guiné-

Bissau sobre a sua intenção de respeitar a Constituição do país. O CPS solicitou a abertura de um inquérito para o esclarecimento destes assassinatos e trazer à justiça os seus actores. Em seguida, ao abrigo da Constituição, o Presidente da Assembleia Nacional Popular, Raimundo Pereira, prestou juramento como Presidente da República Interino, e os actores políticos do país acordaram na marcação das eleições para 28 de Junho de 2009.

147. Em princípios de Março, designei um Enviado Especial para a Guiné-Bissau, o Senhor João Bernardo de Miranda, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola. Este último deslocou-se a Bissau, de 21 a 27 de Abril de 2009, a fim de efectuar consultas com as partes interessadas. De igual modo, uma missão do CPS deslocou-se a Bissau, de 26 a 27 de Abril, onde reuniu-se com os principais actores políticos do país. O Enviado Especial foi novamente a Bissau, de 1 a 5 de Junho de 2009, a fim de fazer o aprofundamento das consultas com as autoridades do país e as partes envolvidas no processo eleitoral.

148. Todavia, a situação no país continua frágil, tal como o demonstra o assassinato, a 5 de Junho de 2009, do Senhor Baciro Dabó, antigo Ministro da Administração Territorial e candidato às eleições presidenciais, e do Senhor Hélder Proença, antigo Ministro da Defesa, bem como os actos de violência e outras ameaças de que são vítimas outros candidatos às eleições presidenciais. Na sua 192^a reunião, realizada a 10 de Junho de 2009, o CPS condenou firmemente estes actos. O CPS sublinhou a necessidade da realização de um inquérito independente e credível para o esclarecimento dos vários assassinatos políticos que ocorreram no país a partir de Março de 2009, tendo reiterado o seu apoio à criação de uma comissão de inquérito. O CPS sublinhou a necessidade da criação das condições de segurança exigidas para a realização de eleições livres, justas e transparentes.

149. Exorto as autoridades da Guiné-Bissau a tudo fazer para garantir a segurança do processo eleitoral e da população em geral, incluindo a segurança dos candidatos às eleições presidenciais. É importante que o Exército se abstenha de qualquer ingerência na condução dos assuntos políticos. Ao mesmo tempo, a Guiné Bissau, que atravessa um período difícil da sua história, precisa de apoio internacional.

XV) Mauritània

150. Durante a sua sessão de Janeiro último, informei ao Conselho sobre a evolução dos esforços que visam a restauração da ordem constitucional na Mauritània. A este propósito, apresentei um relatório sobre as diferentes consultas entre a Comissão, as autoridades saídas do golpe de Estado e os parceiros internacionais. Na véspera da sessão do Conselho Executivo, o Grupo de Contacto Internacional sobre a Mauritània reuniu-se em Adis Abeba, a 28 de Janeiro de 2009. Em seguida, e a convite da OIF, o Grupo efectuou uma reunião em Paris, a 20 de Fevereiro de 2009. No decurso destas reuniões, o Grupo manifestou o seu apoio aos esforços da UA, tendo articulado elementos que visam a saída da crise, designadamente o envolvimento de todos os actores interessados, a participação do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi, na sua qualidade de Chefe de Estado, na busca de uma solução, a promoção do consenso e o respeito da Constituição da Mauritània, uma vez que essa solução poderia conduzir à organização das eleições presidenciais. No cumprimento do comunicado do Grupo de Contacto, em Paris, convidando as partes mauritanas para um

diálogo político inclusivo, sob os auspícios do Presidente da União, o Coronel Muammar Kaddafi recebeu os representantes dessas partes na Líbia. Em seguida, deslocou-se a Nouakchot.

151. Tendo em conta a ausência de progressos na busca de uma solução, o CPS decidiu, durante a sua 163ª reunião, que se a ordem constitucional não for restabelecida até 5 de Fevereiro de 2009, serão impostas medidas, incluindo a restrição de viagens e o congelamento de bens, contra todas as pessoas cujas actividades têm como objectivo a manutenção do *statu quo* anti-constitucional. A 5 de Fevereiro de 2009, o CPS decidiu que as sanções previstas no seu Comunicado de 22 de Dezembro de 2008 entrem em vigor, tendo sublinhado, ao mesmo tempo, a necessidade do prosseguimento dos esforços empreendidos junto das partes mauritanas para o retorno rápido à ordem constitucional no país. A 24 de Março de 2009, o CPS reafirmou a sua decisão de impor sanções. Na sua reunião de 6 de Maio de 2009, consagrada à análise das modalidades de implementação das suas decisões referidas anteriormente, o CPS felicitou-se pelos esforços envidados pela UA, com o apoio dos seus parceiros, tendo em vista a busca de uma solução consensual para a crise na Mauritânia, e encorajou-me a prosseguir nesse sentido.

152. Ao longo deste período, desloquei-me a Nouakchot para dar o meu apoio aos esforços que visam o retorno à ordem constitucional. O Comissário para os Assuntos de Paz e Segurança e outros emissários da UA deslocaram-se também, por várias vezes, à Mauritânia, quer sozinhos, quer acompanhados por representantes do Presidente da União ou por outros membros da Comunidade Internacional. A Comissão manteve igualmente contactos estreitos com as partes mauritanas, através de reuniões na sede da UA.

153. É neste contexto que decorreu em Dakar, de 27 de Maio a 2 de Junho de 2009, sob os auspícios do Presidente Abdoulaye Wade, do Senegal, e do Grupo de Contacto sobre a Mauritânia, presidido pela UA, um diálogo político entre as partes interessadas, tendo culminado com um Acordo Quadro para a saída da crise. Neste Acordo, que foi rubricado em Dakar, a 2 de Junho, e assinado em Nouakchot, a 4 de Junho, as partes acordam fundamentalmente no seguinte:

- Uma transição consensual, em conformidade com o Artigo 40 da Constituição;
- Realização de eleições presidenciais antecipadas, cuja 1ª volta está marcada para 18 de Julho de 2009, e a 2ª volta, se for necessária, para 1 de Agosto de 2009;
- Criação de uma Comissão Nacional Eleitoral Independente (CNEI);
- Compromisso de tomar todas as disposições apropriadas para a implementação imediata de medidas de apaziguamento e de confiança durante o período de transição;
e
- Prosseguimento do diálogo nacional inclusivo, depois das eleições presidenciais.

154. Reunido a 10 de Junho de 2009, o CPS felicitou-se pela conclusão do Acordo Quadro, tendo notado com satisfação o facto de que este Acordo se inscreve no quadro dos elementos da saída consensual da crise, articulados nos seus comunicados relevantes. O CPS exortou as partes mauritanas a respeitarem a letra e o espírito do Acordo Quadro, tendo me solicitado a tomar todas as medidas necessárias para a implementação efectiva do referido instrumento, devendo desempenhar plenamente, sob a égide da UA, o seu papel para o sucesso da saída consensual da crise na Mauritânia.

155. Exorto as partes mauritanas para darem prova de maturidade política e sentido de responsabilidade na implementação do Acordo Quadro. Por seu turno, a UA não poupará esforços para dar o seu apoio a este processo.

XVI) Sahara Ocidental

156. A disputa sobre o Sahara Ocidental continua num impasse, devido às posições polarizadas das Partes, e, mais recentemente, devido a insistência de Marrocos exige que a sua proposta de autonomia seja a única base das negociações nas conversações com a Polisário. Neste contexto, é importante recordar que as resoluções do Conselho de Segurança 1754 e 1783 (2007) e 1813 (2008) apelam para que negociações directas entre as duas Partes sejam conduzidas sem pré-condições.

157. Neste contexto o Secretário Geral da ONU, submeteu em Abril passado um relatório sobre os desenvolvimentos no território ao Conselho de Segurança, confirmando que de facto, o impasse continuava. Á luz da falta de progresso no processo de paz, o Secretário Geral recomendou que o Conselho de Segurança, uma vez mais, apele às partes, Marrocos e Frente Polisário, para negociarem de boa fé, sem pré-condições, mostrar vontade política de entrar em debates frutíferos e garantir o sucesso das negociações

158. O Conselho de Segurança por seu vez, tendo analisado o referido relatório do Secretário Geral, adoptou a resolução 1871 (2009), através de um voto unânime, renovando o seu apelo aos protagonistas para que continuem com as negociações directas, iniciadas sob o processo Manhasset em Junho de 2007. A resolução “ *apela especificamente às Partes para continuarem a negociar, sem pré-condições e de boa-fé, com vista a alcançarem uma solução política justa, duradoira e mutuamente aceitável que irá garantir ao povo de Sara Ocidental os princípios e objectivos da Carta da Organização da Nações Unidas*”.

159. O que resta agora é que o recém-nomeado Enviado Pessoal do Secretário Geral da ONU para o Sara Ocidental, Embaixador Christopher Ross dos EUA, intensifique as consultas junto às duas partes, bem como junto das outras partes envolvidas, e prossiga com a sua proposta de realizar conversações restritas e informais em preparação para a realização da quinta ronda das conversações de Manhasset. A UA faz votos que a nova abordagem do Enviado Pessoal, que foi endossada pelo Conselho de Segurança da ONU na resolução 1871, se torne de facto mais produtiva e possa assim permitir que o processo de paz do Sahara Ocidental alcance os seus objectivos de resolver o impasse em que esta disputa se encontra a demasiado tempo, em total conformidade com os princípios e resoluções relevantes da Organização das Nações Unidas.

d) Outras Questões de Paz e Segurança**(i) Segurança Marítima**

160. A Questão da Segurança e Protecção Marítima assumiu um perfil mais alto no ano passado, devido, principalmente, ao ressurgimento da pirataria na costa da Somália. Países individuais e organizações inter-governamentais atribuíram bens marítimos importantes para resolver a tendência de pirataria na Costa da Somália. No início do ano corrente, uma reunião de alto nível dos 17 países das zonas do Ocidente do Oceano Índico, Golfo de Aden e Mar Vermelho, adoptaram a “O Código de Conduta de Djibouti” respeitante à repressão da Pirataria e Assalto à Mão Armada contra Navios no Golfo de Aden. No que concerne a Resolução do Conselho de Segurança da ONU, 1851 (2008) foi criado um Grupo de Contacto sobre a Pirataria na Costa da Somália (CGPCS), para agir como Ponto de Contacto entre estados, organizações regionais e internacionais, sobre os aspectos relacionados ao combate da pirataria, assalto à mão armada na costa da Somália. A preocupação da Comissão em todas essas reuniões foi a de realçar a necessidade de se adoptar uma abordagem multifacetada e abrangente, incluindo a capacidade em terra e o reforço institucional de forma a abordar o fenómeno da pirataria na costa da Somália, que é, apenas um sintoma de um problema mais grave. Neste contexto, a necessidade de se travar em todas as actividades ilegais na Costa da Somália, incluindo a pesca ilegal e a descarga de desperdícios tóxicos foram realçadas. A atenção do mundo relativamente à questão a pirataria na Costa da Somália desviou a atenção das crescentes ameaças de ataques na Costa Ocidental de África. O Bureau Marítimo Internacional (IMB) indicou que mais do que 100 ataques piratas ocorreram na Costa Ocidental de África no ano passado.

161. No nosso esforço de abordar todos estes desafios transversais, de acordo com a Defesa Africana Comum e Política de Segurança (CADSP), a Comissão está em vias de produzir uma estratégia apropriada, visando abordar a situação.

(ii) Processo de Formulação de Políticas de Reforma do Sector de Segurança da UA (SSR)

162. Em Janeiro de 2008, a Conferência da União Africana adoptou a Decisão Assembly/AU/Dec. 177 (X) que “encoraja a Comissão a desenvolver um quadro de políticas da UA abrangentes sobre a Reforma do Sector de Segurança (SSR) dentro do contexto do Quando de Políticas sobre a Reconstrução e Desenvolvimento Pós-conflito adoptadas pelo Conselho Executivo em Banjul em Junho de 2006”. A Comissão iniciou o processo de desenvolvimento de uma política SSR da UA em cumprimento da Decisão.

163. O processo de consulta para a formulação de uma política SSR da UA iniciou com o Workshop Regional Africano sobre SSR, realizado na UA em Adis Abeba, Etiópia, de 23 - 25 de Março de 2009. o Workshop foi realizado em colaboração com o Gabinete de Estado de Direito e Instituições de Segurança no Departamento de Manutenção de Paz (DPKO) da Organização das Nações Unidas. O resultado principal do Workshop era a elaboração de um Roteiro para o desenvolvimento de uma política SSR, bem como uma série de projectos

piloto, visando abordar o SSR em alguns Estados Membros que colocaram o SSR nas suas agendas de reconstrução pós-conflito.

164. O Processo de Formulação de Políticas SSR da UA irá incluir os seguintes processos:

- a) Consultas a todos os intervenientes (Departamentos da UA, Estados Membros, CERs e Sistema da ONU, Sociedade Civil, Parceiros Internacionais e Doadores);
- b) Solicitação de pesquisas seleccionadas sobre aspectos específicos do SSR que tenham implicações na política do SSR da UA;
- c) Elaboração do documento do projecto de política;
- d) Levar a cabo projectos piloto de forma a abordar vários aspectos do SSR, bem como o papel da UA na implementação do SSR;
- e) Capacitação em SSR na Sede da UA, nas CERs e no terreno da UA em missões de manutenção da paz;
- f) Apresentação de documento de política da SSR da UA ao Conselho Executivo para adopção.

(iii) Controlo de Armamento

165. No quadro da implementação dos instrumentos de armas ligeiras e de pequeno porte da UA, esta estabeleceu um Comité Directivo das Regiões –UA de Armas de Pequeno, composta pela Comissão da UA (Presidente), as Comunidades Económicas Regionais e outras organizações regionais com um mandato de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte (nomeadamente o Centro Regional de Armas de Pequeno Porte, RECSA e a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos). Durante a sua primeira reunião realizada em Arusha em Novembro de 2008, o Comité Directivo adoptou um plano de trabalho para 2009. A primeira prioridade do Comité Directivo é de desenvolver uma Estratégia de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte da UA, que permitiria contextualizar as armas de pequeno porte dentro da Arquitectura de Paz e Segurança Africana, iria promover a integração das questões das armas de pequeno porte dentro das actividades de paz e segurança e providenciar um quadro geral que iria permitir regiões diferentes e Estados Membros a abordar as suas próprias prioridades. A comissão desenvolveu um esboço da Estratégia de Armas de Pequeno Porte encontrado-se no processo de finalizar o projecto estratégico, que seria eventualmente submetido aos Estados Membros para consideração e adopção.

166. A Comissão está a finalizar os Termos de Referência para a nomeação do Enviado Especial da UA para as questões do Controlo de Armamento e não Proliferação que iria envidar esforços para abordar a proliferação de armas, o controlo de armas, o desarmamento e a não proliferação. A Comissão tem igualmente vindo a fortalecer as suas relações com a

Organização de Proibição de Armas Químicas (OPCW), e o Comissário para a Paz e Segurança visitou recentemente a Sede da OPCW em Haia para discutir os futuros projectos de colaboração.

e) Fundo Africano de Paz

167. O Fundo Africano de Paz (FAP) financiada sobre a 9ª EDF foi interrompida em 2007. Um acordo sobre a nova APF foi assinado em Janeiro último com um financiamento no valor de 300 milhões de Euros, sob a 10ª EDF. Deste montante, 200 milhões de Euros foram atribuídos às Operações de Apoio a Paz (PSOs) enquanto a componente capacitação irá receber 65 milhões de Euros, quase o dobro do montante atribuído para esta actividade ao abrigo do Fundo anterior. O âmbito do novo Fundo foi alargado de forma a apoiar as actividades de prevenção de conflitos e mediação, bem como a reconstrução pós-conflito e as iniciativas de estabilização. O Fundo inclui um mecanismo de resposta prévia, com um financiamento de 15 milhões de Euros para facilitar a acção e intervenção atempada relativamente à promoção da paz.

168. A 4 de Fevereiro de 2009, um Comité de Coordenação Conjunto (JCC) do FAP composto por representantes da Comissão da UA e UE, bem como as Comunidades Regionais reuniram-se em Adis Abeba. A Reunião louvou os progressos realizados na implementação do APF e avaliou a implementação dos programas em curso financiados pela APF, incluindo os PSOs. Providenciou uma oportunidade para uma troca de impressões sobre as modalidades de implementação do novo FAP. A programação da facilidade já iniciou.

169. O FAP ganhou uma nova dimensão como um dos instrumentos para a implementação da parceria conjunta de paz e segurança sob a Estratégia Conjunta África-UE e Plano de Acção. A APF tem sido um instrumento muito bem sucedido, sendo até ao presente momento a única fonte sustentável e previsível de financiamento para as operações de apoio a paz, lideradas por África. Contribuiu para o fortalecimento do papel da UA na área de paz e segurança e num relacionamento mais estrito entre a UA e as CERs.

f) *Seguimento da Decisão Assembly/AU/Dec. 145 (VIII) sobre o Financiamento as Operações de Apoio à Paz lideradas pela UA*

170. Na sua 12ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba de 1 a 3 de Fevereiro de 2009, a Conferência da União adoptou a Decisão Assembly/AU/Dec 222 (XII) relativamente ao Relatório do Conselho de Paz e Segurança sobre as suas actividades e a Situação de Paz e Segurança em África. Na referida Decisão, a Conferência, tendo notado que o Painel estabelecido pela União Africana e a Organização das Nações Unidas para elaborar recomendações concretas sobre como a ONU poderia apoiar as operações de apoio a paz lideradas pela a UA, em conformidade com a Resolução do Conselho de Segurança 1809 (de 16 de Abril de 2008), tinha submetido o seu Relatório, solicitou que o Conselho se reuni-se mais brevemente possível para rever o referido relatório e apresentar as suas contribuições antes da sua análise pelo Conselho de Segurança da ONU.

171. Deve-se recordar que no seu Relatório, o Painel apresentou uma avaliação geral das questões principais debatidas com uma vasta gama de interlocutores sobre o crescente envolvimento da UA na prevenção e resolução de conflitos, manutenção da paz e reconstrução pós-conflito. Além de abordar a relação estratégica entre a Organização das Nações Unidas e a União Africana, o Painel apresentou uma série de recomendações com vista a fortalecer a relação mútua e a desenvolver uma parceria mais eficaz ao abordar questões sobre agendas conjuntas. Neste contexto, o Painel salientou a necessidade de uma visão estratégica comum para que a ONU e a UA ponham em prática as suas respectivas vantagens: a capacidade da União Africana de providenciar uma resposta rápida e a capacidade das Nações Unidas de realizar operações sustentadas. O Painel salientou, igualmente, a necessidade de se desenvolver uma capacidade institucional proporcional as exigências colocadas a União Africana. No que respeita ao reforço da previsibilidade, sustentabilidade e flexibilidade do funcionamento das operações de paz com o mandato da Organização das Nações Unidas levadas a cabo pela União Africana, o Painel recomendou a criação de dois novos mecanismos financeiros:

- (i) O primeiro seria baseado no financiamento estatutário das Nações Unidas e cujo objectivo seria o de apoiar operações específicas de Manutenção de Paz, isto seria numa base de um caso de forma a apoiar operações de Manutenção da Paz da UA autorizadas pela ONU por um período máximo de seis meses,
- (ii) O segundo seria, um Fundo Fiduciário com doadores múltiplos, financiados voluntariamente, com um enfoque sobre a capacitação abrangente de prevenção e resolução de conflitos, edificação da instituição, com vista a atrair novos doadores, assim como doadores existentes, encorajado ao mesmo tempo o sentido de pertença africana.

172. Ao mesmo tempo o Painel realçou a importância da pertença africana. Neste âmbito, recomendou que a UA deve considerar o estabelecimento do seu próprio sistema de contribuições financeiras para operações de manutenção da paz, através de contribuições estatutárias de modo a aumentar gradualmente um Fundo de Paz da UA. Finalmente, o Painel recomendou o estabelecimento de uma equipa conjunta ONU/UA para examinar as modalidades detalhadas para implementar as recomendações mencionadas acima.

173. Na sua 178ª Reunião realizada no dia 13 de Março de 2009, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) realçou que o relatório do Painel Prodi foi um marco nos esforços globais de reforçar a capacidade da UA de ir ao encontro dos desafios de paz e segurança com que o Continente se confronta e mobilizar maior apoio a um maior número de países no seio da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, o Painel sublinhou a necessidade de esforços contínuos visando garantir financiamentos previsíveis, sustentáveis e flexíveis para as operações de apoio a paz lideradas pela UA, tendo como base as recentes iniciativas e desenvolvimentos neste aspecto. O CPS reconheceu a importância de um relacionamento mais eficaz e estratégico entre o CPS da UA e o Conselho de Segurança da ONU, que permita que ambos os órgãos ponham em prática as suas respectivas vantagens comparativas. O CPS sublinhou a necessidade de se garantir uma maior interacção entre o Presidente do CPS e o Presidente do Conselho de Segurança, bem como uma coordenação mais estreita e uma melhor sincronização entre o Conselho de Segurança e o CPS em termos

de tomada de decisão. O CPS apoiou o estabelecimento de uma equipa conjunta Comissão da UA – Secretariado da ONU para analisar em pormenor as recomendações apresentadas.

174. No dia 18 de Março de 2009, o Conselho de Segurança reuniu-se com vista a analisar o Relatório do Painel Prodi. Na ocasião, o Comissário para a Paz e Segurança interveio. O Conselho de Paz e Segurança louvou os esforços do Painel e fez uma observação sobre o interesse despertado pelo relatório. O Conselho de Segurança solicitou ao Secretário Geral vai submeter um relatório sob formas práticas de apoiar de forma eficaz a União Africana quando esta leva a cabo operações de manutenção de paz autorizadas pelas Nações Unidas que, inclui uma avaliação detalhada das recomendações contidas no Relatório do Painel. O Conselho de Segurança solicitou ainda que o Secretário Geral tome em consideração neste relatório as lições apreendidas dos esforços de manutenção de paz da União Africana no passado e actualmente. O Conselho de Segurança salientou a importância de se estabelecerem relações estratégicas eficazes entre o Conselho de Segurança da ONU e o CPS e entre o Secretariado da ONU e a Comissão da UA, tendo encorajado esforços conjuntos adicionais nesta direcção que se concentrem sobre questões de interesse mútuo.

175. Como seguimento ao Comunicado do CPS e declaração presidencial do Conselho de Segurança da ONU, a Comissão da UA e o Secretariado da ONU estão presentemente a trabalhar em conjunto para a preparação do relatório a ser submetido pelo Conselho de Segurança em Setembro.

g) *Estabelecimento de uma Capacidade a Nível Estratégico para a Gestão de Conflitos em Adis Abeba, incluindo Infra-Estruturas*

176. Em Junho de 2008, em Sharm-el Sheikh, informei ao Conselho sobre os esforços a serem levados a cabo no que respeita a assistência do Governo Alemão em estabelecer uma capacidade a nível estratégico para a gestão de conflitos em Adis Abeba, incluindo infra-estruturas. Neste contexto, indiquei que durante a consulta anual entre a UA, os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, os países membros do G 8 e outros parceiros da UA, realizada em Abril de 2005, os parceiros acordaram sobre a necessidade de se estabelecer a referida capacidade. Isto foi reiterado durante a reunião técnica de seguimento, realizada em Outubro de 2005. Durante as preparações para a Consulta Anual realizada em Maio de 2007, a questão foi debatida com a presidência alemã do G 8. Em Agosto de 2007, a Comissão solicitou formalmente a Alemanha para providenciar o apoio necessário. No dia 28 de Abril de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiro da Alemanha enviou uma carta ao Presidente da Comissão solicitando formalmente que este confirmasse que a Alemanha iria construir esta Facilidade. No dia 13 de Maio de 2008, o Presidente da Comissão enviou uma carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros a agradecer o seu país pelo apoio.

177. Esta solicitação tem como base o crescente papel desempenhado pela UA na prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente. Consequentemente a UA tem aumentado significativamente e continua a aumentar o pessoal do DPS. Contudo, esta claro que o actual escritório e espaço de operação não é suficiente para satisfazer as necessidades da UA. Um novo edifício, acomodando um Centro de Gestão de Conflitos da UA é necessário para acomodar o número necessário de pessoal, mas também para providenciar os

instrumentos necessários para o DPS executar de forma eficaz o seu mandato.

178. Como seguimento, a Comissão e o Governo Alemão assinaram no dia 21 de Novembro de 2008, um Acordo respeitante ao edifício do DPS. Subsequente, no dia 12 de Fevereiro de 2009, a Comissão participou num júri em Berlim para seleccionar o melhor modelo seguindo uma competição alargada da arquitectura europeia. No dia 29 de Abril de 2009, à margem da Conferência dos embaixadores Alemães em África, em Adis Abeba, uma exibição sobre a competição de arquitectura foi realizada sob os auspícios do Comissão para a Paz e Segurança e o Secretário de Estado Alemão para os Assuntos Estrangeiros.

III. INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

III.1 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

1. EDUCAÇÃO

179. Continuam a ser realizados progressos na implementação do Plano de Acção para a Segunda Década da Educação em África (2006-2015). Importa realçar o facto de agora três CERs – SADC, CEDEAO E CEEAC – estarem a trabalhar no plano de acção popularizado. Um número crescente de agências do desenvolvimento estão a procurar colaborar com a Comissão e alinhar os seus programas com o Plano de Acção, tal como solicitado pela Decisão da Conferência de Janeiro de 2008. O Parlamento Pan-Africano continuou a envolver a Comissão na formulação dos seus programas de educação, tendo sido realizada a sua última reunião em Joanesburgo em Maio de 2009. Estão em curso preparativos para co-organizar a Conferência da UNESCO sobre Educação em Fevereiro de 2010.

a) Género e Cultura

180. As actividades do Programa da Comissão a nível de género na educação são implementadas pelo Centro Internacional para Educação de Meninas e Mulheres em África (CIEFFA), como instituto especializado da UA, situado em Ouagadougou. Uma nova estrutura de pessoal proposta para o CIEFFA foi submetida à aprovação dos órgãos políticos competentes. Na sequência da auditoria institucional em Novembro de 2008, o pessoal do CIEFFA será formado para alinhar os seus sistemas administrativos e financeiros com os da CUA. Este ano, foi transferido um total de US\$ 150,000.00 para o CIEFFA, de modo a permitir-lhe realizar as suas actividades, incluindo a análise situacional de género e cultura na educação. O resultado da análise será utilizado para desenvolver intervenções apropriadas para os anos seguintes.

b) Sistemas de Gestão e Informação na Área da Educação (EMIS)

181. Desde que a Comissão começou a reforçar a capacidade do Instituto Pan-Africano de Educação e Desenvolvimento (IPED) em Outubro de 2008, a instituição tornou-se operacional e assumiu o papel de Observatório Africano da Educação. A função principal do IPED é, portanto, a implementação do Plano de Acção da Segunda Década na área de Sistemas de

Informação de Gestão da Educação (EMIS). Em Março de 2009, O IPED coordenou um workshop técnico realizado em Dakar, Senegal, reunindo os Estados Membros da Mesa do COMEDAF, as Comunidades Económicas Regionais (CERs) e parceiros chave como ADEA, UIS/UNESCO, UNICEF E CONFEMEN. O resultado foi um cronograma da implementação definitiva para assegurar que os Estados Membros comecem a encarregar-se das estatísticas da sua educação, de modo a permitir que a Comissão produza o primeiro relatório “Perspectiva da UA acerca da Educação” em finais de 2009. Desde então, o IPED realizou um workshop de formação em Joanesburgo, em Abril de 2009, dirigido a funcionários relevantes dos Estados Membros sobre a utilização de novos instrumentos produzidos pelo departamento para recolha e gestão de dados sobre a educação. Estava previsto um segundo workshop para Junho de 2009 em Dakar. A Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) presta um apoio técnico muito apreciado à iniciativa EMIS da UA. Isto está de acordo com a abordagem da Comissão, que visa construir e aproveitar parcerias estratégicas com agências especializadas africanas.

182. É crucial que a nova estrutura proposta para o IPED seja aprovada rapidamente para que esta importante instituição possa funcionar de forma excelente.

c) Formação de Professores

183. A Comissão encontra-se no processo de recrutamento dum consultor para efectuar uma análise situacional da qualificação dos professores em países africanos, considerando as necessidades para a implementação do Plano de Acção para a Segunda Década da Educação em África. O Consultor também apoiará a formulação do Protocolo continental sobre a mobilidade do professor, tendo em conta as iniciativas transfronteiriças existentes de recrutamento de professores, equivalências na qualificação de professores, necessidades de professores migrantes, bem como a necessidade tanto dos países de origem como dos países destinatários criarem um mecanismo adequado de formação de professores e apoio aos mesmos a fim de assegurarem sistemas educativos sustentáveis.

d) Ensino Superior

184. A Associação de Universidades Africanas (AAU) aumentou a cooperação, retomada no âmbito do MdE assinado há dois anos com a Comissão. Numa reunião em Fevereiro de 2009, a AAU concordou em apoiar tecnicamente a produção dum Compêndio da UA de Instituições Africanas de Ensino Superior e o desenvolvimento de instrumentos para a implementação do Mecanismo Africano de Classificação da Qualidade. Isto deve estar pronto até finais de 2009.

i. A Universidade Pan-Africana (PAU)

185. O trabalho progrediu quanto à implementação da Universidade Pan-Africana (PAU). Conforme instruções da última sessão da Mesa da COMEDAF III, foi realizado um estudo de viabilidade do projecto com o patrocínio da UNESCO. O projecto foi apresentado no fim da reunião do Grupo Especial da ADEA/UNESCO para o Ensino Superior em Tunis, em Fevereiro de 2009, e a versão final submetida em Maio de 2009. A Comissão visitou Instituições de Ensino Superior e Departamentos de Ciências na África do Sul e no Botsuana de 30 de Março a 3 de Abril de 2009 a fim de avaliar a possibilidade de estabelecer a

componente temática “Ciências do Espaço” da PAU na África Austral.

ii. Plano de Bolsa de Estudos Mwalimu Nyerere da União Africana (MNAUSS)

186. A Comissão pagou propinas, remunerações a estudantes e subsídios de instalação a quinze jovens africanos que estudam em universidades africanas, ao abrigo deste esquema de bolsas de estudo. Entretanto, o estudo de viabilidade realizado sobre o ulterior desenvolvimento do esquema bem como a colaboração com o programa Erasmus Mundus da UE foi concluído e será apresentado a um grupo de peritos em Junho de 2009. Os custos destas actividades são cobertos directamente pela CE. Prevê-se que o segundo concurso para o MNAUSS seja anunciado no fim deste ano.

e) Currículo e Materiais Pedagógicos e Didácticos

187. A Primeira Conferência Pan-Africana sobre Currículo, Literacia e Desenvolvimento do Sector Livreiro com o tema “Reedificar a Educação em África” foi realizado com sucesso em Dar-es-Salaam, Tanzânia, de 24 a 27 de Março de 2009. A Conferência de alto nível, co-patrocinada pelo Governo da República Unida da Tanzânia, foi aberta por Sua Excelência o Primeiro Ministro da Tanzânia, acompanhado de cinco ministros do seu governo. O resultado da Conferência inclui um projecto de quadro continental de políticas e directivas sobre livros bem como recomendações para assegurar um currículo centrado em África, promovendo autores e editores africanos e melhorando a leitura e a escrita. A Conferência recebeu apoio financeiro e técnico da UNICEF e da Associação para a Produção de Livros da África Oriental. As duas instituições, bem como a ADEA, também apoiarão as actividades de seguimento.

2. CIÊNCIA & TECNOLOGIA

a) Programa da União Africana de Prémios Científicos

188. A Comissão da UA, com o apoio dos seu principais Parceiros do Desenvolvimento, iniciou e lançou o “Programa da União Africana de Prémios Científicos” para 2009, tendo como alvo jovens investigadores a nível dos Estados Membros, mulheres a nível regional, aberto a todos os cientistas excepcionais a nível continental. Estes prémios são (a) Prémio AU-TWAS Jovens Cientistas Nacionais, (b) Prémios Científicos Regionais para Mulheres Cientistas apenas, a ser implementado pelas CERs, nomeadamente SADC, CEEAC, EAC, CEN-SAD e CDEAO e (c) Prémios Científicos Continentais administrados pela Comissão.

b) Programa da UA-UE de Subvenções para Pesquisa

189. A fim de apoiar a pesquisa científica, a Comissão encontra-se no processo de estabelecimento dum Programa da UA-UE de Subvenções para Pesquisa como instrumento financeiro para a pesquisa em África. O Programa de Subvenções para Pesquisa foi identificado como uma das seis “primeiras realizações” durante a reunião de Universidade para Universidade da UA-UE de 1 de Outubro de 2008 e está a ser considerado para financiamento no âmbito do projecto Intra-ACP. A Comissão está a reforçar a sua própria capacidade de tratar e administrar os convites para apresentação de propostas nas áreas de pesquisa científica, através do estabelecimento duma Unidade de Gestão do Programa. O

primeiro convite deve ser feito em finais de 2009.

c) Biossegurança

190. Em Fevereiro de 2009, uma Reunião Preparatória da UA para delegados africanos, participantes nas negociações da Reunião do Grupo de Amigos dos Co-Presidentes sobre Responsabilidade e Compensação, no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança foi realizada no México. A reunião preparatória teve como objectivo ajudar os países africanos a alcançar uma Posição Comum Africana acerca de quase todos os pontos das negociações. Alguns pontos essenciais da Posição Comum Africana incluem a necessidade de ter disposições legalmente vinculativas sobre abordagens administrativas, em particular uma disposição legalmente vinculativa para compensar os danos causados por movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados. Em geral, a Posição Comum Africana conseguiu influenciar as negociações, que tiveram como resultado um acordo no sentido de haver um regime jurídico internacional sobre responsabilidade e compensação.

191. A Comissão participou e apoiou delegações dos Estados Membros à Reunião de Coordenação de Governos e Organizações que Implementam ou Financiam Actividades de Capacitação na Área de Biodiversidade, realizada na Costa Rica, em Março de 2009. Esta reunião foi uma oportunidade para a Comissão envolver os parceiros em discussões preliminares sobre a iniciativa de formação regional africana em avaliação e gestão de riscos de organismos vivos modificados, prevista para 2010.

192. Importa notar também que a Comissão tomou as disposições necessárias para as Reuniões Regionais da CUA-CERs sobre Biossegurança para a África Oriental e Austral em Arusha, em Maio de 2009, e para a África Ocidental e Central em Abuja, em Junho de 2009.

d) Conselho Científico e de Pesquisa Técnica (STRC)

193. Durante o período em apreço, o STRC dedicou a sua energia a implementar actividades programáticas sobre (i) política de tecnologia energética e (ii) planeamento tecnológico e governação tecnológica em África. A justificação para a realização destas actividades provém do facto de muitos Estados Membros desenvolverem políticas energéticas que não possuem dimensões tecnológicas. Além disso, as actividades de planeamento económico nacional não incluem planeamento tecnológico e os sistemas de governação tecnológica não são suficientemente proactivos na inclusão de tecnologia.

iii. Planeamento Tecnológico e Gestão Tecnológica em África

194. A governação tecnológica é a maneira pela qual o poder e a autoridade são exercidos para gerir os desafios tecnológicos da sociedade através dum conjunto de relações, processos e mecanismos institucionais a fim de facilitar, promover e aprofundar a aplicação da tecnologia a uma economia.

195. A reunião sobre Plano Tecnológico & Governação Tecnológica em África teve lugar em Nairobi, Quênia, de 24 a 27 de Fevereiro de 2009, em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Escritório Regional para África do Conselho Internacional para Ciência (ICSU ROA) e o Conselho Nacional do Quênia para Ciência e Tecnologia (NCST). A reunião discutiu um Projecto de Quadro sobre “Planeamento Tecnológico & Governação Tecnológica em África” e fez recomendações aos decisores em África, incluindo as seguintes:

- Encontrar formas e meios de inverter a tendência geral de ceder demasiado controlo a adjudicatários estrangeiros.
- Assegurar que os investidores assinam um formulário de controlo e garantia de qualidade tecnológica como prova dos seus compromissos tecnológicos e das suas expectativas.
- Criar um sistema robusto de monitorização para verificar se os alvos tecnológicos estão a ser realizados.
- Formar pessoal técnico e capacitar instituições em políticas de C&T para assegurar a implementação, a aplicação e o cumprimento dos critérios de aplicação de tecnologia.
- Identificar o Sistema Nacional de Inovação (SNI) relativamente à governação tecnológica, isolar os principais interesses (governamentais e não governamentais) e forjar laços/ interacções para o tornar funcional.
- Reforçar a eficácia da Organização Pan-Africana de Propriedade Intelectual proposta (OPPI) para servir de coordenadora de questões relativas aos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) para o continente.

iv. Publicações

196. O CCTI produziu as três publicações seguintes com o título de série “Monitorizador de Políticas Tecno África”:

- No. 1: Formação em Políticas Científicas e Tecnológicas, Capacitação e Sensibilização.
- No. 2: Conhecimentos Endógenos, Protecção de Propriedade Intelectual e Benefícios para África: O Caso de Inovação Médica em Anemia de Células Falciformes na Nigéria.
- No. 3: Doenças Infecciosas e Conhecimentos Tradicionais em África

3. SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

a) Plano de Acção de GMES e África

197. A preparação do Plano de Acção de GMES e África integra-se na implementação do Acordo de Lisboa no quadro da Parceria UE-UA e deve ser apresentado na próxima Cimeira da UE-África, planeada para 2010. Um grupo de consultoria composto por peritos africanos e europeus em várias áreas relativas ao processo GMES e África foi recrutado a fim de contribuir com a sua competência para a elaboração do Plano de Acção. A este respeito, foi realizada uma reunião em Ispra (Itália) em Março de 2009. A Comissão encontra-se no processo de planeamento de workshops de consultas regionais a fim de definir uma posição comum africana, que será submetida à consideração por órgãos políticos competentes da UA.

b) Preparação da Cimeira de 2010 sobre TIC

198. No quadro da preparação da Cimeira de 2010 sobre TIC, foram realizadas duas reuniões preparatórias para o tema da Cimeira de Janeiro de 2010 “Tecnologias de Informação e Comunicação em África: Desafios e Perspectivas de Desenvolvimento” a 13 de Fevereiro e 15 de Maio de 2009 com parceiros chave. A nota conceptual preparada pela Comissão foi depois enriquecida e foram elaborados roteiros/ planos de acção identificando as actividades principais.

c) Programa de Actualização ARAPKE

199. Foram elaborados um Plano de Trabalho para o ARAPKE e Termos de Referência para o Grupo de Trabalho do ARAPKE Fase II. O Grupo de Trabalho reunir-se-á no 2º semestre de 2009 para avaliar a 2ª fase dos principais projectos do ARAPKE, na sequência do convite dirigido aos Estados Membros para apresentarem à Comissão uma lista de projectos a serem considerados para selecção.

d) Campus Virtual Africano

200. No âmbito da parceria entre a Comissão e a UNESCO para implementar o projecto do Campus Virtual Africano, procedeu-se a formação sobre o desenvolvimento de conteúdos on-line em 11 países da África Ocidental. O objectivo é aumentar a capacidade de professores universitários de utilização de TIC para o Ensino de Ciências e Tecnologia e Pesquisa nos Estados Membros.

4. SAÚDE E SANEAMENTO**a) Saúde, População e Questões Nutricionais**

201. A 4ª Sessão da Conferência de Ministros da Saúde da UA (CAMH4) foi realizada de 4 a 8 de Maio de 2009 em Adis Abeba. Incidiu no tema: “Acesso Universal a Serviços de Saúde de Qualidade: Melhorar a Saúde Materna, Neonatal e Infantil”. Entre outras recomendações, o principal resultado foi a adopção da Declaração de Adis Abeba que integrou os compromissos essenciais de todas as apresentações, reflectindo uma variedade de tópicos. Além disso, os ministros emitiram um comunicado sobre a pandemia de gripe causada pelo H5N1. Tanto no comunicado como na declaração, os Estados Membros foram exortados a formular planos de emergência e resposta na área da saúde. Importa realçar que a Estratégia de Saúde Africana (2007-2015) e os ODMs são os contextos nos quais as actividades na área da saúde são implementadas.

202. Um relatório desta conferência é apresentado ao Conselho Executivo separadamente. O relatório cobre a maior parte das actividades na área da saúde realizadas nos últimos seis meses, nomeadamente, Saúde Reprodutiva, o lançamento da Campanha Continental sobre Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA), o Plano de Produção Farmacêutica para África (PMP), a Segurança Alimentar e Nutricional bem como o Relatório de Actividades sobre a Década da UA de Medicina Tradicional Africana (2001-2010).

203. Como forma de envolver os parceiros no apoio a programas de saúde, a Comissão realizou uma missão aos EUA em Maio de 2009 e, em particular, intercedeu junto aos EUA e ao Banco Mundial pela continuação do Plano de Emergência do Presidente para Ajuda à SIDA (PEPFAR), da Iniciativa para a Malária e das contribuições para o Fundo Mundial de Luta contra a SIDA, TB e Malária pela nova administração americana. Entre outros assuntos, a delegação da CUA visitou estabelecimentos de saúde e empresas farmacêuticas, que apoiam e colaboram com África na área da saúde.

204. Alguns dos desafios enfrentados pela Comissão a nível da saúde são:

- i. Programas fracos de coordenação e harmonização com os parceiros a vários níveis;
- ii. Algumas reacções atrasadas dos Estados Membros, de algumas CERs e órgãos da UA e de outros parceiros. A este respeito, devem comunicar à Comissão os nomes e contactos dos pontos focais tendo em vista acções de seguimento. Um ponto positivo: felicita-se as Maurícias por submeter regularmente relatórios com informações actualizadas sobre doenças transmissíveis, tal como solicitado;
- iii. Sensibilização e implementação inadequadas pelos Estados Membros a nível nacional quanto a compromissos na área da saúde adoptados pelos próprios Estados Membros (Chefes de Estado e de Governo bem como Ministros da Saúde);
- iv. Carência crónica de recursos humanos na Comissão da UA agravada por uma agenda de actividades muito sobrecarregada na UA;
- v. Comunicação atrasada ou insuficiente da Comissão da UA com Estados Membros e parceiros.

205. Importa realçar que a Comissão, em estreita colaboração com os parceiros e graças ao empenho dos mesmos, dedicou-se a assegurar o seguinte:

- i. Maior visibilidade da saúde e do desenvolvimento social dentro e fora de África;
- ii. Mobilização de financiamento e colaboração por parceiros do desenvolvimento em certos programas;
- iii. Melhoria da coordenação e da harmonização de programas e parcerias;
- iv. Sensibilização sobre questões de importância crucial para a saúde e o desenvolvimento de África;
- v. Melhoria da cooperação regional na área da saúde.

5. BEM-ESTAR HUMANO E SOCIAL

a) Promover o Bem-Estar de Pessoas Idosas e da Velhice

206. Como solicitado no Quadro de Políticas da UA 2002 e no Plano de Acção sobre a Velhice e implementando a decisão da 1ª Sessão da Conferência da UA de Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento Social realizada em Dezembro de 2008, a Comissão criou o Comité Director para a Velhice. Os Membros do Comité Director foram seleccionados nos mesmos países que se encontram na mesa da 1ª Sessão da Conferência de Ministros da UA Responsáveis pelo Desenvolvimento Social, nomeadamente, Namíbia, Líbia, Quénia, Guiné Equatorial e Burkina Faso. Os representantes da Comissão Económica das NU para África (ECA), HelpAge International – África Region e African Network on Ageing também são membros do Comité Director. O objectivo do Comité Director é acompanhar a implementação do Quadro de Políticas e do Plano de Acção sobre a Velhice e fazer propostas acerca do estabelecimento do Conselho Consultivo tal como exigido no Plano de Acção.

207. A primeira reunião do Comité Director teve lugar em Maio de 2009. Incidiu sobretudo em aspectos processuais e administrativos, na frequência das suas reuniões e debateu as actividades a realizar nos próximos dois anos. A próxima reunião do Comité Director está prevista para Novembro de 2009.

b) O Instituto Africano de Reabilitação (IAR)

208. O Instituto Africano de Reabilitação (IAR), que foi criado para coordenar questões de deficiência e reabilitação no continente, continua a enfrentar problemas administrativos e financeiros. Entre outras coisas, o Conselho de Administração discutiu questões relacionadas com a reestruturação e revitalização do Instituto e o plano de trabalho do Instituto para 2008-2012. O resultado foi a adopção de algumas recomendações, incluindo a necessidade de melhorar a capacidade humana e financeira do Instituto para que funcione eficazmente.

c) Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência

209. Os Chefes de Estado e de Governo da UA proclamaram 1999-2009 Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência. Em 2002, foi adoptado um Plano de Acção para implementar os objectivos da Década. No fim da década este ano, reconhece-se que não foram realizados muitos progressos na implementação do Plano de Acção da Década. É por essa razão que a 1ª Sessão da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento Social da UA recomendou que a Década Africana seja renovada de 2010 a 2019. Ao mesmo tempo, foi solicitado à Comissão que realize uma avaliação dos resultados obtidos na implementação da Primeira Década e do valor acrescentado da extensão da Década. Também se recomendou que os programas do Instituto Africano de Reabilitação sejam ligados à Convenção das NU de Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência e que os Estados Membros integrem a deficiência nos seus programas de desenvolvimento social. Como seguimento das recomendações, a Comissão encontra-se no processo de avaliação da implementação da Década a fim de apresentar um relatório na próxima sessão da Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento Social.

d) Família e Desenvolvimento

210. A fim de monitorizar os progressos realizados na implementação do Plano de Acção da Família, a Comissão desenvolveu um questionário sobre as áreas prioritárias indicadas no Plano de Acção e enviou-o a todos os Estados Membros para preencher e devolver. No fim do prazo de 30 de Abril de 2009, apenas 16 Estados Membros tinham enviado as suas respostas à Comissão. Será contratado um consultor para elaborar um relatório consolidado, que será submetido à consideração da 2ª Sessão da Conferência de Ministros do Desenvolvimento Social da UA em 2010.

e) Desenvolvimento Social

211. Após a sua adopção pela Conferência em Fevereiro de 2009, o documento do Quadro de Política Social para África foi disseminado nos Estados Membros, parceiros do desenvolvimento e outros intervenientes para implementação. Como seguimento, a Comissão encontra-se a formular estratégias com o objectivo de ajudar os Estados Membros a desenvolver mecanismos apropriados de implementação a nível nacional.

212. Relativamente à Posição Comum Africana sobre Integração Social adoptada pela Conferência de Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento Social, o seu Presidente, Sua Excelência o Ministro da Saúde e Serviços Sociais da Namíbia, apresentou-a na 47ª Sessão da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, que teve lugar em Nova Iorque em Fevereiro de 2009. Ele solicitou que seja um dos documentos de trabalho da sessão. O documento foi bem recebido pelos delegados e foi mencionado como contribuição africana para a 47ª Sessão.

213. Durante a 47ª Sessão, a Comissão também foi convidada a ser um dos oradores no painel sobre “Promover a Integração Social”, que teve lugar a 4 de Fevereiro de 2009. Além disso, a Comissão e o Governo da Namíbia acolheram um evento paralelo à 47ª Sessão da Comissão das NU para Desenvolvimento Social (CSD) sobre o tema “Políticas de Mudança: Alcançar o Desenvolvimento Social Sustentável para África”. O evento foi organizado em colaboração com HelpAge International e o Departamento das NU para Assuntos Económicos e Sociais (UNDESA). Discursaram no evento os ministros da Namíbia, do Senegal e do Uganda bem como o Presidente da 47ª CSD das NU, o Secretário Geral Assistente das NU e o Representante da Missão Brasileira nas NU. No debate, os decisores foram chamados a conceder uma atenção particular a políticas e mecanismos sociais que sejam integradores e beneficiem os mais pobres dos pobres. Reconheceu-se que, para alcançar o desenvolvimento sustentável era crucial implementar os vários documentos existentes de políticas de desenvolvimento social, em particular o Quadro de Política Social para África. Foi igualmente realçado que já era altura de passar das políticas à acção e que devem ser envidados todos os esforços para pôr termo à marginalização e à exclusão social, promover o amor e valores culturais, fomentar a integração social e inclusão e construir uma sociedade para todos.

f) População e Desenvolvimento

214. A Comissão realizou as seguintes actividades durante o período coberto pelo relatório: (i) Preparação e disseminação do relatório bienal “Situação da População de África” iniciado

em 2004; (ii) A preparação da 3ª Edição do Relatório está em curso e deve ser publicada em Junho de 2009; (iii) em colaboração com a UNECA e o UNFPA, a Comissão está a coordenar as actividades para a Revisão ao fim de 15 anos da Implementação do Plano de Acção adoptado pela Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento de 1994 (ICPD). A revisão foi programada provisoriamente para Outubro de 2009. Os questionários foram enviados a todos os Estados Membros e até ao momento 41 países (cerca de 80%) devolveram os questionários preenchidos. Espera-se que a informação sobre o estado de implementação dos programas de acção da ICPD bem como dos ODMs ajudem os Estados Membros, a Comissão e outros parceiros a identificar as melhores práticas, registar os ensinamentos aprendidos e produzir recomendações chave para o futuro.

g) Trabalho, Emprego e Migração

i. Emprego

215. Em Maio de 2008, a UA e a OIT organizaram um workshop sobre produtividade e diálogo social cujo objectivo é o desenvolvimento do Quadro de Produtividade de África 2009-2012 e Directivas sobre Diálogo Social em África.

ii. Migração

216. Foram realizadas quatro reuniões consultivas em quatro Comunidades Económicas Regionais e dois Estados Membros. Estas visitas fizeram parte do programa da Comissão para implementar as políticas da UA sobre migração e desenvolvimento, ou seja, o Quadro de Política de Migração para África, a Posição Comum Africana sobre Migração e Desenvolvimento, a Declaração Conjunta África-UE sobre Migração e Desenvolvimento e o Plano de Acção de Ouagadougou para Combater o Tráfico de Seres Humanos, em Especial de Mulheres e Crianças. Vários projectos conjuntos têm como objectivo acompanhar estas consultas a serem implementadas no próximo plano estratégico da Comissão. Além disso, como parte da implementação do Plano de Acção de Ouagadougou, foi lançada uma campanha chamada Iniciativas da Comissão da União Africana contra a Campanha de Tráfico (AU.COMMIT).

h) Controlo de Drogas e Prevenção de Crime

217. O controlo de drogas e a prevenção de crime têm estado na agenda principal da Conferência da UA por dois anos consecutivos, tanto em Janeiro de 2008 como em Janeiro de 2009. Em Janeiro de 2008, o Plano de Acção de Controlo de Drogas e Prevenção de Crime (2007-2012) foi adoptado pela Conferência. Além disso, em Janeiro de 2009, a Conferência tomou a decisão de alertar os Estados Membros quanto a ameaças de tráfico de droga e a ameaças inerentes à segurança e exortou a Comissão a intensificar a luta contra o narcotráfico em colaboração com a ONUDC e a comunidade internacional. Depois, a Comissão desenvolveu e assinou um projecto conjunto com a ONUDC em Março de 2009 para a implementação do Plano de Acção da UA até 2012. Este Plano de Acção baseia-se numa abordagem equilibrada do controlo de drogas e da prevenção de crime, incluindo as componentes de prevenção, tratamento, cumprimento da lei e desenvolvimento social. Foi elaborado um MdE entre a CUA e a Interpol em Abril de 2009 de modo a assegurar a partilha

de indicadores eficientes de políticas e melhores práticas no combate a drogas e crime no continente.

i. O Impacto do Narcotráfico na África Ocidental

218. Até há pouco tempo, o uso e comércio de drogas ilícitas em África não era uma grande preocupação regional nem internacional. As alterações mundiais e os conflitos internos recorrentes tiveram um impacto tal na região que as drogas ilícitas se tornaram um problema. A instabilidade política e social interna criou condições que fomentam o uso de drogas e o narcotráfico, mas há poucos dados sobre estas novas tendências das drogas ilícitas. A África Ocidental corre um risco significativo de se tornar o terreno do narcotráfico em África com as ameaças inerentes como criminalidade e enfraquecimento de estruturas estatais associadas às mesmas.

219. O Escritório das Nações Unidas contra a Drogas e o Crime (ONUDD) advertiu no seu relatório de 28 de Outubro de 2008, “A África Ocidental encontra-se em alto risco de se tornar o epicentro do narcotráfico e do crime de corrupção associado ao mesmo” no continente africano. O relatório da ONUDD também exprimiu o receio de que a região deixe de ser “A Costa de Ouro e se torne a Costa de Cocaína” aumentando o risco dos estados vulneráveis, saídos de situações de conflito, serem invadidos por sindicatos de crime organizado e cartéis de droga.

220. Embora a maior parte dos países da África Ocidental estejam afectados pelo tráfico da droga, a situação na Guiné-Bissau, é, particularmente preocupante. Calcula-se que o valor das drogas que entram no país por mês da América Latina é de 150 milhões de dólares que é o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) anual do país. Uma grande quantidade da droga que entra na Europa proveniente da África do Sul e das Caraíbas, deve passar pela região.

ii. Redes de Narcotráfico

221. Os narcotraficantes aproveitam a rota através da África Ocidental devido à prioridade das regiões. Os países oeste-africanos não possuem capacidade para controlar adequadamente as suas fronteiras devido à fragilidade das estruturas, ao elevado nível de corrupção e pobreza na região. As drogas chegam à África Ocidental procedentes de países como Brasil, Colômbia, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela de navio, lanchas rápidas e aeronaves grandes e pequenas. Depois, os cartéis trabalham com grupos criminosos locais e funcionários corruptos do governo no exército, serviços aduaneiros e de segurança, justiça e polícia para realizarem os seus intentos. Também utilizam terreno desprotegido para trazerem a droga, por exemplo, a Guiné-bissau tem cerca de 50 ilhas desabitadas, algumas das quais com pistas de aterragem abandonadas, construídas pelos colonialistas portugueses, que agora servem para o trânsito fácil e não controlado dos cartéis de narcotráfico.

222. Os narcotraficantes colombianos começaram a residir na África Ocidental, particularmente na Guiné-Bissau para poderem controlar melhor o tráfico ilícito de drogas. Compraram empresas locais como fábricas e armazéns e também construíram para eles próprios grandes casas protegidas por guardas armados na Guiné-Bissau. Sabe-se também

que criaram outros negócios através dos quais lavam algum do dinheiro da droga.

iii. Impacto do Narcotráfico

223. A complexidade do narcotráfico teve um efeito devastador na economia, saúde, bem-estar social e governação. Aumentou os crimes violentos, a corrupção, a fraude bancária, o branqueamento de capitais e a decadência social. Também levou a um aumento em homicídios, abuso de drogas e outros males sociais.

224. O dinheiro da droga está a distorcer as economias de muitos países no continente. Também é utilizado para corromper o poder judicial, a polícia, as alfândegas e o sistema político. Mas, acima de tudo, tem um efeito debilitador nas despesas sociais dos estados porque desvia recursos de programas essenciais de reconstrução social e económica para o combate a grupos criminosos sustentados com o dinheiro da droga.

225. Há uma necessidade urgente de estabelecer um programa continental de controlo de drogas pois o contágio da droga irá na certa espalhar-se, tal como nos ensina a lição aprendida com a propagação do VIH/SIDA.

iv. Relações com a Interpol

226. A visita prevista do Director Executivo dos Serviços Policiais da INTERPOL, Sr. Jean-Michel LOUBOUTIN, à Comissão será aproveitada para lançar as bases para a formulação desta política. A visita constituirá uma oportunidade para iniciar negociações quanto à coordenação das forças policiais do continente a fim melhorar a capacitação, troca de informações em tempo real sobre este flagelo e outros problemas policiais no continente.

227. Reconhecendo a capacidade limitada das forças policiais de muitos países africanos, a INTERPOL deseja revitalizar o MdE assinado com a Organização de Unidade Africana em 2001. A INTERPOL deseja concentrar-se em questões políticas tradicionais durante a sua visita, em reconhecimento do facto notório de que os serviços policiais no continente têm uma necessidade enorme de capacitação e tecnologia moderna para combater o crime nos seus respectivos países. Algumas das questões identificadas nesta área incluem:

- **Crime organizado** – Os narcotraficantes estão a utilizar cada vez mais a África, em particular a África Ocidental, como ponto de trânsito para a cocaína que vai da América do Sul para a Europa. As viaturas roubadas são traficadas em seu benefício e também para financiar outros crimes graves. Os crimes de tráfico humano e contra a vida selvagem são também uma grande preocupação na região;
- **Terrorismo** – O terrorismo coloca uma ameaça à segurança nacional em todo o mundo e muitos outros crimes estão relacionados com o terrorismo. A África é a menos preparada para lidar com isso de forma adequada.

- **Segurança das fronteiras** – As fronteiras porosas que caracterizam a África tornam fácil para os criminosos e escroques viajar livremente para levar a cabo as suas actividades ilegais;
- **Corrupção** – A corrupção no governo bem como a insegurança dos estabelecimentos aumentam a violação generalizada à lei e à ordem em África e estão relacionadas com os conflitos que afectam o continente.

228. Outra área de cooperação com a Interpol é a forma como as forças policiais africanas beneficiariam das iniciativas da Interpol, nomeadamente, a Iniciativa de Segurança Mundial (GSI) e OASIS em África. A GSI lançada na 77ª Assembleia da Interpol em S. Petersburgo, em 2008, tem como objectivo conseguir o desenvolvimento dum quadro estratégico mais vasto, que orientaria as prioridades da Interpol na prestação de ajuda às forças policiais. O objectivo da OASIS é melhorar a capacidade das forças policiais africanas no combate ao crime. Tem três objectivos principais: capacitação, melhoramento de infra-estruturas e aumento da capacidade operacional.

229. A Comissão, como Secretariado da União Africana, encontra-se numa posição mais confortável para unir as forças policiais de modo a beneficiarem das iniciativas OASIS e GSI.

6. CRIANÇA, JUVENTUDE E DESPORTOS

a) Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança

i. Implementação da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança

230. O Comité Africano de Peritos para os Direitos e o Bem-Estar da Criança foi criado para monitorizar a implementação e assegurar a protecção dos direitos consagrados na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança. Para este fim, o Artigo 43º da Carta determina que os Estados Partes da Carta devem apresentar relatórios ao Comité sobre as medidas que adoptaram para pôr em prática as disposições da Carta e os progressos realizados na satisfação destes direitos.

231. Tendo em conta os relatórios que foram recebidos, o Comité Africano de Peritos para os Direitos e o Bem-Estar da Criança (ACERWC) considerou, em Novembro de 2008, os relatórios do Egipto e da Nigéria. Em Abril de 2009, o Comité organizou a 2ª Sessão Prévia para a preparação da análise dos relatórios de: Tanzânia, Uganda, Níger, Mali, Burkina Faso e Quénia. Durante esta Sessão Prévia, o Comité recebeu relatórios alternativos e complementares das ONGs e OSCs. Estes relatórios dos Estados Partes serão analisados durante a Sessão do Comité em Novembro de 2009.

ii. Apelo a Acção Rápida sobre a Implementação do Plano de Acção para uma África Adequada às Crianças

232. Nas suas tentativas para fazerem de África um local adequado para crianças, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram um Apelo a Acção Rápida sobre a Implementação

do Plano de Acção para uma África Adequada às Crianças em 2007. A Comissão divulgou o Apelo aos Estados Membros o mais amplamente possível entre os parceiros e intervenientes. Contudo, o desafio agora consiste em melhorar a sua implementação. A este respeito, foram definidos pontos de referência e estratégias para ajudar os Estados Membros a acelerar as intervenções a fim de alcançarem as metas e concretizarem os compromissos assumidos em áreas prioritárias do Plano de Acção para uma África Adequada às Crianças e do Apelo a Acção Rápida.

iii. Relatório sobre a Situação das Crianças de África

233. Conforme mandatada no Plano de Acção para uma África Adequada às Crianças, a Comissão está a elaborar o relatório sobre a Situação das Crianças de África. O relatório incidirá nas áreas prioritárias identificadas no Plano de Acção. Portanto, a este respeito é solicitado aos Estados Membros que enviem dados e outras informações sobre as crianças, que possam ser incluídos no relatório.

b) Política de Juventude – Década para o Desenvolvimento da Juventude

234. A última Sessão Ordinária do Conselho Executivo, realizada em Adis Abeba, Etiópia em Janeiro de 2009, declarou através da Decisão EX.CL/Dec. 468(XIV) uma Década para o Desenvolvimento da Juventude em África. A Comissão está a desenvolver um Plano de Acção para fornecer o quadro de intervenções na Década para o Desenvolvimento da Juventude. O Plano de Acção tem como objectivo integrar o desenvolvimento e a capacitação de jovens africanos como força motriz essencial e principal recurso para o desenvolvimento sustentável em todas as esferas políticas.

235. As áreas prioritárias para o Plano de Acção são extraídas da Carta Africana da Juventude e abrangem as cinco orientações estratégicas seguintes: i) capacitação económica, ii) políticas, programas e instituições, iii) inclusão e participação, iv) desenvolvimento e bem-estar, v) mecanismos de financiamento do desenvolvimento. Os resultados previstos da implementação do Plano de Acção incluem acesso melhorado à educação, formação para o desenvolvimento de competências e capacitação económica para os jovens em África, harmonização de políticas e estratégias de desenvolvimento da juventude, melhores mecanismos de financiamento para o desenvolvimento da juventude e integração da participação da juventude nas esferas económica, social e política do continente.

i. Carta Africana da Juventude e actividades afins

236. Em Maio de 2009, 13 países tinham ratificado a Carta Africana da Juventude e depositado os instrumentos relevantes na Comissão da União Africana. 31 países assinaram a Carta e estão em várias fases da sua popularização. Como planeado no programa de 2009, 11 países foram seleccionados para beneficiar de actividades específicas de sensibilização a fim de acelerar o processo de ratificação da Carta. Prosseguem as actividades de promoção e sensibilização acerca da Carta a todos os níveis, com o apoio dos parceiros através dos escritórios no país.

ii. Participação da Juventude e Voluntariado da Juventude

237. A Comissão está numa fase avançada de estabelecimento dum programa de voluntariado da juventude. A principal finalidade é apoiar e fomentar a emergência duma liderança da juventude eficaz e capacitada a fim de direccionarem a sua energia e criatividade para a edificação da paz, integração e acções de desenvolvimento. Os principais objectivos são contribuir para o desenvolvimento humano em África de acordo com a Visão e a Missão da UA, através da participação efectiva da juventude no desenvolvimento de África. Esta iniciativa também pretende reafirmar o empenhamento de África na actualização da Carta Africana da Juventude como um instrumento para fazer da participação da juventude a propulsora de valor e arquitecta do desenvolvimento humano em África. Uma abordagem consultiva encontra-se em curso a fim de elaborar todos os documentos técnicos e legais necessários para consideração e adopção pela Conferência de Ministros Africanos da Juventude.

c) Reforço da Capacidade Institucional através da Revitalização da União Pan-Africana da Juventude

238. Na sequência do Congresso da Juventude Pan-Africana em Brazzaville, República do Congo, e da primeira reunião do Comité Executivo sob a liderança do presidente recém-eleito, a Comissão elaborou programas de formação e está a planear sessões de formação para implementar e concretizar a capacitação da PAYU.

d) Capacitação da Juventude através de Ensino e Formação Informal Técnica e Profissional (TVET)

239. Está em curso a implementação de projectos piloto na Libéria, no Congo e no Burundi e acabou de ser concluída uma avaliação a meio percurso para avaliar os progressos realizados, os desafios, os constrangimentos e encontrar soluções de modo a otimizar a experiência.

e) Educação de Adultos através de Ensino e Formação Informal Técnica e Profissional (TVET)

240. A Comissão está a desenvolver um documento de programa para ministrar ensino e educação, promover a capacitação de adultos no quadro de Ensino e Formação Informal Técnica e Profissional (TVET) e aprendizagem permanente no âmbito da Segunda Década da Educação para África.

f) Estudo sobre o Trust Fund

241. Conforme recomendações da 2ª Sessão Ordinária da Conferência de Ministros da Juventude da UA, realizada em Adis Abeba, Etiópia de 12 a 15 de Fevereiro de 2008, deve ser criado um Trust Fund para o Desenvolvimento da Juventude Africana. O projecto de documento foi distribuído a todos os Estados Membros e aguarda-se as suas reacções para a

finalização do estudo de viabilidade.

g) Desporto

242. Na sequência da Decisão do Conselho de Janeiro de 2009 de dissolver o Conselho Supremo para Desporto em África (SCSA) (EX.CL/Dec.470 (XIV)), a Comissão iniciou uma avaliação da situação e das funções do seu pessoal a serem transferidas para a Comissão e Organizações no Movimento Desportivo Africano, concretamente em relação à organização dos Jogos Pan-Africanos. A Comissão colaborou ainda com a África do Sul no Programa da Copa do Mundo da FIFA 2010. Será realizado um workshop conjunto da CUA/UNESCO/SADC que incidirá em cultura, desporto e turismo, em Julho de 2009, e beneficiará os artistas africanos durante o evento de 2010.

III.2 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INTERCONNECTIVIDADE

243. O tema da última Sessão da Conferência foi o desenvolvimento de infra-estruturas em África com particular incidência nos sectores da energia e dos transportes. Um dia especial, 28 de Janeiro de 2009, foi dedicado ao tema das infra-estruturas e aberto a todos os participantes na Cimeira e convidados. A Conferência adoptou uma Declaração sobre o Desenvolvimento de Infra-estruturas de Transportes e Energia em África. A Declaração sublinha a importância fundamental das infra-estruturas no desenvolvimento socioeconómico e na integração de África e define estratégias para acelerar a implementação de programas e projectos de infra-estruturas prioritários continentais.

244. De acordo com a implementação desta importante Declaração, a Comissão continuou a conceder uma grande atenção à execução dos Planos de Acção adoptados por ministros sectoriais nas áreas de transportes, energias e tecnologias da comunicação e informação (TIC). Importa realçar que foram feitos progressos significativos nos processos de concurso para estudos de pré viabilidade dos corredores de transporte Dakar–Djibouti e Djibouti–Libreville e para o estudo sobre o Programa para o Desenvolvimento de Infra-Estruturas em África (PIDA). Também a preparação do Projecto Pan-Africano de Ligação em Rede para Educação e Medicina à Distância nos respectivos países avançou bem e foi iniciada a divulgação dos resultados do estudo sobre o Fundo Africano de Petróleo.

245. A implementação das actividades em sectores e subsectores específicos é descrita a seguir.

1. TRANSPORTE (RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO, AÉREO, MARÍTIMO)

246. Na área dos transportes, a Comissão concentrou a sua atenção na implementação da Declaração e dos Planos de Acção modelo, adoptados pela Primeira Conferência de Ministros Africanos dos Transportes (CAMT) realizada em Argel, Argélia, em Abril de 2008, como aprovado pelos órgãos políticos competentes.

a) Transportes Aéreos

247. A nível dos transportes aéreos, as principais actividades a serem implementadas abrangeram a Decisão de Yamoussoukro de 1999 acerca da liberalização dos mercados do transporte aéreo em África e o diálogo em curso sobre questões da aviação civil, incluindo a organização da Conferência UE-África sobre Aviação e a disseminação das Directivas para Negociação de Acordos de Serviço Aéreo entre Estados Membros da UA e UE.

i. Directivas para Negociação de Acordos de Serviço Aéreo entre Estados Membros da UA e Estados Membros de CE/UE

248. A Conferência de Ministros Africanos dos Transportes realizada em Argel, Argélia, em Abril de 2008, decidiu adoptar directivas não vinculativas para os Estados Membros nas suas negociações de acordos de serviço aéreo com a União Europeia. Depois da disseminação das Directivas, a Comissão está a monitorizar actualmente a sua implementação a fim de prestar assistência aos Estados Membros, às CERs e aos intervenientes em causa, sempre que necessário, de modo a garantir a sua aplicação judiciosa em benefício de toda a indústria de aviação africana.

249. Como anunciado no relatório anterior, a Comissão organizou conjuntamente com a União Europeia a Conferência UE-África sobre Aviação, cuja agenda cobriu áreas de cooperação na aviação civil, incluindo políticas de transportes aéreos externos das duas regiões bem como questões relativas ao desenvolvimento de infra-estruturas de aviação, segurança e protecção do ambiente. A conferência teve lugar em Windhoek, Namíbia, a 2 e 3 de Abril de 2009.

ii. Implementação da Decisão de Yamoussoukro

250. A Comissão continuou a levar a cabo o processo de criação do quadro legal e institucional adequado para a implementação da Decisão de Yamoussoukro. A orientação actual consiste em confiar as funções de Agência de Execução da Decisão de Yamoussoukro à Comissão da Aviação Civil Africana (AFCAC), em conformidade com a decisão dos ministros responsáveis pelos transportes aéreos, tomada na terceira conferência em Maio de 2007 em Adis Abeba, Etiópia.

251. Com este propósito, a Comissão manteve consultas com a AFCAC sobre a revisão e a adopção da Constituição desta última de modo a reflectir as suas funções adicionais como Agência de Execução. Também está em curso a revisão do relatório do estudo para definir o quadro legal, institucional, financeiro e operacional da AFCAC como Agência de Execução. A Comissão espera que este trabalho fique concluído antes de finais de 2009.

b) Transporte Ferroviário

252. Como mencionado no relatório anterior, a Comissão está a trabalhar estreitamente com intervenientes, incluindo a União dos Caminhos-de-Ferro Africanos (UAR) e a União Internacional dos Caminhos-de-Ferro (UIC) para executarem os projectos prioritários neste subsector. Com esse objectivo, foram concluídos os preparativos para estudos acerca destes

projectos e a execução da maior parte dos mesmos deve começar durante o primeiro semestre de 2009, dependendo do desembolso dos fundos do projecto respectivo. Estes são:

- Elaboração duma Visão dos Caminhos-de-Ferro Africanos 2025;
- Estudo sobre a criação dum fundo de desenvolvimento ferroviário para África;
- Avaliação da privatização dos caminhos-de-ferro africanos;
- Harmonização dos critérios para infra-estruturas ferroviárias e material circulante;
- Capacitação.

c) Transporte Rodoviário

253. As principais actividades actualmente em curso a nível do transporte rodoviário incluem o início de estudos de pré-viabilidade acerca de dois corredores de transportes. Estes são Dakar-N'djamena-Djibouti e Djibouti-Libreville. Estes projectos foram seleccionados numa mesa redonda realizada em Saly-Portudal, Senegal, em Janeiro de 2008, para discutir formas e meios de acelerar a implementação dos principais projectos de infra-estruturas em África no quadro da NEPAD. Os estudos de pré-viabilidade são financiados pela Estrutura de Preparação de Projectos de Infra-Estruturas da NEPAD (NEPAD-IPPF) sob a gestão do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Comissão da UA como Agência de Execução.

254. O estudo de pré-viabilidade Dakar–N'djamena-Djibouti encontra-se na fase de apresentação da proposta e espera-se que seja designada uma firma de consultores em finais de Maio de 2009. Relativamente ao estudo Djibouti–Libreville, foi publicado um Aviso de Concurso Público para manifestação de interesse. As firmas de consultoria deviam ser convidadas a apresentar propostas até finais de Maio de 2009 e o processo de adjudicação por concurso deve levar no máximo quatro (4) meses.

d) Transporte Marítimo

255. A nível do transporte marítimo, a actividade crescente de pirataria ao largo da Somália é uma grande preocupação não só para África mas também para a comunidade internacional dos transportes marítimos. A Comissão tem estado a trabalhar com os seus parceiros, incluindo a Organização Marítima Internacional (OMI), a União Europeia, o governo dos Estados Unidos da América e outros a fim de encontrar uma solução duradoura para esta ameaça. Estão a ser tomadas medidas a curto prazo, como navios internacionais a patrulhar o Golfo de Aden. A Comissão também tenciona criar uma rede de guardas costeiras para a África Oriental e Austral a fim de monitorizar e impedir todas as actividades ilegais nessa região. Um projecto idêntico encontra-se numa fase avançada na África Ocidental e Central.

256. Contudo, também se reconhece que o problema tem a sua origem na inexistência dum governo nacional estável na Somália. Portanto, a Comissão está a procurar resolver a questão no seu contexto mais amplo, envolvendo medidas de resolução de conflitos e negociando também uma solução política duradoura a fim de se estabelecer um governo nacional forte, que possa participar eficazmente nos esforços mundiais para se pôr termo definitivamente às actividades ilegais ao largo da costa da Somália.

257. Além disso, as actividades prioritárias em curso neste subsector incluem a definição dum quadro político e institucional continental para coordenação de actividades marítimas, garantia de tratamento justo a África no transporte marítimo internacional e combate à pesca ilegal e à poluição marinha.

i. Preparação da Segunda Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pelos Transportes Marítimos

258. A Comissão iniciou os preparativos para a Segunda Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pelos Transportes Marítimos, que é organizada conjuntamente com o Governo da República da África do Sul. Prevê-se que a conferência, que deve realizar-se em Durban de 12 a 16 de Outubro de 2009, considere e adopte a Carta Africana dos Transportes Marítimos revista bem como questões de segurança e protecção do ambiente. O combate à pirataria, pesca ilegal, despejo de lixo tóxico em águas africanas será um ponto importante da agenda da Conferência.

ii. Quadro Institucional para a Coordenação de Assuntos Relativos aos Transportes Marítimos no Continente

259. A Comissão pretende iniciar o estudo para a elaboração de um mecanismo de coordenação apropriado para o sector dos transportes marítimos em África. Os preparativos para o estudo, incluindo a formulação dos Termos de Referência, foram concluídos em 2008. O objectivo desta actividade é criar um quadro que facilitaria o desenvolvimento sustentável e o funcionamento da indústria de transportes marítimos de África de forma eficiente e sustentável.

2. ENERGIA (CRISE ENERGÉTICA)

a) **Estudo jurídico e institucional sobre o estabelecimento duma Estrutura Continental de Coordenação do Desenvolvimento de Grandes Projectos Hidroeléctricos Integradores em África**

260. O estudo dá seguimento às decisões e recomendações pertinentes das várias conferências, seminários e mesas redondas sobre o desenvolvimento e financiamento de grandes projectos integradores, organizados nos últimos dois anos. Portanto, a Comissão realizou um estudo jurídico e institucional sobre a gestão de grandes projectos hidroeléctricos integradores em África tendo em vista a criação duma Estrutura Continental de Coordenação destes projectos.

261. Estas decisões e recomendações são, entre outras :

- trabalhar conjuntamente para valorizar os recursos energéticos, nomeadamente hidroeléctricos, de África como principal opção de energia renovável para garantir o desenvolvimento sustentável, a integração regional, a segurança energética bem como a erradicação da pobreza ;

- criar uma Comissão de Coordenação para o desenvolvimento de grandes projectos hidroeléctricos integradores.

262. Os objectivos do estudo são:

- fazer o inventário das boas práticas em matéria de grandes projectos integradores;
- definir o regime jurídico de grandes projectos hidroeléctricos integradores africanos;
- elaborar o quadro institucional mais apropriado para a implementação de regras jurídicas pré-definidas na perspectiva duma melhor gestão destes grandes projectos integradores.

263. Após a conclusão do estudo, a Comissão organizou de 26 a 28 de Novembro de 2008, em Adis Abeba (Etiópia), um atelier de validação com o objectivo de informar os principais intervenientes, examinar, analisar e emendar o relatório do estudo para obter um documento consensual e permitir a apropriação do estudo pelos participantes a fim de facilitar a sua posterior implementação. As conclusões deste atelier serão apresentadas na próxima Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pela Energia.

264. As principais recomendações são as seguintes:

- Aprofundar a reflexão sobre o esquema institucional e as competências da estrutura de coordenação prevista ;
- Alargar a perspectivas do estudo tanto no plano espacial como em termos de conteúdo, adoptando um método inclusivo susceptível de ter em conta todas as partes interessadas e os documentos de apoio existentes.

265. Todas estas recomendações tendem a sublinhar que, apesar da urgência da implementação desta estrutura, é imperioso alargar a reflexão envolvendo o maior número possível de intervenientes, a fim de conseguir todas as garantias necessárias para o sucesso da operacionalização desta estrutura.

266. O êxito da criação desta estrutura poderia facilmente inspirar qualquer outro tipo de grande projecto de infra-estruturas de carácter integrador.

b) Estudos Conjuntos UA/BAD sobre Hidrocarbonetos (Petróleo & Gás) em África

267. Durante os últimos anos, o preço mundial do petróleo teve grandes flutuações. Os elevados preços do petróleo têm estado a afectar excessivamente consumidores e economias, mas o impacto foi maior em África. É indiscutível que o petróleo continua a ser essencial para melhorar a qualidade de vida e as oportunidades de produção em África, como acontece noutros continentes.

268. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão concordaram em realizar

conjuntamente estudos sobre: (i) o Impacto dos Preços Elevados do Petróleo nas Economias Africanas; (ii) A Proposta de Estabelecimento dum Fundo Africano de Petróleo (APF): Modalidades de Funcionamento e (iii) Uma Possível Análise da Situação do Petróleo e do Gás em África.

269. A Comissão e o BAD organizaram um workshop de 10 a 12 de Dezembro de 2008 em Adis Abeba, com o objectivo de validar os resultados dos estudos conjuntos. Este workshop concluiu que não havia quórum técnico suficiente para validar os estudos e recomendou que sejam realizados pelo menos dois workshops regionais para validação.

270. Portanto, a Comissão organizou dois workshops regionais para validação e apropriação dos resultados dos estudos conjuntos UA/BAD: (i) para a região ocidental e a setentrional (CEDEAO, UMA, CEN-SAD e UEMOA), (ii) para as regiões oriental, central e austral (EAC, CEEAC, SADC, COMESA, IGAD e CEMAC).

271. As principais actividades do Plano de Acção/ Roteiro adoptado incluem: i) CUA/BAD devem integrar as observações e recomendações dos workshops regionais; ii) CUA/BAD devem reunir-se com órgãos de APPA para troca de experiências acerca da operacionalização do fundo; iii) CUA deve sensibilizar os Chefes de Estado e de Governo durante a próxima Cimeira da União Africana em Julho de 2009 sobre a necessidade de contribuir com recursos iniciais para o Fundo; iv) CUA deve organizar a Conferência de Ministros Responsáveis por Hidrocarbonetos sobre o APF.

272. Foram adoptadas as seguintes conclusões e recomendações:

- Os participantes validaram os resultados dos estudos realizados por UA/BAD e expressaram o seu apoio.
- O APF deve ser um Fundo de Solidariedade para os Estados Membros da União Africana.
- As contribuições para o APF devem ser provenientes de todos os Estados Membros da UA.
- O APF deve possibilitar/ promover o desenvolvimento de projectos na área de energia (petróleo e gás, energias renováveis) e comércio intra africano no sector dos hidrocarbonetos.
- O APF deve ser criado logo que possível.
- Prolongar o mandato do APF para actividades como formação de novos produtores de petróleo e/ou gás em competências de negociação e capacitação (conhecimentos especializados locais).
- Necessidade de obter sinergias/realizar acções entre o APF e as iniciativas existentes (concretamente o Fundo APPA);
- Necessidade de criar mecanismos para garantir que todas as companhias petrolíferas a operar em África possam participar/ contribuir para o fundo de solidariedade e a integração regional.

273. As conclusões e recomendações destes workshops regionais serão apresentadas à Conferência de Ministros da UA Responsáveis por Hidrocarbonetos (Petróleo e Gás) durante o segundo semestre de 2009 para consideração e adopção.

c) Implementação da Parceria ÁFRICA-UE sobre Energia

274. A Parceria África-UE sobre Energia (AEEP) é uma das oito (8) parcerias que compreendem a Estratégia Conjunta África-UE, adoptada em Lisboa em Dezembro de 2007.

275. A Parceria sobre Energia irá reforçar o diálogo existente África-UE sobre o acesso à energia e à segurança energética. A AEEP pretende mobilizar maiores recursos financeiros, técnicos e humanos em apoio ao desenvolvimento da energia em África, aumentando os investimentos europeus e africanos em infra-estruturas energéticas e interligações energéticas dentro de África e entre esta e a UE. Em várias reuniões foi realçado que já é altura de passar de processos a resultados concretos.

276. Durante a última Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto UE-África realizada em Bruxelas, Bélgica a 17-18 de Março de 2009, foi acordado organizar um Workshop de Consulta Técnica do Grupo Conjunto de Peritos da UE-África sobre o Roteiro da Parceria sobre Energia UE-África em Entebbe, Uganda, de 5 a 7 de Maio de 2009. Os principais objectivos do workshop serão contribuir para o desenvolvimento do Roteiro da Parceria sobre Energia, duma perspectiva técnica, e certificar-se de que as acções propostas estão de acordo com as necessidades africanas e são tecnicamente viáveis e sustentáveis.

277. O Projecto Final do Roteiro deve ser apresentada à 2ª reunião do Grupo Conjunto de Peritos da UE-África a 18 e 19 de Junho de 2009, em Bruxelas, e aprovada a nível dos peritos. Será então submetida à Reunião de Alto Nível sobre Energia a ser organizada durante o segundo semestre de 2009 nos Países Baixos para aprovação a nível político.

278. O objectivo da Reunião de Alto Nível sobre Energia é fazer um balanço dos progressos realizados na implementação da Parceria sobre Energia África-UE, chegar a acordo quanto às prioridades e lançar o debate sobre as prioridades no período 2011-2013.

d) Primeira Conferência Ministerial Conjunta ASA sobre Energia

279. Na preparação da Segunda Cimeira África – América do Sul (ASA) que terá lugar na Venezuela em Setembro de 2009, a Primeira Conferência Conjunta de Ministros da Energia Africanos e Sul-Americanos, inicialmente programada para 29 a 30 de Maio de 2009 em Adis Abeba, Etiópia, e que devia ser precedida por uma sessão de peritos de 26 a 28 de Maio de 2009, teve que ser adiada devido à falta de confirmação de participação por um número suficiente de Estados Membros, em especial do lado sul-americano. As novas datas propostas são 13-17 de Julho de 2009.

280. O principal objectivo da Primeira Conferência Conjunta de Ministros da Energia da ASA é adoptar orientações estratégicas bem como programas e projectos de âmbito regional e continental e um Plano de Acção para promover a cooperação e a parceria, que serão

vantajosas para todos, especialmente a fim de explorar melhor os recursos abundantes encontrados nas duas regiões.

281. Espera-se que a Conferência adopte i) uma estratégia geral de orientação para cooperação das duas regiões no sector energético; ii) projectos e programas na área da energia adequados para parcerias entre os Estados Membros das duas regiões; iii) mecanismos e modalidades de implementação para os programas e projectos identificados incluindo a troca de conhecimentos especializados e transferência de tecnologia; iv) e uma Declaração, Resoluções e Plano de Acção.

282. Os resultados da conferência ministerial conjunta ASA sobre energia seriam submetidos para adopção à Segunda Cimeira ASA na Venezuela em Setembro de 2009.

e) Quadro de Políticas Tecnológicas Energéticas para Popularização das Energias Renováveis em África

283. A procura crescente de energia em África constitui um sério desafio aos decisores enquanto exploram opções para resolver a necessidade cada vez maior de aumentar a capacidades e adoptar soluções rentáveis. Presentemente, apenas 2% dos potenciais recursos hídricos de África foram explorados. Foram envidados esforços no sentido de aproveitar formas de energia renovável para manter a produção económica e assegurar a sustentabilidade ambiental. Nos últimos anos, aumentou o número de sistemas independentes de produção de energia, uma vez que as falhas no abastecimento de energia obrigou muitos governos africanos a fechar negócio com multinacionais a fim de solucionar o problema da grande diferença entre a oferta e a procura.

284. A reunião do Quadro de Políticas Tecnológicas Energéticas para a Popularização das Energias Renováveis em África foi realizada em Pretória, África do Sul, de 12 a 14 de Fevereiro de 2009. Foi organizada conjuntamente pela Comissão Científica, Técnica e de Pesquisa da União Africana (UA-STRC) e o Conselho Internacional de Ciência, Escritório Regional para África (ICSU-ROA). A reunião discutiu o Projecto de Quadro sobre “Política Tecnológica Energética para Popularização das Energias Renováveis em África” e fez recomendações dirigidas aos decisores nos Estados Membros.

285. A reunião avançou com várias recomendações incluindo as seguintes:

- Os investimentos em energia devem guiar-se por alvos tecnológicos claros.
- Com cada novo investimento a afectar um dado subsector energético, o conteúdo interno deve aumentar.
- As instituições políticas e agências nacionais de energia devem procurar garantir que sejam realizados subcontratos para investimentos energéticos implementados por adjudicatários estrangeiros.
- As instituições nacionais fornecedoras de energia devem assegurar que haja o envolvimento de organismos locais em pré-investimento, execução do projecto e serviços de implementação do projecto.

3. TELECOMUNICAÇÕES, CORREIOS E TIC

a) **Projecto de Rede Pan-Africana de Serviços Através da Internet para Medicina e Educação à Distância**

286. No último relatório apresentado em Janeiro de 2009, a Comissão indicou os progressos realizados por este projecto, iniciado pelo Governo da Índia para a prestação de serviços de medicina e educação à distância via internet. Desde então, convém assinalar os seguintes desenvolvimentos :

- Envolvimento dos Estados Membros no projecto : A sensibilização dos Estados Membros e o acompanhamento da assinatura do Acordo de participação no projecto foram realizados pela Comissão da União Africana e a Índia. A 30 de Abril de 2009, o Acordo de participação no projecto foi assinado por 60% dos Estados Membros da União, ou seja os seguintes 33 Estados Membros :

Benin, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Camarões, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Malawi, Maurícias, Moçambique, Níger, Nigéria, Uganda, Ruanda, Sierra Leone, Senegal, Seicheles, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Zâmbia, Zimbabué.

- Instalação e entrada em funcionamento da estação terrena Hub em Dakar: ligação da estação ao centro de dados TCL Nova Deli por fibra óptica e ao satélite RASCOM ;
- Instalação de estações VSAT e de outros equipamentos e programas nos Estados Membros africanos : 14 universidades nacionais, 13 hospitais nacionais, 2 universidades regionais e 1 hospital super especializado.
- Instalações de estações VSAT e de outros equipamentos e programas em 2 universidades indianas e 6 hospitais super especializados na Índia;
- Os progressos verificados na escolha de 5 Universidades Regionais Africanas e de 5 Hospitais Regionais Africanos Super Especializados são os seguintes:
 - 2 hospitais regionais estão seleccionados : o hospital de Ibadan na Nigéria e o Centro Hospitalar Universitário (CHU) de Brazzaville no Congo;
 - 3 universidades regionais estão seleccionadas : O Grupo da Universidade Kwamé Nkrumah e da Universidade do Gana, a Universidade Makéréré do Uganda e a Universidade Yaoundé I dos Camarões.

287. Estão em curso estudos sobre as tarifas dos serviços e sobre as modalidades e estruturas de gestão da rede pela África, depois dos cinco anos de apoio da Índia ;

288. Continua a escolha dos cursos propostos pela Índia e pelos Estados Membros. A este respeito, foi proposto um programa de cinco cursos pela Índia que acaba de sugerir opções suplementares.

289. A Rede Pan-africana de Serviços Internet foi inaugurada a 26 de Fevereiro de 2009 por Sua Excia. Pranab Mukherjee, Ministro Indiano dos Negócios Estrangeiros, a partir do Centro de Dados de TCL New Delhi, por videoconferência com os 11 ministros dos países para os quais estão terminadas as instalações nas universidades e hospitais. Esta inauguração contou com a participação da Comissão.

290. Os trabalhos de instalação e entrada em funcionamento devem estar concluídos em Setembro de 2009. Os serviços são prestados progressivamente aos países do seguinte modo:

- Serviços de medicina à distância testados com o Hospital Fann de Dakar em Março de 2009 vão abranger progressivamente os outros países ;
- O arranque dos serviços de ensino à distância em Março de 2009 vai abranger progressivamente os estados à medida que estes forem escolhendo os cursos.

b) Harmonização das Políticas e dos Quadros Reguladores das Telecomunicações, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e do Sector Postal em África

291. No quadro da execução das conclusões da Conferência de Ministros e da Decisão do Conselho Executivo adoptada em Sharm-El-Sheikh em Julho de 2008, foi elaborado um plano de implementação e apresentado à Mesa de Conferência.

292. Enquanto aguarda a análise e adopção do Plano de Acção pela Mesa da Conferência, a Comissão realizou as seguintes actividades que emanam do Plano de Acção :

- Tradução e transmissão de todos os documentos pertinentes aos Estados Membros, às CERs e aos parceiros indicando a sua contribuição prevista ;
- Elaboração dos Termos de Referência para a realização de acções prioritárias, nomeadamente o estudo de modelos regionais de linhas orientadoras de regulamentos e legislação de telecomunicações e TIC em benefício das CERs;
- Participação no processo de criação da Assembleia de Reguladores Africanos de Telecomunicações e TIC;
- Cooperação com a União Internacional das Telecomunicações no quadro dum projecto designado Harmonização das Políticas TIC, abrangendo 43 países em África (HIPSSA) para realizar algumas actividades, nomeadamente a elaboração de modelos regionais de linhas orientadoras de regulamentação e legislação das telecomunicações e das TIC.

III.3 INTEGRAÇÃO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS & GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

1. IMPACTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E QUESTÕES DE PREOCUPAÇÃO GERAL

293. A agricultura é a base da economia da maioria dos países Africanos e continua sendo, portanto, o principal instrumento de desenvolvimento da região. Para a maioria dos agregados familiares Africanos, a produção de alimentos e agrícola familiar continua sendo o principal determinante da renda global, disponibilidade e acesso aos alimentos, e de redução da pobreza. De facto, estudos de alguns países Africanos mostram que a adição de 1 Dólar à produção agrícola contribui para um aumento total do rendimento em 2-3 Dólares devido ao elevado efeito multiplicador do sector agrícola, que varia entre 1.5-2.7.

294. Ao registar fracassos no que diz respeito ao desenvolvimento do sector agrícola, África tem, portanto, fracassado também no alcance de uma transformação económica sustentável que seja capaz de promover maiores oportunidades de realização de actividades de geração de rendimento e emprego nos outros sectores ligados ao sector agrícola.

295. É neste contexto que a Comissão está a apoiar activamente programas que visam, entre outras coisas, a promoção da segurança alimentar e redução da pobreza no continente, contribuindo deste modo para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

296. Para promover o desenvolvimento agrícola e, portanto, reduzir a fome no continente, a Comissão tem implementando vários programas e actividades sob sua competência, em conformidade com a agenda do Programa Alargado de Desenvolvimento Agrícola em África (CAADP) da UA-NEPAD. A Comissão tem procurado também a cooperação internacional e regional nos seus esforços para resolver o problema da fome e pobreza no continente. Isto levou não só a uma maior consciencialização e apoio dos doadores para os programas e projectos da UA, como facilitou também o intercâmbio, a partilha de conhecimento e recursos humanos com os parceiros de desenvolvimento da UA e outros intervenientes que trabalham na área de Desenvolvimento Agrícola em África.

a) A Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara e Sahel

297. O programa da União Africana sobre a Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara e Sahel tem como objectivo principal combater a desertificação e a degradação da terra, garantindo deste modo a produtividade sustentável que por sua vez reduz a fome e alivia a pobreza no continente. Os parceiros envolvidos neste esforço continental incluem a União Europeia, os Secretariados Ambientais Multi-laterais (UNCCD, UNFCC, CBD), as Comunidades Económicas Regionais (CEDEAO, CEN-SAD, ECCAS, IGAD), NEPAD TerrAfrica e, evidentemente, os Estados Membros da UA.

298. Espera-se que as duas Redes de Programas Temáticos (TPN3 e TPN6, executadas pela UA/BIRA e UA/SAFGRAD, respectivamente) complementem, no contexto do combate à

desertificação, os objectivos da Iniciativa da Grande Muralha Verde. O Programa TPN3, o Projecto de Terras Áridas, Pecuária, Fauna e Meio Ambiente (DLWEIP), estão a ser executados pela UA/BIRA e espera-se que aborde a conservação da biodiversidade e recursos pecuários, através do apoio aos sistemas de gestão sustentável da terra no subsector da pecuária/fauna no Quénia e Burkina Faso. Por outro lado, a Rede de Programas Temáticos sobre a Promoção de Sistemas de Exploração Agrícola Sustentável (TPN6), coordenada pela UA/SAFGRAD, contribui para o controlo da desertificação, através de uma abordagem holística de produção agrícola que toma em consideração as inter-relações entre as várias componentes dos sistemas de exploração agrícola sustentável.

299. Como parte da implementação dos objectivos da Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara e Sahel, foi realizado um estudo de viabilidade conjunto UA/UE com o objectivo de recolher informação relevante e identificar modalidades para a elaboração de um modelo a nível nacional e regional. O objectivo é compreender a tendência actual e projectada da desertificação e degradação da terra no continente. Simultaneamente, estão a ser elaboradas propostas com o propósito de explorar o apoio financeiro prestado pelo Governo da Grécia sob os auspícios do fundo de mitigação e adaptação às alterações climáticas. Além disso, estão a ser envidados esforços para aumentar o sentido de propriedade e a sinergia entre os vários intervenientes através de uma maior sensibilização dos Estados Membros e das Comunidades Económicas Regionais (CERs), bem como de outros parceiros sobre os benefícios da Iniciativa da Grande Muralha Verde. Acima de tudo, está em processo de preparação a elaboração de um Plano Director para a Iniciativa e espera-se que seja concluído nos próximos dois meses.

b) Gestão das Florestas Transfronteiriças

300. A gestão e utilização sustentável dos vastos recursos florestais do continente é a chave da luta contra a fome e pobreza no continente. Portanto, a Comissão continua a centrar a sua atenção sobre o desenvolvimento de uma política continental sobre a gestão florestal que garanta a utilização eficiente e sustentável deste recurso natural. Neste sentido, a Comissão iniciou a elaboração de propostas e notas conceptuais para a gestão sustentável dos Recursos Florestais na África Ocidental de modo a incluir a Sierra Leone, Guiné, Libéria e Côte d'Ivoire, e expandi-la a outras zonas florestais sob alto nível de exploração do continente.

301. Além disso, para assegurar a gestão florestal sustentável no continente, a Comissão está a coordenar com as Comunidades Económicas Regionais (CERs) da CEDEAO, SADC e COMESA, e com o Escritório Sub-regional da FAO para a África Oriental no desenvolvimento de uma política Sub-regional e na promoção do florestamento comunitário com vista a regenerar a floresta perdida e como uma forma de criação de emprego e riqueza.

c) Água e Saneamento

302. Em conformidade com a Decisão de Sharm El-Sheik sobre a Água e Saneamento, adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, no Egipto, em Julho

de 2008, a Comissão tem, em concertação com os principais parceiros da UA – o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Económica para África e a Agência das Nações Unidas para o Ambiente, apoiado o Conselho dos Ministros Africanos para a Água (AMCOW), que é o mecanismo de coordenação das estratégias e acções regionais relativas à gestão e recursos hídricos. Além disso, o AMCOW deve ser responsável pela criação de parcerias para a implementação das decisões da UA sobre a água e saneamento, enquanto a Comissão deve participar na mobilização de recursos para a implementação das recomendações e estratégias.

303. A Comissão está a trabalhar com vista a implementar a Decisão pertinente de Janeiro de 2009 relativa aos CTEs e, em particular, para assegurar a integração do AMCOW e da Conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente no Comité Técnico Especializado de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente.

304. Similarmente, a Comissão reuniu-se com os principais intervenientes e parceiros para assegurar a implementação da Declaração de Sharm El-Sheikh sobre a Água e Saneamento. Estes parceiros incluíam a GTZ e o BAD, para apoiar a implementação desta Declaração de Sharm El Sheikh, bem como representantes Suecos, para solicitar seu apoio para a harmonização das políticas de gestão das águas transfronteiriças.

d) Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas

305. Espera-se que África seja o continente mais vulnerável aos impactos negativos das alterações climáticas devido a pobreza e ao baixo nível de capacidade de adaptação, embora contribua muito pouco, se contribui, para a emissão de Gases de Estufa que levam ao aquecimento global e às alterações climáticas. É com base na percepção do grande impacto negativo que as alterações climáticas poderão ter sobre a vida das pessoas em África, que a Comissão decidiu fortalecer a capacidade de África de mitigar e adaptar-se às alterações climáticas através da introdução do programa Clima para o Desenvolvimento em África (CLIMDEV-AFRICA). O CLIMDEV-AFRICA, que é um programa conjunto da Comissão, do BAD e da UNECA, é um passo essencial para assegurar que a adaptação às alterações climáticas em África seja tanto oportuna como efectiva, e que seja totalmente integrado no processo de desenvolvimento do continente, em particular nas áreas de agricultura e saúde, que são as mais susceptíveis de serem afectadas pelas alterações climáticas.

306. Para este efeito, um documento de avaliação do CLIMDEV-Africa foi elaborado e finalizado pela equipa de avaliação e gestores do programa responsáveis pela implementação da iniciativa. Além disso, as várias funções de cada instituição, nomeadamente, a CUA, BAD e UNECA, na implementação do CLIMDEV-AFRICA, foram claramente definidas e destacadas para facilitar a implementação. Ademais, a Comissão foi mandatada para coordenar com os Estados Membros e outros intervenientes no que respeita o Programa CLIMDEV-AFRICA para que, na próxima Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, 15^a Conferência das Partes (UNFCCC COP 15), a ter lugar em Copenhaga, África possa agir como uma só e falar com uma só voz, e ter uma posição comum no que diz respeito à mitigação e adaptação às alterações climáticas no continente.

307. A Comissão realizou também reuniões consultivas com os parceiros sobre a decisão da Cimeira de Janeiro de 2009 sobre as Alterações Climáticas, com a delegação da COP 15, bem como com os negociadores Africanos, para trocar pontos de vista e pensar na modalidade para a preparação do documento de posição comum Africana sobre Alterações Climáticas para a COP 15. A Comissão recebeu também ajuda do governo da Grécia para apoiar as iniciativas sobre Alterações Climáticas e realizou também debates com outros países como a Noruega e Dinamarca sobre a prestação de apoio aos negociadores da UA na COP 15. Além disso, outros parceiros, incluindo o BAD e UNECA, estão também a apoiar a Comissão com peritos e consultores de Alterações Climáticas para facilitar as preparações para a COP 15.

e) Mecanismo Africano de Monitoria Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD)

308. O AMESD, que está sob a égide da Comissão e é financiado pela União Europeia através do EDF9, procura proporcionar aos órgãos deliberativos informação sobre monitoria, fiável, oportuna e segura, em termos de detecção antecipada de problemas de água e alimentos para uma melhor avaliação do impacto das políticas e outras intervenções necessárias para a sustentabilidade ambiental.

309. Para levar avante a agenda do AMESD, a Comissão organizou e facilitou a 3ª reunião de Peritos Técnicos do AMESD (TEM3), um Retiro sobre o desenvolvimento da Estratégia Global do AMESD e a 2ª reunião do Comité Directivo na Sede da CUA, em Adis Abeba e em Nazareth, Etiópia, entre 11 e 18 de Fevereiro de 2009. Durante estas reuniões, foram feitas várias apresentações com o objectivo de fornecer a todos os intervenientes um panorama actualizado sobre as conquistas alcançadas até o momento na implementação do Programa do AMESD referentes aos últimos seis meses, desde a 2ª reunião de Peritos Técnicos do AMESD realizada em Acra, Gana. O Comité Directivo estabeleceu também as directrizes que espera que sejam seguidas pela Equipa de Coordenação do Programa durante os próximos seis meses para uma boa implementação do AMESD.

310. A Comissão realizou também um evento entre o AMESD e a EUMETSAT (Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos) e inaugurou a estação Temática do AMESD na Sede, em Adis Abeba, a 29 de Abril de 2009. Durante este evento, foi feita uma apresentação técnica às Embaixadas e ao pessoal da UA sobre as acções Temáticas do AMESD. O projecto previu também a colocação de um anúncio no Website da UE e da UA para publicitar um concurso de fornecimento de serviços relativo ao PUMA (Preparação para a Utilização de Satélites Meteorológicos de Segunda Geração), bem como para publicitar as estações Temáticas do AMESD a serem lançadas dentro em breve pela União Europeia. A estação Temática, depois de concluída facilitará o acesso à dados meteorológicos via satélite de 47 países da ACP, em África, de cinco Centros Regionais Partes do AGRHYMET em Niamey, do ICPAC em Nairobi, do MOI nas Maurícias, do CICOS em Kinshasa e dos Serviços Meteorológicos de Botswana em Gaborone, bem como da própria Comissão.

f) Programa Integrado de Gestão de Recursos Naturais de Fouta Djallon

311. O objectivo a longo prazo do Programa de Terras Altas de Fouta Djallon (FDHs), em Conakry, Guiné, é de garantir a protecção e a utilização racional dos recursos naturais das Terras Altas de Fouta Djallon e assegurar a sustentabilidade dos recursos fluviais na região da África Ocidental com vista a melhorar a vida da população que vive nas terras altas.

312. Para facilitar o lançamento de um novo projecto financiado pelo GEF sobre a gestão de recursos naturais das terras altas, foi organizada uma Conferência Ministerial pelo Gabinete de Coordenação de Conakry, em Senegal, de 18 a 21 de Maio de 2009.

313. Além disso, estão em processo de preparação um MdE e um TdR para a implementação da Resolução 5 da 3ª Reunião Ministerial do Comité de Seguimento que apela para um maior envolvimento da CEDEAO na gestão do Programa de Terras Altas de Fouta Djallon.

314. O Escritório do Fouta Djallon continua a consciencializar os Estados Membros e a todos outros intervenientes sobre a necessidade de compensar o processo de degradação da terra nas Terras Altas de Fouta Djallon e outros reservatórios de água em África através da garantia da produção atempada do boletim trimestral "THE FOUTA DJALLON" cuja quarta edição está prevista para Abril de 2009.

g) Projecto de Capacitação CE-ACP sobre os Acordos Ambientais Multi-laterais

315. A experiência com a gestão ambiental em África mostra que as preocupações ambientais não são suficientemente integradas nas políticas de desenvolvimento regionais e sub-regionais e nas estratégias de redução da pobreza, e o sector do ambiente continua a não ser considerado como uma prioridade política e financeira por vários países. Contudo, muitos países Africanos são Partes dos Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs), embora não exista ainda em África capacidade para implementar e cumprir estes acordos. Como uma forma de abordar os constrangimentos supracitados em África, a Comissão Europeia, no âmbito do Acordo de Parceria ACP-CE, concordou em apoiar o estabelecimento de um programa de capacitação relacionado com os MEAs nos países de ACP, incluindo os países Africanos de ACP.

316. O objectivo geral do projecto é de fortalecer e aumentar a capacidade dos países Africanos de ACP para que sejam capazes de implementar e cumprir de forma efectiva os MEAs e compromissos relacionados, com vista a levar deste modo a uma melhor gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, e contribuir para a implementação efectiva das estratégias de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza em África. Espera-se também que a capacidade dos Africanos nas negociações internacionais; na participação nos mercados do carbono sob os auspícios do Protocolo de Quioto; sua capacidade para gerir produtos químicos perigosos, incluindo pesticidas obsoletos, sua capacidade para abordar problemas de desertificação, seja desenvolvida e fortalecida.

317. A Comissão é designada pelos países Africanos de ACP e pela Comissão Europeia como o centro principal de actividade e a sede da região de África para o Projecto, que tem uma vida útil de 48 meses. Neste sentido, a Comissão irá trabalhar em estreita parceria com os Estados Membros, Comunidades Económicas Regionais, seu Programa da NEPAD, bem como os Secretariados responsáveis pelos acordos ambientais multilaterais, a CEA, o BAD, a Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN), O Conselho Ministerial Africano sobre a Água (AMCOW) e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP).

318. O Programa foi endossado pela reunião da AMCEN em Joanesburgo, em Junho de 2008, onde os Ministros Africanos apelaram os países Africanos a participar de forma activa e efectiva nas suas actividades de implementação, e um Acordo de Cooperação do Projecto foi assinado entre a Comissão e a UNEP em Maio de 2009. Além disso, uma unidade do projecto foi criada dentro do Departamento de Economia Rural e Agricultura, e um Workshop sobre Avaliação de Necessidades está agendado para ter lugar em Junho de 2009 em três países e sub-regiões de África com vista a determinar as necessidades e prioridades em termos de implementação dos MEAs.

h) Redução de Risco de Calamidades

319. Tomando em consideração o risco de calamidades no continente, a Comissão tem acompanhado com grande interesse o desenvolvimento e implementação da Estratégia de Redução de Risco de Calamidade através de actividades de capacitação tanto a nível regional como nacional. O apoio prestado pela Estratégia Internacional de Redução de Risco de Calamidades é notado com muito apreço e espera-se que esta parceria seja reforçada futuramente.

320. Num esforço para mobilizar fundos necessários para implementar as iniciativas de Redução de Risco de Calamidades, a Comissão submeteu uma proposta ao Governo dos EUA para financiar actividades de resposta e prevenção de desastres no continente. Importa também notar que uma reunião consultiva da 2ª Plataforma Regional Africana sobre a Redução de Risco de Calamidades teve lugar em Nairobi, de 5 a 7 de Abril de 2009 para preparar um documento de África a ser apresentado na Plataforma Regional Global agendada para ter lugar em Genebra, em Junho de 2009. A Comissão, juntamente com os Parceiros, está também a trabalhar sobre a decisão do Conselho Executivo de 2006 relativa à Redução de Risco de Calamidades e sobre a oferta das autoridades Egípcias de estabelecer o Centro de Gestão de Apoio no Egipto. Além disso, a Comissão, juntamente com os Estados Membros e Parceiros, estão presentemente no processo de extensão do Programa de Acção para a implementação da Estratégia de Redução de Calamidades Regional Africana, 2006-2010 – 2006-2010.

III. 4 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO E DOS ACTIVOS FINANCEIROS

a) Crise económica e financeira

321. Ocorrida desde o verão 2007, a crise actual, que foi primeiro financeira e em seguida económica, acabou por impor-se como uma crise sistemática cujas perspectivas de saída diminuem diariamente. Várias iniciativas, entre as quais duas Cimeiras do G20, foram tomadas para tentar aplicar-lhe uma terapia eficaz e duradoura.

322. Em África, as manifestações desta crise sem precedentes desde a crise dos anos 1929-1930 são muitas. Traduzem-se essencialmente pelo esgotamento das fontes do financiamento tanto externo como interno; a incapacidade de fazer face ao serviço da dívida ; a impossibilidade para a maioria dos países do continente realizar os OMD até 2015. Perante esta situação em que constitui somente uma vítima colateral, a África não dispõe de nenhum plano de retoma económica ou de saída de crise. Ela só espera beneficiar do efeito induzido da implementação das decisões do G20.

323. A Cimeira do G20 que se realizou em Londres, em Abril de 2009, tomou decisões visando reformar profundamente o sistema monetário e financeiro internacional dando-lhe uma nova orientação. Em particular, a referida Cimeira aumentou consideravelmente os recursos do FMI (foram triplicados) para que possa desempenhar mais bem o seu papel no relançamento da economia mundial. Uma parte significativa destes novos recursos deverão ser consagrados a apoiar o comércio internacional, e ajudar os países em desenvolvimento os mais vulneráveis e desprovidos de qualquer plano de retoma. Porém, a questão essencial que se coloca à África é a seguinte : Como ter acesso a estes novos recursos que o G20 de Londres acaba de colocar à disposição do FMI? Em outras palavras, que estratégia ou política é preciso adoptar para que a África possa beneficiar da quota-parte destes novos recursos que lhe cabe para contrariar os efeitos negativos da crise e relançar as suas economias?

324. Para a Comissão, a resposta a estas interrogações residiria parcialmente no desagravamento da condicionalidade que acompanha as contribuições financeiras do FMI. Se esta condicionalidade constrangedora não for profundamente revista antes de repartir estes novos recursos entre os eventuais beneficiários, a África corre o risco de ver a sua situação agravar-se. Por conseguinte, o desaperto dos constrangimentos graves relativos à condicionalidade do FMI deve ser considerado como uma condição prévia à alocação óptima dos recursos adicionais de que o FMI acaba de ser dotado. Nesta perspectiva, a Comissão considera como imperativo o novo exame do quadro macroeconómico da sustentabilidade da dívida africana. Se este quadro tornar-se mais flexível, permitiria à maioria dos países africanos recorrer a fontes de financiamento não concessionais cujo acesso é-lhes, hoje, interdito. Se a África não poder beneficiar de uma parte dos novos recursos colocados à disposição do FMI, o comboio do relançamento da economia mundial partirá sem ela. Mais uma vez, será abandonada na plataforma e as suas economias atolar-se-ão cada vez mais na precariedade.

325. A Comissão acaba de levar a cabo um estudo sobre a reconversão do quadro macroeconómico da sustentabilidade da dívida em África. Este estudo visa fazer recomendações que os dirigentes Africanos poderão defender junto das Instituições de Bretton-Woods.

b) Criação das Instituições financeiras

326. O processo de estabelecimento das instituições financeiras africanas [Banco Africano de Investimento (BAI), Fundo Monetário Africano (FMA), e Banco Central Africano (BCA)] continua num ritmo desigual. Se para o Banco Africano de Investimento os progressos são louváveis, para as duas outras instituições os avanços são lentos.

i. Banco Africano de Investimento

327. Progressos notáveis foram realizados. Desde Junho de 2008, o Comité Técnico Directivo está a trabalhar, sob a direcção do Governador do Banco Central da Líbia. Elaborou os principais textos fundadores do Banco que são o Protocolo e os Estatutos. O Protocolo já foi adoptado pela Conferência da União em Fevereiro de 2009. O projecto de Estatutos do BAI foi validado pelos Peritos Juristas e Economistas dos Estados-membros, durante uma reunião realizada em Tripoli, Líbia, em Maio de 2009. Estes Estatutos foram adoptados pela Conferência conjunta UA-CEA dos Ministros Africanos da Economia e das Finanças, realizada em Junho de 2009 no Egipto, que os recomendou para adopção final pela Conferência em Julho de 2009.

328. Em conclusão, se este segundo texto fundador do Banco Africano de Investimento for adoptado pela Conferência, esta instituição pode ser estabelecido antes do fim do ano 2010, contanto que os Estados-membros aceitem implementar imediatamente os referidos textos fundadores assinando e ratificando-os.

ii. Fundo Monetário Africano

329. Relativamente ao Fundo Monetário Africano, em conformidade com o Protocolo de Acordo assinado em Julho de 2008, entre o Governo dos Camarões, país anfitrião do FMA, e a Comissão, esta última aguarda até hoje a disponibilização, pelas autoridades camaronesas, das instalações e dos equipamentos que devem servir para o funcionamento do seu Comité Técnico Directivo. Note-se que desde a assinatura do Protocolo de Acordo com as autoridades camaronesas, a Comissão contactou-as várias vezes para as convidar a implementar o mesmo Protocolo pela designação do « *team leader* » (dirigente) do Comité Técnico Directivo e a disponibilização das instalações e dos equipamentos apropriados para permitir aos Peritos do referido Comité que estão em via de recrutamento cumprirem com a sua tarefa de elaborar, entre outros, todos os textos fundadores do Fundo Monetário Africano. Porém, estes convites da Comissão continuam até hoje vãos e sem resposta. Para que o dossier avance, é preciso que as Autoridades dos Camarões dêem o impulso necessário para relançar a dinâmica da criação do Fundo Monetário Africano.

iii. Banco Central Africano

330. No que concerne o Banco Central Africano (BCA), o Protocolo de Acordo, visando instalar o Comité Técnico Directivo foi assinado pelas partes interessadas, isto é a Nigéria, país anfitrião, e a Comissão, em Abril de 2009, em Washington. Agora, será preciso que todas as disposições sejam tomadas por ambas as partes (a Comissão e a Nigéria) com vista à sua implementação. De igual modo, a Comissão já identificou os Peritos do Comité Técnico Directivo do Banco Central Africano. À semelhança das duas Instituições anteriores, o Comité Técnico Directivo terá como mandato :

- Indicar a melhor estratégia que permita estabelecer o Banco Central Africano o mais rápido possível;
- Elaborar os textos fundadores do Banco, incluindo o Acordo de Sede com o país anfitrião.

331. A convite das Autoridades da Nigéria, uma delegação da Comissão deslocou-se a Abuja para oficialmente tomar posse das instalações e do equipamento que facilitará o trabalho do Comité Directivo Técnico. Além disso, está a ser preparado, e a Comissão considera que o Comité Directivo iniciará as suas actividades em Setembro de 2009.

iv. Congresso dos Economistas Africanos sobre a Integração regional e continental

332. A fim de contribuir para identificar soluções eficazes e duradouras às dificuldades económicas que caracterizam a África, a Comissão comprometeu-se a organizar anualmente o Congresso dos Economistas Africanos. Este Congresso que visa essencialmente compreender mais bem a problemática da integração regional e continental, constitui uma plataforma que permite aos Economistas Africanos (do continente como da Diáspora) a dar o seu contributo no processo de tomada de decisão a nível da UA sobre as respostas aos problemas económicos que assolam o nosso continente. O primeiro Congresso que se realizou de 2 a 5 de Março de 2009 em Nairobi, Quénia, centrou-se no tema seguinte: « *Perspectivas de criação da moeda única africana; Balanço do processo de criação das moedas únicas nas CER's. Que abordagem óptima para acelerar o estabelecimento da moeda única continental?* ». O mesmo reuniu os Economistas africanos, da África e da Diáspora, Universidades e Centros Africanos de Pesquisa, Bancos centrais Africanos, Ministérios Africanos da Economia e das Finanças, etc.

333. Os intercâmbios permitiram chegar a recomendações importantes, concretas e operacionais que foram objectos de publicação através dos « Actos do Congresso ». Estes Actos serão colocados à disposição dos órgãos decisores da UA, dos Estados-membros e das CER's. Os Congressistas recomendaram vivamente que o Congresso seja institucionalizado, anualmente, com vista a associar os Economistas Africanos na condução do processo de integração africana e permitir-lhes contribuir, em termos de ideias, para a resolução dos grandes problemas económicos do continente. Pois, como diz o adágio : « não se pode desenvolver com as ideias dos outros »

c) Harmonização das Estatísticas em África

334. O primeiro Anuário Estatístico Africano, publicado em Abril de 2009, nasceu da iniciativa comum da Comissão da UA, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA). Esta iniciativa permite dispor de um mecanismo comum de recolha e de difusão dos dados estatísticos. A edição 2009 do Anuário Estatístico Africano comporta duas partes, um conjunto de quadros sinópticos e um outro conjunto de perfil por país, com dados geralmente apresentados sobre o período 2000-2008, e que cobre cinco sectores principais: (i) o sector sociodemográfico, (ii) o sector económico (iii) o sector monetário e financeiro, (iv) o sector cobrindo os dados sobre as infra-estruturas económicas e o clima de investimento, e (v) o sector cobrindo os indicadores dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento. Esta iniciativa merece ser encorajada na medida em que marca a ruptura com as práticas do passado, onde cada instituição editava e publicava os seus próprios dados estatísticos sobre os países africanos; o que levava a uma duplicação dos esforços.

335. A Carta Africana da Estatística foi adoptada pela Conferência da União em Fevereiro de 2009. Um programa de advocacia está actualmente em curso com vista à assinatura e a ratificação da Carta por pelo menos quinze países durante o ano 2009. Reflexões estão igualmente em curso com os parceiros para desenvolver um mecanismo de avaliação pelos pares com vista a examinar a conformidade das actividades dos membros do sistema estatístico africano com os princípios e os objectivos da Carta.

336. Convém convidar os Estados-membros a assinar e ratificar com urgência a Carta a fim de permitir a sua entrada em vigor, e proporcionar um quadro coerente de regulação das actividades estatísticas em África.

337. No que se refere ao Documento de Estratégia Continental de Harmonização das Estatísticas da Integração, convém sublinhar que um dos objectivos da Carta Africana da Estatística consiste em servir de quadro apropriado para a harmonização das informações estatísticas em África, com vista a torná-las comparável entre países e entre regiões. Nesta perspectiva, um documento político de orientação da conduta concertada e coordenada do processo de harmonização está em curso de elaboração, em colaboração com todos os actores principais do sistema estatístico africano. Este documento será validado em Agosto de 2009 por Peritos Africanos de Estatística e submetido aos Órgãos decisores da União a fim de constituir um documento quadro para dotar a África de um mecanismo de produção de estatísticas harmonizadas ao serviço da integração africana.

d) Relatório do ano 2009 sobre a avaliação dos progressos alcançados na realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD)

338. Na sequência das decisões pertinentes da Conferência, a Comissão, em colaboração com o BAD e a CEA, elaborou o projecto de relatório do ano 2009 sobre os progressos alcançados na realização dos ODMs em África. Uma reunião de Peritos dos Estados-membros foi organizada para analisar e melhorar este relatório antes da sua submissão à Conferência conjunta UA/CEA dos Ministros Africanos das Finanças, da Planificação e do

Desenvolvimento Económico, em Junho de 2009 e a seguir à Cimeira de Julho de 2009. Na mesma ocasião, foi igualmente analisado o impacto da crise económica e financeira internacional sobre a realização dos ODMs.

339. O relatório do ano 2009 indica que a África continua a registar progressos com vista à realização dos ODMs, mas estes progressos são muito limitados (para alguns objectivos, nomeadamente os ODMs no domínio da saúde) e variam de uma região para a outra. Mostra igualmente que os resultados obtidos são ameaçados na sua durabilidade pelas incertezas e os fortes riscos de queda do crescimento mundial em razão da crise económica e financeira internacional.

340. O relatório recomenda a implementação de políticas coerentes nos países a fim de limitar o impacto da crise económica e financeira internacional sobre os sucessos já realizados e os progressos para o alcance das metas dos ODMs até 2015. O mesmo sublinha igualmente a importância das estatísticas harmonizadas a fim de avaliar os progressos registados na realização dos ODMs e para este efeito, recomenda a implementação rápida da Carta.

e) Programa Mínimo de Integração (PMI)

341. Recorde-se que a Comissão foi mandatada, através de uma série de decisões, a elaborar, em estreita colaboração com as CER's e as Organizações pan-africana parceiras, um Programa Mínimo de Integração para conferir mais visibilidade e legibilidade à implementação da Agenda da integração regional e continental. Este PMI foi submetido à consideração dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração por ocasião da sua quarta Conferência que se realizou em Yaounde, Camarões, aos 7 e 8 de Maio de 2009.

342. O Programa Mínimo de Integração é composto por diferentes actividades, diferentes projectos e programas em que se acordam as CER's no sentido de acelerar e levar a termo o processo de integração regional e continental. Por conseguinte, é considerado como um mecanismo de convergência entre as CER's, que deveria concentrar-se em alguns domínios prioritários de preocupação a nível regional e continental, onde as CER's podem reforçar a sua cooperação e beneficiar das vantagens comparativas e boas experiências de cada uma delas em matéria de integração. O PMI abrange objectivos realizáveis nos termos do Plano estratégico da UA (2009-2012), acompanhado de um mecanismo de acompanhamento e de avaliação. Deverá ser implementado em princípio pelas CER's, os Estados-membros e a Comissão, em colaboração com os diferentes parceiros ao desenvolvimento da África. O mesmo foi concebido em conformidade com a abordagem da integração de geometria variável segundo a qual as CER's deveriam progredir de acordo com velocidades diferentes nos processos de integração. Com efeito, as CER's continuarão a implementar os seus respectivos programas (considerados como os seus próprios programas prioritários) e concomitantemente procurarão colaborar para realizar as outras actividades contidas no PMI.

343. O PMI visa vários objectivos entre os quais constam essencialmente os seguintes :
- (i) Situar as CER's em relação à implementação do Tratado de Abuja;
 - (ii) Definir os programas prioritários regionais e continentais iniciados pela Comissão e cuja implementação, em nome do princípio de subsidiariedade, é da competência das autoridades nacionais ou regionais;
 - (iii) identificar os projectos regionais e continentais no seio da Comissão e das CER's cuja implementação baseia-se no princípio da subsidiariedade;
 - (iv) reforçar as iniciativas em curso em matéria de cooperação económica entre as CER's, e identificar as medidas susceptíveis de acelerar a integração numa selecção de sectores ou domínios prioritários;
 - (v) identificar os sectores prioritários que exigem uma coordenação e uma harmonização audaciosas, no seio das CER's e entre elas;
 - (vi) emular as experiências bem-sucedidas de integração em algumas CER's e generalizá-las às outras Comunidades;
 - (vii) ajudar as CER's a identificar e implementar as actividades prioritárias com vista a transpor as diferentes etapas de integração previstas no artigo 6º do Tratado de Abuja;
 - (viii) desenvolver e implementar outras medidas de acompanhamento para facilitar o estabelecimento de um mercado único em torno dos sectores prioritários;
 - (ix) identificar os projectos e programas cuja implementação baseia-se na activação das relações inter-CER's ;
344. O interesse do PMI reside portanto essencialmente no (a):
- (i) consenso que cria em torno das actividades e projectos a implementar para acelerar o processo de integração regional e continental;
 - (ii) visibilidade que ela confere a este processo;
 - (iii) clarificação que faz nas relações entre os principais actores em termos de coordenação e de harmonização das políticas; e
 - (iv) sinergia de acção que restaura entre parceiros ao desenvolvimento no que diz respeito, sobretudo, à implementação da Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda.

345. Reuniões sectoriais serão organizadas em estreita cooperação com todos os principais actores do processo de integração regional e continental, para identificar ou aprofundar os projectos e actividades a implementar durante os próximos quatro anos. Estes projectos e actividades serão acompanhados de um calendário claro e preciso de implementação.

III.5 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DE PRODUÇÃO

1. AGRICULTURA (CAADP, CRISE ALIMENTAR)

a) Implementação do CAADP e os Elevados Preços dos Alimentos

346. Num passado recente, os preços de produtos alimentares básicos aumentaram rapidamente, embora a crise financeira mundial e a conjuntura económica tenham levado a uma redução dos preços de alimentos. Contudo, as recentes estimativas e previsões de vários organismos internacionais, em especial a FAO e o IFAD, revelam que estes preços não são susceptíveis de continuar baixos num futuro próximo. Isto deve-se à actual conjuntura económica e o consequente colapso financeiro que reduziu a disponibilidade de capital num momento em que é necessário um investimento acelerado na agricultura com vista a aumentar a produção agrícola. À medida que o capital torna-se escasso e mais caro, e o poder de compra dos consumidores diminui devido ao aumento do desemprego e redução da renda, haverá uma diminuição do investimento no sector agrícola. A consequência disto é que a expansão necessária no sector para aumentar a oferta de modo a fazer face aos elevados preços dos alimentos não será alcançada, se passos urgentes não forem tomados com vista a corrigir esta situação desagradável.

347. O efeito do aumento sem precedentes dos preços dos alimentos tem sido profundamente sentido pelos pobres ao comprarem alimentos de primeira necessidade, causando perturbações sociais, agitações e até motins, e representa uma ameaça séria à segurança alimentar e redução da pobreza na maioria dos países em desenvolvimento, incluindo África. Isto significa que sem uma resposta sincronizada, ónus do aumento dos preços dos alimentos continuaria a afligir a maioria das pessoas que vivem no limiar da pobreza, especialmente nos países Africanos de baixa renda que são altamente dependentes de importações de alimentos. Isto poderia comprometer a luta contra a fome na maioria dos países Africanos onde o rendimento disponível é baixo e o aumento dos preços de alimentos tem corroído o já limitado poder de compra da população pobre e fragilizado ainda mais a sua capacidade de alcançar a segurança alimentar.

b) Abordagem da crise alimentar através da implementação do CAADP

348. Os Estados Membros da UA estão a fazer face à Crise dos Elevados Preços dos Alimentos através da implementação do Programa Africano Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura (CAADP), entre outros programas coordenados. O quadro do CAADP aborda opções de crescimento a longo prazo tais como o aumento da produtividade e o desenvolvimento de infra-estruturas rurais e dos mercados, bem como momentos críticos tais como a crise alimentar e os elevados preços dos alimentos, através de redes de segurança e o uso de vários estabilizadores automáticos.

349. Além disso, em resposta à crise de alimentos, a CUA/NEPAD formou uma equipa de trabalho conjunta com parceiros como a FAO, PAM, IFAD e o Banco Mundial para levar a cabo missões conjuntas com vista a fazer face à crise de alimentos de uma maneira coordenada e sincronizada. Até à data, foram levadas a cabo missões conjuntas à 12 países. Como parte da implementação do CAADP, mais de duas dezenas de países, sob a liderança de duas das CERs, isto é, COMESA e CEDEAO, estão activamente envolvidas na melhoria das políticas sectoriais, elaboração de programas de investimento, e estabelecimento de parcerias e alianças necessárias para implementar com sucesso a agenda do CAADP e alcançar os seus objectivos de taxa de crescimento agrícola anual de 6% e afectação de 10% do orçamento para a agricultura.

350. Para acelerar a implementação do CAADP, foram realizadas várias consultas junto dos vários intervenientes e parceiros de desenvolvimento com o objectivo de realizar uma análise baseada em evidências seguras da actual situação e evolução da situação alimentar e agrícola nos Estados Membros. Muito recentemente, nos dias 26 e 27 de Março de 2009, a CUA/NEPAD organizou a 4ª Reunião da Plataforma da Parceria do CAADP em Pretória, África do Sul, que juntou os representantes dos Estados Membros da UA, das CERs e de outros principais parceiros de desenvolvimento, para avaliar as actividades, bem como constrangimentos na implementação do CAADP, como um quadro estratégico para o desenvolvimento agrícola em África. Isto tinha em vista o desenvolvimento de estratégias adequadas que ofereçam soluções claras e concretas para a fome e redução da pobreza no continente. Não é surpresa nenhuma que o tema desta Sessão da Cimeira foi devidamente escolhido para reflectir a necessidade urgente de investir no sector agrícola, com vista a reformar o sector e fazer face ao actual problema dos elevados preços dos alimentos que está actualmente a afligir a maioria das pessoas, em particular os grupos mais vulneráveis que incluem pessoas pobres das zonas urbanas, pessoas rurais sem terra e muitos agricultores de pequena escala e agro-pastores.

351. Cada região de África tem prioridades diferentes relacionadas com a presença e impacto de doenças, oportunidades de mercado, acesso às intervenções de controlo, capacidade técnica e humana, projectos existentes e acordos institucionais, que devem ser abordadas com vista a desenvolver uma plataforma ajustada para o reforço das capacidades partilhadas na identificação e controlo de doenças. Foi criado conjuntamente pela Comissão e UE uma plataforma intitulada “Melhor formação para alimentos mais seguros e sanidade da produção agrícola”, que inclui vários grupos-alvo e beneficiários envolvidos na segurança alimentar, e em particular para intervir na introdução e propagação involuntária de pragas nas zonas livres de doenças, e para gerir as doenças existentes e contaminantes alimentares com vista a alcançar melhores rendimentos e alimentos mais seguros no continente. Estes programas foram lançados na Sede da União Africana em Março de 2009 entre o Comissário da UA para a Economia Rural e Agricultura e o Comissário da UE para a Saúde. O primeiro destes programas de capacitação está em curso até 2010.

c) Quadro e Directrizes para a Política de Terra em África

352. O direito e o acesso à terra é fundamental para assegurar a segurança alimentar e a redução da pobreza no continente. É neste contexto que a Comissão, numa iniciativa conjunta

com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), desenvolveu um Quadro e Directrizes para a Política de Terra em África para assistir os Estados Membros a iniciar e implementar as reformas das políticas de terra, tendo em vista o fortalecimento dos direitos à terra, aumento da produtividade e segurança dos meios de subsistência.

353. Neste sentido, foi desenvolvido um Projecto de Quadro e Directrizes sobre Políticas de Terras em África, após avaliações e consultas regionais extensivas, como resultado da iniciativa conjunta sobre a política da terra liderada pela CUA, UNECA e BAD. Este projecto de documento foi um dos documentos de trabalho apresentados na Conferência Conjunta dos Ministros Africanos da Agricultura, Terra e Pecuária, que teve lugar de 20 a 24 de Abril de 2009, na Sede da UA em Adis Abeba. A Conferência, após deliberações profundas e revisão, adoptou o Quadro e Directrizes para as políticas de terras em África, bem como um conjunto de recomendações para a via seguir. Este relatório será submetido aos Órgãos Deliberativos da UA para acções apropriadas.

d) Gestão de Recursos de Pesca

354. Preocupada com a contínua redução dos recursos de pesqueiros do Continente, a Conferência da União adoptou decisões que visam fazer face os desafios relacionados com o subsector das pescas, durante a Cimeira de Sirte de 2004.

355. Como seguimento para a implementação destas decisões, foram desenvolvidas duas principais iniciativas. A primeira é o Fundo de Investimento de Parceria Estratégica para os Grandes Ecossistemas Marinhos (LMEs) da Região da África Subsariana. No âmbito deste projecto, um financiamento adicional do Global Environment Facility (GEF) e outros parceiros foi colocado à disposição dos países costeiros em África para ajudar a apoiar a pesca marinha sustentável. Essencialmente, esta iniciativa inclui o Fundo de Investimento da Pesca Sustentável, que é um mecanismo de financiamento para colocar a disposição 60 \$EU milhões dos fundos do GEF durante os próximos 10 anos para co-financiar projectos nacionais que visem a pesca marinha sustentável.

356. O outro projecto, no âmbito da iniciativa do Fundo de Investimento de Parceria Estratégica, envolve a parceria estratégica de todos os intervenientes liderados pela Comissão, para assessorar o Fundo de Investimento, ajudar a troca de lições e promover a pesca sustentável a nível da região.

357. Os objectivos desta iniciativa, implementada pelo Banco Mundial, incluem entre outros, o apoio ao investimento estratégico a nível nacional para inverter a diminuição da pesca nos grandes ecossistemas marinhos (LMEs) da África Subsariana (SSA), bem como assistir os países costeiros individuais, que fazem fronteira com estes LMEs, com vista a satisfazerem as metas de pesca e os objectivos de erradicação da pobreza da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

358. A segunda iniciativa da Comissão no âmbito da Gestão de Recursos de Pesca é o Acordo de Acesso à Pesca. Esta iniciativa visa, entre outras coisas, desenvolver parcerias para que a União Africana trabalhe com a FAO e outros parceiros de desenvolvimento para

ajudar os Estados Membros a negociar acordos que reflectam os direitos e interesses dos países costeiros Africanos. Isto seria alcançado através do desenvolvimento de materiais e directrizes, e formação de pessoal com vista a melhorar as suas capacidades de negociação.

2. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E EXPLORAÇÃO MINEIRA

359. Durante o período em análise, as actividades levadas a cabo pela Comissão foram principalmente na área de integração regional, desenvolvimento e cooperação. Elas consistiram na organização da 5ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros do Comércio e outras actividades nas áreas de comércio, alfândega e indústria.

a) 5ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio

360. De 16 a 20 de Março de 2009, a Comissão acolheu com sucesso a 5ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros do Comércio. Em conformidade com a Decisão da Conferência (Assembly/AU/Dec.197(XI)), adoptada em Sharm-El-Sheikh, Egipto, em Julho de 2008, esta sessão dos Ministros do Comércio da UA avaliou e endossou um Modelo de APE preparado pela Comissão e outros parceiros para assistir as regiões nas negociações de APEs com a União Europeia.

361. Os Ministros realizaram também uma revisão e avaliação do estado de desempenho nas negociações da OMS e APEs, respectivamente; da 2ª Ajuda Mundial para a Avaliação do Comércio, agendada para Julho de 2009; do próximo 8º Fórum sobre a Lei para o Crescimento e Oportunidade de África (AGOA), agendado para ter lugar no Quénia no início de Agosto de 2009; das apresentações da China e Índia sobre as suas respectivas preferências de isenção de direitos aduaneiros oferecidas aos países Africanos menos desenvolvidos; e da troca de experiência com os países em desenvolvimento, com longa experiência em negociação e implementação de Acordos de Comércio Livre com os países desenvolvidos.

362. O maior destaque da Conferência foi uma Sessão Interactiva sobre a crise económica e financeira mundial durante a qual os Ministros envolveram dignitários de algumas organizações internacionais e principais actores na economia mundial. Ficou acordado que a principal causa da crise foi o fracasso dos países desenvolvidos em regular e controlar de forma efectiva os operadores nos seus respectivos mercados financeiros. Foram manifestadas preocupações graves de que embora a crise não tenha sido causada pelos países Africanos, estava a ter um sério impacto sobre o seu crescimento e desenvolvimento económico, através da diminuição das receitas de exportação, turismo, remessas de dinheiro, financiamento ao comércio, carteira e investimento directo estrangeiro. No fim das deliberações sobre a crise económica e financeira mundial, a Conferência emitiu um Comunicado, que ressaltou a preocupação de África em relação à crise e apresentou elementos em termos de respostas necessárias para a crise.

363. A Conferência emitiu Declarações sobre as negociações da OMS e APEs, respectivamente. Na Declaração de Adis Abeba sobre as Negociações da OMS, os Ministros manifestaram preocupação em relação ao efeito da crise financeira mundial sobre o comércio

e apelaram os países desenvolvidos a se absterem do proteccionismo comercial. Os Ministros reafirmaram também o compromisso de África em relação à conclusão bem sucedida da Ronda de Doha para o Desenvolvimento. Na Declaração de Adis Abeba sobre as negociações dos APEs, os Ministros enfatizaram a necessidade dos países Africanos terem um espaço de política claro para permitir que os governos possam responder aos vários desafios. Salientaram também a necessidade de coerência entre os APEs e a Agenda de desempenho e integração de África.

364. Acima de tudo, a Conferência endossou o Modelo de APE preparado pela Comissão e organizações parceiras, emendado e enriquecido pelos Estados Membros e CERs, como um conjunto de directrizes abrangentes para assistir as CERs nas suas negociações em curso de APEs com a União Europeia. A Conferência apelou ainda para a preparação e participação activa na Revisão da Ajuda para a Avaliação do Comércio e no Fórum da AGOA. Finalmente, o Ruanda ofereceu-se a acolher a Conferência dos Ministros do Comércio de 2009.

365. Importa notar também que a 5ª Conferência dos Ministros do Comércio contribuiu para o desenvolvimento da Posição Comum Africana sobre a Crise Económica Mundial, com enfoque sobre as dimensões comerciais e de desenvolvimento da crise, e em particular no seu Comunicado sobre a Crise Económica Mundial.

b) Indústria

366. Na área de indústria, na sequência da elaboração de uma Estratégia para a implementação do Plano de Acção para a aceleração do desenvolvimento industrial de África, a Comissão está a trabalhar, em colaboração com a UNIDO, sobre um mecanismo de monitoria e avaliação do Plano de Acção. Importa referir que a Estratégia de Implementação abarca um total de 16 Programas e 49 Projectos que devem ser implementados para o sucesso do Plano de Acção. A Comissão está actualmente a preparar-se para o lançamento da Estratégia em todas as Comunidades Económicas Regionais (CERs). Contudo, um dos maiores desafios é o de reflectir sobre as modalidades de mobilização de recursos financeiros para a implementação dos programas. Neste sentido, a Comissão pretende organizar uma reunião do grupo de peritos sobre a harmonização das políticas de investimento industrial em África, em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 8 e 9 de Julho de 2009, que irá discutir também as modalidades de mobilização de recursos. A próxima reunião da Mesa da CAMI será também organizada em colaboração com a UNIDO e o Presidente, a África do Sul.

c) Desenvolvimento de Recursos Minerais

367. Como seguimento à 1ª Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, realizada na Sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 16 e 17 de Outubro de 2008, a Comissão tomou as seguintes acções: -

- A Parceria Mineira Africana (AMP) concordou na sua última reunião realizada em Durban, África do Sul, de 3 a 5 de Fevereiro de 2009, em fundir a AMP com a Conferência da UA dos Ministros responsáveis pelo desenvolvimento de recursos

minerais dentro de um período de dois anos. Recomendou-se que o processo fosse liderado pela África do Sul e apoiado pelo Comité Executivo da AMP.

- Um grupo de estudo composto por representantes da CUA, UNECA, BAD e outros intervenientes, terá lugar de 11 a 16 de Maio de 2009, para avaliar o actual regime de exploração mineira em África e propor acções a serem tomadas pelos Estados Membros tendo em vista a implementação eficiente da decisão adoptada pelos Ministros Africanos responsáveis por recursos minerais e endossada pela última Cimeira.

III.6 INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM COMÉRCIO

1. CAPACITAÇÃO DE ACESSO AOS MERCADOS

a) Promoção de Serviços Veterinários Eficientes

368. O Centro de Vacinas Veterinárias da UA/Pan-Africano (UA/PANVAC) tem continuado a liderar a promoção de vacinas veterinárias eficazes e acessíveis seguras como uma forma de aumentar a produção e produtividade animal. Neste sentido, a UA/PANVAC está a facilitar o desenvolvimento e introdução de vacinas melhoradas ou novas, bem como a reforçar a capacidade de África no desenvolvimento, produção e garantia de qualidade das vacinas veterinárias em conformidade com a missão da UA para a estimulação económica, desenvolvimento social e cultural no continente.

369. As actividades da UA/PANVAC durante o último trimestre incluíram, entre outras, o controlo internacional independente da qualidade da vacina veterinária em África. No âmbito deste projecto, a UA/PANVAC atribuiu a certificação de controlo de qualidade para um total de 14 lotes de vacinas (incluindo vacinas para Peste Bovina, Doenças Infecciosas Bursais e Peripneumonia Contagiosa dos Bovinos), recebidos dos laboratórios produtores de vacinas dos Estados Membros da UA e do Instituto de Vacinas de Jordão. Além disso, a UA/PANVAC facilitou a padronização da produção e harmonização do controlo da qualidade de vacinas em África, e produziu 135 frascos-ampola de gérmens da vacina contra a Septicemia Hemorrágica (tipo B), enquanto a produção de gérmens da vacina contra a Septicemia Hemorrágica (tipo A) está em curso. Igualmente, durante este período um total de 12 frascos-ampola, incluindo o gérmem da vacina para a Peripneumonia Contagiosa dos Bovinos (CBPP) foram enviados aos laboratórios a nível dos Estados Membros durante o primeiro trimestre de 2009.

370. Para acelerar o seu trabalho e para que seja eficaz em termos de custos na luta contra doenças animais que ameaçam a produção animal em grande escala no continente, a UA/PANVAC envolveu-se em actividades de capacitação em transferência de competências, incluindo tecnologias de produção de vacinas e melhoria geral da capacidade de desempenho do pessoal veterinário a nível dos Estados Membros. Para este efeito, a UA/PANVAC estabeleceu uma parceria com a Aliança Global para a Medicina Veterinária Animal (GALVmed) para a organização conjunta de um curso de formação em Moçambique sobre a produção da vacina termostável contra a Doença de Newcastle. Além disso, a PANVAC providenciou formação e apoio técnico à UA/IBAR e a GALVmed para a produção e controlo

de qualidade da vacina contra a Febre da Costa Oriental de África (Teileriose) e Peste de Pequenos Ruminantes.

371. O PANVAC reforçou a sua capacidade de diagnóstico e vigilância de doenças animais através da renovação do antigo equipamento e instalação de novo equipamento tendo em vista uma maior produção e distribuição de reagentes biológicos essenciais necessários para o diagnóstico das diversas doenças animais que militam contra a produção animal eficiente em África.

372. As outras actividades que a UA/PANVAC pretende iniciar ainda este ano incluem o estabelecimento do Repositório Pan-Africano de estirpes de vacinas e o estabelecimento de um centro independente de cobaias. Além disso, o PANVAC tem continuado a reforçar as suas relações com outras organizações técnicas internacionais e estabeleceu parcerias com tais organizações no subsector de pecuária como a Agência Internacional de Energia Atómica (IEA), FAO, e a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e a GALVmed, entre outras.

b) Questões Fitossanitárias e Sanitárias

373. O Conselho Fitossanitário da UA/Pan-Africano (UA-IAPSC), que é o gabinete técnico especializado da Comissão baseado em Yaoundé, Camarões, é responsável pela protecção e quarentena vegetal em África. As actividades da UA-IASPC como uma Organização Regional Fitossanitária (RPPO) centram-se em redor de quatro principais pilares – quarentena vegetal, normas fitossanitárias e comércio, plantas e protecção de produtos vegetais, medidas fitossanitárias e pesticidas.

374. O actual compromisso da UA-IASPC centra-se sobre a harmonização do registo de pesticidas na África Oriental e Austral, controlo da invasão de Pássaros que se Alimentam de Grãos (*Quelea* sp) como pragas transfronteiriças em África, e o estudo de determinação do impacto da fumigação e questões de inspecção sobre o comércio seguro de plantas e produtos vegetais e sobre a economia dos países Africanos da região Ocidental e Central. Além disso, o Conselho forneceu informação fitossanitária a várias Organizações Nacionais Fitossanitárias nos Estados Membros através da publicação regular dos Boletins Informativos Fitossanitários.

375. Em parceria com a UA-BIRA, o IAPSC está a implementar o Projecto de Participação das Nações Africanas nas Organizações de Padronização através das várias Comunidades Económicas Regionais Africanas (CERs). Prevê-se que a capacidade dos países Africanos na fixação de padrões fitossanitários seja bastante reforçada após a conclusão deste projecto em 2010. Isto iria reforçar a adesão dos países Africanos nas organizações internacionais de padronização e melhorar a sua capacidade na implementação dos padrões e medidas de segurança alimentar. Isto irá, por sua vez, reduzir a pobreza e aumentar a segurança alimentar em África através do acesso mais fácil e melhor ao comércio internacional e aos mercados de produtos agrícolas.

376. A UA-IAPSC, igualmente em colaboração com o Mecanismo de Padronização e Desenvolvimento do Comércio (STDF) da Organização Mundial do Comércio (OMC) e CABI, está a preparar um projecto de proposta para desenvolver e lançar uma estratégia de reforço

de capacidades em questões fitossanitárias para África. Do mesmo modo, em parceria com o CABI e a Kenya Plant Health Inspectorate Services (KEPHIS), a UA-IAPSC está a trabalhar para o estabelecimento de um centro de excelência fitossanitário em Nairobi, Quênia, para os países da África Oriental.

377. A UA-IAPSC continua a encorajar o uso racional de pesticidas e outros produtos químicos usados na produção de culturas e animal com vista a proteger os género alimentícios em armazém. Neste sentido, a UA-IAPSC continua a acompanhar de perto as legislações nacionais sobre pesticidas nos vários países Africanos para identificar as lições que poderiam ser aprendidas a partir destes países, bem como para prestar apoio e assessoria na harmonização de políticas onde necessário com vista a estimular o comércio entre os países transfronteiriços e regiões.

c) Controlo e Erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomíase

378. A Campanha Pan-Africana de Erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomíase (PATTEC) foi iniciada, como um dos gabinetes técnicos especializados da CUA na DREA, dada a necessidade urgente de fazer face ao problema colocado pelas doenças transmitidas pela mosca tsé-tsé, que ameaçam a saúde e produtividade das pessoas e dos animais, e representam uma grave ameaça para ao alcance da segurança alimentar no continente.

379. Uma das actividades da PATTEC, desde o seu lançamento, inclui a implementação do programa de apoio para a Erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomíase financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento em seis países Africanos, nomeadamente, Etiópia, Quênia, Uganda, Burkina Faso, Gana e Mali. O programa que está agora no seu 4º ano registou progressos significativos no controlo e gestão da praga e do vector na área do programa. Além disso, é gratificante notar que Angola e a Zâmbia irão iniciar operações conjuntas de pulverização aérea no dia 12 de Maio de 2009, e espera-se que venham a tornar livre da mosca tsé-tsé uma área de cerca de 20 000 km² em ambos os países até Agosto de 2009.

380. Um dos progressos significativos registados na Campanha de Erradicação da Mosca Tsé-Tsé está no desenvolvimento de um protocolo de monitoria e avaliação que irá orientar a Comissão na monitoria das actividades da PATTEC como uma estratégia efectiva para combater o mal colocado por esta doença. Igualmente, para fazer face à crescente necessidade dos Estados Membros de combater a mosca tsé-tsé e a Tripanossomíase, a Comissão irá criar escritórios regionais de coordenação nas CERs para a coordenação efectiva e harmonização das actividades no âmbito da PATTEC.

381. Para aumentar a sensibilização e os compromissos, bem como o apoio para a materialização dos objectivos da PATTEC, a Comissão encontra-se no processo de introdução de vários instrumentos de advocacia que iriam realçar os objectivos e programas da PATTEC. Estes iriam incluir, entre outros, o uso de selos postais realçando os temas da PATTEC, e a solicitação de altas personalidades para promover a agenda e objectivo da PATTEC.

382. Sob os auspícios da Comissão, foi realizada uma conferência especial dos parceiros para discutir os planos técnicos e o quadro de apoio para a implementação da PATTEC nos países da Região da África Central, em N'djamena, Chade, a 3 e 4 de Dezembro de 2008, durante a qual foram feitas promessas no valor de 138 milhões de \$EU e assumidos compromissos pelos Estados Membros participantes.

383. Além disso, foi elaborada uma proposta para activar e gerir melhor a Fundação de Pesquisa e Controlo do Vector da Tripanossomiase (TVRC), uma organização de caridade, sob o no. 501(c)(3), registada nos EUA para mobilizar apoio para o controlo da Tripanossomiase em África e na América Latina. Igualmente, um curso de formação em gestão com a duração de 3 semanas, patrocinado pelo BADEA para o pessoal envolvido na planificação e execução dos projectos da PATTEC foi realizado na Suazilândia e estão em curso discussões para aumentar este apoio com vista a abarcar mais cursos no futuro.

384. Conceitos do novo programa multi-nacional para a erradicação da Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomiase nas zonas com uma faixa comum de mosca tsé-tsé em vários países, incluindo o Burundi, Ruanda e Tanzânia; Nigéria, Níger, Benin, Burkina Faso e Togo; Camarões, Chade, República Centro Africana e Nigéria; Moçambique, África do Sul e Suazilândia; Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe; e Etiópia e Sudão, foram desenvolvidos e está em curso a preparação de propostas relativas às zonas do projecto identificadas.

385. Estão também em curso consultas sobre as preparações para uma reunião inter-ministerial a ter lugar na Libéria, para discutir planos e um quadro estratégico para a implementação da PATTEC nos países ao longo da Costa Africana Ocidental (Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Sierra Leone, Libéria e Côte d'Ivoire).

386. Nos seus esforços para aumentar o fluxo e troca de ideias entre os intervenientes, incluindo os governos, instituições, pessoas, etc., a Comissão estabeleceu uma PATTEC e um Website para fornecer informações relevantes sobre a implementação de projectos e programas relativos à campanha contra a Mosca Tsé-Tsé e da Tripanossomiase.

d) Alfândega

i. Regras de Origem

387. Uma reunião que juntou representantes dos Estados Membros e das CERs foi organizada pela Comissão de 27 a 29 de Abril, em Lomé, Togo, com o objectivo de apresentar um modelo de Regras de Origem. Este modelo será anexado ao já concluído modelo de APE que foi analisado e endossado pelos Ministros do Comércio este ano. O modelo de Regras de Origem para APEs será circulado a todas as CERs para servir de directriz durante as negociações sobre as Regras de Origem com a União Europeia.

ii. Coordenação UA/CERs

388. A Comissão organizou a 3ª Reunião de Coordenação Aduaneira da CUA/CERs, em Lomé, Togo, de 30 a 1 de Maio de 2009. O objectivo da reunião era de finalizar as questões institucionais relacionadas com o estabelecimento deste mecanismo de coordenação como um subcomité do Comité da CUA-CERs de Coordenação. A reunião concordou também que, em conformidade com o Plano Estratégico da Divisão Aduaneira actualmente a ser elaborado, um roteiro que leve ao estabelecimento da União Aduaneira Continental e que incida principalmente sobre a harmonização dos instrumentos e procedimentos Aduaneiros será preparado e considerado durante a 4ª reunião agendada para Novembro de 2009.

2. REGRAS E NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS MULTILATERAIS (APE, OMC)**a) Negociações dos Acordos de Parceria Económica (APEs)**

389. Durante o período em análise, as negociações dos Acordos de Parceria Económica (APEs) entre as Comunidades Económicas Regionais/grupos de negociação e a Comissão Europeia registaram avanços em todas as regiões em África. Os grupos de negociação Africanos continuam a enfrentar desafios na resolução de questões contenciosas identificadas como sendo problemáticas nos APEs Provisórios que foram rubricados em 2007. As negociações tiveram lugar a níveis Técnico e Ministerial, com enfoque sobre a resolução de algumas questões contenciosas, continuação das negociações que não foram incluídas nos acordos provisórios e implementação dos APEs Provisórios, para o caso dos países que rubricaram os acordos provisórios. Todavia, existem ainda pontos de vista divergentes sobre a inclusão da cláusula de Nação Mais Favorecida (NMF) nos APEs. Actualmente, estão em curso preparações em algumas regiões para a assinatura dos APEs Provisórios conforme rubricados em 2007, sob condição de que as questões contenciosas serão resolvidas durante as negociações para APEs plenas. Durante a 5ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros do Comércio que levou à Declaração de Adis Abeba sobre APEs, os Ministros adoptaram como directrizes abrangentes o Modelo de APE que foi desenvolvido pela Comissão em colaboração com a UNECA e as CERs. Dado que as negociações para APEs plenos continuam, torna-se imperativo que asseguremos que os acordos finais sirvam de instrumentos autênticos para o desenvolvimento de África e que não minem os programas de integração regional e continental.

b) As Negociações da OMC

390. A Comissão tem continuado a prestar apoio técnico ao Grupo Africano, que continua muito activo na OMC, bem como a contribuir positivamente para a promoção do sistema multilateral de comércio. Este Grupo está consciente de que mais do que nunca, particularmente no actual ambiente da crise económica e financeira mundial, tem de se manter extremamente vigilante para evitar quaisquer tendências proteccionistas, e possíveis violações das regras e acordos da OMC bem estabelecidos. Mais do que qualquer outra altura, os objectivos de desenvolvimento da Mesa devem ser preservados e reforçados. Deve ser dada atenção particular à concessão de Tratamento Especial e Diferencial significativo e operacional aos países em desenvolvimento e aos países menos desenvolvidos em todos os trajectos de negociação. As negociações estão quase 80% concluídas e

esforços sérios estão a ser envidados em todos os lados com vista a assegurar a conclusão bem sucedida da Ronda de Doha.

III.7 PAPEL DE TODOS OS INTERVENIENTES NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO (SECTOR PÚBLICO, SECTOR PRIVADO, SOCIEDADE CIVIL, DIÁSPORA)

391. Num esforço para reforçar as suas relações de trabalho com a Sociedade Civil e a Diáspora Africanas, a Comissão concentrou a sua atenção nas seguintes áreas: apoio à institucionalização do Conselho Económico, Social e Cultural da União (ECOSOCC), Programa de Capacitação para a Diáspora, Parceria África-Europa, recenseamento das Organizações da Sociedade Civil Africana, reforço da estrutura da CIDO, mobilização e sensibilização e a Reunião Pré Cimeira da UA-OSCs. Estas actividades inserem-se no âmbito dos três eixos do Plano Estratégico, nomeadamente: Reforço de Capacidade Institucional, Desenvolvimento e Cooperação e Valores Comuns.

a) Apoio à Institucionalização e Operacionalização do ECOSOCC

392. No seu papel de Secretariado do ECOSOCC, a Comissão continuou a prestar o apoio necessário à institucionalização e operacionalização deste Órgão. A decisão do Conselho (EX.CL/Dec.477(XIV)), informando acerca do início da Assembleia Geral Permanente do Órgão, atribuiu-lhe a responsabilidade de terminar as eleições aonde não foram realizadas. Consequentemente, a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia do ECOSOCC realizada em Nairobi, em Outubro de 2008, logo a seguir ao seu início em Dar-Es-Salaam em Setembro de 2008, elaborou um programa para a conclusão das eleições. Como parte deste programa de trabalho, o Secretariado foi incumbido de voltar a anunciar o processo, solicitando e recebendo as candidaturas e apoiando o Comité de Credenciais, que se reuniu duas vezes no Cairo, Egipto, em finais de Fevereiro de 2009 e em Abidjan, Côte d'Ivoire, de 30 de Abril a 3 de Maio de 2009. Além disso, a conclusão bem sucedida deste exercício abriu caminho a eleições mistas em Yaoundé, Camarões, de 21 a 23 de Maio de 2009, em que foram eleitos novos membros do ECOSOCC de Angola, Djibuti, Ruanda, Lesoto, Líbia, Moçambique, Senegal, Seicheles, Suazilândia, Togo e as duas restantes regiões da África Central e do Norte de África. Em seguida, a Sessão Ordinária da Assembleia Geral do ECOSOCC reuniu-se em Yaoundé de 25 a 26 de Maio de 2009. Durante a Sessão, a Assembleia do ECOSOCC elegeu membros do Comité Permanente e presidentes dos vários comités, com base nas representações regionais. Isto preparou o caminho para a activação de grupos que seriam a âncora de programas e actividades do ECOSOCC. Os preparativos para a reunião inaugural do Comité Permanente que estabelecerá o regulamento interno e o programa de acção dos grupos bem como a finalização do plano estratégico do ECOSOCC, que foi formulado na sua 3ª Sessão Ordinária em Abuja, Nigéria, em Dezembro de 2008, estão em curso com o apoio total da Comissão.

b) Apoio Financeiro Institucional para o Programa da Diáspora

393. A Comissão também tem estado a trabalhar com o Banco Mundial para obter o apoio financeiro institucional para o Programa da Diáspora. Nas suas apresentações anteriores, a Comissão tinha sempre sublinhado que, como programa mundial, a Iniciativa Diáspora exige

uma grande concentração de capital mas ainda não atraiu muitos recursos dos Estados Membros devido às várias necessidades concomitantes da União e aos recursos limitados disponíveis nos Estados Membros. O processo de conferências consultivas regionais que deu o tom à Cimeira Mundial da Diáspora, que viria a definir os parâmetros para acção política e legislativa, foi possível graças à cooperação e ao apoio em recursos concedido pela República da África do Sul. Contudo, é essencial assegurar o apoio adequado para os resultados da Cimeira e reforçar a Unidade da Diáspora na Comissão bem como as suas representações no estrangeiro a fim de apoiar este processo. Para além do Banco Mundial, outros parceiros, incluindo a União Europeia, também demonstraram algum interesse em apoiar o Programa Diáspora.

c) Parceria Sociedade Civil e África-UE

394. A Comissão facilitou a segunda consulta anual UA-Sociedade Civil acerca da implementação da Parceria África-UE em Nairobi, Quénia, de 3 a 5 de Março de 2009. A finalidade da consulta era avaliar os progressos do projecto de parceria um ano após o seu início e examinar a fase inicial e a actual do plano de implementação com ênfase nas actividades dos Grupos Conjuntos de Peritos e de Trabalho. A consulta também teve como objectivo definir melhor e refinar os processos organizacionais da participação da sociedade civil neste contexto.

395. A reunião reconstituiu o Comité Director UA-OSC sobre a parceria África-Europa, que foi criado em Accra, sob a liderança do ECOSOCC. Também definiu um processo para mobilizar eleitorado de apoio em várias regiões, que sensibilizaria os vários segmentos da sociedade sobre a necessidade de participação no processo. A consulta fez recomendações específicas com o objectivo de assegurar que a Declaração de Lisboa de líderes da África-UE cumpra a sua promessa e o seu compromisso de ter uma estratégia centrada nas pessoas que integre a sociedade civil nas suas estruturas formais e informais. Também fez recomendações sobre processos relativos a direitos humanos e governação e sublinhou a necessidade do lado africano garantir que haja um equilíbrio entre o lado europeu e o africano a nível técnico e operacional, sobretudo a nível dos peritos e dos Grupos de Trabalho Conjuntos.

d) Recenseamento de Organizações da Sociedade Civil Africana

396. O Painel de Auditoria da União Africana recomendou que “seja criado um registo na Comissão para proceder ao registo de OSCs e associações profissionais com base nos critérios definidos no Estatuto do ECOSOCC. A lista deve ser actualizada de tempos a tempos e deve servir de base de dados para a organização dos processos do ECOSOCC”. A parceria UA-UE também realçou a necessidade deste exercício de recenseamento em áreas temáticas. O objectivo do recenseamento também está em consonância com os requisitos do Acto Constitutivo da UA sobre uma União Africana orientada e centrada para as pessoas, que deve criar mecanismos eficazes para facilitar o acesso para uma participação efectiva entre cidadãos africanos e relações da sociedade civil no quadro da UA e mundialmente.

397. A Comissão iniciou este exercício de recenseamento com um workshop técnico realizado em Nairobi, Quênia, de 28 a 31 de Maio de 2009. O workshop produziu um documento quadro para o processo de recenseamento que descreveu o seu propósito, justificação, objectivos, benefícios previstos, âmbito da base de dados, sistema de identificação e classificação, armazenagem, planeamento e necessidades em termos de recursos, marcos e prazos. Será realizada uma reunião dum Grupo de peritos para desenvolver isto num documento de projecto maior para os decisores para que o projecto comece a serio em Janeiro/ Fevereiro de 2010 por um período de 12 meses previstos para a conclusão da primeira fase, após o qual a base de dados será actualizada constante e periodicamente.

e) Reunião Pré Cimeira em Tripoli, Líbia, de 20 a 22 de Junho de 2009

398. No período em apreço, foi concedida uma atenção fundamental à necessidade de promover e apoiar valores comuns na União Africana. Como parte deste processo, as reuniões do ECOSOCC e da Sociedade Civil/ Diáspora foram realizadas em várias partes do continente. A Comissão enviou várias missões de sensibilização a várias partes do continente a fim de mobilizar o apoio para a UA entre os eleitores nas cinco regiões do continente.

399. Uma reunião Pré Cimeira UA-OSC foi prevista em Tripoli, Líbia, de 20 a 22 de Junho de 2009. A agenda da Pré Cimeira incluiu um relatório de auditoria às actividades do ECOSOCC, os processos da Sociedade Civil e da Diáspora e a UA em geral facilitaram a compreensão, cooperação e interacção. A maior parte dos peritos da OSC na área da Agricultura e do Crescimento Económico também se reuniram para deliberar sobre o tema da Cimeira e examinar as apresentações a serem feitas na Cimeira.

III.8 PARCERIAS E RELAÇÕES COM O MUNDO

1. PARCERIAS EM CURSO

400. O Conselho irá recordar que por Decisão EX.CL./Dec.480 (XIV), a Comissão foi solicitada a tomar uma série de passos para a materialização dos principais objectivos e benefícios das parcerias de África. Consequentemente, Comissão levou a cabo várias actividades no âmbito de implementação desta Decisão.

a) Implementação dos Resultados da Cimeira África-Índia

401. Importa recordar que o parágrafo 21 da Declaração de Deli, de 9 de Abril de 2008, mandatou os oficiais Africanos e Indianos a elaborar conjuntamente, no prazo de um ano, um plano de acção conjunto a nível continental e um mecanismo de seguimento adequado para a implementação do quadro de cooperação. Para este efeito, os oficiais Africanos e Indianos iniciaram o processo de elaboração de um projecto de plano de acção em Novembro de 2008. O projecto de plano de acção foi analisado e adoptado pelo Subcomité de Cooperação Multilateral e Comité dos Representantes Permanentes e será, subseqüentemente, discutido e acordado pelos oficiais Africanos e Indianos em Maio de 2009.

402. De realçar que o envolvimento da Índia com a União Africana a nível continental constitui um dos três níveis de interacção da Índia com a África. Os outros dois níveis de interacção são nacional/bilateral e regional.

403. De salientar também o facto da Índia ter destinado recursos para a implementação de programas e projectos a nível continental, num montante avaliado em 300\$EU milhões de um total de 500 milhões de \$EU que alocou para os três níveis de interacção para os próximos cinco anos. Para além de 2\$EU bilhões em empréstimos bonificados que a Índia está a disponibilizar para projectos em África.

404. Finalmente, importa notar que a Comissão está no processo de desenvolvimento de modalidades e critérios que poderiam ser tomados em consideração na identificação das várias instituições de formação e centros de formação profissional que a Índia propôs desenvolver em África. Este exercício iria assegurar a representação equitativa e o equilíbrio geográfico em todas as cinco regiões do continente.

b) Preparativos para a Segunda Cimeira África-América do Sul (ASA)

405. O Conselho recordar-se-á de que a Segunda Cimeira África-América do Sul (ASA) não pode realizar-se conforme previsto a 28 e 29 de Novembro de 2008, na Venezuela, porque a data coincidia com um outro compromisso internacional em que a maior parte dos Estados Membros participantes deviam estar envolvidos. O Conselho lembrar-se-á que segundo uma decisão que foi adoptada na sua última Sessão Ordinária, a Cimeira deve ser realizada em Agosto de 2009. Após consultas entre as presidenciais da UA e da Venezuela, a Cimeira será realizada de 14 a 19 de Setembro de 2009, como a seguir se discrimina:

Reunião de Altos Funcionários	:	14 – 15 de Setembro de 2009
Reunião Ministerial	:	16 – 17 de Setembro de 2009; e
Chefes de Estado e de Governo	:	18 – 19 de Setembro de 2009.

406. Espera-se que o Conselho adopte as datas acima referidas para a 2ª Cimeira ASA nesta Sessão, que foi proposta para permitir que os líderes africanos que desejam participar na Sessão da Assembleia Geral das NU, tenham a oportunidade de fazer apenas uma viagem através do Oceano Atlântico.

407. Entretanto, os preparativos para a Cimeira intensificaram-se após a 4ª Reunião do Grupo de Coordenação da Cimeira África-América do Sul (ASA), que teve lugar em Caracas, Venezuela, nos dias 8 e 9 de Janeiro de 2009. Esta reunião contou com a participação da Nigéria, Coordenador Regional da ASA para África; Brasil, Coordenador Regional da ASA para América do Sul; Comissão da União Africana; a Presidência Temporária da União dos Estados da América do Sul (UNASUR); e a República Boliviana da Venezuela, país anfitrião da reunião e da Segunda Cimeira África-América do Sul.

408. A reunião analisou, entre outras coisas, as actividades realizadas desde a reunião anterior do Grupo de Coordenação realizada em Brasília, Brasil, em Junho de 2008, bem como a implementação dos resultados da Primeira Reunião de Oficiais Seniores (SOM) que teve também lugar em Brasília, em Junho de 2008; e o estatuto dos Grupos de Trabalho das oito áreas temáticas da parceria, incluindo o seu calendário de reuniões, funções e metodologia de trabalho.

409. Após a reunião do Grupo de Coordenação, os Grupos de Trabalho foram atribuídos a tarefa de concluir as suas consultas e desenvolver programas e projectos concretos que seriam apresentados à Segunda Cimeira África-América do Sul para apreciação e aprovação. A possível execução destes programas e projectos concretos traria à atenção os benefícios e oportunidades óbvios estabelecidos no acordo de parceria.

410. A Comissão gostaria de solicitar a continuação da cooperação e compromisso dos Estados Membros nesta matéria, bem como em relação à outras parcerias estratégicas do continente, com vista a maximizar as oportunidades que poderiam ser conseguidas a partir destes acordos de parceria.

411. Finalmente, gostaria de informar o Conselho que efectuei uma visita oficial a Caracas, República Boliviana da Venezuela, de 7 a 9 de Junho de 2009. A visita foi a convite de S. E. o Presidente Hugo Chavez Frias com quem tive discussões muito frutíferas. Também tive encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros S. E. Nicholas Maduro Maros, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para a África, S. E. Dr. Reinaldo Bolivar e Chefes de Missão africano residentes em Caracas. Todas as reuniões tiveram por objectivo a garantia da preparação de uma Cimeira bem sucedida de ASA.

412. Gostaria de informar os Estados Membros que Venezuela está agora numa boa fase de organização e que as autoridades venezuelanas, e eu próprio, esperamos que a Cimeira seja bem sucedida. Neste sentido, é imperioso que intensifiquemos os preparativos para a Cimeira. Aproveito igualmente esta oportunidade para convidar a todos os Estados Membros a participar nessa importante reunião.

c) Fortalecimento das Relações entre a União Africana (UA) e a Organização da Conferência Islâmica (OIC)

413. Importa recordar que a extinta Organização da Unidade Africana (OUA) e a Organização da Conferência Islâmica (OIC) estabeleceram uma relação de trabalho desde a década de 1970. Com efeito, em 1974, a OIC concedeu o estatuto de observador à OUA durante a Quinta Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros que foi realizada em Kuala Lumpur, Malásia. Por seu turno, a trigésima terceira Sessão Ordinária do Conselho dos Ministros da OUA, realizada em Cartum, Sudão, em Julho de 1978, adoptou a Resolução CM/Res.669 (XXXI) que autoriza o Secretário-geral da OUA a negociar com o Secretariado Geral da OIC um acordo de cooperação entre as duas organizações.

414. Neste sentido, um projecto de acordo de cooperação foi elaborado e submetido à Trigésima Segunda Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada em Nairobi, Quênia, em Fevereiro de 1979. O Conselho deferiu a deliberação do documento, mas aprovou-o na sua Sessão de 2000. O projecto de acordo aprovado pelo Conselho foi submetido à OIC para assinatura, mas a OIC não satisfez o pedido de assinatura do mesmo.

415. Todavia, embora a OUA e a UA desde a sua criação em 2002 tivessem colaborado com a OIC, nenhum acordo formal foi assinado com vista a fornecer um quadro de cooperação entre as duas Organizações. Para rectificar esta anomalia e tendo em vista o fortalecimento da cooperação institucional entre a UA e a OIC, o Presidente da Comissão e o Secretário Geral da OIC tomaram a iniciativa de revigorar as relações entre as duas instituições.

416. Esta iniciativa foi endossada pelo Conselho na sua última sessão ordinária em Janeiro de 2009, que mandatou a Comissão a levar o resultado da proposta de revisão do projecto de acordo entre a UA e OIC à atenção do Conselho na devida altura. Neste contexto, o projecto de acordo de 2000 foi revisto pelo Gabinete do Conselheiro Jurídico e aprovado pela Comissão. Prevê-se que o projecto de acordo revisto será discutido com a OIC e levado à atenção dos Estados Membros antes da sua conclusão.

d) Avaliação Global da Parceria Estratégica de África

417. Importa recordar que o Conselho Executivo orientou, em Janeiro de 2008, que se tomasse acções para levar a cabo uma avaliação global de todas as parcerias existentes com o objectivo de implementar de forma efectiva as estratégias e planos de acção acordados entre África e os seus parceiros internacionais, racionalizar o número de Cimeiras, identificar os critérios de tais parcerias e apresentar recomendações necessárias ao Conselho e à Conferência.

418. No âmbito de implementação da decisão do Conselho, a Comissão concluiu um estudo sobre o processo da avaliação global e será brevemente apresentado aos órgãos relevantes da União para apreciação, nomeadamente, o Subcomité de Cooperação Multilateral e o Comité de Representantes Permanentes com vista a fazerem recomendações para apreciação pelo Conselho na sua próxima sessão.

e) Fórum Coreia-África

419. Gostaria de informar ao Conselho que a Coreia propôs acolher o 2º Fórum Coreia-África na Coreia, de 24 a 25 de Novembro de 2009, a nível ministerial. Contrariamente ao 1º Fórum Coreia-África, a Coreia manifestou a vontade de respeitar o formato de Bajul sobre a participação de África e o envolvimento da Comissão no processo. Neste sentido, o Director Geral para a África e o Médio-Oriente do Ministério dos Negócios Estrangeiros Coreano visitou Adis Abeba a 3 de Junho de 2009, para discutir a proposta.

420. Finalmente, convém realçar que esta proposta foi enviada aos Estados Membros e o Subcomité de Cooperação Multilateral obteve algumas deliberações sobre a proposta.

2. COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

421. Durante o período em análise, a Comissão levou a cabo diversas actividades que visam a implementação da Decisão da 14ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana sobre a Cooperação Afro-Árabe EX.CL/Dec.467 (XIV).

422. O Comité organizador da reunião dos Ministros da Agricultura sobre a Cooperação conjunta Afro-Árabe reuniu-se em Adis Abeba, nos dias 13 e 14 de Abril de 2009. Nesta reunião, o Comité concordou em realizar a Reunião Ministerial conjunta de 23 a 26 de Setembro de 2009 num local a ser decidido. O Comité Organizador acordou igualmente sobre a lista dos participantes e documentos de trabalho para a reunião.

a) Cooperação Afro-Árabe na área de Agricultura e Segurança Alimentar

423. Ao longo dos últimos dois anos, a União Africana e a Liga dos Estados Árabes (LAS) introduziram o Quadro de Cooperação Afro-Árabe sobre o Desenvolvimento da Agricultura e Segurança Alimentar. Foram realizados vários debates e consultas que resultaram num plano de acção conjunto que incide sobre as seguintes quatro áreas principais: (i) Intensificação Agrícola (insumos, irrigação, e valor acrescentado); (ii) Iniciativa Estratégia de Reserva Alimentar; (iii) Comércio e Acesso aos Mercados; e (iv) Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola, Transferência de Tecnologias e Serviços de Extensão.

424. Como um primeiro passo para a operacionalização da Cooperação Afro-Árabe na área de Agricultura e Segurança Alimentar, e responder aos problemas identificados no plano de acção conjunto como o alicerce da Cooperação, a Primeira Reunião Afro-Árabe sobre o Investimento Agrícola foi agendada para 25 a 27 de Maio de 2009, em Zanzibar, Tanzânia. Durante esta Reunião, esperava-se que os Estados Membros da UA submetessem três propostas de projectos na área de agricultura e segurança alimentar para possível financiamento através dos fundos disponibilizados pela Liga dos Estados Árabes.

425. No âmbito da Declaração da Conferência da UA sobre: “Resposta aos Desafios dos Elevados Preços dos Alimentos e o Desenvolvimento Agrícola”, a Delegação Permanente junto da LAS, em Cairo, organizou diversas actividades com a sociedade civil e instituições académicas em Cairo durante o período compreendido entre Janeiro-Julho de 2009. Estas incluem:

- Fórum sobre o papel da mulher Africana & Árabe na abordagem da crise de alimentos;
- Seminário sobre a Segurança Alimentar em África; e
- Seminário sobre as Alterações Climáticas em África.

b) Revitalização da Cooperação Afro-Árabe

426. O Conselho poderá notar que 21ª Cimeira Árabe, na qual o Presidente da Comissão discursou sobre assuntos políticos, económicos importantes, bem como sobre outros assuntos relevantes para a Irmandade Afro-Árabe, adoptou decisões importantes sobre a Cooperação Afro-Árabe. Reiterou o seu compromisso em relação à remoção dos obstáculos à revitalização desta cooperação e regularidade das reuniões das suas instituições, e solicitou o Secretário-Geral a continuar o seus contactos a este respeito com vista a alcançar uma verdadeira fase de cooperação para o benefício mútuo das duas regiões nas áreas políticas, económicas, comerciais, sociais e culturais inter-relacionadas.

427. Na sequência do convite formulado pela Liga dos Estados Árabes, uma delegação de alto nível dirigida pelo Presidente da Comissão participou na 21ª Cimeira Árabe, realizada em Doha, Qatar, em Março de 2009.

c) 2ª Cimeira Afro-Árabe

428. A 21ª Cimeira Árabe apelou para a continuação dos esforços para a realização da 2ª Cimeira Afro-Árabe num futuro próximo e manifestou satisfação pela decisão da 12ª sessão ordinária da Conferência da UA, realizada em Adis Abeba, Etiópia, e Fevereiro de 2009, que apelou o Presidente da CUA e o Secretário-Geral da LAS a continuarem com as consultas sobre a local da Cimeira, que espera-se que venha a ter lugar durante o 4º trimestre de 2009.

d) 13ª Sessão da Comissão Permanente para a Cooperação Afro-Árabe e Fórum de Desenvolvimento Afro-Árabe

429. A Comissão, em colaboração com a Liga dos Estados Árabes e o Governo da Líbia, iniciou as preparações para a 13ª Sessão da Comissão Permanente para a Cooperação Afro-Árabe. Prevê-se que a Sessão tenha lugar em Trípoli, Líbia, numa data a ser acordada entre o Anfitrião, a Comissão e a Liga dos Estados Árabes.

3. ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO**(1) ESCRITÓRIO DE NOVA IORQUE**

430. No quadro do fortalecimento da cooperação entre a União Africana e as Nações Unidas, o Escritório de Nova Iorque da UA envolveu-se de forma activa com vários órgãos das Nações Unidas e departamentos relevantes do Secretariado, Agências da ONU, e Instituições Académicas. Facilitou também consultas entre a UA e altos funcionários da ONU. Uma revisão profunda da resolução sobre a Cooperação entre as Nações Unidas e a União Africana foi lançada com vista a reflectir as tendências multifacetadas na cooperação entre as duas organizações. Através do seu Website lançado em Janeiro de 2008, o Escritório continua a facilitar a comunicação entre a UA e a ONU, bem como a disseminação de Decisões, Resoluções e principais Relatórios de ambos os organismos e aos vários intervenientes.

a) Paz e Segurança**• Conselho de Segurança e Comissão de Edificação da Paz**

431. Na área de Paz e Segurança, o Escritório de Nova Iorque monitorou as actividades do Conselho de Paz e Segurança da ONU que dedicou 28 reuniões aos assuntos Africanos, durante o período em análise, e adoptou 4 Resoluções e 4 Declarações Presidenciais (PRST). O Escritório facilitou a participação da UA na reunião do Conselho realizado a 18 de Março de 2009 dedicada ao Relatório do Painel de Alto Nível da UA/ONU sobre a questão de mobilização de recursos para o financiamento de operações de manutenção de paz conduzidas por organizações regionais, tais como a UA. Na sua PRST, o Conselho solicitou o Secretário-geral da ONU a submeter um Relatório, o mais tardar até 18 de Setembro de 2009, sobre as vias práticas de prestar apoio efectivo à UA quando esta realiza operações de manutenção de paz autorizadas pela ONU.

432. O Escritório de Nova Iorque informou sobre os notáveis desenvolvimentos em relação a Operação Híbrida UA-ONU em Darfur (UNAMID) e participou no processo de selecção do pessoal militar sénior da UNAMID, incluindo a selecção de um novo Comandante da Força da UNAMID. Na sequência da Decisão Assembly/AU/Dec.221(XII), o Escritório facilitou e participou nas actividades com o Conselho de Segurança da ONU em relação a solicitação para o adiamento da acusação do Presidente do Sudão pelo TPI, de acordo com as disposições do Artigo 16 do Estatuto de Roma do TPI. O Escritório facilitou também a participação da UA na reunião do Conselho de 20 de Março de 2009 dedicada a situação na Somália, que indicou o pacote de apoio para o fortalecimento da AMISOM, a reforma do sector de segurança da Somália e, o grupo especial marítimo que deve incluir uma componente de apoio à AMISOM e ao processo de paz.

433. Relativamente à operação de manutenção de paz da ONU, o Relatório do Secretário Geral realça a necessidade de criação de condições básicas, bem como a contribuição dos Estados Membros através do envio de tropas adequadas.

434. Além disso, o Escritório acompanhou de perto as discussões no Conselho de Segurança da ONU sobre a situação entre o Djibuti e a Eritreia, a situação no Chade e na República Centro Africana, Guiné-Bissau e Côte d'Ivoire.

435. Sobre o desarmamento e não proliferação de armas, o Escritório de Nova Iorque acompanhou a sessão substancial da Comissão da ONU para o Desarmamento, de 7 a 25 de Abril de 2009, que considerou medidas de desarmamento e não proliferação nuclear e instauração da confiança no campo das armas convencionais. Há sinais de que os Estados nucleares e não nucleares poderão insistir no debate global e descartar ideais ultrapassadas que defendem que as armas nucleares devem ser irreversivelmente inseridas no sistema mundial de segurança.

436. Em relação a edificação da paz e reconstrução pós conflito, o Escritório continuou a acompanhar e participar nas actividades do PBC relativas aos quatro países Africanos sob sua jurisdição, nomeadamente a Sierra Leone, Burundi, Guiné-Bissau, e a República Centro Africana. Um desenvolvimento notável foi a apreciação da questão da cooperação com

organizações regionais, na reunião realizada no dia 30 de Março, durante a qual o Escritório articulou a experiência e as perspectivas da União Africana contidas no Quadro de Reconstrução e Desenvolvimento Pós conflito da União Africana e outros instrumentos afins.

b) Assuntos Políticos

437. O Escritório de Nova Iorque acompanhou as actividades da 63ª Assembleia Geral da ONU que adoptou 279 resoluções, incluindo a Resolução A/RES/63/267 sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África: avanços na sua implementação e apoio internacional, que reafirma o compromisso da AG para com a implementação da Declaração política sobre as necessidades de desenvolvimento de África.

438. O Escritório também acompanhou a Conferência de Alto Nível da ONU sobre a Crise Financeira e Económica e o seu Impacto sobre o Desenvolvimento, que se realizou de 1 a 3 de Junho de 2009, na sequência da Resolução A/RES/63/277. Sobre o mesmo assunto, a ECOSOC organizou um painel de discussão interactiva, no dia 21 de Abril de 2009, para discutir a coordenação entre a ECOSOC, Agências da ONU, e as instituições de Bretton Woods. Participou ainda no Diálogo Temático Interactivo sobre a Crise Mundial de Alimentos e sobre o Direito à Alimentação, a 6 de Abril de 2009, numa iniciativa do Presidente da Assembleia Geral, na sequência da A/RES/63/235 e A/RES/63/187 sobre o direito à alimentação.

439. O escritório também acompanhou o processo conducente a adopção, pela Assembleia Geral, de Resoluções relevantes sobre assuntos sociais e humanitários, incluindo aqueles relacionados aos Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas, o acompanhamento da implementação do Ano Internacional dos Voluntários, o Programa sobre Direitos Humanos para o período 2010-2011, o 12º Congresso da ONU sobre Prevenção do Crime e Justiça Penal realizado em Salvador, Brasil, de 12 a 19 de Abril de 2010, bem como a cooperação internacional sobre controlo da droga e o reconhecimento da anemia falciforme como uma prioridade de saúde pública.

440. Além disso, o Escritório participou nos esforços dos Estados Membros para incluir a questão do abuso do princípio de jurisdição universal na Agenda da 63ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, na sequência das Decisões da UA Assembly/AU/Dec.199(XI) e Assembly/AU/Dec.213(XII). A este propósito, o grupo Africano engajou-se em várias consultas, a nível de embaixadores e de peritos, com a NAM, o Grupo do Rio e a União Europeia, em Nova Iorque.

441. O Escritório continuou a monitorar de perto a Reforma das Nações Unidas, em particular as negociações intergovernamentais na Assembleia Geral sobre os vários grupos de Reforma do Conselho de Segurança da ONU estabelecidos a 28 de Fevereiro de 2009. Na sequência da Decisão Assembly/AU/dec.230 (XII), o Escritório continuou a apoiar os esforços dos Representantes Permanentes do Comité dos Dez, em Nova Iorque, de Reforma da ONU que, trabalhando em consulta com o Grupo Africano, engajou-se nas negociações intergovernamentais e articulou a Posição Comum Africana tal como refere o Consenso de

Ezulwini. Sobre a revitalização da Assembleia Geral, o Grupo de Trabalho Ad-Hoc centrou-se na necessidade de melhor coordenação entre a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, para evitar sobreposição das suas funções, para que o Conselho de Segurança se torne mais reactivo e responsável para com a Assembleia Geral e para que a Assembleia Geral se envolva no processo de selecção do Secretário-geral da ONU. Relativamente à Coerência em todo o Sistema, o Escritório monitorizou as consultas informais da plenária, sob a co-presidência da Namíbia e Espanha de 16 a 24 de Abril de 2009. A apreciação do documento “Fortalecer a Governação de actividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas para melhorar a coerência em todo o sistema”, apresentado pelo Vice-secretário Geral, prosseguiu em Maio de 2009.

442. Na implementação da Decisão da UA EX.CL/Dec.408 (XII), o Escritório tomou parte activa na celebração, dia 25 de Março de 2009, do dia internacional da recordação das vítimas da escravatura e do comércio transatlântico de escravos. Sob o tema “Acabar Com o Silêncio, Tocar o Tambor”, o dia foi marcado por mensagens de Funcionários Seniores da ONU, e Presidentes da CARICOM (Granada) e do Grupo Africano (Sierra Leone), evento cultural com realce especial para artistas Africanos e Caribenhos, projecção de filmes documentários, videoconferências de estudantes, feira especial do livro e painel de debate. O Escritório tomou parte activa no Comité estabelecido pela Resolução A/RES/63/5 (2008) para fiscalizar o Projecto Comemorativo Permanente para honrar as vítimas da escravatura e do tráfico transatlântico de escravos. Foi criado um Fundo Fiduciário e a realização do projecto está avaliado em 2,8 milhões de Dólares Americanos.

c) Candidaturas Africanas no Sistema Internacional

443. O Escritório facilitou a coordenação do processo do Grupo Africano relativo as eleições nos vários órgãos da ONU marcadas para 2009, à luz da Decisão da UA EX.CL/Dec.484 (XIV). O desenvolvimento notável registado foi o sucesso de África na eleição de juizes do TPI, no dia 20 de Janeiro de 2009, e a eleição dos membros do Conselho de Direitos Humanos a 12 de Maio de 2009, em Nova Iorque. Durante o processo, o grupo reiterou a necessidade de avaliar as directrizes, melhorar a coordenação com a UA, à luz do actual sistema bienal de Cimeiras, e abordar a questão da aprovação de candidatos que excedam o número de assentos abertos para África.

d) Assuntos Económicos e Sociais

o Conselho Económico e Social (ECOSOCC)

444. O Escritório de Nova Iorque continuou a monitorizar as actividades relacionadas com o ECOSOCC, iniciando com uma sessão organizacional de 10 a 13 de Fevereiro de 2009, que decidiu o tema do segmento de questões humanitárias da sua sessão de 2009 sobre esta matéria, que deverá ser “Reforçar a coordenação de assistência humanitária: desafios actuais e seu impacto sobre o futuro”. O Escritório participou integralmente na reunião intergovernamental preparatória e na 17ª Sessão da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentado realizada de 4 a 15 de Maio de 2009. A sessão tomou decisões importantes para acelerar a implementação da Agenda 21 nos grupos temáticos cruciais inter-relacionados deste ciclo; Agricultura, Desenvolvimento Rural, Seca, Desertificação, Terras, e África. O IPM

também reconheceu a importância de resolver a crise alimentar, crise de energia, crise financeira, recessão global e a indefinida crise climática.

445. O Escritório de Nova Iorque acompanhou também de perto a 40ª Sessão da Comissão de Estatística, de 24 a 27 de Fevereiro de 2009, onde os Estados Membros discutiram a revisão do programa sobre mudança climática e estatísticas oficiais, bem como várias disciplinas estatísticas. O Escritório participou em outras reuniões tais como a 8ª sessão do Fórum da ONU sobre Florestas (UNFF8), de 20 de Abril de 2009, a reunião especial anual de alto nível com as instituições de Bretton Woods, a Organização Internacional do Comércio e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a 47ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social (COSD) realizado de 4 a 13 de Fevereiro de 2009, bem como a 53ª Sessão da Comissão para o Estatuto da Mulher (CSW), realizado de 2 a 13 de Março de 2009, e o "Dia Mundial da Malária", a 22 de Abril de 2009.

e) Actividades do Grupo Africano

446. O Escritório de Nova Iorque organizou para o Grupo Africano mais de 30 reuniões a nível de embaixadores e de peritos. O Grupo ouviu vários informes de muitos Funcionários Seniores de Estados Membros, Sistema da ONU, Comissão da UA, e outros parceiros e considerou questões relevantes, tais como os resultados da Conferência de Alto Nível do G20, a questão do abuso dos princípios de jurisdição universal, a Resolução sobre a Cooperação UA/ONU, as Negociações Intergovernamentais sobre a Reforma do Conselho de Segurança e a Situação do Escritório do Conselheiro Especial para África (OSSA). Com vista a ser o mais proactivo possível na ONU, o Grupo Africano está a melhorar os seus métodos de trabalho, introduzindo abordagens proactivas, programas experimentais de trabalho e avaliação de prioridades, harmonização do trabalho com outros agrupamentos em Nova Iorque.

f) Interacções Multilaterais

447. O Escritório continuou a facilitar as interacções entre a Troika Africana e da União Europeia em Nova Iorque para desenvolver um ambiente mais estruturado, mas flexível, para o envolvimento em assuntos de preocupação comum, e com vista a melhorar o seu papel na implementação da Parceria Estratégica África/UE e o primeiro Plano de Acção (2008-2010). Em colaboração com a Representação da Comissão da UE em Nova Iorque, foi organizado um Debate a Mesa Redonda sobre o tema "Aumentar o diálogo e a colaboração entre as Organizações Regionais da ONU para melhorar a implementação das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança da ONU", no dia 27 de Fevereiro de 2009.

448. O Escritório apoiou o Bazar Africano do Grupo de Esposas dos Embaixadores Africanos na ONU (UNAASG) realizado no dia 30 de Abril de 2009 sob o tema: "Capacitar a Mulher Africana através da Micro - Finança". Ao evento, que visou melhorar a visibilidade do continente e a riqueza dos seus recursos humanos, participaram mais de 400 visitantes e foi também organizada em preparação para a Celebração do Dia de África, 29 de Maio de 2009.

449. O Escritório de Nova Iorque também facilitou e participou em várias actividades do Grupo Sénior Africano na ONU dedicado à apreciação de questões relacionadas com Políticas, Programa e Pessoal. Em particular, a questão de acesso desigual ao Sistema da ONU por funcionários juniores de África, pode requerer posterior apreciação pela União Africana.

(2) ESCRITÓRIO DE WASHINGTON

450. Durante o actual período em análise Janeiro – Junho de 2009, o Escritório de Washington direccionou a sua atenção aos desenvolvimentos relativos às consequências imediatas do empossamento histórico do Presidente Barack Obama como o 44º Presidente dos Estados Unidos da América, bem como as actividades no contexto do mandato da Missão da União Africana/EUA e a implementação de decisões relevantes que emanam das reuniões Cimeiras da UA realizadas em Janeiro de 2009.

a) Actividades Relativas aos Desenvolvimentos Pós -Empossamento:

451. O Escritório de Washington direccionou as suas actividades para as seguintes áreas:

- Transmissão, ao seu mais alto destino, de mensagens de felicitações ao Presidente Barack Obama por parte da 12ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana;
- Co-organizou/acolheu o Evento Inaugural Pan-africano com a Embaixada do Quênia, o Corpo Diplomático Africano e o Conselho Corporativo de África (CCA);
- Monitorizou e avaliou os desenvolvimentos pós-empossamento relativos a formação da nova administração, nomeação de Conselheiros Seniores, bem como outros postos chave e suas implicações para a agenda de política externa EUA/África;
- Participou na Sessão Conjunta da Primeira Sessão do Centésimo Décimo Primeiro Congresso dos Estados Unidos, durante a qual o Presidente dos Estados Unidos fez o seu discurso (similar ao discurso do Estado da União) para a sessão conjunta do Congresso, realizado a 24 de Fevereiro de 2009.
- Consultou e manteve contactos com membros importantes da equipa de transição do Presidente Obama para passar mensagens sobre as expectativas de África em relação a Nova Administração. Estas consultas prepararam o caminho para a visita da Comissão da UA liderada pelo seu Vice-presidente;
- Preparou e submeteu uma Nota Conceptual para facilitar a visita da equipa multidisciplinar da Comissão da UA, na base da qual a Comissão redigiu uma mensagem bem articulada resumida no seu Relatório de Missão.

452. A missão observou que os desenvolvimentos e decisões políticas pós-empossamento da nova Administração dos EUA nos seus primeiros 100 dias centraram-se no seguinte:

- Mitigar o impacto da crise financeira e económica global sobre a economia nacional dos EUA: O Congresso votou num enorme pacote de estímulo para a recuperação

e reconstrução da economia, bem como o reforço dos Sistemas Financeiros da América (“restaurar a força da Economia Americana”)

- Protecção da Segurança Nacional e Combate ao Terrorismo: Inauguração de “uma nova era de engajamento” e nomeações de Enviados Especiais para o Afeganistão e Paquistão; uma nova abordagem diplomática em relação a Cuba e o Irão .
- Médio Oriente – Conflito Israelita e Palestiniano
- Energia e Mudança Climática – nomeação de um Enviado Especial sobre Mudança Climática

453. A Missão também notou que as viagens ao estrangeiro para o Canadá, Caraíbas, Europa e Ásia no mesmo período deixaram a África de certa forma excluída, até o anúncio recente de uma viagem presidencial ao Gana, bem como visitas oficiais do Presidente da Tanzânia e enviados do Presidente do Egipto para o Presidente dos EUA. Estes desenvolvimentos encorajadores e de importância estratégica reafirmam a política de diálogo e consultas empreendida pela nova administração. A África deve abraçar este princípio e ao mesmo tempo considerar as vias de elevar a parceria EUA/África ao nível ideal.

454. A nomeação do Secretário Assistente para Assuntos Africanos, (que na opinião de muitos defensores pró-africanos surge mais tarde que o esperado) é um desenvolvimento bem-vindo, particularmente porque o incumbente fará jus da sua longa história de Carreira de Diplomata e rica experiência Africana. A Colaboração estreita com as Missões da UA e dos EUA em Washington e Adis Abeba, respectivamente, irá propiciar o quadro institucional necessário para fortalecer as relações EUA/África. As recomendações da visita da Comissão da União Africana à Washington são uma directriz útil sobre alguns passos concretos na direcção certa.

b) Actividades Realizadas no Contexto da Implementação das Decisões da Cimeira da UA e o mandato da Missão Representativa da UA em Washington:

i. Coordenação das actividades do Corpo Diplomático Africano

455. Em conformidade com o seu mandato de coordenação, o Escritório de Washington informou o Corpo Diplomático Africano sobre as conclusões e resultados das reuniões Cimeiras da UA realizadas em Adis Abeba, Janeiro de 2009.

456. No campo do comércio e desenvolvimento económico, a Missão participou e facilitou a participação de um Representante do Corpo Diplomático Africano na 5ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos do Comércio realizada em Adis Abeba, Etiópia, 16-20 de Março de 2009. Ao apoiar e participar na preparação do Documento Informativo do Corpo Diplomático Africano sobre a preparação do Oitavo Fórum da AGOA, a Missão facilitou para que as estratégias comuns Africanas já adoptadas nas outras negociações comerciais multilaterais fossem devidamente harmonizadas e alinhadas às negociações da AGOA.

457. A Missão observou que, e conforme também notou a delegação da Comissão da UA, a nova administração está desejava de reforçar as relações comerciais com a África. Contudo, são reais as limitações dos actuais instrumentos de comércio e desenvolvimento dos EUA.

Portanto, a África deve explorar a boa vontade e disposição prevalecente da nova administração para diálogo e consultas, com vista a fazer da AGOA um instrumento de comércio que seja mais previsível, transparente e permanente, bem como algo que congregue as componentes de investimento e integração regional.

458. O próximo Fórum da AGOA a realizar-se no Quênia, em Agosto de 2009, irá proporcionar uma boa oportunidade para a África articular um novo paradigma para as relações comerciais EUA/África.

459. No campo da Saúde, a Missão continua a funcionar em estreita colaboração com o Corpo Diplomático Africano na área da Saúde e proporciona orientações sobre Política de Saúde da UA e outras iniciativas relacionadas com a saúde.

ii. Celebração de Dias Comemorativos:

- **Dia Africano do Ambiente**

460. Durante o período em análise, o escritório comemorou conjuntamente com o Corpo Diplomático Africano, no dia 23 de Março de 2009, à luz do o tema, “Conservação, Governação e Crescimento Económico em África: Via a Seguir”. Outros parceiros eram o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, a USAID, a Fundação Africana de Vida Selvagem e o Grupo Colaborativo para a Biodiversidade de África. O evento proporcionou uma oportunidade única para o Governo dos Estados Unidos realçar os seus programas de Ambiente e Conservação em África, enquanto que os nossos países Africanos seleccionadas (Gabão, Libéria, Ruanda e Tanzânia) trocaram experiências dos seus respectivos países sobre conservação e os problemas inerentes.

- **Dia de África 2009**

461. Num esforço de aproximar-se a outros Estados nos Estados Unidos, o Escritório de Washington decidiu celebrar o Dia de África 2009 em Detroit, Michigan. A escolha de Detroit baseou-se em dois factores: Primeiro, a cidade de Detroit tem mais de 80% de população negra e, segundo, Detroit está neste momento a enfrentar um sério impacto da crise económica mundial, como cidade que alberga todas as maiores indústrias automóveis. O dia de África foi celebrado em parceria com o Conselho Municipal de Detroit e a Organização da Comunidade Africana Unida, uma organização da diáspora africana, para demonstrar a solidariedade de África para com o povo de Detroit neste período difícil. Tendo em conta a reacção positiva e sendo um meio viável de assistência social e estratégia de advocacia, a Missão pretende de agora em diante alternar a celebração do Dia de África em cada Estado dos EUA.

462. A Missão participou, em conjunto com o Secretário Assistente para Assuntos Africanos e o Assistente Especial do Presidente e Director para Assistência, Estabilização e Desenvolvimento, e o Conselho Nacional de Segurança, num evento organizado em conjunto com a Sociedade dos Desafios do Milénio e o Corpo Diplomático Africano em comemoração do Dia de África. A Missão realçou a Visão da União Africana para uma “África Unida, Pacífica

e Próspera” direccionada para a preservação da Unidade de África, através de um Governo da União, paz e estabilidade como pré-requisitos para o desenvolvimento e, finalmente, garantir a prosperidade de África através da integração regional e investimento, bem como apoiar projectos regionais de África sobre Infra-estruturas e Transportação (PIDA) e o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). Finalmente, a Missão apelou a administração dos EUA a reconsiderar a sua posição em relação a AGOA e a MCA para garantir que ambos tenham em conta a integração regional, bem como a questão da componente investimento da AGOA.

iii. Reuniões/Fóruns e Consultas Bilaterais:

463. O Escritório de Washington contactou ainda governantes, Círculos de Reflexão, e o Público dos EUA, em geral, sobre assuntos relativos à paz e segurança no continente. Uma nota de realce foi o fórum organizado pelo Centro Woodrow Wilson, na sequência da formação do governo inclusivo do Zimbabwe. A Missão participou com Embaixadores residentes no Zimbabwe e África do Sul e aproveitou a oportunidade para reiterar os termos da Decisão da Conferência (Dec. 219 (XII)) solicitando apoio para resolver os problemas de crise socioeconómico no Zimbabwe, incluindo o levantamento imediato das sanções. Estes feitos propiciaram boas plataformas para o Escritório de Washington articular e/ou clarificar as posições ou decisões da União Africana em relação a paz e segurança no continente, que muitas vezes são mal interpretadas ou mal entendidas.

464. A Missão notou o profundo interesse e compromisso da nova administração em trabalhar em estreita colaboração com a União Africana e os líderes Africanos para a acabar com os climas de tensão/conflicto no continente. Este compromisso encontrou respaldo concreto na nomeação do Enviado Especial dos EUA para o Sudão, o desenvolvimento de uma estratégia coordenada e abrangente para a Somália que tem em conta a necessidade de apoiar o Governo de Transição na estabilização da Somália, bem como a liderança dos EUA nos esforços diplomáticos do Grupo Internacional de Contacto contra a Pirataria. O Enviado Africano pode querer aproveitar este momento para engajar-se consistentemente com a Administração dos EUA e obter orientação e apoio nesta nova era de “Poder Inteligente” baseado no diálogo e consultas.

iv. Apoio ao Modelo UA:

465. A Missão apoiou o Modelo Nacional Anual da União Africana lançado pela Universidade de Howard. A iniciativa de informar os colegas participantes e as universidades, representando as várias Nações Africanas, ajuda a facilitar uma motivação eficaz nas deliberações da Cimeira da UA. A Missão está a trabalhar em colaboração estreita com o Chefe do Modelo União Africana sobre as modalidades para alargar o Modelo Nacional União Africana por todos os Estados Unidos da América, incluindo introduzir/reproduzir o Modelo UA em África.

v. Implementação da Decisão do Conselho Executivo sobre a Compra de uma Chancelaria Permanente para a Missão Representativa

466. Na sequência da decisão do Conselho Executivo que autoriza a compra de Chancelaria para a Missão Representativa da União Africana em Janeiro de 2008, foram feitos esforços sérios e conscientes para implementar a referida decisão de acordo com as normas e regulamento interno.

467. É com satisfação que a Missão informa sobre alguns avanços feitos desde a contratação de Serviços Jurídicos e Corretagem de renome. Foram identificadas três potenciais propriedades, duas das quais foram vistas pela delegação da Comissão que visitou Washington em Abril de 2009. Os preços dos edifícios são: \$7.9 Milhões; 12 Milhões e 18 Milhões de Dólares Americanos. Entretanto, a Missão aguarda por uma clara orientação dos Serviços Jurídicos e de Corretagem, bem como pela reacção da Sede, para preparar-se para negociar um preço de mercado justo e aceitável.

468. Deve notar-se que o actual clima que favorece os “compradores” no sector imobiliário atingiu o seu ponto mais alto e é provável que favoreça os “vendedores” dado o ímpeto renovado que o Governo dos Estados Unidos proporcionou para estimular a economia doméstica. Se as actuais oportunidades dos “compradores” não forem eficientemente exploradas, a Comissão encontrar-se-á numa difícil situação de negociação.

469. A Missão continuará a consolidar a sua presença e a garantir o cumprimento do seu mandato e responsabilidades. Contudo, devido às expectativas cada vez maiores, os esforços da Missão serão seriamente afectados pelos constrangimentos do pessoal. Será necessário analisar a actual estrutura da Missão para que ela possa responder às exigências e expectativas.

(3) ESCRITÓRIO DE GENEBRA

470. A Missão prosseguiu as suas actividades para reforçar as relações de cooperação e de parceria com as organizações internacionais em Genebra em diversos domínios.

a) Os Direitos do Homem

i. Conselho dos Direitos do Homem (CDH)

471. O Conselho dos Direitos do Homem realizou três sessões durante os três primeiros meses de 2009. A 9ª sessão extraordinária sobre as violações graves dos direitos do homem nos territórios palestinianos ocupados em razão dos ataques militares israelitas na Banda da Gaza ocupada (9 e 12 de Janeiro de 2009), a 10ª sessão extraordinária (20 de Fevereiro de 2009) sobre o impacto da crise económica e financeira mundial sobre a realização universal e o gozo efectivo dos direitos do homem e a 10ª sessão ordinária (2 a 27 de Março de 2009). A Missão participou activamente nessas sessões e comunicou os seus resultados à Sede assim como fez o seu acompanhamento.

472. O Conselho debruçou-se sobre a situação em África. Segundo várias Agências da ONU e procedimentos especiais do CDH, a situação dos direitos do homem na Somália continua alarmante. No que diz respeito à RDC, note-se que várias Agências da ONU, o Relator Especial do CDH e outros mecanismos dos direitos do homem referem-se a uma deterioração da situação dos direitos do homem no Leste do país e, em particular, no Norte Kivu.

473. Importa assinalar que o Relator Especial sobre a situação dos direitos do homem no Sudão vai submeter o seu relatório à 11ª sessão do CDH, prevista para Junho de 2009, pelo que é possível esperar-se a negociações difíceis e tensas nomeadamente com a União Europeia sobre esta questão.

474. A Décima Sessão do CDH teve a participação do Sr. Musa Ngary Bitaye, membro da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. O Escritório de Genebra sempre defendeu uma maior implicação dos representantes dos mecanismos africanos de promoção e de protecção dos direitos do homem nos trabalhos dos mecanismos da ONU sediados em Genebra, nomeadamente o CDH e o Alto Comissariado dos Direitos do Homem.

ii. A Conferência de Avaliação de Durban

475. A Conferência de Avaliação de Durban, realizada de 20 a 24 de Abril de 2009, em Genebra, foi marcada por fortes tensões políticas. Apesar de um consenso obtido durante a aprovação do projecto das conclusões a nível do Comité Preparatório, alguns países ocidentais decidiram anunciar a sua retirada da Conferência, o que reactivou as tensões e as dúvidas em torno do sucesso da Conferência. As conclusões desta Conferência são objecto de um relatório detalhado da Comissão. A Missão de Genebra participou activamente na sua preparação e acompanha a par e passo as principais recomendações em estreita cooperação com o Departamento dos Assuntos Políticos.

iii. Diálogo UA/UE sobre os Direitos do Homem

476. No quadro da implementação da Parceria estratégica UE/África adoptada durante a Cimeira de Lisboa em 2007, e relativamente ao segundo eixo desta parceria relativa à governação e os direitos do homem, a Missão participou nos trabalhos de uma reunião conjunta UA/UE a 20 de Abril de 2009 em Bruxelas. A reunião centrou-se em várias questões nomeadamente: a liberdade de associação, as violências contra a mulher, o diálogo com a sociedade civil, a avaliação periódica universal, os mandatos por país, a Conferência de Avaliação de Durban e a identificação das posições comuns.

iv. Assuntos Humanitários

477. A Missão participou nos trabalhos da 44ª reunião do Comité Permanente do programa do Alto Comissariado para os Refugiados (ACNUR) realizados de 3 a 5 de Março de 2009. O Comité Permanente analisou nomeadamente as grandes linhas da apresentação sobre o Diálogo do Alto-comissário de 2008 relativo às situações dos refugiados prolongados, os

orçamentos-programas e financiamento em 2008 e projecções para 2009, os programas globais e parcerias, a actualização sobre o processo de mudança de estrutura e de gestão e as diferentes apresentações das estratégias regionais. Quanto aos programas para a África, o ACNUR vai realçar a busca de soluções duradouras em África, particularmente para os refugiados que enfrentam situações prolongadas. Os representantes do ACNUR e várias delegações manifestaram um interesse particular pela Convenção da União Africana sobre a protecção e a assistência aos deslocados em África, que deverá ser adoptada proximamente pela Cimeira Especial da União Africana sobre as Questões dos deslocamentos forçados em África.

b) Assuntos Sociais

i. ONUSIDA

478. A 23ª sessão do Conselho de Coordenação do Programa (CCP) da ONUSIDA, que se realizou em Dezembro, adoptou uma decisão através da qual «solicita ao Secretariado da ONUSIDA, em consulta com o Secretariado do Fundo Mundial, a propor opções para o reforço dos mecanismos a fim de facilitar as consultas e o estabelecimento de redes entre os Estados Africanos de forma a participarem de maneira significativa no Conselho de Coordenação do Programa e no Conselho do Fundo Mundial de luta contra o SIDA, a Tuberculose e o Paludismo, com vista ao seu posterior alargamento a outras regiões».

479. De acordo com esta decisão, o Secretariado da ONUSIDA, em consulta com a presidência do CCP (Etiópia) e o Secretariado do Fundo Mundial, organizou uma reunião com os peritos no domínio da saúde do Grupo Africano de Genebra, a fim de elaborar um documento para a 24ª sessão do CCP prevista para Junho de 2009. A reunião visava identificar os constrangimentos e os desafios dos processos actuais de consulta e de trabalho por rede. Tratava-se igualmente de analisar a possibilidade de estabelecer mecanismos eficazes de consulta entre o CCP, o Grupo Africano e os Membros Africanos do Conselho do Fundo Mundial.

480. O Grupo Africano realizou reuniões de peritos no quadro dos preparativos da consulta da ONUSIDA e elaborou projectos de proposta relativos nomeadamente aos princípios directores de uma participação efectiva nas reuniões da ONUSIDA, o recenseamento dos desafios actuais e das sugestões para os ultrapassar. Estes princípios directores sublinharam a importante necessidade de tomar em conta as necessidades específicas da África, permitir aos Estados Africanos determinar a composição das respectivas delegações, manter consultas regionais africanas antes de cada sessão do CCP e aumentar o número de delegados africanos cujas despesas são pagas pela ONUSIDA.

481. Diante destes desafios, as propostas seguintes foram feitas: criação de um ponto focal com o mandato específico de ajudar os Estados africanos membros, consultas regionais pré-CCP, interacção com circunscrições nacionais e os escritórios regionais, equidade linguística, financiamento da participação das delegações africanas. A reunião constituiu um primeiro passo no sentido do reforço efectivo da participação do Grupo Africano nos trabalhos dos órgãos directores da ONUSIDA. Os debates e as propostas do Grupo formarão a base de um

projecto de documento a submeter à consideração do Secretariado durante a 24ª sessão do CCP em Junho de 2009.

ii. Organização Mundial da Saúde (OMS):

482. A 124ª sessão do Conselho Executivo da OMS realizou-se de 19 a 27 de Janeiro de 2009, na sede da OMS em Genebra. Os membros actuais da Região África com assento no Conselho são: Malawi, Mali, Maurícias, Mauritânia, Níger, São Tomé e Príncipe e Uganda. Os países Africanos que representam a região do Mediterrâneo oriental são Djibuti e Tunísia.

483. As grandes questões da Agenda da 124ª sessão centraram-se nos componentes técnicos e sanitários, nas questões relativas ao pessoal e administrativas. A Região África continuou constantemente engajada sobre todas as questões, embora se tenha interessada mais particularmente aos debates em curso sobre certas questões específicas. A questão dos produtos medicinais contrafeitos gerou um debate intenso em torno da definição e do papel da OMS. Os países africanos sublinharam a importância do debate sobre os produtos contrafeitos, na medida em que estes são fontes de preocupações para a saúde pública. Para este efeito, insistiram na necessidade de chegar a uma definição consensual dos produtos medicinais contrafeitos. Por conseguinte, o Conselho Executivo não adoptou a resolução sobre os produtos contrafeitos e foi solicitada a OMS a facilitar as consultas previstas antes de submeter o projecto ao Conselho.

484. O posto de Director-geral reveste de uma importância crucial para a Administração da OMS. A este propósito, a Região África propôs que o princípio da rotação fosse instituído a fim de dar oportunidades iguais a todas as regiões a apresentar pessoas qualificadas para ocupar este posto no âmbito da alternância equitativa. A Região África reiterou esta proposta durante a 124ª sessão do Conselho. Entretanto, algumas delegações, em particular as dos países desenvolvidos emitiram reservas quanto ao princípio da rotação geográfica. A Região África sublinhou que esforços deveriam ser envidados para favorecer a adesão ao princípio da rotação geográfica. Foi sublinhado nomeadamente que a África dispunha de numerosos quadros competentes com a experiência e os conhecimentos requeridos para dirigir a OMS.

iii. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

485. A 304ª sessão do Conselho de Administração do BIT realizou-se de 5 a 27 de Março de 2009. Esta sessão do Conselho de Administração foi dominada pelo debate sobre o impacto da crise financeira e económica mundial. A este propósito, o Grupo Africano organizou uma reunião tripartida sobre a crise com vista a determinar as grandes linhas de uma posição comum sobre a questão.

486. No quadro da preparação da reunião tripartida, o Escritório regional do BIT para a África organizou uma reunião de Peritos em Fevereiro de 2009, em Adis Abeba. As conclusões desta reunião realçaram a importância da integração africana percebida como um escudo de protecção do continente contra futuras crises mundiais provenientes do exterior. As delegações representando os Governos, os trabalhadores e os empregadores Africanos foram

unânicos em reconhecer a urgente necessidade de realizar a integração e a autonomização da África.

487. Ao examinar a problemática da crise, as delegações acordaram que a Agenda do trabalho decente em África 2007-2015 da OIT; o Plano de acção de Ouagadougou; e a Declaração da OIT sobre a justiça social para uma mundialização equitativa deveriam servir de base para a formulação de políticas nacionais.

488. O Grupo Africano tripartido sublinhou que qualquer resposta à crise deve necessariamente pôr em relevo a criação de empregos, a anulação da dívida, um maior papel dos Estados na regulação do sector financeiro, o diálogo social e o tripartismo, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a prevenção da deflação salarial e igualdade entre homens e mulheres.

iv. Organização Internacional para as Migrações (OIM)

489. O Grupo africano apoiou activamente a constituição de uma Missão com função regional (MFR) da OIM na África Central, assim como a criação de um Centro de reforço de capacidades (CRC) para o continente. Esta questão consta da agenda do Grupo africano desde 2007 e a sua importância foi reiterada durante as reuniões dos órgãos directores da OIM assim como durante os encontros entre os Embaixadores do Grupo africano e dos Directores-gerais (o actual e o anterior) da OIM. Os esforços incansáveis do Grupo africano tiveram resultados quando o Conselho da OIM, durante a sua 96ª Sessão realizada em Dezembro de 2008, adoptou o Orçamento programa de 2009, solicitando à OIM a iniciar a implementação dos projectos MFR e CRC, com a criação da MFR em Kinshasa (RDC) e do CRC em Moshi (Tanzânia).

c) Questões Económicas e Comerciais

i. Organização Mundial do Comércio

490. A Missão e os membros do Grupo Africano de Genebra contribuíram para a preparação da Quinta Sessão Ordinária da Conferência da União Africana dos Ministros responsáveis pelo Comércio, realizada aos 19 e 20 de Março de 2009, na Sede da Comissão da União Africana e cujas conclusões constam de um relatório separado submetido ao Conselho Executivo.

491. Para além disso, a nível da OMC, o inventário das diferentes questões de negociação pode ser resumida como se segue:

- **Agricultura**

492. A apreciação do texto do Presidente do Grupo de negociação relativo às modalidades sobre a Agricultura como base futura para as próximas negociações, embora o nível final de ambição e de equilíbrio no domínio da Agricultura permaneça ainda por determinar.

- Ao nível dos pilares: preocupação do Grupo africano no que diz respeito 1) ao apoio interno a nível das flexibilidades crescentes concedidas a alguns países desenvolvidos, o que corre o risco de minar o nível de ambição deste pilar; 2) ao acesso aos mercados em termos de impacto das flexibilidades concedidas a alguns países desenvolvidos relativamente à designação e ao tratamento dos produtos sensíveis, assim como a importância de eliminar qualquer forma de subvenções à exportação até 2013 a nível do pilar concorrência à exportação.
- Ao nível das matérias-primas: pedido do Grupo africano para emendar o Acordo actual sobre a Agricultura a fim de incluir, no mesmo, disposições sobre as matérias-primas, nomeadamente em relação à crise económica e financeira mundial.
- Ao nível do sector da Banana: necessidade de um tratamento justo e equilibrado da questão da banana envolvendo medidas comerciais e não comerciais apropriadas.
- Ao nível do algodão: apoio do Grupo africano à abordagem do Presidente que defende uma redução do apoio interno ao algodão no texto de 6 de Dezembro de 2008.

- **Acesso aos mercados dos produtos não agrícolas (AMNA):**

493. O último texto revisto sobre o AMNA data de 6 de Dezembro de 2008. Algumas posições divergentes, nomeadamente sobre a participação nas iniciativas de liberalização sectorial dos bens industriais. As questões sobre a erosão das preferências e as isenções das disciplinas gerais de redução tarifária relativas às flexibilidades por país continuam largamente não resolvidas.

- **Serviços:**

494. As negociações sobre os serviços não registaram progressos substanciais desde a Conferência de anúncios de intenções que teve lugar à margem da mini Reunião ministerial de Julho de 2008.

- **Tratamento especial e diferenciado:**

495. Debates centraram-se recentemente nas propostas de esclarecer as disposições sobre o tratamento especial e diferenciado (TSD) no Acordo Sanitário e Fitossanitário (SPS). Todavia, nenhum acordo foi alcançado.

496. A Missão organizou várias reuniões do Grupo africano assim como oficinas de trabalho com vista a preparar e adoptar propostas africanas comuns sobre as negociações dos diferentes temas, nomeadamente o AMNA e a Agricultura. Consultas estão em curso para organizar uma reunião ministerial ordinária da OMC que deveria ter lugar em finais de 2009. A Missão vai acompanhar, do ponto de vista técnico e logístico, o Grupo africano para uma boa preparação desta reunião ministerial.

497. Finalmente, o Conselho Geral da OMC realizado a 30 de Abril de 2009 reconduziu o mandato do Director-geral da OMC, Sr. Pascal Lamy, para um segundo mandato de 4 anos.

ii. CNUCED

498. A CNUCED intensificou os seus esforços a fim de responder às necessidades dos países em desenvolvimento e dos PMA em todos os domínios dos mandatos que lhe foram confiados pelo Acordo de Acra. Neste quadro, a implementação do Acordo de Acra concretizou-se com a divulgação de publicações pilotos, a convocação de sessões ordinárias e reuniões directivas do Conselho ou as actividades do Grupo inter-instituições sobre o comércio e as capacidades produtivas. A CNUCED convocou, além disso, uma série de consultas multilaterais de alto nível para fazer o ponto da situação do mercado mundial do algodão, o sector dos seguros em África e a questão do café. O Grupo africano junto da CNUCED, com o acompanhamento e a assistência da Missão, foi muito activo para uma melhor implementação do Acordo de Acra no interesse da África.

499. No que diz respeito ao Memorando de acordo assinado a 3 de Abril de 2008, entre a Comissão da UA e a CNUCED, as consultas estão em curso para identificar actividades conjuntas para o período vindouro.

iii. Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

500. Depois de assumir as suas funções à frente da Organização, o novo Director-geral da OMPI exprimiu o seu engajamento de que as questões de desenvolvimento da propriedade nos países do Sul estariam no centro das suas preocupações.

501. A Missão continua a dar o seu apoio ao Grupo africano durante as negociações que prosseguem no seio da OMPI. É neste sentido que duas oficinas de trabalho foram organizadas, com o apoio da OMPI, em Abril e Junho, com o objectivo de preparar as posições comuns africanas e informar os membros do Grupo das questões de importância em discussão no seio da OMPI.

502. O Comité do Desenvolvimento e da Propriedade Intelectual (CDIP) prosseguiu as suas actividades de implementação das recomendações visando desenvolver a propriedade intelectual no mundo. Impera muito mais que os países africanos apresentem propostas no quadro dos trabalhos do CDIP, projectos e actividades específicas e de preferência de carácter infra-estrutural, que possam permitir a promoção e a protecção dos direitos de propriedade intelectual em África. Note-se que a nova equipa dirigente da OMPI prometeu tomar todas as disposições para o financiamento das actividades relativas ao desenvolvimento da propriedade intelectual. O Comité Permanente da OMPI sobre o Direito das Patentes prosseguiu os seus trabalhos com o objectivo de elaborar um calendário de trabalho para uma harmonização do direito material das patentes.

503. Com o objectivo de reforçar a cooperação entre a OMPI e a Comissão, um encontro entre o Director-geral da OMPI e o Comissário para os Recursos Humanos, a Ciência e a Tecnologia teve lugar em Genebra com vista à promoção da parceria entre ambas as partes.

iv. União Internacional das Telecomunicações (UIT)

504. Desde 2006, a UIT, sob o impulso do seu Secretário-geral, Sr. Hamadoun Touré, encetou importantes programas entre os quais a Cimeira «Conectar a África», realizada em Kigali, Ruanda. A cooperação entre a Comissão e a UIT é muito frutuosa e merece ser apoiada. É nesta perspectiva que um encontro teve lugar entre o Comissário para os Recursos Humanos, a Ciência e a Tecnologia e o Secretário-geral da UIT. Durante o referido encontro, pistas de cooperação foram identificadas, entre as quais a actualização do Protocolo de Acordo entre a UIT e a Comissão. Um Comité conjunto entre a UIT e a Comissão da UA poderá ser constituído para o acompanhamento da Cimeira “Conectar a África” e para a implementação de programas em perspectiva da preparação da Cimeira da União Africana de Janeiro de 2010, consagrada às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

v. União Postal Universal (UPU)

505. O Conselho de Exploração da União Postal Universal (UPU) reuniu-se durante o semestre em análise e a Missão participou nos seus trabalhos. Uma sessão extraordinária foi consagrada aos impactos da crise económica e financeira sobre as actividades dos correios em todo o mundo. Dos debates que tiveram lugar, os membros da UPU concluíram que a crise tem efeitos negativos sobre o sector e apelaram por medidas concretas com vista a atenuar estes efeitos negativos. Os correios africanos afectados cada vez mais, foram instados a tomar medidas com vista a reduzir estes custos de exploração e a identificar novos produtos com maior valor acrescentado susceptíveis de gerar novas receitas aproximando-se ao mesmo tempo dos seus utentes.

vi. A Organização Mundial da Meteorologia (OMM)

506. As relações entre a Organização Mundial da Meteorologia (OMM) e a Comissão da UA reforçaram-se. A OMM gostaria de, em colaboração com a Comissão da UA, reunir os Ministros africanos responsáveis pelas questões de Meteorologia para debater assuntos de interesse para o continente. O Presidente da Comissão foi convidado a participar na Terceira Conferência Mundial sobre o Clima a ter lugar de 31 de Agosto a 4 de Setembro de 2009, em Genebra.

vii. As questões ambientais

507. A cidade de Genebra, em particular, e a Suíça, em geral, acolhe a Sede de várias convenções relativas às questões de protecção do meio ambiente. A fim de coordenar as posições comuns africanas sobre estas questões foi decidido a nível do Grupo africano reforçar o equilíbrio dos coordenadores do Grupo para as questões do meio ambiente a fim de fazer ouvir a voz da África neste domínio.

d) Outras Actividades

508. A Comissão, através da sua Missão em Genebra, organizou a 27 de Maio de 2009, por ocasião da celebração do Dia da África, o primeiro Fórum Africano de Diálogo de Alto Nível sobre a delicada problemática do desenvolvimento da África com a participação do Comissário para os Recursos Humanos, a Ciência e a Tecnologia. Este fórum colocado sob a presidência da Comissão, foi marcado por um nível de participação muito elevado e uma abordagem muito pragmática e construtiva no que diz respeito às questões relativas à promoção de uma África mais bem integrada e desenvolvida, as medidas correctivas e de prevenção perante a crise económica mundial ao desenvolvimento tecnológico e humano.

509. Os objectivos definidos para o primeiro Fórum Africano de Diálogo visavam envolver e sensibilizar os decisores de alto nível, a comunidade internacional, os parceiros privados e públicos bilaterais e multilaterais ao desenvolvimento, os actores da sociedade civil e a imprensa, aos problemas da África e, para além disso, criar um quadro normativo para o reforço das parcerias estruturadas com a África. À luz do sucesso desde fórum, importa reiterar esta experiência nos anos vindouros.

(4) ESCRITÓRIO DO CAIRO

510. Durante o primeiro semestre de 2009, as actividades da Delegação Permanente c entraram-se na implementação do Orçamento-Programa adoptado pela 12ª Sessão Ordinária da Conferência da UA realizada em Adis Abeba, em Fevereiro de 2009. O Escritório esteve também a fazer o seguimento da implementação do Plano de Acção Estratégico adoptado em Axis for Afro-Arab Brotherhood, tal como definido na Visão e Missão da União Africana.

a) Questões Políticas

511. A Delegação Permanente junto da Liga dos Estados Árabes (LEA), continuou a acompanhar as actividades da LEA, promover as relações de cooperação estreita entre a UA e a Liga nos vários domínios político, económico, social e cultural. Participou em :

- Conferência Internacional sobre a Reconstrução de Gaza e apoio à Economia Palestiniana, em Sharm El Sheikh, a 2 de Março de 2009;
- 1ª Cimeira Económica Árabe em Koweit, de 19 a 20 de Janeiro de 2009,;
- Conselho Económico e Social da Liga Árabe (ECOSOC), Conselho de Ministros e a 21ª Cimeira em Doha, Qatar, em Março de 2009.

512. Como é habitual, as reuniões adoptaram decisões do interesse da União Africana sobre as seguintes matérias.

513. O Escritório do Cairo participou na 21ª Cimeira Árabe que adoptou várias decisões, incluindo a Declaração de Doha que afirma a solidariedade com a República do Sudão em relação a rejeição do processo introduzido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), e a Decisão da Câmara de Pré-julgamento contra o Presidente Omer Hassan Ahmed Al Bashir, do Sudão.

514. A 21ª Cimeira Árabe também exprimiu o seu apoio aos esforços feitos pelo Comité Ministerial Afro-árabe encabeçado pelo Primeiro Ministro do Qatar, o Presidente da Comissão e o Secretário Geral da LEA, e acolheu com agrado os resultados da sua reunião de 14/01/2009 em Doha, Qatar. Decidiu conceder mensalmente 8 milhões de dólares Americanos, por um período de um ano, para ajudar a combater a crise alimentar em Darfur.

515. Sobre a Somália, a Cimeira Árabe saudou os passos dados para a implementação do Acordo de Djibuti para a reconciliação da Somália, particularmente a expansão do Parlamento Federal de Transição, a eleição do novo Presidente, bem como a designação do novo Primeiro Ministro e estabelecimento do Governo de Unidade Nacional. Apelou os países Árabes a expandir todo o tipo de apoio financeiro e logístico urgente para a Somália. Com vista a prestar assistência na solução da crise alimentar na Somália, a Cimeira decidiu conceder mensalmente 3 milhões de Dólares Americanos, por um período de um ano.

516. Sobre as Comores, a Cimeira Árabe rejeitou os resultados do referendo conduzido pela França no dia 29/03/2009 sobre a unificação com a Ilha de Anjoan e a sua transformação em Distrito Francês. Para ajudar na solução da crise alimentar nas Comores, a cimeira decidiu conceder mensalmente 2 milhões de dólares Americanos, por um período de um ano.

517. Sobre a situação no Médio Oriente e na Palestina, a Cimeira Árabe reafirmou o compromisso Árabe para com a paz justa e abrangente como uma opção estratégica, na base da Iniciativa Árabe de Paz adoptada pela 19ª Cimeira Árabe, em Riyadh, Arábia Saudita, em Março de 2007.

b) Celebração do Dia de África

518. A Delegação Permanente organizou a celebração do Dia de África no dia 25 de Maio de 2009, em colaboração com o Comité de Embaixadores Africanos no Cairo e o Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes.

519. O programa de celebração incluiu:

- Dia Desportivo para Grupos de Jovens Africanos,
- Seminário sobre Relações Afro-árabe,
- Recepção, Execução de Folclore e Exibição de Artesanato Africano.

520. A Delegação Permanente solicitou os Departamentos concernentes da Comissão a preparar e apresentar projectos para serem implementados em conjunto com as Organizações Árabes Especializadas tais como:

- A Organização Árabe para o Desenvolvimento Agrícola (AOAD),
- O Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA),
- O Fundo Árabe para Assistência Técnica aos Países Africanos (AFTAAC).

- O Centro Árabe para Estudos das Zonas Áridas e Terras Secas (ACSAD)

521. A Delegação Permanente recebeu os dois seguintes projectos do Departamento de Economia Rural e Agricultura da CUA:

- Programa Pan-africano para a Erradicação da: "Peste Des petits Ruminants (PPR)" e outras Doenças Prioritárias de Pequenos Ruminantes. (Preparada pela UA IBAR)
- Protecção do Ambiente em África.

522. Os projectos acima, em conjunto com outros, serão submetidos às concernentes organizações árabes especializadas para apreciação.

c) Coordenação das Actividades do Grupo Africano no Cairo, Egipto

523. Durante o período em análise, o comité de Embaixadores Africanos no Cairo organizou uma série de reuniões nas instalações da Delegação Permanente. Durante estas reuniões o Comité foi informado das Decisões e actividades da CUA, em geral, e da Delegação Permanente, em particular.

524. O Escritório também facilitou todas as reuniões da UA realizadas no Egipto durante o período em análise.

d) Outras Actividades

i. Reunião de Peritos de Alto Nível sobre as Perspectivas de Investimento em África e no Mundo Árabe

525. Para a implementação deste programa, a Delegação Permanente – em colaboração com o Secretariado Geral da LEA – preparou uma nota conceptual sobre “Perspectivas de Investimento em África e no Mundo Árabe.” Tal incluía: Os objectivos, as razões, e modalidades de organização da reunião, incluindo o estabelecimento de um comité organizador.

526. A primeira reunião do Comité Organizador realizou-se de 18 a 20 de Maio de 2009, no Cairo, Egipto. A Reunião de Peritos de Alto Nível sobre as Perspectivas de Investimento em África e no Mundo Árabe” deverá realizar-se em Outubro de 2009.

ii. Torneios Desportivos Afro-Arabes

527. A Delegação Permanente debateu sobre as modalidades para o estabelecimento numa base regular de torneios desportivos Afro-Árabes, com o Departamento da Juventude e Desporto no Secretariado Geral da LEA. A este propósito está em preparação um Memorando de Entendimento (MdE) entre a CUA e os Departamentos relevantes da LEA .

528. Está prevista uma reunião entre as Uniões de Futebol Afro-Árabes a fim de se debater a possibilidade da criação de um Campeonato de Futebol Afro-Árabe.

(5) ESCRITÓRIO DE BRUXELAS

a) Implementação da Estratégia Conjunta África-UE

529. A Estratégia conjunta África-UE e o Plano de Acção que a acompanha, adoptados em Dezembro de 2007, no termo da Segunda Cimeira África-UE, em Lisboa, entraram na sua fase de implementação, depois de um ano de intensas consultas regularmente levadas a cabo entre a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e os Estados-membros dirigentes das oito parcerias identificadas: sobre todas estas parcerias, a Missão reforçou as suas relações de trabalho com as instituições europeias. De igual modo, realizou uma campanha de sensibilização junto do Grupo africano de Bruxelas, componente essencial do grupo dos Estados ACP, com vista à mobilização de recursos financeiros necessários para uma implementação adequada destas parcerias. Neste mesmo sentido, a Missão participou nas seguintes reuniões, realizadas no quadro da implementação desta Estratégia Conjunta:

- A 8ª reunião do Grupo de Trabalho África-UE que se realizou a 17 e 18 de Março de 2009, em Bruxelas;
- O Seminário das sociedades civis da África e da União Europeia sobre os direitos do homem que teve lugar em Bruxelas aos 16 e 17 de Abril de 2009, a convite da Comissão Europeia e com a participação de 50 organizações das sociedades civis africanas e europeias, assim como da ECOSOCC. Os temas debatidos incluíam, entre outros, o papel da sociedade civil na promoção e protecção dos direitos do homem; a ratificação dos instrumentos regionais e internacionais sobre os direitos do homem e a transferência na legislação nacional dos instrumentos internacionais sobre os direitos do homem. Uma declaração foi adoptada no termo do seminário, tendo a mesma sido transmitida à 4ª reunião do Diálogo UE-UA sobre os direitos do homem, realizada a 20 de Abril de 2009 em Bruxelas;
- A 4ª reunião do Diálogo UE-UA sobre os direitos do homem que se realizou em Bruxelas, a 20 de Abril de 2009, e que analisou, entre outros, as conclusões do seminário das sociedades civis da África e da UE acima mencionado;
- A 12ª reunião da Troika ministerial África-UE, realizada a 28 de Abril de 2009, em Luxemburgo.

b) Implementação do Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonou e participação em reuniões com parceiros ao desenvolvimento

530. A Missão continua a acompanhar diariamente a implementação do Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonou. Durante o período em análise, as actividades realizadas foram essencialmente centradas, por um lado, nas vias e meios de aproveitar a oportunidade da segunda revisão do referido Acordo de Cotonou para reforçar no mesmo o posicionamento e o papel da UA e, por outro lado, a articulação dos Acordos de Parceria Económica (APE) em negociação sobre o modelo dos APE elaborado pelas instâncias competentes da UA.

531. Neste contexto, a estratégia adoptada pela Missão consiste em agir junto do Grupo Africano dos Embaixadores em Bruxelas, a sua componente ACP nomeadamente, para que seja regularmente informada das decisões e das posições da UA relativas às diferentes componentes deste acordo e, para além disso, sobre a problemática do diálogo África-UE cuja referência essencial permanente a Estratégia conjunta e o Plano de Acção 2008-2010 que a acompanha. É neste espírito que a Missão facilitou a participação de representantes do Grupo Africano dos Embaixadores em Bruxelas, em razão de um delegado por região, que negocia um APE, na 5ª reunião dos Ministros do Comércio da UA que se realizou de 16 a 20 de Março de 2009, em Adis Abeba. De igual modo, a Missão participou nas seguintes reuniões ACP e ACP-UE:

- 15ª Sessão da Assembleia Parlamentar dos ACP, realizada de 9 a 12 de Fevereiro de 2009, em Bruxelas, Bélgica;
- Colóquio Internacional sobre «Cultura e criação, factor de desenvolvimento», organizado pela Comissão Europeia, aos 2 e 3 de Abril de 2009, em Bruxelas, com a participação de artistas, cineastas e vários criadores vindos de cerca de trinta países africanos;
- 16ª Sessão da Assembleia Parlamentar dos ACP e 17ª Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, realizada de 1 a 9 de Abril de 2009, em Praga, República Checa;
- Reunião do Comité dos Ministros do Comércio dos ACP, realizada de 4 a 7 de Maio de 2009, em Bruxelas, Bélgica;
- 89ª Sessão do Conselho dos Ministros dos ACP, realizada de 25 a 29 de Maio de 2009, em Bruxelas, Bélgica.

c) Actividades do Grupo Africano

532. A Missão continua com os seus esforços para a inclusão do Grupo Africano dos Embaixadores em Bruxelas na arquitectura de implementação da Estratégia Conjunta UA-UE e, além disso, do diálogo político, UA-UE. Neste quadro, foram organizadas as seguintes reuniões:

- i) *Encontro com o Grupo África do Conselho da UE*

533. Tratou-se de uma reunião entre a Mesa do Grupo Africano e o Grupo de Trabalho África do Conselho da União Europeia (COAFR), a 25 de Fevereiro de 2009, no Conselho da União Europeia, sob a presidência em exercício da República Checa. Este encontro foi considerado tão importante por ambas as partes, na medida em que é a primeira iniciativa do género visando implicar cada vez mais os Embaixadores africanos e europeus na implementação da Estratégia conjunta. No termo deste encontro, as seguintes conclusões foram adoptadas:

- A importância que ambas as partes concedem à parceria África-Europa tal como reflectida na Estratégia Conjunta África-UE e o Plano de Acção que a acompanha;
- A necessidade de se dotar das vias e meios de uma implementação adequada da referida Estratégia Conjunta;
- A oportunidade de associar cada vez mais os parceiros principais desta estratégia nesta implementação, nomeadamente os Estados-membros, as CERs, a sociedade civil, os parlamentares, etc;
- A necessidade de reforçar o Grupo de Trabalho sobre a Estratégia Conjunta com a implicação das CERs (sobretudo as componentes Comércio e a Integração Regional) e a sociedade civil;
- A importância de alargar a Troika ministerial aos dirigentes das diferentes parcerias da Estratégia Conjunta;
- A necessidade de iniciar uma reflexão sobre as fontes de financiamento do Plano de Acção 2008-2010 e a mobilização de recursos.

ii) *Encontros do Presidente e outros membros da Comissão da UA com a Mesa do Grupo Africano dos Embaixadores em Bruxelas no quadro do Diálogo África -UE :*

d) Actividades de representação para promover a visibilidade da UA na Europa

534. No quadro das suas actividades de representação para promover a visibilidade da UA no seio da UE, em particular, e da Europa, em geral, a Missão levou a cabo, entre outras, as seguintes acções:

- Participação numa reunião sobre o investimento em África, organizada aos 29 e 30 de Abril, em Bruxelas, por uma associação designada “Os Amigos da Europa”;
- Patrocínio da 3ª Edição do “*Africanday*” 2009 que se realizou em Bruxelas a 2 de Maio. Tratou-se de uma grande quermesse de recolha de fundos, organizada pela diáspora congoleza na Bélgica nomeadamente, para a reinserção social das mulheres e crianças vítimas de violência na RDC;
- Participação numa conferência-debate organizada a 14 de Maio em Paris pelo Banco Mundial e subordinada ao tema “Juventude e Emprego em África”, na sequência de um estudo que o Banco Mundial efectuou sobre o assunto para analisar os efeitos da crise económica e financeira actual sobre esta faixa etária da população africana;
- Animação de uma conferência no Conselho Europeu, a 18 de Maio, pelo Representante Permanente ao lado do General Pierre-Michel JOANA,

Conselheiro do Sr. J. SOLANA, Secretário-geral e Alto-comissário da UE para as Relações Exteriores, intitulada «Abordagens cruzadas da Parceria Estratégica UE-África». Esta conferência teve lugar na presença dos participantes no 10º Fórum do IHEDN no continente africano, organizado pelo Instituto francês de Altos Estudos de Defesa para cerca de 60 altos funcionários dos Ministros africanos da Defesa;

- Participação do Representante Permanente numa conferência-debate organizada a 19 de Maio de 2009 pela Fundação Heinrich-Böll-Stiftung em Berlim (Alemanha) subordinada ao tema «A Europa, fortaleza ou zona de liberdade? Gestão das fronteiras euro-mediterrâneas»;
- Animação de uma conferência-debate por ocasião do Dia da África, a 25 de Maio, em Bruxelas, subordinada ao tema da problemática das fronteiras africanas através do programa fronteira da União Africana (PFUA);
- Animação, pelo Representante Permanente, de uma conferência da Universidade de Ancara, Turquia, organizada por iniciativa do Grupo africano dos Embaixadores na Turquia no quadro da celebração do Dia da África, a 25 de Maio, subordinada ao tema “evolução política e institucional registada no decurso destes últimos anos em África, com realce particular sobre as etapas que marcaram a passagem da OUA à União Africana”.

535. A Missão realizou além disso diferentes acções junto das associações da Diáspora Africana na Europa para o estabelecimento de uma rede agrupando as diferentes associações e para contribuir para o programa da UA relativo ao recenseamento das competências saídas da diáspora africana no mundo, com vista à sua exploração em benefício dos programas de desenvolvimento do continente.

536. Finalmente, a Missão representou a UA nas consultas UE-Guiné, realizadas em Bruxelas, a 29 de Abril de 2009, no quadro do Artigo 96º do Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonou.

(6) ESCRITÓRIO DE LILONGWE

537. Durante o período em análise, o Escritório continuou a acompanhar e a contribuir para o avanço da integração e o desenvolvimento na África Austral.

a) Desenvolvimento Político e Económico na Região

538. Os acontecimentos políticos e económicos na Região durante este período continuam a ser pacíficos e encorajadores. Estados Membros e os intervenientes no desenvolvimento político e económico tomaram as medidas necessárias para os colocar no topo das prioridades no esforço de alcançar um maior padrão de vida nos vários países e na Região.

539. No Zimbabwe, o estabelecimento do governo de unidade nacional foi um desenvolvimento muito bem-vindo, tanto no interior como no exterior do país. A criação do Governo de Unidade Nacional acabou efectivamente com os anos infortúnios de recessão económica e propiciou o início de um novo Zimbabwe economicamente viável e próspero. O Novo espírito de cooperação de todos os partidos políticos para recuperar os anos perdidos no crescimento económico e desenvolvimento incitou o apoio financeiro à nova administração dentro e fora da região. Contudo, serão necessários recursos externos significativos, a curto e médio prazos, para rejuvenescer os moribundos sectores da economia.

540. Além disso, o Escritório monitorizou os preparativos para as Eleições Presidenciais e Parlamentares na África do Sul e Malawi que se realizaram a 22 de Abril de 2009 e 19 Maio de 2009, respectivamente. As eleições nos dois países foram amplamente entendidas como livres e Justas pela maioria dos observadores presentes, incluindo os Observadores da UA. Isto representa bons desenvolvimentos para a criação de uma democracia palpável na região. Houve, de um modo geral, cumprimento do Código de Conduta da UA relativamente às eleições, conforme estipulado na Declaração da OUA/UA sobre Princípios Regedores de Eleições Democráticas em África e a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, bem como o quadro constitucional e jurídico e as leis eleitorais de ambos países. O Escritório facilitou as visitas realizadas, no contexto da diplomacia preventiva anterior as eleições, de uma delegação de alto nível ao país em duas ocasiões, respectivamente de 20 – 26 de Fevereiro e de 5 - 13 de Março de 2009. A delegação integrou S.E Sr. Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique e Presidente do Fórum Africano, e S.E. Prof. John Agyekum Kufuor, antigo Presidente da República do Gana. O objectivo foi, no espírito da Declaração da OUA/UA sobre os Princípios Regedores de Eleições Democráticas e as Leis Eleitorais do Malawi, sensibilizar todos os intervenientes para a necessidade de eleições pacíficas, respeitando o código de conduta de eleições e garantindo uma transição pacífica de um governo para outro. A delegação realizou consultas significativas com importantes intervenientes durante as duas visitas que resultaram na assinatura de um documento pelos intervenientes principais: a “Declaração do Diálogo entre Partidos Políticos do Malawi”, a 13 de Março de 2009. Na Declaração, os intervenientes cruciais, os líderes dos três principais partidos políticos, comprometeram-se a realizar eleições pacíficas, de acordo com o código de conduta de eleições.

541. Subsequentemente, o Presidente da Comissão fez o acompanhamento com outra visita ao Malawi, de 2 a 4 de Maio de 2009. Durante esta visita, o Presidente fez consultas importantes com os líderes dos maiores partidos políticos e a maioria dos Candidatos Presidenciais. As discussões resultaram num grande entendimento da importância de eleições para o desenvolvimento político e económico, e a necessidade de eleições pacíficas que decorram sem violência antes, durante e depois delas.

542. Com efeito, as visitas da delegação de alto nível e do Presidente da Comissão resultaram em contribuições positivas e significativas ao clima estável e de paz que prevaleceu antes, durante e depois das eleições.

543. No contexto da presente recessão económica mundial, a maioria dos países na região continuaram a tomar medidas económicas pertinentes para resistir ao choque da economia mundial. No geral, os países da África Austral estão a intensificar os esforços para a implementação de políticas macroeconómicas viáveis para reparar os efeitos do declínio dos preços e procura de produtos essenciais, redução da ajuda estrangeira e incertezas no investimento estrangeiro directo. As políticas macroeconómicas estão ainda direccionadas para o aprofundamento da transformação estrutural, tendo em vista o desenvolvimento infra-estrutural, segurança alimentar e diversificação das exportações para garantir o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável.

b) Integração Regional

544. Os líderes políticos na região continuam a tomar as medidas apropriadas para atingir este ideal e a consolidação dos mecanismos de integração regional, bem como a promoção da boa governação e da democracia. Foi neste contexto que a Cimeira Extraordinária da Troika de Cooperação dos Órgãos de Política, Defesa e Segurança da SADC reuniu-se no dia 31 de Março de 2009, e tomou a decisão de não reconhecer o governo ilegal da República do Madagáscar. Além disso, ela está engajada em consultas com o regime para uma solução pacífica por forma a restaurar a democracia e assegurar a manutenção de paz e desenvolvimento no país.

545. Este Escritório continuou a trabalhar em colaboração estreita com a UNECA-SA. O Escritório participou no Fórum UNECA-SA-UEM sobre Integração Regional nos Planos Nacionais de Desenvolvimento na África Austral, acolhida pela Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane & Centro de Estudos sobre Integração Regional e Legislação da SADC, de 28 a 29 de Maio de 2009. o Fórum deliberou sobre várias acções que devem ser tomadas a nível nacional para garantir a internalização da integração e da agenda de integração regional. Neste sentido, a criação do Centro de Estudos sobre Integração Regional e Legislação da SADC na Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane acontece em tempo oportuno para a região e a África, uma vez que pode constituir-se num importante centro de excelência para reforçar a capacidade de disseminar ideias inovativas sobre a integração Africana.

c) Coordenação do Grupo Africano

546. O Escritório prestou atenção significativa a Coordenação do Grupo Africano em Lilongwe, num esforço para promover a integração e desenvolvimento na região. Durante este período, o Escritório organizou um total de cinco reuniões do Grupo Africano e três reuniões do Grupo SADC. As discussões nestas reuniões trataram de assuntos políticos, económicos e desenvolvimento social dos países da região, bem como assuntos económicos internacionais tangenciais à integração e desenvolvimento da região.

d) Advocacia

547. O Escritório continua a publicar o seu Boletim, como instrumento de advocacia da UA na região. O Boletim proporciona informação corrente sobre as actividades do Escritório da CUA relativamente a integração regional. O Boletim, é amplamente distribuído pela região e

pelo mundo exterior, através da imprensa e da media electrónica.

4. COMPARTICIPAÇÃO DE ÁFRICA NAS TROCAS GLOBAIS

548. A Comissão está envolvida nos esforços de África de colaboração entre a África e outros continentes para o benefício mútuo e para o desenvolvimento socioeconómico. Todos os principais assuntos de saúde da UA constam significativamente nas agendas destes fóruns.

a) Colaboração com as CERs, Organizações de Saúde, Agências da ONU, ONGs e OSC

549. A Comissão continuou a reforçar as parcerias com as Agências da ONU, Parceiros Internacionais de Desenvolvimento, ONGs e OSC, cuja colaboração e apoio contribuiu grandemente para melhorar a Visão e Missão da UA e, particularmente, no apoio à saúde e ao desenvolvimento dos Estados Membros.

b) Acompanhamento da Implementação do Plano de Acção de Yokohama da TICAD IV

550. A Quarta Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento Africano (TICAD IV), que se realizou em Yokohama, Japão, em Maio de 2008, estabelece a monitorização e avaliação da implementação dos compromissos assumidos durante a Conferência da TICAD. Em conformidade com esta disposição, o Comité de Monitorização Conjunta (JMC) da TICAD IV realizou a sua primeira reunião em Tóquio, no dia 9 de Fevereiro de 2009, para discutir o estado de implementação do Plano de Acção de Yokohama nos próximos cinco anos. Seguiu-se uma Reunião Ministerial de Acompanhamento da TICAD IV, em Gaborone, República do Botswana, a 21 e 22 de Março de 2009. Durante esta reunião, os Ministros Africanos, em conjunto com os co-organizadores da TICAD IV, revisaram e avaliaram em conjunto o actual estado de implementação do Plano de Acção de Yokohama, sob três áreas prioritárias: nomeadamente, Impulsionar o Desenvolvimento Económico, incluindo atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Consolidação da Paz e da Segurança, e Tratamento das Questões Ambientais.

551. O Governo Japonês informou os Ministros sobre as actividades em curso e aquelas planificadas para os próximos cinco anos nas áreas de infra-estrutura, comércio, investimento e Turismo, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Comunitário, Educação, Saúde, Democracia e Boa Governação, e Questões de Mudança Climática, conforme refere o Plano de Acção de Yokohama. A reunião concluiu que, apesar da crise financeira mundial, foram feitos progressos significativos em alguns países, particularmente em certas áreas prioritárias da TICAD IV. Além disso, a reunião debateu o assunto da crise financeira global e como ela pode afectar as economias Africanas, com vista a chegar-se a uma posição comum Africana antes da Cimeira do G-20, de Londres. Finalmente, os Ministros foram unânimes na adopção de um Comunicado sobre a implementação do Plano de Acção de Yokohama e a Crise Financeira Mundial e o seu impacto sobre a África.

c) Relações África - Europa

552. A 12ª reunião das Troikas Africana e da UE teve lugar no Luxemburgo, a 28 de Abril de 2009. A reunião foi co-presidida por S.E. Dr. Ali Treki, Secretário para Assuntos da União Africana da Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista e actual Presidente do Conselho Executivo da União Africana e S.E. Jan Kohout, Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Checa e actual Presidente do Conselho da União Europeia.

553. Sobre os desafios ao nível mundial, os Ministros acolheram com agrado os resultados da Cimeira do G-20 e sublinharam a necessidade de uma abordagem global e concertada para dar-se respostas sustentáveis aos tumultos económicos mundiais em curso. Sublinharam o facto de ser impossível atingir-se a recuperação económica sem uma forte solidariedade entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento.

554. A parte da UE reiterou o desejo de honrar os seus compromissos relativamente a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA), apesar da crise, e recordou o aumento das contribuições do total de Estados Membros da UE ao ODA para aproximadamente 0,40% do seu PIB em 2008, realçando o papel fundamental da ODA como um complemento às outras fontes de financiamento para o desenvolvimento. Ambas partes mostraram-se desejosas de prosseguir os debates na Cimeira do G-8 na Itália (08-10 de Julho de 2009).

555. Os Ministros identificaram as seguintes medidas como sendo de importância primária para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar a crise e estimular o crescimento e a criação de emprego:

- Estabelecimento de interligações infra-estruturais em falta, questão discutida recentemente na Cimeira de Adis Abeba em Fevereiro de 2009, para a qual a UE tenciona apoiar por via de um reforçado e remodelado Fundo Fiduciário de Infra-estrutura;
- Revitalizar a agricultura, através da recém lançada Iniciativa de Mecanismo Alimentar, no valor de 1 bilhão de Euro;
- Apoiar o comércio e o investimento, através da continuação da concessão de 2 bilhões de Euro para Assistência ao Comercio em 2009 e 2010;
- Explorar o potencial do sector informal na criação de emprego;
- Apoiar o investimento estrangeiro directo como uma componente importante do financiamento de desenvolvimento e redução da pobreza em África.

556. Foi realçada a importância de avançar-se para plenos Acordos de Parceria Económica (APE), no espírito do Acordo de Cotonou e das disposições da Estratégia Conjunta África – Europa. Em relação a Estratégia do Plano de Acção, os Ministros acolheram com agrado os resultados alcançados pelas 8 parcerias temáticas acordadas em Lisboa e reconheceram a entrega dos 8 projectos de roteiros de implementação, elaborados por Grupos de Peritos Conjunto informal, como sendo documentos animadores.

IV. VALORES COMUNS

IV.1 DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E GOVERNAÇÃO

1. DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E GOVERNAÇÃO

a) Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação

557. No quadro do processo para melhorar a liderança da CUA sobre questões de Governação e Democracia, durante o período em análise, foi dada atenção especial à construção de uma arquitectura geral de governação e promoção da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governação. A Comissão manteve-se muito activa na observação das eleições realizadas no Continente e na assistência, através de reforço de capacidades, aos Órgãos Africanos de Gestão de Eleições.

558. No campo dos valores comuns, a atenção centrou-se no melhoramento das interacções da CUA com parceiros em questões de governação e democracia. Para além dos contactos directos em questões de governação e democracia com a União Europeia (UE), as perspectivas da União Africana, conforme se reflecte nas Decisões da Conferência, foram articuladas em várias reuniões. O Memorando de Entendimento com a International IDEA avançou para a fase de implementação, com o lançamento do Programa Conjunto de Acção (JAP). O JAP tem a atenção direccionada no reforço da capacidade da CUA na área de valores comuns, e reflecte-se na assistência directa à capacitação concedida pela CUA. A Assistência Alemã, através da GTZ, reflectiu-se na área dos valores comuns através das contribuições directas para actividades específicas e fornecimento de equipamento informático.

559. A Comissão prosseguiu a sua campanha de divulgação e sensibilização com vista a ratificação da Carta, que até a presente data apenas foi ratificada por dois estados membros, nomeadamente a Etiópia e Mauritânia.

560. A reunião foi realizada em Abril de 2009, em Cartum, Sudão, para discutir com as Comunidades Económicas Regionais (CERs) questões relativas a ratificação da Carta nos Estados Membros. Esta reunião decidiu que a CUA e as CERs deverão trabalhar em conjunto, no sentido de encorajar os Estados Membros a ratificar a Carta. Do total de Estados Membros, vinte e oito países assinaram a Carta e apenas dois a ratificaram, conforme já foi referido.

561. Na reunião de Cartum, as CERs reiteraram o seu compromisso de colocar a Carta como ponto da agenda da reunião Cimeira da CER e distribuir cópias da Carta em todas as reuniões relevantes. A reunião com as CERs também decidiu que deve ser feita uma abordagem mais direccionada para a ratificação da carta. No quadro desta posição, devem ser utilizadas estruturas nacionais e pontos focais da APRM para apoiar o processo. Foi ainda proposto que a Carta seja integrada nas actividades existentes de avaliação de pares e no acompanhamento da avaliação e implementação das actividades.

562. Há necessidade de reflectir sobre a lentidão na ratificação da Carta e as razões por detrás disto. Como o desenvolvimento da Carta foi a consolidação das resoluções anteriores sobre questões relativas a democracia e mudanças inconstitucionais de governos, tornou-se ainda mais imperativo que a Cimeira proporcione orientações sobre a via a seguir e a questão da lentidão na ratificação da Carta.

b) Arquitectura de Intervenções de Governação

563. Para melhorar a capacidade da CUA de interacção em assuntos de governação, foi concluído um estudo de intervenção de 'mapeamento de governação. Este estudo foi apresentado no Workshop de Múltiplos Intervenientes sobre Governação realizado em Yaoundé, Camarões, em Março de 2009. O estudo serviu como fundamento para um diálogo mais concentrado na construção da Arquitectura de Governação da UA.

564. A Reunião de Múltiplos Intervenientes sobre Governação, em Yaoundé, serviu para estabelecer a importância da propriedade Africana da arquitectura de governação. A reunião concluiu que a Arquitectura da União Africana de instituições de Governação e intervenções deve ser reforçado e serve de base para interacções com parceiros de desenvolvimento. Embora existam muitas organizações activas na governação a níveis regional, sub-regional e nacional, a reunião afirmou que a União Africana deve providenciar o quadro político e as orientações gerais. A reunião de Yaoundé também estabeleceu a importância das CERs em democracia e governação. Sendo blocos de construção da União Africana, as CERs devem ser integradas na arquitectura de governação em evolução. No reforço da arquitectura existente, foi proposto que seja estabelecida uma plataforma ou mecanismo de governação para os diálogos futuros e em curso sobre governação entre os intervenientes. Esta abordagem e as suas implicações serão exploradas como parte do diálogo em curso na CUA.

565. Na base das conclusões do Workshop de Múltiplos intervenientes, os esforços centrar-se-ão no melhoramento do diálogo e interacção entre todas as instituições da UA que desempenham papéis na governação e democracia. Foi ainda recomendado que a Comissão trabalhe para a elaboração da arquitectura, em estreita colaboração com os Estados Membros e todos os outros intervenientes envolvidos. Tal Arquitectura de Governação servirá para garantir a liderança da CUA em assuntos de governação em África e propiciar a base para engajamentos mais profícuos com os parceiros.

c) Governação Local

566. Na área de governação local, foi realizada uma reunião inicial em Yaoundé, Camarões, em Março de 2009. O diálogo na reunião centrou-se na possibilidade de estabelecer uma Carta de Governação Local e criar parcerias eficientes com intervenientes cruciais na 'governação local'.

567. Depois de discussões intensas com intervenientes relevantes, foi recomendado que deve haver consultas mais vastas sobre a governação local e as actividades que seriam mais relevantes a nível do Continente. A reunião dos intervenientes serviu para descortinar a necessidade de uma abordagem mais cuidadosa de assuntos de governação local e governo local, uma vez que existem muitas variações nos Estados Membros e abordagens e entendimentos muito diferentes de governo local.

568. A reunião dos intervenientes relevantes na governação local concluiu que deve ser considerada a ideia de estabelecer uma plataforma para os engajamentos em curso na governação local, dentro de toda a arquitectura de governação da UA em desenvolvimento. Foi ainda afirmado que a Comissão deve organizar uma maior conferência para troca de informação sobre governação local e estabelecer uma perspectiva continental sobre actividades e instrumentos que seriam mais relevantes. Tal conclave servirá para analisar a possibilidade de redigir uma Carta sobre a Governação Local.

d) Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção

569. O Conselho Consultivo sobre Corrupção, conforme estabelece o Artigo 22 da Convenção da União Africana sobre Prevenção e Combate a Corrupção e Ofensas Afins, foi nomeado na Cimeira de Janeiro - Fevereiro de 2009. Este Conselho realizou a sua primeira reunião de 26 a 28 de Maio de 2009 e centrou a sua atenção em estabelecer o seu papel e as áreas relevantes de intervenção. O Conselho Consultivo irá prestar grande atenção a aceleração da ratificação da Convenção e ao grau de implementação nos Estados Membros.

e) Função Pública

570. A Comissão tem estado muito activa na realização das actividades da função pública estabelecidas pelos Ministros Africanos da Função Pública. Os últimos meses testemunharam várias reuniões para apoiar o Quénia na sua capacidade de Presidente da 6ª Conferência de Ministros Africanos da Função Pública. Foram realizadas reuniões para garantir uma transferência sem sobressaltos de todo o material ou actividades do Presidente da 5ª Conferência (África do Sul) para o Presidente da 6ª Conferência (Quénia).

571. Foram realizadas varias reuniões operacionais sobre questões da função pública. Estas reuniões visavam o estabelecimento das bases para a mobilização de recursos para a implementação das decisões que emanam da 6ª Conferência de Ministros da Função Pública. Uma vez que a Função Pública foi definida como sendo uma área para um dos Comités Técnicos Especializados, o trabalho nesta área tende a evoluir de forma positiva.

572. Ao definir o caminho a seguir para a celebração do Dia Africano da Função Pública, foi realizada uma reunião sobre esta matéria em Nairobi (Quénia). Esta reunião propõe que o Dia de África da Função Pública (23 de Junho de 2009) se concentre na "Prestação de Serviço de Qualidade para o Desenvolvimento Sustentável". Este tema foi confirmado numa reunião Ministerial da Mesa realizada em Maio de 2009. A Reunião da Mesa também serviu para

confirmar as actividades para o período da 6ª Conferência de Ministros Africanos da Função Pública. A declaração da 6ª Conferência de Ministros Africanos da Função Pública será apresentado durante esta Cimeira para adopção.

f) Democracia e Eleições em África: Realizações e Desafios

573. O continente Africano fez progressos significativos na institucionalização da democracia eleitoral durante a década passada. Isto se reflectiu em várias eleições multipartidárias realizadas com sucesso na maioria dos Estados Membros, onde os cenários eleitorais melhoraram significativamente, e são presumivelmente factores que contribuem para as crescentes avaliações favoráveis de muitas eleições conduzidas periodicamente nos anos recentes. Apesar destas realizações, os principais desafios mantêm-se. Mais recentemente, a questão emergente em relação a liderança política e os governantes, tem sido a violência em grande escala provocada por eleições controversas. Esta tendência infeliz não só levanta interrogações sobre a gestão e administração de eleições, mas também sobre o impacto a longo prazo na consolidação da estabilidade política em África.

574. Além disso, ocorrências alarmantes de mudanças inconstitucionais de regimes provocados por golpes de estado pouco notados estão a tornar-se uma característica dominante em algumas democracias Africanas em transição. Depois da Mauritânia e a Guiné, uma outra mudança inconstitucional ocorreu no Madagáscar, onde grupos marginalizados desafiaram a legitimidade do regime através de manifestações em massa, tendo a destruição de propriedades desencadeado o alastramento da violência e, por fim, a mudança inconstitucional de regime. O Conselho de Paz e Segurança da União Africana continua a reiterar a sua rejeição total a qualquer mudança ou tentativa de mudança inconstitucional do Governo, conforme referem os textos relevantes da UA, em particular a Decisão de Argel de Julho de 1999, a Declaração de Lomé de Julho de 2000, o Acto Constitutivo da UA e o Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança. Apesar dos esforços da UA para solucionar deste fenómeno, a praga de golpes de estado nos países Africanos apresenta-se como uma nova preocupação para os governantes, sobretudo devido as suas novas e variáveis manifestações.

575. A atenção dentro da área de eleições está cada vez mais a ser concentrada na Assistência da Eleições. Neste contexto, um programa de formação para funcionários dos Órgãos de Gestão de Eleições Nacionais já foi iniciado e dois grupos já passaram pela formação inicial. O primeiro curso teve lugar na África do Sul e o segundo no Gana. Espera-se que três outros cursos sejam ministrados nos próximos seis meses. Estas intervenções servem para fortalecer o apoio aos Estados Membros para a Gestão do processo das eleições.

2. OBSERVAÇÃO DAS ELEIÇÕES E MONITORIZAÇÃO

a) Eleições Observadas

576. A União Africana (UA) tem estado comprometida e plenamente empenhada no fortalecimento do processo de democratização em África há muitos anos, particularmente através da observação e monitorização das eleições nos Estados Membros, na base de

directrizes rigorosas. Sendo assim continua a enviar missões de observação aos Estados Membros. Em 2009, entre Janeiro e Abril a UA, sob a direcção e orientação da Departamento dos Assuntos Políticos, enviou equipas multidisciplinares de observadores para observar as Eleições Presidenciais na Argélia (Abril de 2009), as Eleições Nacionais e Provinciais na África do Sul (Maio de 2009), as eleições Presidenciais no Malwi (Maio de 2009) e Guiné Bissau (Junho de 2009). Conforme as disposições pertinentes da Declaração de Durban de 2002, a Comissão enviou missões de avaliação pré-electoralis a esses países, a fim de poder examinar as condições postas à disposição para a realização das eleições. Essas missões foram frutuosas e beneficiou uma melhor colaboração com os actores nacionais.

577. O desenrolar das eleições pode-se resumir da seguinte forma:

Argélia

578. Em resposta ao convite das autoridades Argelinas, a Comissão colocou uma missão de Alto nível de 87 observadores liderada por S.E. Sr. Joaquim Chissano, antigo Presidente de Moçambique, à República Popular de Democrática da Argélia.

579. A Missão informou que a eleição Presidencial foi levada a cabo com sucesso. Houve a participação de 74% da população para esta eleição o que demonstrou o entusiasmo e a inspiração da nação Argelina pelo processo eleitoral. O Presidente Abdelaziz Bouteflika foi reeleito com uma maioria esmagadora dos votos.

África do Sul

580. A convite da Comissão Eleitoral da África do Sul S.E. Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana enviou um Grupo de Observadores multidisciplinar composto por 42 membros às eleições Nacionais e Provinciais agendada para 22 de Abril de 2009. A Missão foi liderada pelo Dr. Salim Ahmed Salim, antigo Presidente da Tanzânia e antigo Secretario Geral da OUA.

581. As Eleições Sul-africanas foram conduzidas de forma pacífica e foram bem preparadas. A Missão da UA elogiou em particular a Comissão Eleitoral Independente da África do Sul pela forma eficiente como as eleições nacionais e provinciais de 22 de Abril de 2009, foram organizadas e pelas medidas tomadas para garantir a inclusão do processo eleitoral.

Malawi

582. No âmbito da promoção de políticas proactivas de diplomacia de preempção o Presidente da Comissão da União Africana (CUA), S.E. Jean Ping decidiu juntar uma missão de Alto nível dos Antigos Chefes de Estado e Governo à República do Malawi. A delegação de alto nível era composto por S.E. Sr. Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique e Presidente do Fórum Africano, S.E. Sr. John Agyekum Kufuor, antigo Presidente da República do Gana. O objectivo geral da missão, foi entre outros, levar a cabo consultas com todos os intervenientes particularmente o incumbente Presidente, o

antigo Presidente e outras partes de forma a avaliar e a determinar a actual situação política no Malawi.

583. Depois da missão, os dois antigos Presidentes facilitaram um diálogo entre os partidos políticos. Os três partidos políticos mais importantes presentes, o Partido Progressista Democrático (DPP), o Partido do Congresso do Malawi (MCP), a Frente Democrática Unida (UDF) assinaram a declaração concordando sobre a implementação de vários compromissos. Os Partidos Políticos acordaram, entre outros, a:

- Abordar de forma expedita e concertada todos os elementos que possam ser considerados obstáculo para a criação de ambiente favorável a eleições credíveis, livres e justas;
- Abordar todas as questões necessárias para que existam condições de concorrência equitativas;
- Trabalhar de uma forma expedita e em conjunto, de modo apoiar qualquer processo dentro do âmbito da lei, que iria reforçar o desempenho e a capacidade operacional da Comissão Eleitoral do Malawi (MEC).

584. Entre 9 e 26 de Maio de 2009, observar as eleições Presidenciais e Legislativas do Malawi agendadas para 19 de Maio de 2009.

Guiné Bissau

585. Depois do assassinato do Presidente da Guiné Bissau, General João Bernardo Vieira no dia 02 de Março de 2009, que foi precedido pelo assassinato do seu Chefe do Estado Maior, eleições presidenciais serão organizadas a 28 de Junho de 2009, depois de um período transitório durante o qual o Presidente da Assembleia Nacional vai assegurar a interinidade, e na sequência de vários esforços envidados pela Comunidade Internacional aos quais a União Africana se juntou no quadro do Grupo Internacional de Contacto.

a) Observações

586. A organização das eleições impõe aos nossos Estados Membros desafios maiores que não podem enfrentar com sucesso, beneficiando de um sistema de ajuda em todos os azimutes da comunidade internacional, principalmente na organização continental. Isto é, particularmente evidente para os Estados frágeis nas crises ligadas às mudanças inconstitucionais e, no caso da Guiné-Bissau, ao assassinato do Chefe de Estado. É neste contexto que, outros são s investimentos nos esforços , visando trazer a paz e a estabilidade nesse país. A União Africana deu, entre outros, na medida dos seus modestos meios, a sua contribuição financeira na preparação de certas eleições. É de notar que o caso da Guiné-Bissau, que foi desbloqueada uma ajuda financeira no valor de 100.000 \$EU, para assistir aos órgãos responsáveis na preparação das eleições.

c) Calendário de Eleições : 2009-2010

Eleições 2009		
Argélia	9 de Abril	Presidencial
África do Sul	22 de Abril	Presidencial/Parlamentar
Malawi	19 de Maio	Presidencial /Parlamentar
Mauritânia	6 de Junho	Presidencial
Guiné Bissau	28 de Junho	Presidencial
Congo- Brazzaville	12 de Julho	Presidencial
Angola	Setembro	Presidencial
Botsuana	Outubro	Presidencial/Parlamentar
Tunísia	Outubro	Presidencial/Parlamentar
Cote d'Ivoire	29 de Novembro	Presidencial/Parlamentar
Namíbia	Novembro	Presidencial/Parlamentar
Níger	Novembro/Dezembro	Presidencial/Parlamentar
Chade	Dezembro	Parlamentar
Guiné Equatorial	Dezembro	Presidencial/Parlamentar
Moçambique	Dezembro	Presidencial/Parlamentar
Guiné Conakry	Outubro/Dezembro	Parlamentar/Presidencial

IV.2 DIREITOS HUMANOS

587. A Comissão orientada pelo Acto Constitutivo da União Africana, estabeleceu a promoção e protecção dos Direitos Humanos em África como prioridade.

a) Reforço do Centro de Recursos para Democracia, Governação e Direitos Humanos

588. O Centro de Recursos para a Democracia, Governação e Direitos Humanos continua a registar progressos nas áreas de aquisição de publicações relevantes através da compra e donativos, catalogação e classificação destas publicações, visitas oficiais de potenciais doadores e organizações interessadas, aquisição de materiais audiovisuais, e acesso livre a internet.

b) Comemoração do Genocídio no Ruanda

589. A Comissão comemorou o 15^o Aniversário do Genocídio no Ruanda em colaboração com o povo ruandês representado pela comunidade ruandesa de Adis Abeba. A cerimónia que se realizou sob a minha presidência, contou com a presença de representantes da Comunidade Internacional e do Corpo Diplomático Africano acreditado na Etiópia, as

Agências das Nações Unidas e os Responsáveis Religiosos.

590. Recorde-se que o objectivo da comemoração do Genocídio no Ruanda é sensibilizar os povos africanos e a Comunidade Internacional acerca do valor da vida e da humanidade, e ajudar-nos a renovar o nosso compromisso colectivo relativamente ao Acto Constitutivo da União Africana. Recordar o Genocídio publicamente é um aspecto importante de nos recordarmos do futuro do Ruanda e serve igualmente como um imperativo para assegurar que o continente africano esta determinado a estabelecer a manter a paz, segurança e estabilidade conforme plasmado no Acto Constitutivo da União Africana.

c) União Africana – Diálogo da União Europeia sobre Direitos Humanos

591. O Diálogo encetado entre a União Africana e a União Europeia, no quadro da implementação da Estratégia Conjunta prosseguiu em boas condições. A Quarta Sessão, realizou-se em Bruxelas, a 20 de Abril de 2009. Foi antecedido pela 1ª seminário da União Africana e a União Europeia sobre os Direitos Humanos da Sociedade Civil que foi realizado em Bruxelas de 16 a 17 de Abril de 2009. cerca de 50 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de África e da União Europeia participaram no seminário. O seminário foi realizado sob o espírito de parceria África-União Europeia tendo este se comprometido a “promover ainda mais o desenvolvimento de uma sociedade civil energética e independente e onde exista um diálogo sistemático entre esta e as autoridades públicas a todos os níveis”.

592. No seminário que durou dois dias, os participantes debateram as seguintes questões:

- Os quadros jurídicos da sociedade civil em África e na Europa: as leis das ONGs e o papel da sociedade civil na implementação dos instrumentos de direitos humanos;
- A luta contra a tortura em África e União Europeia, com base nos instrumentos e instituições de Direitos Humanos Africanas e da UE; e
- O papel das OSCs na parceria UE-UA: Via a seguir

b) Parceria EU- África sobre Governação e Direitos Humanos

593. A 2ª Reunião Informal Conjunta do Grupo de Peritos da UE-África sobre Governação e Direitos Humanos, realizou-se em Lisboa de 30 a 31 de Março de 2009. Participaram na reunião peritos de Estados Africanos e Europeus desta parceria, bem como a CUA e a CEU. A reunião acordou sobre um roteiro relativo à Governação e Direitos Humanos que foi submetido a reunião da Troika, que teve lugar no dia 28 de Abril de 2009 em Luxemburgo.

IV.3 ASSUNTOS HUMANITÁRIOS, REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS

594. Recorde-se que na sua 14ª Sessão Ordinária, o Conselho Executivo analisou a situação dos refugiados, repatriados e pessoas internamente deslocadas em África. Ao longo dos anos países de acolhimento que enfrentam, eles próprios, problemas económicos são reconhecidos pela sua generosidade em relação aos refugiados, mesmo antes da comunidade internacional prestar o seu auxílio.

595. É necessário chamar atenção do Conselho para o facto de África continuar a acolher o maior número de refugiados e PIDs no mundo. Apesar do regresso de milhares de pessoas, os recentes factores globais não ajudam o continente a resolver esta situação. Estas ocorrências globais que têm um impacto duradouro na já vulneráveis populações incluem as alterações climáticas, a crise global de alimentos, calamidades naturais, crescimento e urbanização da população, concorrência para recursos escassos, bem como a migração internacional e os vários movimentos de pessoas.

596. Tendo chamado atenção para todos estes cenários é importante salientar o problema do deslocamento forçado, de uma forma concreta, que clama por estratégias que visam fortalecer a nossa parceria com a comunidade internacional e nossos parceiros dentro dos acordos de cooperação existentes. Com vista a resolver as causas principais do deslocamento forçado, a Comissão tem vindo a trocar impressões em várias reuniões, conferências e seminários. Por exemplo, desde o ano passado, a Comissão tem estado envolvida na busca de uma solução duradoura das crises na República Democrática do Congo, através de negociações de paz e apelos foram feitos à comunidade internacional para redobrar os seus esforços de forma a alcançar este objectivo. Existem, com certeza, outras situações humanitárias difíceis que prevalecem noutros países, que são igualmente preocupantes para a União Africana, tais como na Somália, Chade, Darfur no Sudão e República Centro Africana.

597. Algumas destas importantes reuniões e conferências, bem como seminários/workshops que tiveram lugar em estreita cooperação com os parceiros da UA, incluem as seguintes: As reuniões do Sub-comité do CRP sobre Refugiados, Repatriados e Pessoas Internamente Deslocados, as reuniões preparatórias do Grupo de Trabalho sobre a Cimeira Especial da União Africana dos Chefes de Estado e do Governo sobre Refugiados, Repatriados e Pessoas Internamente Deslocadas em África agendada para Outubro de 2009 em Kampala, Uganda, bem como várias outras reuniões com os parceiros da UA.

598. Além disso, os parceiros da UA foram designados a desempenhar um papel mais activo nas missões do Subcomité do CRP sobre Refugiados, em conjunto com a Comissão, aos países mais afectados pelo problema do deslocamento forçado. O Conselho deve recordar que a União Africana não pode, por si só, tratar dos numerosos desafios com que se confronta na área de assuntos humanitários. É por essa razão que muito ainda necessita de ser feito em termos de se partilhar o ónus com a comunidade internacional.

599. Deve se recordar ao Conselho que as várias decisões tomadas pelos Estados Membros de participarem activamente na Primeira Cimeira Especial da União Africana sobre Refugiados, Repatriados e Pessoas Internamente Deslocadas a ter lugar em Outubro de 2009 em Kampala, Uganda. Os Chefes de Estado e de Governo decidiram, entre outras coisas, o seguinte: Comprometem-se a abordar as causas principais do deslocamento forçado, a endossar e a assinar igualmente a Convenção da União Africana para a Protecção e Assistência a Pessoas Internamente Deslocadas em África, que será a primeira convenção deste tipo no mundo.

IV.4 GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

600. A Comissão continuou a prestar grande atenção a base do reforço institucional na integração do género na Comissão, Órgãos da União Africana e CERs e Estados Membros.

601. Após a adopção da Política do Género da UA na última Sessão do Conselho Executivo, a Comissão está em vias de publicar e disseminar a política da UA a todos os Órgãos da UA, Intervenientes e Parceiros.

602. Deve-se recordar que a primeira Pré-Cimeira do Género da UA, foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 24 de Janeiro de 2009. À luz da Recomendação 95 do Painel de Alto Nível sobre a Auditoria da União Africana, a reunião recomendou que o Comité Directivo fosse estabelecido para gerir as futuras Pré-cimeira do Género da UA , levando a cabo o seguinte:

- Providenciar um fórum aberto onde as mulheres das OSCs possam envolver o Departamento da Mulher, Género e Desenvolvimento (WGDD) no Género, Igualdade e Empoderamento da Mulher (GEWE);
- Providenciar uma oportunidade aos intervenientes de avaliar a implementação do WGDD e GEWE;
- Providenciar uma oportunidade de se reflectir sobre os temas das Cimeiras e a sua relevância para GEWE;
- Harmonização das decisões e identificação de metas para as nossas mensagens.

603. A Comissão organizou uma Mesa Redonda de Apresentação e Desenvolvimento de Ideias (Brainstorming) nas instalações da Missão Permanente da UA junto da ONU, no Domingo, 01 de Março de 2009. O objectivo da Mesa Redonda de Apresentação e Desenvolvimento de Ideias foi o de trocar impressões sobre a implementação da Decisão da Conferência (Assembly/AU/Dec. 487 (XIV)) que proclama 2010-2020 como a Década da Mulher Africana. A Sessão foi igualmente utilizada para a apresentação e desenvolvimento de ideias da implementação do Plano da Década da Mulher Africana conforme proposto pela Reunião Extraordinária dos Ministros do Género e Assuntos da Mulher em Maseru.

604. A 53ª Sessão da CSN apresentou as seguintes recomendações:

- Um grupo de Peritos para desenvolver um quadro e propor estratégias para a Década;
- Um grupo a ser composto pelo Vice-Presidente e pelos Ministros presentes na reunião para efectuarem consultas entre o presente momento e a próxima reunião Ministerial agendada para Novembro de 2009;
- Que a Década seja um ponto de Agenda da reunião dos Mecanismos do Género agendada para a Gâmbia na primeira semana de Maio de 2009.

605. Na implementação da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/425(VIII), O BAD recrutou um perito para realizar um estudo de viabilidade sobre o Fundo Fiduciário da Mulher Africana. O BAD organizou uma reunião técnica nos dias 16 de 17 de Abril de 2009 em Tunis, Tunísia, com a participação da Comissão, para debater as linhas gerais do estudo, especialmente os princípios de liderança, sustentabilidade e sentido de prioridade, acesso aos fundos e fortalecimento dos mecanismos existentes, a Cooperação da UA, a avaliação do género do país, o impacto da crise global A equipa técnica acordou em realizar uma avaliação do género em paralelo com o lançamento da Fundo Fiduciário para preparar o mapa de intervenção entre os países e as necessidades das mulheres. Um relatório de actividades vai ser submetido nesta Sessão aos órgãos deliberativos, num documento separado.

IV.5 CULTURA

606. A área de desenvolvimento cultural é constituída por quatro eixos de intervenção principais: o apoio e a promoção das instituições culturais africanas; a promoção de indústrias culturais; a coordenação e a harmonização de políticas e programas culturais; e a promoção e protecção do património cultural africano. Dentro da área da promoção das instituições culturais africanas, foi realizado um progresso significativo no fortalecimento do reforço institucional da Academia Africana de Línguas, em Bamako, Mali, (ACALAN) e o Centro Africano de Estudos Linguísticos e Históricos através da Tradições Orais em Niamey, Níger (CELHTO). A Conferência Síntese sobre políticas nacionais relativas às funções das línguas transfronteiriças e o local de línguas menos difundidas em África, foi organizada em Adis Abeba, Etiópia, de 5 a 7 de Fevereiro de 2009. Esta Conferência identificou 50 línguas africanas transfronteiriças veiculares e as primeiras 12 línguas transfronteiriças africanas a serem promovidas como prioridade a partir de 2009. O Acordo de Sede entre a CUA e o Governo da República do Mali relativamente à Sede da ACALAN está concluído e agendado para ser oficialmente assinado, em Julho de 2009.

607. O Fundo de Património Mundial Africano (AWHF) baseado na África do Sul, realizou a sua reunião de Conselho de 19 a 20 de Fevereiro, em Adis Abeba, Etiópia, com vista a avaliar as suas actividades e a planear o seu programa principal para 2009. Um subsídio totalizando 10 mil \$EU, foi transferido para a AWHF em Abril de 2009, para apoiar a sua capacidade financeira. A reunião concentrou-se na necessidade de fortalecer o reforço institucional da AWHF, de modo a alargar as suas intervenções na área de inventário, protecção, promoção

de património cultural africano e, formação do desenvolvimento cultural dos profissionais e praticantes. Para uma melhor colaboração e apoio da UNESCO, prevê-se a transformação da AWHF num centro da UNESCO de categoria 2.

608. A 3ª Reunião do Fórum Africano da Organização Regional e Sub-regional para apoiar a cooperação entre a UNESCO e a NEPAD (FOSRASUN), em Trípoli, Líbia, de 21 a 24 de Fevereiro de 2009, e a reunião da CUA-UNESCO, em Paris, França, de 11 a 12 de Março de 2009, avaliou os sucessos alcançados e o fortalecimento do compromisso da UNESCO em apoiar de forma estratégica técnica e financeiramente os programas de desenvolvimento culturais africanos, tais como a revitalização e a harmonização de instituições e eventos culturais Pan-Africanos. A UNESCO comprometeu-se a auxiliar tecnicamente à Comissão na preparação e organização do 2º Congresso Cultural Pan-Africano que irá ter lugar de 5 a 7 de Outubro de 2009.

609. A 2ª Edição do Congresso Cultural Pan-Africano será devotada ao inventário, protecção e promoção dos bens culturais africanos. Irá envolver todos os Estados da UA, instituições culturais Pan-Africanas e parceiros estratégicos tais como a Comissão Europeia, a Diáspora Africana e o Sector Privado. Os debates irão abordar questões chave como estratégia de harmonização e modernização das instituições culturais Pan-Africanas e Museus Nacionais.

610. Uma reunião oficial entre o Ministro responsável pela Cultura da Argélia e a Comissária para os Assuntos Sociais, teve lugar em Fevereiro de 2009, em Adis Abeba, Etiópia, para a preparação do Segundo Festival Pan-Africano, a ser realizado em Argel, Argélia, de 5 a 20 de Julho de 2009.

IV.6 QUESTÕES JURÍDICAS (ARQUITECTURA JURÍDICA DA UNIÃO)

a) Funções Depositárias

611. Desde a apresentação do último Relatório em Janeiro de 2009, os Estados Membros deram passos significativos no sentido de assinar e ratificar os Tratados da OUA/UA. De facto, na altura da elaboração deste Relatório trinta e oito (38) Tratados tinham sido adoptados sob a égide da Organização da União Africana (OUA) e a União Africana (UA), os mais recentes, sendo o Estatuto da Comissão da UA sobre o Direito Internacional (AUCIL); a Carta Africana sobre Estatística e o Protocolo sobre o Banco Africano de Investimento, adoptado em Adis Abeba, Etiópia, a 4 de Fevereiro de 2009. De um total de trinta e oito (38) Tratados, somente 22 entraram em vigor, enquanto que dois (2) Tratados adicionais, nomeadamente: a Constituição da Associação das Organizações Africanas de Promoção do Comércio (1974) e a Carta Africana dos Transportes Marítimos (1994), estão em vigor provisoriamente. Além disso, os dois únicos Tratados que foram ratificados ou aceites por todos os Estados Membros continuam a ser a Carta Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos (1981), e o Acto Constitutivo da União Africana (2000).

612. Durante o período em análise, quinze (15) novas assinaturas foram apostas e sete (7) instrumentos adicionais de ratificação/adesão foram depositados. Contudo, embora enormes esforços tenham sido envidados com vista a assinar e a ratificar ou aderir aos Tratados da OUA/UA muito ainda necessita de ser feito. Na verdade a medida que a UA continua com os seus objectivos estabelecidos de integração política e sociopolítica, é importante que a operacionalização do Quadro Institucional da União seja concluída logo que possível.

613. Neste contexto, a atenção do Conselho deve ser orientada pelo facto de quatro (4) dos Estados Membros ainda terem de ratificar o Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana (Tratado de Abuja) de 1991, que faz parte dos instrumentos jurídicos básicos da União, conforme indicado no Acto Constitutivo da UA. A Comissão gostaria de aproveitar esta oportunidade para reiterar o seu apelo aos quatro (4) Estados Membros que não ratificaram e não aderiram ao Tratado de Abuja, a fim de fazerem o mais rapidamente possível.

614. É preocupante notar que, desde o último Relatório do Conselho sobre esta questão, o Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos, adoptado em Sharm El Sheikh, Egipto, a 1 de Julho de 2008, até à data, foi assinado por quinze (15) Estados Membros e não foi ratificado por nenhum Estado Membro. Ademais, tomando em consideração, o imperativo declarado de se manter o fortalecimento das legislações judiciais da União de modo a desempenhar as suas funções de resolução pacífica de todos os litígios, promover o estado de direito e o direito pelos direitos do homem e dos povos, é importante que o Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos seja assinado e ratificado em breve. Da mesma forma deve ser dada atenção devida à Carta Africana da Juventude e ao Protocolo sobre o Banco Africano de Investimento.

b) Acreditação dos Estados Não-Africanos na União Africana

615. Em conformidade com a Parte II, Secção II (3) do Critério que garante o Estatuto de Observador e para um Sistema de acreditação dentro da União Africana, os critérios, adoptados pelo conselho Executivo em Julho de 2005, a Comissão tem vindo a receber e a analisar solicitações para acreditação de vários Estados Não-Africanos e Organizações, tendo em consideração o interesse supremo da União. Desde o último período analisado seis (6) Estados Não-Africanos e três (3) Organizações Internacionais foram acreditadas de acordo com o disposto na Parte II, Secção II (3) dos Critérios que garantem o Estatuto de Observador da UA e um Sistema de Acreditação dentro da UA. Os nomes dos representantes acreditados desde a última informação e os seus respectivos Estados/Organizações constam da lista do quadro abaixo indicado:

ESTADOS NÃO-AFRICANOS		
No.	Nome e Título	Países
1	S.E. Dr. Antonio Sánchez-Benedito Gaspar Embaixador da Espanha em Adis Abeba	Espanha
2	S.E. Sr. Chung Soon-suk Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Rep da Coreia	Rep. da Coreia
3	S.E. Sr ^a . Clara Margarita Pulido Escandell Ambassadeur de la République de Cuba	Cuba
4	Sua Eminência George Panikulam Arcebispo Titular da Arpaia e Núncio Apostólico na Etiópia	Santa Sé
5	S.E. Maria Victoria Diaz de Suarez Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia junto ao Governo do Quênia e Representante Permanente das Nações Unidas em Nairobi	Colômbia
6	S.E. Jean-Christophe Belliard Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Francesa junto à Etiópia e da União Africana	França
	ORGANISMOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS DE INTEGRAÇÃO	Organisation
7	Sr ^a . Akila Belembaogo Chefe do Bureau de Ligação junto da União Africana e a Comissão Económica para a África e da UNICEF	UNICEF
8	Sr. Gérard Peytrignet Chefe da Delegação do CICV junto à UA	CICV
9	Sr. Chrysantus ACHE Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados junto à UA e da CEA	ACNUR

616. O número total de Estados Não-Africanos e Organizações Internacionais acreditadas na UA é presentemente de sessenta e um (61); i.e. cinquenta e um (51) Estados Não-Africanos e dez (10) Organismos de Integração Regional e Organizações Internacionais.

c) Implementação das Decisões da Conferência em relação aos Comitês Técnicos Especializados (CTEs)

617. Como o Conselho se deve recordar através da Decisão Assembly/AU/Dec.227 (XII) adoptada pela 12^a Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2009, a Conferência decidiu sobre a nova reconfiguração de catorze (14) Comitês Técnicos Especializados (CTEs) e solicitou à Comissão para preparar de forma detalhada das implicações financeiras das reuniões dos CTEs e actividades.

618. No âmbito da implementação desta Decisão, a Comissão preparou um Relatório em colaboração com o CRP para ser analisado pelo Conselho na sua presente Sessão. O referido Relatório inclui (i) as implicações financeiras das reuniões dos CTEs e (ii) suas actividades detalhadas. No que diz respeito particularmente a periodicidade das reuniões dos CTEs, recomendações apropriadas serão apresentadas em relação a este aspecto pela Comissão para análise pelo CRP e Conselho Executivo na sua próxima Sessão.

d) Revisão do Protocolo ao Tratado que Cria a Comunidade Económica Africana relacionado ao Parlamento Pan-Africano (PAP)

619. O processo de Revisão do Protocolo ao Tratado que cria a Comunidade Económica Africana, relacionado ao Parlamento Pan-Africano (PAP) está em curso. Na altura apropriada consultas levadas a cabo juntos aos órgãos relevantes e intervenientes, tais como os Comitês relevantes do PAP, o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), e a ECOSOCC. Consultas foram levadas a cabo dentro da comissão sobre como angariar os fundos necessários para levar a cabo as actividades previstas na implementação da Decisão. Ademais, os (TORs) da consultoria, foram concluídos e com base nesses TORs, um estudo abrangente sobre a revisão do Protocolo será levado a cabo e recomendações apropriadas serão apresentadas ao Conselho para análise, através do CRP na sua próxima Sessão Ordinária, agendada para Janeiro de 2010.

e) Implementação das Decisões da Conferência que garante competência Jurídica ao Tribunal Africano de Justiça e de Direitos Humanos para julgar Crimes Internacionais

620. Em conformidade com a Decisão Assembly/AU/213(XII) adoptada pela 12^a Sessão Ordinária da Conferência em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2009, a Comissão levou a cabo consultas iniciais junto a alguns membros do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos (AfCHPR) e a Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP) com vista a determinar as modalidades para uma implementação efectiva desta Decisão. Consultas foram igualmente levadas a cabo dentro da Comissão sobre como angariar os fundos necessários para levar a cabo as actividades previstas na implementação da Decisão.

Ademais, debates preliminares informais tiveram lugar entre os representantes da Comissão e a AfCHPR e a CADHP existindo alguma clareza sobre as actividades preparatórias necessárias. Contudo, espera-se que consultas formais tenha lugar num futuro próximo.

f) Implementação da Decisão Assembly/Au/Dec.213 (XII) sobre o Abuso do Princípio de Jurisdição Universal

621. Conforme informado previamente ao Conselho, e, em conformidade com a Decisão da Conferência, a Questão da Jurisdição Universal foi debatida nas 10^a e 11^a Sessões da Troika Ministerial UA/UE realizada em Bruxelas, Bélgica e Adis Abeba, Etiópia, no dia 16 de Setembro e de 20 a 21 de Novembro de 2008, respectivamente, durante as quais as duas partes reconheceram que a questão poderia ter consequências negativas para o relacionamento entre a UA e a UE. Consequentemente, a Troika Ministerial acordou em estabelecer um Grupo Técnico Conjunto de Peritos *Ad hoc* UA/UE para esclarecer os seus respectivos esclarecimentos sobre o princípio de Jurisdição Universal e informar a 12^a Reunião do Grupo de Trabalho que foi realizada no dia 28 de Abril de 2009, em Luxemburgo.

622. É de notar que após várias reuniões realizadas em Bruxelas e Adis Abeba, o Grupo Conjunto Técnico de Peritos *Ad hoc* concluiu e adoptou um Relatório intitulado Relatório do Grupo Conjunto Técnico de Peritos sobre o Princípio de Jurisdição Universal que é um ponto separado da Agenda da actual Sessão.

623. O Relatório foi analisado pela Reunião da Troika Ministerial durante a qual os Ministros recordaram que o Grupo foi estabelecido à luz do reconhecimento que questão tem consequências negativas para o relacionamento entre a União Europeia e a parte africana. Expressaram a sua gratidão aos seis (6) peritos independentes pelo seu trabalho, tendo manifestado o seu desejo de que este empreendimento tenha atingido o objectivo conforme solicitado pela Reunião da Troika Ministerial em Novembro de 2008. Acordaram que o Relatório deve ser partilhado com os órgãos da UA e UE, bem como dos Estados Membros.

624. A nível da Organização das Nações Unidas consultas e debates continuam sobre o título do ponto da Agenda.

g) Implementação da Decisão Assembly/AU/Dec.221(XII) sobre a Reunião dos Estados Partes Africano ao Estatuto de Roma sobre o Tribunal Penal Internacional (TPI)

625. Na sequência da adopção da Decisão da Conferência em Fevereiro de 2009, solicitando uma reunião dos Estados Partes Africanos ao Estatuto de Roma do TPI, gostaria de informar ao Conselho que, consultas foram imediatamente feitas dentro da Comissão para determinar como angariar os fundos necessários para levar a cabo as actividades prevista na implementação da Decisão. Sinto-me feliz em informar que este obstáculo inicial foi transposto e que a reunião foi realizada de 8 a 9 de Junho de 2009, em Adis Abeba, Etiópia, conforme planeado. Recomendações foram submetidas ao Conselho sobre um ponto da Agenda separado.

h) Eleição dos Membros da Comissão da União Africana sobre o Direito Internacional (AUCIL)

626. O Estatuto da AUCIL entrou em vigor após a sua adopção pela 12ª Sessão Ordinária da Conferência, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2009. A AUCIL é composta por onze (11) membros.

627. Os objectivos da AUCIL incluem, entre outros, levar a cabo actividades relacionadas a codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional no continente africano; assistir na revisão dos Tratados existentes e identificações de áreas em que novos Tratados são necessários, e preparar a partir daí, projectos, bem como os estudos sobre questões jurídicas de interesses para a União e os seus membros.

628. Prevê-se que a presente Sessão eleja os membros da AUCIL, durante a presente Sessão Ordinária e submeta à Conferência para nomeação.

i) Eleições dos Membros da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP)

629. O Conselho recordar-se-á que a Comissão da União Africana sobre os Direitos do Homem e dos Povos (a CADHP) está estabelecida dentro da União, conforme os dispositivos no Artigo 30º da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (a Carta). O mandato principal da Comissão é de promover os Direitos do Homem e dos Povos no Continente e garantir a sua protecção.

630. O mandato dos três (3) membros da CADHP eleitos em 2003 e 2007 terão os seus mandatos findos em Julho de 2009. É de notar que estes membros são elegíveis para re-eleição. Da mesma forma espera-se que o Conselho eleja três (3) membros durante a presente Sessão Ordinária e submeta à Conferência para nomeação.

j) Implementação da Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.240 (XII) no Caso Hissene Habre

631. Na sequência da adopção desta Decisão Assembly/AU/Dec.240 (XII) adoptada pela Conferência durante a 12ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, Etiópia, o meu Representante Especial para o Caso Hissene Habre, Sr. Robert Dossou do Benin, a meu pedido levou a cabo uma missão a Dakar de modo a estabelecer as acções já levadas a cabo pelo Governo do Senegal e identificar formas/áreas, onde a Comissão pode assistir o Governo do Senegal a acelerar a implementação da Decisão da Conferência. Durante esta missão, encontrou-se com o Presidente do Senegal e outros Altos Funcionários Senegaleses responsáveis pelo Caso Hissene Habre, bem como os parceiros, incluindo Representantes da União Europeia.

632. No final desta missão, o meu Representante Especial apresentou recomendações apropriadas que eu endossei como se segue:

- Organizar uma Mesa Redonda em Dakar para o financiamento do orçamento do julgamento;
- Levar a cabo uma missão conjunta UA-Senegal ao Chade, de modo a analisar formas/áreas de cooperação judicial entre o Senegal e o Chade no âmbito da organização do julgamento do Hissene Habre.

633. Além disso, neste âmbito, espera-se que o processo de conclusão do orçamento seja finalizado dentro das próximas semanas, durante a próxima missão do meu Representante Especial à Dakar . Acções de seguimento serão, subseqüentemente debatidas com a União Europeia.

634. Após a Cimeira, procurei obter contribuições voluntárias dos Estados Membros para o financiamento do orçamento, em conformidade com a Decisão da Conferência. Lamento informar o Conselho que na altura da prestação de contas não obtive reacções positivas dos Estados Membros, sendo assim, desejo uma vez mais apelar aos Estados Membros para efectuarem as contribuições voluntárias ao orçamento do julgamento.

635. Estou confiante que dado o empenho demonstrado por todos os envolvidos e, em particular, o Presidente da República do Senegal pessoalmente, o seu Governo, bem como os sinais positivos dos parceiros, que estamos no caminho certo em garantir que enfrentemos este desafio, assegurando um início a breve trecho do Caso do Sr. Hisséne Habré.

V. REFORÇO DE INSTITUIÇÕES

V.1 A COMISSÃO

1. ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO PAINEL DE ALTO NÍVEL SOBRE A AUDITORIA DA UNIÃO AFRICANA

636. O Conselho lembrar-se-á que durante a sua 14ª Sessão Ordinária, em Janeiro último, foi lhe submetido um relatório do estado da implementação as recomendações do Painel de Alto Nível sobre a Auditoria da União, tais como analisadas e aprovadas em Arusha, em Maio de 2008, pela Sessão Extraordinária (vede Doc. EX.CL/456 (XIV)). Durante a análise deste relatório pelo CRP e pelo Conselho Executivo, foi tomada nota das medidas já tomadas pela Comissão. Ao mesmo tempo, esta última recebeu o mandato de informar o Conselho numa base regular sobre os progressos realizados neste quadro.

637. A Comissão gostaria, por conseguinte, de indicar que as disposições foram tomadas para a implementação das diferentes recomendações nos domínios da sua competência como se segue:

- i) A abordagem temática das Cimeiras (Recomendação Nº 2) é doravante uma prática estabelecida. A Decisão Assembly/AU/Dec. 232(XII) adoptada pela última Cimeira em Fevereiro de 2009, é um exemplo disso, na medida em que os temas das Cimeiras até Julho de 2010 já foram definidos. A Comissão fará recomendações

apropriadas para a escolha dos temas para as sessões seguintes em Janeiro de 2010;

- ii) A Recomendação Nº 3 foi implementada de maneira que durante cada Cimeira, a Comissão vai submeter à Conferência um relatório sobre o estado de implementação das decisões tomadas pelas sessões anteriores;
- iii) O Painel instou os governos nas suas recomendações nº 5 e 6 a popularizar os actos e as decisões da Conferência e estabelecer um mecanismo apropriado de acompanhamento. Os Estados-membros são também chamados a intensificar os seus esforços para concretizar no terreno as decisões que tomam. A Comissão está disposta a trabalhar estreitamente com os Estados-membros para o estabelecimento de um tal mecanismo de consulta regular;
- iv) O estudo sobre os Comitês Técnicos Especializados (CTE) (Recomendação Nº 10) fez objecto de uma decisão da Conferência, em Fevereiro de 2009 (Assembly/AU/Dec. 227 (XII)) que institui 14 CTE. As modalidades de implementação desta decisão estão em via de finalização e serão submetidas para análise em Janeiro de 2010 como o recomendou o CRP;
- v) A aceleração do processo de fusão do Tribunal de Justiça com o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos (Recomendações Nº 18 a 21) interpela os Estados-membros a assinar e ratificar o Protocolo que foi adoptado em Sharm el Sheikh, em Julho de 2008, comprometendo-se ao mesmo tempo a aceitar a competência do Tribunal logo que for operacional;
- vi) O estabelecimento das Instituições financeiras previstas no Acto Constitutivo (Recomendações Nº 31 e 32) está em curso. Um relatório detalhado sobre o assunto foi submetido em Janeiro de 2009. Este relatório indica também a situação actual. O Comité Piloto já foi estabelecido em Trípoli, Líbia, no que diz respeito ao Banco Africano de Investimento, enquanto diligências estão sendo feitas com a Nigéria e os Camarões para o estabelecimento dos Comitês Pilotos para o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano;
- vii) As recomendações aceites inerentes à Comissão (Nºs 33, 34, 35, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 59, 60) e relativas ao sistema de governação da Comissão e aos Estatutos e Regulamento do Pessoal estão em via de implementação. Os Estatutos e o Regulamento do Pessoal estão sendo examinados a nível do CRP. Importa que o CRP possa, com a colaboração garantida da Comissão, finalizar rapidamente o exame deste importante instrumento da gestão do pessoal da União e submeter à consideração do Conselho as suas propostas. Convém sublinhar que a Comissão reúne-se todas as Terças-feiras de cada semana para examinar todos os assuntos da sua competência e dar um impulso a toda a sua estrutura, o que fundamenta um sistema de coordenação no seio das suas estruturas. De igual modo, a Comissão adoptou os termos de referência para as reuniões regulares dos directores sob a direcção do Secretário junto da Comissão. Estas reuniões poderão servir para dar pareceres técnicos apropriados à Comissão com vista a uma implementação

harmoniosa e coordenada dos programas e actividades da União. A fim de permitir a todas estas estruturas funcionarem de forma conveniente, importa reforçar os meios humanos e logísticos de todos os serviços da Comissão e, em particular, o Gabinete do Secretário junto da Comissão, para que possa cumprir as suas novas responsabilidades como chefe dos serviços da Comissão com eficácia e eficiência e também a fim de assegurar o secretariado do CRP, como previsto na auditoria (vede Recomendações N^{os} 43,44,45,47,49, 51 e 74);

- viii) A Comissão regozija-se com a adopção da Decisão EX.CL/Dec.487 (XIV), em Janeiro último, sobre a Política do Género da União Africana que é um instrumento para promover a igualdade entre os homens e as mulheres. Esta política inspirará doravante todas as acções empreendidas com vista à implementação do Protocolo sobre os Direitos da Mulher e a Declaração Solene da Conferência sobre a Igualdade do Género em África (Vede Recomendações N^{os} 62, 63,64,67,68);
- ix) A Recomendação N^o 70 sobre os Serviços de Conferência foi parcialmente implementada com o reforço gradual das capacidades destes serviços essenciais;
- x) As relações entre o CRP e a Comissão registaram uma melhoria sensível durante os meses passados, através de uma maior e intensa comunicação entre ambos os órgãos e a organização de retiros ao mais alto nível (dois retiros um dos quais em Novembro de 2008 e um outro em Março de 2009, em Nazareth). Estas consultas regulares permitem aos dois órgãos debater todas as questões pertinentes de interesse comum num ambiente de confiança mútua e de serenidade, que hoje se designa “o espírito de Nazareth” (Vede Recomendações N^{os} 73, 74 e 75);
- xi) No que diz respeito às recomendações N^{os} 76, 77 e 78 relativas ao estudo dos escritórios regionais e de representação existentes e as possibilidades de abrir outros à luz de uma análise completa dos custos e das vantagens induzidos, assim como dos meios de funcionamento, dois consultores foram recrutados em Fevereiro de 2009 e elaboraram um documento que está actualmente em estudo ao nível da Comissão, que, num futuro próximo, vai submeter propostas apropriadas sobre a matéria;
- xii) A recomendação N^o 79 sobre o estudo relativo às instituições especializadas da União ainda não foi implementada. Consultas estão ainda em curso para identificar peritos que poderão realizar uma tal avaliação;
- xiii) As Recomendações N^{os} 81 e 82 relativas ao Plano Estratégico 2009-2012 foram plenamente abrangidas na medida em que o Plano em questão actualmente submetido à consideração dos órgãos decisores foi elaborado inclusiva e participativa com uma consulta muito estreita do CRP, em particular através do retiro organizado em Nazareth, em Março de 2009;
- xiv) Relativamente às Recomendações N^{os} 83, 87 e 88 sobre uma ratificação e uma implementação acelerada dos tratados, importa informar que por Decisão EX.CL/Dec.459, adoptada em Janeiro de 2009, o Conselho Executivo endossou as

recomendações dos Ministros da Justiça sobre as medidas visando acelerar este processo. A Comissão intensifica os seus esforços junto dos Estados-membros para assegurar a implementação efectiva desta decisão;

- xv) Quanto às recomendações nºs 89 a 93, importantes progressos foram realizados na política e estratégia de comunicação da Comissão. Neste quadro, foi elaborada uma estratégia em consulta com alguns peritos no domínio e que será implementada gradualmente. O sítio Web da União beneficiou igualmente de melhorias notáveis, assim como a comunicação interna no seio da Comissão e com os Estados-membros, os outros órgãos, as CERs, os parceiros, a sociedade civil e a diáspora, bem como os media. A Comissão vai prosseguir os seus esforços com vista a uma melhor comunicação interna e externa tendo como base as trocas com os diferentes actores e parceiros de uma informação variada e de qualidade;
- xvi) A Recomendação 95 foi implementada e a organização dos Fóruns Pré-Cimeiras é feita. De igual modo, a Comissão, em estreita colaboração com a ECOSOCC, faz tudo ao seu alcance para dar o seu apoio logístico a este último, e melhorar os seus contactos regulares com as Organizações da Sociedade Civil que muitas das vezes agem ao cuidado deste último, a fim de popularizar os objectivos, as acções e os símbolos da União, promover a história do pan-africanismo e a identidade africana e dar as suas contribuições para os grandes dossiers da União (Vede Recomendações Nºs 96 a 99, 109, 111, 114, 115 e 116);
- xvii) No que diz respeito à Recomendação Nº 100 sobre a necessidade da Comissão desempenhar um papel de coordenação e de representação mais afirmado na arena política mundial, convém sublinhar que a Comissão toma as medidas necessárias para promover a adopção de posições comuns africanas através de todas as reuniões dos órgãos deliberativos, posições a partir das quais ela poderá fazer prevalecer o ponto de vista da União sobre todas as questões pertinentes em discussão nos fóruns internacionais. Todavia, convém que os Estados-membros decidam sobre o papel e o lugar exactos da Comissão nos processos de negociações internacionais sobre os quais a União adoptou posições comuns. Convém recordar também que relativamente à Recomendação Nº 101, o Painel instou os Estados-membros a trabalharem no quadro do Acto Constitutivo e das decisões da Conferência e do Conselho Executivo a fim de promover e manter o interesse colectivo da África;
- xviii) A Recomendação Nº 107 sobre o calendário das reuniões, a Comissão envidou esforços para reduzir o número de reuniões e evitar a sua sobreposição, com o pleno apoio dos Subcomités sobre Conferências e Programas do CRP;
- xix) No que diz respeito às Recomendações Nºs 121, 125 e 126, a Comissão continua a apoiar a acção do CPR e intensificar os esforços visando a mobilização dos recursos para o Fundo para a Paz, assim como o reforço de capacidades. O CPS continua igualmente a reforçar as suas relações com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular com os membros africanos deste último. As reuniões

anuais conjuntas realizadas durante os últimos dois anos, uma das quais realizou-se em Adis Abeba, em Maio de 2009, ilustram este reforço de relações;

- xx) As Recomendações N^{os} 127 a 141 relativas às CERs e as suas relações com os órgãos da União entre os quais a Comissão. A Comissão envidou esforços constantes durante o ano passado para promover o Programa Mínimo de Integração (PMI), a fim de criar uma convergência e uma harmonia nos programas das diferentes CERs. Várias reuniões de concertação sobre a questão realizaram-se para um consenso sobre este PMI. Neste mesmo quadro, uma troca intensiva de informação teve lugar entre a Comissão e as CERs, incluindo no processo do Plano Estratégico 2009-2012;
- xxi) As Recomendações N^{os} 142 a 144 relativas às relações entre a CEA, o BAD e a Comissão. Deste ponto de vista, uma cooperação frutuosa manteve-se entre as três partes que se organizaram sob a forma de Secretariado conjunto na abordagem de alguns dossiers de interesse comum, tanto nos estudos relativos à integração, os projectos de desenvolvimento continental e regional nos domínios diversos como as infra-estruturas, a energia, a agricultura, o desenvolvimento de capacidades, a definição da posição comum africana face às crises económica e financeira ou às negociações multilaterais, etc;
- xxii) As Recomendações N^{os} 145 a 157 relativas ao estabelecimento de mecanismos financeiros adequados de gestão financeira e melhoria dos procedimentos orçamentais em colaboração com o CRP. A este propósito, convém sublinhar que a Comissão adoptou, há cerca de um ano, um Manual de aprovisionamento que, doravante, rege a aquisição de fornecimentos e de compras. Outras medidas foram tomadas para criar instrumentos de transparência e de obrigação de prestação de contas para todos os gestores dos recursos da Organização, incluindo a elaboração de uma Carta de Auditoria que já foi submetida ao Subcomité competente do CRP. Além disso, a Comissão implementou as recomendações de Ernst & Young relativas à melhoria dos procedimentos de gestão. A Comissão propõe submeter uma revisão das estruturas aos órgãos competentes a fim de responder aos desafios de uma gestão transparente e que obriga a prestar contas dos recursos colocados à disposição da União quer pelos Estados-membros, quer pelos parceiros ao desenvolvimento;
- xxiii) No que diz respeito à Recomendação N^o 159, que é a última da auditoria, relativa à taxa sobre os bilhetes de avião, convém recordar que foi submetido há vários meses aos órgãos competentes da União Africana um estudo sobre as fontes alternativas de financiamento da União. Os debates sobre esta matéria que estão ao nível da Conferência dos Ministros das Finanças infelizmente não andam segundo o ritmo desejado. Seria conveniente que os órgãos habilitados nomeadamente o Conselho Executivo e a Conferência se encarreguem deste dossier crucial para o futuro da União e dando directrizes claras com vista aos avanços desejados, emulando neste sentido algumas CERs que conseguiram, não somente obter recursos previsíveis sem as vicissitudes dos atrasos de contribuições

dos Estados-membros, mas também aliviar substancialmente o fardo destes Estados que muitas das vezes sofrem plenamente os efeitos da crise económica e financeira que se tornou crónica.

2. GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DE RECURSOS HUMANOS

a) Gestão dos Recursos Humanos

638. O reforço da função da gestão de recursos humanos é central ao presente fortalecimento institucional e programa de reformas da Comissão. Presentemente a Comissão encontra-se a implementar vários projectos chave de mudança que visam modernizar a função e a torná-la mais pronta a responder as necessidades organizacionais e prioridades através, entre outras coisas, do estabelecimento e/ou a actualização de políticas e estratégias relevantes de recursos humanos e promoção de uma cultura de aprendizagem e gestão do pessoal e programas com base em resultados. Uma atenção especial está a ser dada neste contexto a melhoria da eficiência e eficácia do processo de recrutamento e da implementação clara e transparente da formação pessoal, desenvolvimento e políticas e planos de retenção.

639. A presente Estrutura da Comissão foi determinada na Cimeira de Maputo de 2003, e reforçada ainda mais em Cartum, em 2006. A estrutura prevê a criação de 923 postos aprovados. Destes postos acima de 600, já estão preenchidos. Existe igualmente uma mão-de-obra complementar de pessoal em período parcial e consultores. Com a introdução do novo plano estratégico, existente presentemente a necessidade de se alinhar a estrutura à nova orientação estratégica de tal forma que se possa reforçar a sinergia, transparência e prestação de contas, e garantir linhas de responsabilização claras e racionalizar ainda mais a distribuição e o uso dos recursos disponíveis. Um exercício de consulta no local de trabalho foi levado a cabo e recomendações com base nas necessidades imediatas a médio e longo prazos serão desenvolvidas para análise pelos órgãos deliberativos.

b) Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

640. A Comissão tem vindo a prosseguir com a modernização extensiva das suas infra-estruturas TICs, e tenciona presentemente melhorar a conectividade a todos os Escritórios Regionais e de Representação da UA. Os próximos passos importantes seriam o de melhorar a integridade e a segurança do sistema, reforçar a implementação Voice Over IP, alargar o VSAT acrescentando novos locais e reforçar a capacidade dos funcionários em providenciar de forma eficaz os serviços de apoio necessários à Comissão. O objectivo geral é o de providenciar uma solução de MIS abrangente e sem falhas à Comissão. Nos próximos meses, a Comissão irá estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento de uma Cyber Comissão.

c) Serviços Administrativos

641. O Novo Manual de Aprovisionamento está agora plenamente operacional. O uso do Manual irá contribuir de forma significativa para a racionalização e integração dos procedimentos de aprovisionamento na Comissão e em todos os Escritórios de Representação e Escritórios Regionais/Ligação. A construção de um novo Bloco de Escritórios e do Centro de Conferências está em curso e um acordo estabelecido para o início das obras do Centro de Paz e Segurança. Entretanto, vários projectos de reforço das instalações estão a ser implementados no seio da Comissão a fim de melhorar a disponibilidade dos espaços de Escritórios. A segurança continua a merecer a atenção que merece. Um plano abrangente de segurança moderna para o pessoal e dos bens da Organização estava a ser concluído no fim do período em análise.

i) Relatório de Situação sobre a construção do Centro de Conferências da UA e o Projecto de Construção do Complexo de Escritórios

642. A ideia de se dotar a Comissão da UA com um Centro de Conferências moderno e um Edifício composto de Escritórios apropriado ao seu Estatuto tem sido o desejo almejado pelos líderes africanos. Como a Comissão está determinada a crescer tanto em tamanho como em termos das suas funções, a necessidade de instalações maiores e mais eficientes, tornou-se ainda mais importante.

643. Neste âmbito, a Comissão agradece encarecidamente ao Governo da Etiópia por ter atribuído terreno adicional para a expansão da Comissão e a ajuda ímpar do Governo da República Popular da China relativamente ao seu compromisso de planear construir e financiar tais instalações como um gesto de oferta para a África.

644. Após um ano de trabalho árduo na finalização do plano e em estreita coordenação de tarefas com a Equipa Técnica da Comissão, o trabalho de construção do projecto iniciou oficialmente no dia 10 de Novembro de 2008, com o seguimento subsequente da mobilização de pessoal, equipamentos e materiais. A mão-de-obra chinesa está no terreno e a actividade do projecto está a registar progressos, conforme planeado.

645. No passado, a Comissão estabeleceu a Equipa Técnica de modo a trabalhar em estreita colaboração com a parte chinesa, supervisionar, facilitar e garantir que o trabalho do projecto progrida de acordo com o plano e requisitos da Comissão.

646. A conclusão do Projecto está agendada para o final de 2011.

3. GESTÃO FINANCEIRA

a) Execução Orçamental

647. Na sua Sessão de Janeiro de 2009 realizada em Adis Abeba, Etiópia, a Conferência aprovou um orçamento geral na quantia de 164.256.817,00 \$EU para o ano financeiro de 2009. 95,58 milhões de dólares, representou o orçamento ordinário e 62.68 milhões de dólares foram atribuídos a programas.

648. A execução dos orçamentos operacionais e de programas para os 5 meses que terminaram em Maio de 2009, é a seguinte: -

Categoria Orçamental	Dotação	Despesas e Obrigações até 31 de Maio de 2009	Percentagem da execução do Orçamento
Orçamento Operacional da comissão	75.164.886,00	30.581.174,10	41%
Outros Órgãos	20.410.885,00	4.559.194,21	22%
Sub Total do Orçamento Operacional	95.575.711,00	35.140.368,31	37%
Orçamento do Programa	68.681.046,00	9.864.770,51	14 %
Total Geral	164.256.817,00	45.005.138,81	27%

649. A 31 de Maio de 2009, um montante de 45.005.138,81 \$EU foi executado, representando assim sendo, 27% do total do orçamento. Do total da execução, 35.140.368,31\$EU, correspondem ao orçamento operacional, enquanto um montante de 9.864.770,51 \$EU foi do orçamento programa.

b) Recolhas

650. A fonte de financiamento do orçamento aprovado da CUA para o ano de 2009 proveio dos Estados Membros, parceiros de desenvolvimento e excedentes dos orçamentos de 2004 a 2007. O montante de 3.937.075,00 \$EU foi recebido dos Estados Membros a 31 de Maio de 2009 de um total de contribuições estatutárias no valor de 93.804.243,00\$EU. A Comissão recebeu igualmente dos Estados Membros a quantia de 6.924.283,00 \$EU correspondentes a contribuições estatutárias em atraso. O total de receitas no final de Maio de 2009, foi de 10.861.359,00 \$EU.

651. Um total de 5.088.479,84 \$EU foi recebido dos parceiros de desenvolvimento, de um montante total de 52.003.000,00 \$EU dos compromissos financeiros aprovados para o ano. Além disso, os parceiros de desenvolvimento contribuíram com um total de 26.983.636,48 \$EU para o Fundo da Paz durante o período de Janeiro a Maio de 2009.

c) Gestão Financeira

652. No geral, a Gestão Financeira continua a ser uma importante prioridade da Comissão. O enfoque é garantir uma maior prestação de contas e segurança das finanças da Comissão. A unidade de controlo financeiro foi realizada e a capacidade reforçada, de modo a assegurar um controlo mais eficaz dos fluxos financeiros. Esforços estão a ser envidados para se melhorar continuamente os serviços prestados aos funcionários da Comissão, vendedores e fornecedores.

653. Esforços continuaram, igualmente, a ser dirigidos ao fortalecimento da gestão e controlo dos fundos de paz sob a alçada da Comissão. Um exercício importante visando a limpeza dos registos e o fecho das contas de operações passadas foi levado a cabo. Uma unidade de finanças mais forte para estes fundos é altamente desejável.

654. Além disso, para assegurar um melhor enquadramento entre as aspirações e as despesas dos Estados Membros, a Comissão implementará um Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP), como um “quadro de ligação” que permitirá que as despesas sejam “orientadas pelas prioridades políticas e disciplinadas pelas realidades do orçamento”, para que possam corrigir a actual discrepância entre os processos de tomada de decisão, de planificação e do orçamento.

4. PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E EVOLUÇÃO

a) Plano Estratégico 2009 - 2012

655. Em conformidade com a Decisão Ex.CL. Dec. 481(XIV) sobre o Plano Estratégico 2009 - 2012, a Comissão tomou todas as providências necessárias para garantir que as estruturas de apoio, projectos e orçamentos elaborados a partir do antigo Plano Estratégico 2004 -2007 sejam levados a cabo de forma apropriada, até a adopção do Plano Estratégico 2009 -2012 dentro dos meios disponíveis ao seu dispor. Além disso, conforme indicado a Comissão organizou um retiro para os membros do CRP em Nazareth, Etiópia, em Março de 2009. Durante este retiro, contribuições importantes foram recolhidas e incorporadas no novo Projecto do Plano Estratégico de 2009 – 2012, que vai ser submetido num documento separado aos Órgãos deliberativos para apreciação e adopção.

5. SERVIÇOS DE CONFERÊNCIA

656. Durante o período compreendido entre 1 de Janeiro a 15 de Maio de 2009, a Comissão organizou cento e cinquenta e quatro reuniões, entre as quais dezanove fora de Adis Abeba. Neste contexto, um total de vinte mil, duzentos e quarenta e seis páginas (20 246) foram traduzidas para as quatro línguas de trabalho da UA.

657. O número total de páginas imprimidas pela Reprodução e Impressão CSD, quarto mil, setecentos e noventa páginas em termos de livros, folhetos, boletins, boletins informativos para a Comissão e Escritórios Regionais. Um total de quarenta mil emblemas, dezassete mil

certificados, seiscentos e cinquenta e sete convites, vinte mil cartões de visitas, dois dísticos e cinco posters foram imprimidos de Janeiro a Maio de 2009.

658. O número total de cópias reproduzidas e imprimidas totalizou 1210 000 cópias para o CRP, Conselho Executivo, a Conferência e outras actividades relacionadas. De modo a reduzir o desperdício de papel, a Comissão publicou e distribuiu a todos os participantes das reuniões da última Cimeira, a primeira versão de CDs que contém os projectos, documentos da Cimeira de Adis Abeba de 2009 em todas as línguas de trabalho. Os segundos CDs desta primeira versão foram enviados a todos os Estados Membros, após as reuniões da Cimeira da UA. Além disso, a Comissão concluiu recentemente a publicação de novos CDs que contém todas as decisões e declarações desde a criação da UA, nas quatro línguas de trabalho da UA. Os CDs serão brevemente distribuídos a todos os Estados Membros.

659. No que diz respeito ao calendário das reuniões de 2009 e em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec 458 (XIV) adoptada pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2009, a Comissão garantiu uma melhor coordenação entre os Departamentos de modo a evitar a sobreposição de reuniões mais importantes, bem como mudanças indevidas no programa de reuniões.

660. Além disso, a Comissão está a desempenhar um papel mais proactivo através da actualização constante e envio do calendário, pelo menos, dois meses antes das reuniões a todos os Estados Membros e Membros da Comissão. Adicionalmente, um programa semana de reuniões é enviado a todos os Departamentos da CUA no início de cada semana para a sua informação e necessário seguimento.

661. Contudo, apesar de todos estes esforços, a Comissão continua ainda a enfrentar o desafio de um número insuficiente de intérpretes e tradutores, de facto, mesmo que a Comissão esteja a envidar os seus melhores esforços para acelerar os procedimentos de recrutamento para o preenchimento das presentes vagas, é um facto que as estruturas necessitam de ser revistas de modo a ir ao encontro das novas realidades e providenciar um quadro de pessoal baseado em novas especializações (Editores, Assistentes de Tradução e Técnicos Informáticos) e funcionários bem formados com base em procedimentos correctos apropriados e equipados com tecnologia de ponta de forma a permitir que estes possam fazer face aos desafios implícitos nas mudanças a ocorrer dentro da Comissão. Estando cientes destes requisitos inevitáveis, a Comissão já estabeleceu as metas do seu Plano de Acção de 2009 e irá submeter propostas sobre as novas reformas estruturais nesta importante área.

662. A Comissão está em vias de elaborar procedimentos de gestão de Conferências destinados as várias direcções.

663. A Comissão está a levar a cabo um programa de cooperação em conjunto com a União Europeia na área de Tradução e interpretação. Neste contexto, a Direcção dos Serviços de Conferências e a UE DG/Tradução e DG/Interpretação tem vindo a partilhar documentação através do website CUA/CUE. Ademais, o intercâmbio de pessoal e programas de formação foram levadas a cabo não apenas com estas duas estruturas da UE, mas também com outras instituições em Luxemburgo e Otawa.

664. A Comissão adquiriu um software de Tradução assistida por computador, com memória e capacidade de tradução, visando criar uma terminologia da União Africana. O software já foi instalado e um curso de formação do pessoal da CSD foi organizado em Abril de 2009.

6. ACTIVIDADES DE AUDITORIA

665. O papel da Auditoria Interna é o de providenciar garantia e serviços de consultoria à gestão da Comissão. O Escritório apoia igualmente a gestão sénior no cumprimento das suas responsabilidades, fornecendo-os análises, avaliações, conceitos e recomendações sobre as actividades revistas.

666. Em conformidade com o Artigo 70º do Regulamento Financeiro da UA, foi concedido a OIA o mandato de levar a cabo avaliações das transacções/actividades da Comissão, de modo a determinar se estas estão em conformidade com o Regulamento Financeiro da UA e Resoluções do Conselho de Ministros, bem como as instruções administrativas publicadas de tempos a tempos.

667. Desde a Cimeira Janeiro/Fevereiro de 2009, as actividades de Auditoria levadas a cabo pelo Gabinete de Auditoria Interna incluem a avaliação da:

Detalhes	Situação
AMISOM Nairobi	O Relatório Final foi Publicado
OLMEE Asmara	O Relatório Final foi Publicado
Unidade de Serviços de Transporte	O Relatório Final foi Publicado
AMIS - Sudão	O Relatório Final foi Publicado
Programa de Apoio de 55m EC-Euro (Jan-Jun 2008)	O Relatório Final foi Publicado
Apoio da CE para a Democracia, Governação & RH	O Relatório Final foi Publicado
Escritório da UA Cairo	O Relatório Final foi Publicado
Escritório da UA Bruxelas	O Relatório Final foi Publicado
Escritório da UA Guiné Conackry	O Relatório Final foi

Detalhes	Situação
	Publicado
Escritório da UA Yaoundé	Projecto de Relatório foi Publicado
Escritório da UA Lagos	Projecto de Relatório foi Publicado
Escritório da UA Niamey	Projecto de Relatório foi Publicado
Escritório da UA Nova Iorque	Projecto de Relatório em Curso
Escritório da UA Washington	Projecto de Relatório em Curso
Programa de Apoio da 55 Milhões € da CE destinado ao PAP	Projecto de Relatório foi Publicado
Centro Médico da UA	Trabalho de Campo em Curso
OLMEE – Adis Abeba	Trabalho de Campo em Curso
Numerário e Gestão de Numerário da Sede	Trabalho de Campo em Curso
Data de validação do SAP e Módulos RH – RH & MM	Trabalho de Campo em Curso
Programa de apoio de 55m Euro da CE (Jul-Dec 2008)	Trabalho de Campo em Curso
Programas / Projectos financiados pelos Parceiros da UA	Trabalho de Campo em Curso

668. Para além dos programas de auditoria mencionados acima, a OIA providenciou a lista dos serviços profissionais, que pode ser vista abaixo, desde Janeiro 2008:

- a) Auditorias Externas – A OIA realize auditorias externas a algumas agências especializadas da UA. Em Abril de 2009 a OIA levou a cabo uma auditoria externa ao Instituto Afro-Árabe em Bamako, Mali.
- b) Pessoas de Recursos – Auditores Internos foram usados como Pessoas de Recurso/ membros do Grupo de Trabalho no Projecto de implementação do IMIS, bem como Grupo de trabalho sobre a gestão de recursos externos.
- c) Solicitações Especiais – Auditores Internos estiveram envolvidos na realização de tarefas/solicitações especiais provenientes dos Departamentos/ Direcções, incluindo investigações especiais (do AHRD).

669. Ademais, a OIA levou a cabo programas do reforço institucional financiados pelos parceiros de desenvolvimento da UA, conforme resumidos abaixo:

- a) Formação do pessoal da Auditoria Interna sob o programa de apoio de 55 milhões de Euros da Comunidade Europeia, 3 membros do pessoal da Auditoria Interna foram patrocinados para participar numa Conferência Internacional organizada pelo Instituto da Auditoria Interna, de 10 a 13 de Maio de 2009, na África do Sul. A Conferência providenciou ao pessoal da OIA de aprender, trocar impressões e suas experiências sobre as várias questões contemporâneas da Auditoria Interna;
- b) Com o apoio dos parceiros o processo de implementação tem registado bons progressos. A implementação do Software (SAP-AIS) teve início formalmente a 16 de Março de 2009. O Consultor da AIS orientou um seminário de formação sobre o SAP e panorama geral da AIS durante a última semana de Março de 2009 e a primeira semana de Abril, respectivamente. A fase de elaboração foi levada a cabo entre Abril e Maio de 2009, com vista a documentar os processos de Auditoria Interna e a identificar a lacuna entre a solução AIS e os processos actuais. Espera-se que a fase de realização (configuração do sistema) seja levada a cabo em Junho/Julho de 2009. O arranque terá lugar a 20 de Julho de 2009.

670. A OIA continuará a ser uma função independente e objectiva orientada por uma filosofia de acréscimo de valor de modo a melhorar as operações da Comissão da União Africana. Com este objectivo em mente, a OIA irá continuar a perseguir a sua visão de auxiliar na criação de uma Comissão eficiente, transparente e responsável.

671. Nos termos do Artigo 70º (h) do Regulamento Financeiro da CUA, a Comissão desenvolveu um Projecto de Carta da Auditoria que foi submetido ao Subcomité do CRP sobre Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras para análise. A Carta visa definir claramente o *objectivo, autoridade e responsabilidade da Auditoria Interna*, e estabelecer um Subcomité do CRP sobre Questões de Auditoria (equivalente ao Comité de Auditoria) conforme recomendação apresentada pelo Relatório do Conselho dos Auditores Externos e alguns Auditores Externos dos Parceiros, incluindo a CE.

7. INTEGRAÇÃO DA NEPAD

672. É de notar que esta questão é abordável num Relatório de actividades em separado que foi submetido aos órgãos deliberativos para análise.

673. Depois da nomeação do novo Director Executivo em Fevereiro de 2009, várias outras actividades foram levadas a cabo no quadro da implementação da Decisão da Conferência sobre a Integração da NEPAD nas estruturas e processos da UA. Foi solicitado neste contexto um estudo. Os Consultores elaboraram um Relatório inicial e levaram a cabo várias consultas junto dos intervenientes, com vista a finalizar o referido Relatório, nomeadamente a Comissão, o Comité Directivo da NEPAD e o CRP e seu Subcomité da NEPAD. A Comissão é de opinião que este processo deve ser mais célere e acredita que é necessário esclarecer ainda mais o processo de integração dentro das estruturas da UA.

674. Neste contexto, recomenda-se que à luz da Decisão Assembly/AU/Dec.233 (XII), sobre

a Transformação da Comissão em Autoridade, a recomendação de Argel seja revista de forma a estar alinhada a este novo desenvolvimento, de modo a que se esclareça qual o órgão específico que irá acolher o Programa da NEPAD. Na opinião da Comissão, a NEPAD deve ser integrada no braço executivo da União, que é a própria Comissão.

VI. CONCLUSÃO

675. Este relatório tentou fazer um balanço das actividades realizadas pela Comissão nos últimos 6 meses. A Comissão gostaria de reiterar aqui o seu empenhamento em implementar os programas e as decisões tomadas pelas instâncias competentes da União. O Plano Estratégico, que foi submetido para adopção pela sessão actual da Conferência, permitirá à Comissão avançar com bases sólidas graças a planos de acção susceptíveis de ter como resultados realizações concretas, mensuráveis, avaliáveis e realizadas nos prazos previstos. Falta mobilizar os meios necessários, tanto humanos como financeiros e materiais para que se passe de palavras a acções. Nós estamos decididos a isso e contamos, como de costume, com o apoio dos Estados Membros nestes esforços. Comprometemo-nos também a promover a boa governação interna através da gestão meticulosa dos nossos recursos por meio de transparência e de prestação de contas descritas no relatório como as novas regras de gestão administrativa e financeira, na Carta da Auditoria, no Relatório do Painel de Auditoria da União e outros documentos pertinentes.

676. Nós sabemos que a crise económica e financeira mundial não deixará de ter um impacto negativo nos Estados Membros. É por isso que nós nos empenhámos totalmente durante os últimos meses em consultas internacionais, entre as quais a Cimeira do G20 de Londres e os preparativos para a Cimeira do G8 que deverá realizar-se dentro de dias na Itália para que os interesses do continente sejam tidos em conta. O outro grande acontecimento para o qual os nossos Estados Membros se devem preparar nos próximos meses é a Cimeira Mundial sobre as Alterações Climáticas em Dezembro de 2009 em Copenhaga. A sessão actual do Conselho Executivo deve examinar a fundo as recomendações da Comissão tanto sobre a posição comum africana acerca deste assunto crucial como acerca do sistema apropriado de representação do continente a fim de permitir à Conferência pronunciar-se com conhecimento de causa.

677. O relatório realçou as actividades realizadas no quadro dos quatro eixos do Plano Estratégico. A Comissão aguarda da análise deste relatório as contribuições de todos os Estados Membros para que surjam directivas claras sobre todas as questões cruciais de interesse colectivo, o que lhe permitiria produzir todas as melhorias desejadas na condução dos seus programas e actividades. Mais uma vez, a Comissão está convencida de que a conjugação de esforços dos vários intervenientes contribuirá para o avanço significativo da agenda de África centrada essencialmente na integração continental, na afirmação da defesa dos interesse e do lugar de África no mundo e no reforço do seu papel na cena internacional.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2009

Relatório Do Presidente Sobre As Actividades Da Comissão Para O Período De Janeiro A Junho De 2009

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3985>

Downloaded from African Union Common Repository